

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO
DEHA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PELAS ENTRANHAS DE OLINDA – UM ESTUDO
SOBRE A FORMAÇÃO DOS QUINTAIS**

Juliana Coelho Loureiro

MACEIÓ
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO
DEHA

Juliana Coelho Loureiro

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PELAS ENTRANHAS DE OLINDA – UM ESTUDO
SOBRE A FORMAÇÃO DOS QUINTAIS**

Orientadora: Prof. Dra. Maria Angélica da Silva

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

L892p Loureiro, Juliana Coelho.
 Pelas entranhas de Olinda : um estudo sobre a formação dos quintais / Juliana
 Coelho Loureiro. – Maceió, 2007.
 227 f. : il..

 Orientadora: Maria Angélica da Silva.
 Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmicas do Espaço
 Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e
 Urbanismo. Maceió, 2007.

 Bibliografia: f. 221-227.

 1. Urbanismo. 2.Olinda (PE) - Patrimônio Histórico. 3. Quintal. I. Título.

CDU: 711.41(813.4)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO
DEHA

Juliana Coelho Loureiro

**PELAS ENTRANHAS DE OLINDA – UM ESTUDO
SOBRE A FORMAÇÃO DOS QUINTAIS**

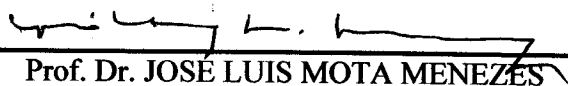
Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de
Alagoas, como requisito final para a obtenção do
grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em

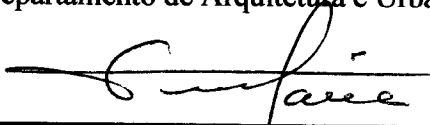
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. MARIA ANGÉLICA DA SILVA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL



Prof. Dr. JOSÉ LUIS MOTA MENEZES
Departamento de Arquitetura e Urbanismo – UFPE



Prof. Dr. GERALDO MAJELA GAUDÊNCIO FARIA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Victor e Arthur.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Ruben e Nadine, pelo investimento de suas vidas à família, pela acolhida nos meus momentos difíceis e, acima de tudo, por ter me ensinado o significado da palavra amar. Às minhas queridas avós Nadir e Marialice. Aos meus irmãos, Rubico (Ruben), Rafael, Lucas e Pedrinho, pelos constantes debates e reflexões alimentados pelo valioso sentimento que nos une. Às minhas cunhadas Juliana e Renata. À pequena Mariana. A André pelo carinho e companheirismo. À Anita pelas vezes que acalentou meus filhos.

À Angélica, minha meticulosa orientadora, por ter me apresentado e compartilhado o universo da pesquisa científica. Ao professor José Luiz Mota Menezes pela recepção carinhosa e preciosas contribuições para o meu trabalho. Aos professores Geraldo Majela e Josimary Ferrare pelo auxílio a minha investigação. A minha turma do mestrado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPAL, pela bolsa concedida.

A generosidade de André Pina (Prefeitura de Olinda). À Valéria Agra (Projeto Foral). Às pessoas que fazem o Arquivo Público de Olinda e o mantêm com tão grande paixão: Alexandre, em especial por selecionar fontes importantes a minha investigação, Aneide e Yrismar, sempre solícitos.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar a formação dos quintais na Vila de Olinda, situada no nordeste do Brasil. Fundada em 1537, foi um dos principais núcleos de povoamento português em terras ocidentais, tendo sido bastante referenciada pelos relatos da época e representada na iconografia do século XVI e XVII. Esta vila participou de períodos importantes da formação do Brasil, ao mesmo tempo em que é considerada uma referência da história da arquitetura e do urbanismo nacionais. Sua paisagem manteve o registro dessa riqueza o que lhe permitiu a conquista do título de Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1982. Sob este título, incluem-se os quintais. Estes, na sobreposição de tempos, mantêm vivos traços inaugurais das relações entre os habitantes e a natureza, e constituem um dos lugares onde este diálogo ganha forma e conteúdo. Embora incluídos no âmbito da proteção patrimonial, acabam por receber um tratamento diferenciado com relação às partes edificadas. Ocultos por trás das fachadas das habitações, e por isto também mais facilmente relegados ao esquecimento, apresentam desafios para as estratégias de conservação patrimonial. Além da relevância histórica, os quintais apresentam-se como uma importante reserva vegetal urbana, nascida de processos de aclimação e permuta de espécies implementados pelo projeto colonizador. Este contexto proporcionou, nos fins do século XVIII, a construção de um dos primeiros jardins botânicos do Brasil: o *Horto D'El Rey*. Entretanto, pouca atenção tem sido dirigida ao tema por parte daqueles que investigam o urbanismo no Brasil. Esta ausência traz implicações para qualquer ação institucional, seja ela, interventiva ou educativa. E é em resposta a esta lacuna que esta dissertação se coloca como um passo inicial aos estudos referentes à formação dos quintais de Olinda, ciente, acima de tudo, da sua incapacidade de esgotar as inúmeras interrogações decorrentes do processo investigativo. As principais fontes de pesquisa utilizadas foram a cartografia histórica (manuseada pelos recursos infográficos) e os relatos de época.

Palavras-chave: quintal; patrimônio; urbanismo; Olinda.

RÉSUMÉ

L'objet de cette recherche est de faire une investigation sur la constitution des "quintais" (arrière-cours) dans la ville d'Olinda, située au Nordeste du Brésil. Fondée en 1537, la ville d'Olinda a été une des cellules les plus importantes du peuplement portugais à l'Occident ; d'ailleurs, elle est représentée dans l'iconographie des XVI^e et XVII^e siècles et a été prise, maintes fois, comme ville de référence dans des rapports datés de cette époque-là. Cette ville dont on parle a participé à des périodes importantes de la formation du Brésil et est aussi considéré comme une référence de l'histoire de l'architecture et de l'urbanisme nationaux. Son paysage garde l'enregistrement de sa richesse, ce qui lui a permis d'arriver à la conquête du titre de Patrimoine Mondial par l'UNESCO, en 1982. Les "quintais" d'Olinda font partie aussi de ce patrimoine. À travers les temps, les "quintais" maintiennent vivants des traits inauguraux des relations entre les habitants et la nature, et elles représentent l'un des endroits où ce dialogue prend forme et contenu. Et même si elles sont comprises dans le cadre de la protection du patrimoine, elles reçoivent une attention particulière par rapport aux constructions qui sont édifiées. Cachées derrière les façades des habitations, ce qui contribue plus facilement à l'oubli, ces "quintais" représentent des défis pour les stratégies de conservation du patrimoine. En dehors de l'importance historique capitale, les "quintais" se présentent comme une réserve végétale urbaine assez significative, née dans des processus d'adaptation climatique et à des changements d'espèces installés par le projet colonisateur. Le contexte a permis, à la fin du XVIII^e siècle, la construction d'un des premiers jardins botaniques du Brésil : le *Horto d'El Rey*. Néanmoins, ceux qui travaillent dans l'investigation de l'urbanisme au Brésil n'ont pas donné assez d'attention à ce sujet-là. Cette absence a des implications du côté de l'intervention, ainsi que du côté éducatif, ce qui peut arriver à toute action institutionnelle. Donc, c'est pour répondre à ce vide que ce sujet de mémoire prétend être le premier pas dans la direction des études concernant la formation des "quintais" d'Olinda, tout en considérant, avant tout, l'impossibilité d'épuiser les nombreuses questions qui se posent lors du processus d'investigation. Les sources les plus importantes de cette recherche ont été la cartographie historique (utilisée comme ressource d'information graphique) et les rapports d'époque.

Mots-Clés : arrière-cours; patrimoine ; urbanisme; Olinda.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
Capítulo 1 – OLHARES - SOBRE A VILA DE OLINDA E SEUS QUINTAIS	17
1.1. A paisagem de Olinda pelas narrativas coloniais	18
1.2. Olhares distantes: Olinda e seus quintais sob a vista holandesa	29
1.3. Um documento singular: a Carta Foral	39
1.3.1. A Carta Foral e suas relações com o lugar	41
1.3.2. O Foral e o assentamento físico de Olinda	47
Capítulo 2 – IMPRESSÕES - DO TRAÇADO URBANO DE OLINDA AO DESENHO DOS QUINTAIS	54
2.1. A grande perspectiva: a vila nos desenhos do século XVI e XVII	54
2.1.1. O sistema defensivo e o espaço urbano	58
2.1.2. Desenhos internos: o arruamento da vila	71
2.1.3. Os referenciais laicos	90
2.1.4. Os referenciais religiosos	93
2.2. Construindo novos mapas onde se incluem os quintais	104
2.2.1. Além das muralhas	105
2.2.2. Velha Lisboa, Nova Lusitânia	111
2.2.3. Uma interpretação do traçado e o desenho dos quintais	117

2.2.4. O desenho das quadras	128
Capítulo 3 – RECORTES – A QUADRA, O LOTE E O QUINTAL	132
3.1. Relações externas: o quintal e seu entorno	133
3.2. A título de comparação: Olinda, Filipéia e São Luis	148
3.3. Em busca de uma leitura indiciária	151
3.4. Relações internas: a casa colonial e o quintal	156
Capítulo 4 – INCURSÕES – OS QUINTAIS COMO ALIMENTO DO CORPO E DA ALMA, VOCAÇÕES FUNDAMENTAIS	172
4.1. Alimentos do corpo	174
4.1.1. Animais domésticos	176
4.1.2. Espécies vegetais cultivadas no quintal	182
4.1.3. O quintal e o abastecimento alimentar	196
4.2. Alimentos da alma	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
BIBLIOGRAFIA	221

INTRODUÇÃO

A paisagem do sítio histórico de Olinda anima-se pelo contraste entre as texturas elaboradas pelo homem e pela natureza, e nesse esforço conjunto de modificar e identificar o ambiente, conferem ao espaço uma expressão peculiar. Quase numa atitude fraterna, as construções abraçam os verdejantes quintais, imprimindo em boa parte deles uma conformação introspectiva. Por outro lado, delimitados em suas projeções horizontais, avançam sobre o espaço aéreo. Na luta entre copas e cumeeiras, estes espaços reclusos se revelam na perspectiva da rua, emprestando movimento e vitalidade na apreensão da cidade e de modo inverso, emolduram o casario.



Figura 1 – **Vista do alto de Olinda com a cidade do Recife ao fundo**

Fonte: arquivo pessoal

Experimentando a cidade por suas vias de acesso, compreendemos os quintais como corações verdes, interiores, parte interna da vida urbana. Quase numa atitude de proteção, eles estão resguardados pelas construções. Existindo como organismos internos, vísceras. Afirmando-se como espaços vitais para o entendimento da cidade e da sua trajetória no tempo, o estudo sobre Olinda nos descola a percorrer esses caminhos internos, incitando uma incursão em suas entranhas – seus quintais – sob delicadas e sobrepostas camadas de tempo.

Olinda se localiza no atual estado de Pernambuco, nordeste do Brasil. O núcleo urbano original está situado sobre colinas, o que favorece uma melhor apreensão das áreas circunvizinhas. E, como os moradores costumam dizer, possui a melhor vista do Recife.

Olinda foi, no início da colonização portuguesa no Novo Mundo, a principal vila das capitâncias hereditárias no Nordeste. Fundada no dia 12 de março de 1537, foi o centro da capitania que mais prosperou e tornou-se uma das principais vilas do Império Português. Esta importância não se limita apenas ao caráter administrativo e político, mas, principalmente, ao fato de ter sido um embrião da miscigenada e plural cultura brasileira.

Com a Lei Federal nº 6863 de 26 de novembro de 1980, Olinda alcançou o estatuto de Monumento Nacional. Em 1982 foi tombada pela UNESCO e conseqüentemente passou a constituir-se Patrimônio Cultural da Humanidade. Neste mesmo ano, foi concedido à Olinda, pelo valor de suas áreas verdes, o título de Cidade Ecológica (Decreto Municipal n. 23, de 29 de junho).

O sítio histórico é, atualmente, área protegida e de interesse público. Seu território tem 1,2 km² de área tombada (polígono de tombamento) e 10,4 km² de área de preservação (polígono de preservação cultural), compreendendo a área da antiga vila de Olinda¹. Sua paisagem é caracterizada pela constante presença da vegetação oriunda, em sua grande maioria, dos quintais e cercas conventuais que ainda compreende boa parte do território da cidade como é possível constatar com a observação da vista aérea do sítio histórico.

¹ Site oficial da Prefeitura Municipal de Olinda. http://www.olinda.pe.gov.br/portal/olinda_em_dados.php. Acessado em 2005.



Figura 2 – **Vista aérea do sítio histórico de Olinda**

Fonte: Prefeitura Municipal de Olinda. Junho 2004.

Em alguns documentos antigos, como na vista holandesa “Marin D’Olinda de Pernambuco”², o topônimo “Olinda” aparece antecedido pela expressão “Marin”. Segundo Varnhagen (1978, p. 172) *Marim* ou *Mayr-y* seria uma apropriação do topônimo da aldeia indígena significando

² Publicada no livro de Johannes de Laet (1644).

“Água ou Rio dos Franceses”, denunciando assim a primazia destes naquele solo. Ainda segundo o autor, teria o donatário se aproveitado dos tujupares³ da aldeota primitiva para o primeiro estabelecimento dos colonos.

Olinda, nome que se apresenta simplificado na maior parte dos documentos históricos, inclusive em sua carta Foral, tem sido justificado pela historiografia como vinculado ao apreço pelo sítio, ideal para a edificação de um lugar urbano. Sobre ele Nieuhof comenta mais de um século depois de sua fundação: *“Da parte mais alta da cidade tinha-se uma linda vista, tanto para o sul como para a parte do norte, quer para o lado do mar como para o de terra, em virtude da vegetação que circundava a cidade e que se mantinha sempre verde através das estações”* (NIEUHOF, 1981, p. 46).

Logo, percebemos que a experiência urbana inclui outras questões pelas quais, ainda hoje, não se encontram muitas respostas na história do urbanismo brasileiro, dentre elas, a formação dos quintais. Não foi identificada até o momento nenhuma bibliografia que tratasse especificamente do tema, o que incorre num obstáculo à pesquisa e, como estudo inaugural, em grande esforço em construir o objeto de estudo. De modo um pouco mais amplo, muito ainda há para investigar sobre a vida privada no Brasil.

Em Olinda, a paisagem colonial se enriquece na presença dessas extensas áreas verdes. Elas emprestam a cidade uma experiência sensorial particular. Embora não participem oficialmente do espaço público, sua vegetação promove um contínuo diálogo com o entorno. Suas árvores centenárias formam molduras nas fachadas e sombras rendilhadas nas calçadas e ruas. Suas flores liberam cheiros, seus galhos e folhas produzem sons, atraem pequenos animais, e seguem no movimento dos ventos.

Mas além da sua contribuição na perspectiva da rua, sob olhar do visitante, eles sinalizam referências de um modo de vida dos moradores. Um espaço anexo da residência que permite uma série de atividades domésticas e, porque não, recreativas. Mesmo hoje, em nossas verticais cidades modernas, os quintais estão presentes em nosso imaginário. E seus mais jovens habitantes, que desconhecem em geral a sua forma física, o visitam sob outros suportes: vários

³ Este termo possui outras corruptelas como tejupar, tijupar, ou simplesmente tijupá que significa “construção rústica de palha; de duas águas que chegam até o chão, usada no campo pelos trabalhadores como abrigo provisório. Moradia indígena, menor que a oca. Toldo. Chopana, rancho”. (DICIONÁRIO DA ARQUITETURA BRASILEIRA, 1989).

livros infantis se baseiam em sua antiga referência de liberdade, aventura e descoberta para contextualizar novos enredos.

Mas, como esses espaços surgiram em Olinda? Eles possuíam a mesma aparência? Sua forma era livre ou se baseava em algum parâmetro?

O estudo de determinados elementos urbanos – como é o caso dos quintais – possibilita a melhor compreensão das inter-relações existentes entre as partes constituintes da espacialidade urbana. Muitas vezes relegados à categoria de espaços secundários ou até desprezados pelos historiadores e urbanistas, têm ainda hoje uma presença marcante no cenário urbano e no modo de vida local em todo o país.

Este trabalho é fruto de uma investigação que, partindo de fontes textuais e iconográficas do período colonial, buscou montar a formação do quintal enquanto espaço urbano⁴. Junta-se a outros esforços de pesquisa que investigam a estruturação inicial da vila de Olinda como os que foram realizados pela Secretaria do Patrimônio, Ciência e Cultura de Olinda⁵. Tem o intuito de trazer contribuições no sentido de reunir informações sobre o papel dessas áreas não edificadas que, chegando aos dias de hoje, são fundamentais para manter a feição patrimonial de Olinda, e, portanto, pelo seu título junto à UNESCO.

Como fontes iniciais para o seu estudo, cabe destacar os mapas holandeses realizados no século XVII. Olinda foi recorrentemente reportada nesta cartografia, onde muitas vezes, surge a representação clara das áreas de quintais. O número e a qualidade destas imagens somadas à literatura e a boa condição da preservação do sítio, forneceram as fontes principais para a realização da dissertação. Junta-se a este quadro, as possibilidades atuais de manuseio destas fontes proporcionadas pelos programas de manipulação de imagem.

O trabalho se estrutura em 4 blocos principais que se apresentam da maneira como os quintais foram sendo revelados na investigação: olhares, impressões, recortes, incursões. O primeiro capítulo se refere à visão, uma das primeiras experiências sensoriais quando se conhece um

⁴ Esta dissertação é um desdobramento do trabalho desenvolvido no Grupo de Pesquisa *Estudos da Paisagem*, onde realizei a pesquisa como bolsista do CNPq no período de 1999 a 2000, orientado pela prof^a Maria Angélica da Silva. Os esforços e contribuições foram direcionados às cidades coloniais, em especial a cidade de Olinda.

⁵ Com destaque ao trabalho realizado pela arquiteta Valéria Agra que produziu um estudo detalhado e comparativo da Carta Foral.

espaço urbano. Ele trata das narrativas e imagens dos cronistas do século XVI e XVII, ou seja, a vila começa a ser desenhada pela vivência de pessoas contemporâneas à sua formação.

Recuando um pouco mais no tempo, confrontamos com o discurso inaugural de Olinda, sua Carta Foral. Com este instrumento Duarte Coelho funda oficialmente a vila que, sem plantas, faz um discurso baseado na relação direta entre seu ideal urbano e a realidade topográfica.

No segundo capítulo procurou-se compreender a vila por uma outra perspectiva, por seus desenhos em planta. Desse modo, foram identificados os principais aspectos que nortearam a formação urbana, em especial o arruamento e a construção das quadras. Este caminho metodológico se caracteriza pela abordagem vetorial do objeto que se estende de um sentido amplo da vila para o específico do quintal.

Na formação inicial de Olinda e, conseqüentemente em seus quintais, muito contribuiu a tradição urbana. Ela aparece refletida, por exemplo, no sistema defensivo, representado na maior parte da iconografia portuguesa do período, nos referenciais cristãos, laicos, entre outros. Soma-se a esta herança, as características do sítio e a experiência do donatário. E, neste panorama, a ação urbana torna-se diferenciada.

Particularmente, sempre que me lembro de minhas visitas à Olinda faço um percurso imaginário por determinados caminhos. Esses trajetos me pareciam magnéticos, me chamavam a percorrê-los. Ao estudar a formação de Olinda, comecei a ponderar que poderiam não ser obra do acaso. Então, dei início à procura de um “sentido”, o que refletiria invariavelmente na construção dos quintais. . Esta análise ampliada tornou este capítulo da dissertação mais volumoso.

No capítulo 3 recortei o universo urbanístico da vila e tratei as relações do quintal com o entorno, na escala da quadra e, posteriormente do lote. Neste momento foi possível especular sobre uma relação proporcional entre as áreas edificadas e não edificadas no interior do lote. Junto à iconografia da vila, fez-se uma tentativa de leitura indiciária sobre os elementos que compunham os quintais, na intenção de explorar seus interiores.

Os quintais estão profundamente relacionados à vida doméstica e conseqüentemente à casa, e, portanto, foi de fundamental importância compreender essas relações internas. Entretanto, esta tarefa não é fácil. Não foi possível identificar muitas obras que tratassem da história da arquitetura civil no Brasil, principalmente nos seus primeiros séculos, constituindo assim um

outro obstáculo para esta investigação. Mas a pesquisa pode avançar com relação aos cultivos próprios do quintal.

No último capítulo, o quintal é apresentado enquanto fornecedor de alimento seja ele físico ou subjetivo. Dos alimentos do corpo, estamos nos referindo às espécies vegetais cultivadas e que serviram à mesa do colono. Assim também, incorporava-se a área posterior da casa ao plantio de ervas medicinais. O conhecimento destas ervas foi, em grande parte, absorvido da cultura indígena e utilizado para cura por longo tempo. Ainda hoje seu uso é comum em localidades onde o acesso a remédios e médicos não é fácil.

Outra fonte de alimento cultivada nos quintais foi, e ainda é, em determinados lugares, a criação de animais para o abate. Ainda hoje, em Olinda, podemos encontrar criações de aves (galinhas, perus etc), porcos, coelhos entre outros, que tem a finalidade de ser consumido pela família ou vendido na rua. Muitos destes animais foram aclimatados no período colonial e permaneceram na cultura local. Outros eram nativos e foram incorporados na vida dos colonos.

Esta investigação seguiu por veredas ainda pouco recorrentes na tradição dos estudos urbanos, partindo, por exemplo, da manipulação e análise exaustiva de fontes iconográficas e deste modo fazendo uma leitura da vila através do confronto dos discursos imagéticos e textuais em paridade de importância. Esta atitude permitiu avançar em territórios onde os cronistas não se ativeram, tanto no que se refere à compreensão da vila quanto de espaços específicos como os quintais. Dos avanços desta dissertação, poderíamos citar a relação de Olinda com seus arrabaldes, a visualização da composição das quadras e ainda a representação formal dos quintais.

Além das atividades que permaneceram até o século XIX, quais se perderam no tempo? Sabe-se, porém, dos usos que existem em boa parte dos quintais remanescentes, como o cultivo tradicional de espécies animais e vegetais, do abrigo do transporte, da água, da área livre, do anexo etc. Conjunto que reflete um modo de vida local e que devido a novas modalidades de produção vem se esmaecendo no tempo e no espaço. A não inserção desses espaços na vida moderna vem fazendo com que sejam compreendidos como áreas ociosas quando na verdade são preciosas na caracterização da paisagem e na transmissão cultural de modos tradicionais.

Assim, esta dissertação tem como principal objetivo investigar a formação dos quintais de Olinda, conseqüentemente sua contribuição no tecido urbano, expondo assim, o que se fez resguardado.

Capítulo 1 – OLHARES – SOBRE A VILA DE OLINDA E SEUS QUINTAIS

O sítio histórico de Olinda nos desperta um mundo de curiosidades, de questões, de enigmas, de cantos e recantos... É na sobreposição de tempos e na articulação ou desarticulação de espaços, de formas, que a cidade se expressa – sua paisagem. Uma paisagem urbana que se inicia oficialmente na fundação da Vila em 12 de março de 1537, tempo em que seu donatário Duarte Coelho resolve, através de carta Foral, instituir patrimônio para a Vila.

Para compreender a formação de determinados espaços urbanos, como os quintais, é importante entender sua dinâmica e contexto temporal. Mas o caminho para este conhecimento pode não se restringir apenas aos registros documentais, mas também, apoiar-se na percepção de suas permanências, especialmente quando se trata de uma cidade tombada como patrimônio mundial, como é o caso de Olinda.

O espaço se define apenas pelas atividades que suporta? Como construção social, permite uma multiplicidade de formas de abordagem e conteúdos. Tentar simplificar o objeto não parece ser uma atitude sensata. É necessário aceitar sua complexidade, e, para a execução da investigação, especular e determinar algumas formas de acesso.

Este trabalho se desenvolve sob um repertório de olhares, tempos e discursos, e é a partir deste confronto de experiências que buscaremos desvendar Olinda, e em especial, a formação dos quintais. Este caminho foi escolhido por entender a paisagem como reflexo de momentos no espaço, camadas de tempos e vivências que lhe dão forma. Deduzimos que nela há informações preciosas. Porém fazer este tipo de leitura não é tarefa fácil, pois o discurso não é uniforme nem universal.

Sob os olhares estarão impressas experiências distintas. Iniciaremos com a experiência do outro, em outro tempo. São os relatos dos viajantes do século XVI e XVII que descreveram Olinda durante o período próximo a sua formação. O segundo olhar é o do seu idealizador, Duarte Coelho, que como donatário da capitania de Pernambuco funda a Vila através de sua carta Foral. Um percurso recuando no tempo, às origens, como é o objeto desta investigação. O caminho não se restringe aos discursos textuais, mas também ao iconográfico, aos desenhos da vila.

A partir do confronto destas falas, que tem a cidade como elemento comum, podemos identificar que há algo que persiste, fixado nas suas superfícies, desde o primeiro momento. Algo que não está morto. Está presente no traçado urbano, na paisagem, na locação de seus edifícios: no espaço urbano.

1.1. A PAISAGEM DE OLINDA PELAS NARRATIVAS COLONIAIS

Sobre Olinda, estão registradas preciosas experiências nas falas de viajantes que visitaram ou habitaram a vila durante um determinado período. Logo, iremos retroceder na linha do tempo, aos séculos próximos à sua fundação, buscando reconstituir esta ambiência original. Mais especificamente, estaremos nos referindo à palavra dos jesuítas que estiveram na vila no século XVI e, em outro momento, aos contemporâneos à invasão holandesa, período marcado por intensa produção textual e iconográfica sobre a colônia, em especial, Olinda.

Foram selecionados 8 relatos dos dois primeiros séculos da colonização do território. O primeiro grupo são 4 cronistas do século XVI, dentre eles os padres jesuítas Manuel da Nóbrega, Antônio Pires, Ruy Pereira e Frei Cardim, pois visitaram ou viveram por um determinado período na vila de Olinda e escreveram sobre a mesma. Os 4 discursos seguintes formam o segundo grupo, e estão localizados no século XVII. O primeiro, do padre Manuel Calado que viveu o período de transição da dominação portuguesa para holandesa, soma-se aos demais holandeses: reverendo João Baers vindo na esquadra da Companhia das Índias Ocidentais; do escritor Barléu, que não esteve no Brasil, e do viajante Nieuhof que descreve a vila já incendiada. Esses relatos são importantes fontes históricas, extraídos dos documentos originais e por ser testemunhos da experiência vivida no período contemporâneo aos primórdios da formação urbana colonial.

Em 1551, os jesuítas Manuel da Nóbrega e Antônio Pires estiveram em Olinda: “*Nessa terra, custa muito pouco fazer-se um collegio e sustentar-se, porque a terra é muito farta, e os meninos da terra sustentam-se com pouco*” (NÓBREGA, 1988, p.130). Porém, na maior parte das cartas que escreveu durante sua estada, demonstra que ele ficou realmente muito impressionado com as desordens morais que haviam entre os moradores de Olinda, e a urgência que tinham da salvação. Logo, cita a necessidade de construir um colégio e insinuando a utilização de materiais mais

resistentes ao tempo como as edificações de pedra e cal. *“Trabalhamos por dar princípio a casas, que fiquem para enquanto o mundo durar, vendo que na Índia isso mesmo se pretende”* (NÓBREGA, 1988, p. 137). O colégio jesuíta de Pernambuco foi construído em 1576 por Gregório Serrão, sendo o terceiro em solo brasílico.

O padre Antônio Pires, no dia 2 de agosto de 1551, escreve para os irmãos em Portugal, entusiasmado com a quantidade de escravos em Pernambuco: *“Há também aqui muitos escravos, e os Gentios desta terra parece que são os melhores de todos os das outras partes, porque conversam sempre com gente melhor que de todas as outras capitânicas. Temos esperança que se há de fazer muitos frutos”* (PIRES in NAVARRO, 1988, p. 108). Podemos notar certo exagero, ao anunciar que o povo da capitania é *“gente melhor”* que as demais. Esta afirmativa certamente foi estimulada por sua primeira impressão, e pelas boas condições econômicas dos moradores e de acesso a outras localidades através do movimentado porto do Recife.

Em outro momento da mesma carta, porém, lamenta a falta de mão-de-obra especializada: *“Nesta terra, pela falta que ha de officiaes, a necessidade de nos fazer aprender todos os officios; porque de mim vos digo que pelos officios que nesta terra tenho aprendido poderia já viver”* (PIRES in NAVARRO, 1988, p. 110). Os jesuítas têm pretensões exclusivamente intelectuais, debruçados mais especificamente na conversão dos gentios e nas aulas do colégio. Mas pelas condições da colônia, são forçados a assumir outros ofícios, e o próprio Antônio Pires chega a trabalhar de carpinteiro e pedreiro.

Em 1561, o padre jesuíta Ruy Pereira ao chegar na casa onde mais tarde seria fundado o colégio de Olinda, comenta, exaltando a posição privilegiada do edifício religioso na topografia do sítio: *“... está a nossa casa situada com a maior vista e viração assim para o mar como para terra, que em nem uma nossa casa vi”* (PEREIRA in NAVARRO, 1988, p. 315). Sobre o clima e outras características da vila discorre:

... é tão fresco o sitio que andando o sol sobre nós, em nem-um modo sentimos o verão, antes muitas vezes é necessário fugir da viração, sendo a terra geralmente mais quente que a das outras capitânicas, e com isto é terra sadia por extremo, de muito melhores mantimentos e em abundância que as outras; é mui provida das cousas do Reino pólos muitos navios que a ella vêm todos os annos, de modo que nas provisões quem tiver com que as compre, não há cá differença do Reino. Continuamente se vende pão de trigo, vinho, azeite, etc. e a terra em si é mui farta e de muito gado; até o Gentio daqui é mais rico que os das outras capitânicas (PEREIRA in NAVARRO, 1988, p. 315)

Ruy Pereira trata da abundância dos mantimentos tanto da terra quanto dos produtos oriundos do comércio com a Metrópole, evidenciando a dinâmica do porto e a estreita relação com outras partes do domínio lusitano.

Alguns anos mais tarde, em 1584, o padre jesuíta Fernão Cardim acompanha o padre visitador Christovão Gouvêa a Pernambuco. Nessa viagem ele escreve uma narrativa epistolar, deixando transparecer suas percepções sobre a vila. Em certo momento ele diz: “*Não posso deixar de dizer nesta as qualidades de Pernambuco*” (CARDIM, 1980, p. 163), e mais adiante,

Tem uma formosa igreja matriz de tres naves, com muitas capellas ao redor; acabada ficára uma boa obra. Tem seu vigário com dois outros clérigos, afora outros muitos que estão nas fazendas dos portuguezes que elles sustentam à sua custa, dando-lhes mesa todo o anno e quarenta ou cincoenta mil réis de ordenado, afora outras vantagens. Tem passante de dois mil vizinhos entre villa e termo, com muita escravaria de Guiné, que serão perto de dois mil escravos: os índios da terra já são poucos (CARDIM, 1980, p. 163).

O padre Cardim também se admira com o tamanho, as características da natureza, o desenvolvimento das criações e dos engenhos e, em especial, com a riqueza ostentada por alguns moradores da vila. Porém não deixa de lançar uma crítica a estes excessos, “*Emfim em Pernambuco se acha mais vaidade que em Lisbôa*” (CARDIM, 1980, p. 164). Este pecado também será apontado por outros, quase um século depois, como uma das principais causas da destruição da vila.

Cardim também se refere à topografia, a relação da vila com o entorno, e aos materiais de construção empregados nas habitações. Este último reflete minimamente a preocupação com a durabilidade dessas construções, e paralelamente o poder econômico desses moradores, pois era muito caro construir em pedra e cal. “*A villa está bem situada em lugar eminente de grande vista para o mar, e para a terra; tem boa casaria de pedra e cal, tijolo e telha. Temos aqui collegio aonde residem vinte e um dos nossos; sustentam-se bem, ainda que tudo val tres dobro do que em Portugal*” (CARDIM, 1980, p. 164).

A prosperidade da vila também despertou o interesse da Companhia das Índias Ocidentais que preparou durante anos uma grossa esquadra para tomar a região e se apoderar da valiosa

produção de açúcar. Eles invadem Olinda em 1630 e, não conseguindo manter a vila sem grande esforço, resolvem incendiá-la no ano seguinte.

Quase um século depois do padre Cardim, em 1631, Frei Manuel Calado presencia a tomada da vila pelos holandeses, contrariando as ordens superiores para retirada: Matias de Albuquerque, governador da capitania, instruíra a população a deixar a vila e seguir para o interior. Frei Calado permanece e, mais tarde, torna-se amigo do Conde Maurício de Nassau. Essa proximidade dos dois lados faz com que seu testemunho ganhe uma característica peculiar. Seus escritos são considerados por José Antônio Gonsalves de Mello como os mais valiosos registros em língua portuguesa sobre a dominação holandesa (ver MELO *in* CALADO, vol. 1, 1985, p. XVI).

O Frei alude a opulência que tanto enobreceu e ao mesmo tempo contribuiu para o arrasamento de Olinda, consequência esta já profetizada por outros religiosos.

Quem se houvesse achado na vila de Olinda, cabeça da grande capitania de Pernambuco, e das demais da parte do Norte, antes que os holandeses a ocupassem, e a tornasse a ver depois que nela entraram os holandeses, e a rederam, sem muito parafusar, em breve alcançaria, que havia sobre ela caído a vara da divina justiça; a instância dos pecados em que estava enlodada. Era aquela república antes da chegada dos holandeses a mais deliciosa próspera, abundante, e não sei se me adiantarei muito se **disser a mais rica de quantas ultramarinhas o Reino de Portugal tem debaixo de sua coroa, e cetro**. O ouro, e a prata era sem número, e quase não se estimava: o açúcar tanto que não havia embarcações para o carregar, que com entrarem cada dia, e saírem de seu porto grandes frotas de naus, navios, e caravelas; e se andarem as embarcações encontrando umas com outras, em tal maneira, que os pilotos faziam mimos, e regalos aos senhores de engenho, e lavradores, para que lhes dessem suas caixas, não se podia dar vazão ao muito que havia. As delícias de mantimentos e licores, eram os que se produziam assim no reino, como nas ilhas. O fausto, e aparato das casas era excessivo, porque por mui pobre, e miserável se tinha o que não tinha seu serviço de prata. Os navios que vinham de arribada, ou furtados aos direitos do Peru, ali desembarcavam o melhor que traziam. As mulheres andavam tão loucãs, e tão custosas, que não se contentavam com os tafetás, chamalotes, veludos, e outras sedas, senão que arrojavam as finas telas, e ricos brocados; e eram tantas as jóias com que se adornavam, que pareciam chovidas em suas cabeças, e gargantas as pérolas, rubis, esmeraldas, e diamantes. Os homens não haviam adereços custosos de espadas, e adagas, nem vestidos de novas invenções, com que se não ornassem os banquetes cotidianos, as escaramuças, e jogos de canas, em cada festa se ordenavam, tudo eram delícias, e não parecia esta terra senão um retrato do terreal paraíso.

Entrou nela o pecado, foram-se os moradores dela, entre a muita abundância, esquecendo a Deus; e deram entrada aos vícios, e sucedeu-lhes o que aos que vieram no tempo de Noé, que os afogaram as águas do universal dilúvio, e como a Sodoma, e Gomorra, e às mais cidades circunvizinhas, que foram abrasadas com o fogo do céu. [grifo nosso] (CALADO, 1985, p. 38-39)

O texto acima está pontuado pelo deslumbramento com as riquezas dos senhores de engenho e a prosperidade da economia que estava refletida no comportamento, vestuário, arquitetura, compondo a paisagem daquele momento. Esta visão por outro lado apresenta certos conflitos.

Para o padre cuja vida religiosa exige sujeição aos dogmas católicos, dentre eles o desprendimento de bens materiais, essa realidade apresenta-se pecaminosa, principalmente numa sociedade católica. E esse contexto justificaria o abrasamento da vila.

A relação existente entre riqueza e pecado está presente nos discursos católicos, que esmaece nos relatos dos cronistas protestantes. E a vila também expressa essa contradição original, por um lado movimentada alfândega, por outro, numerosas igrejas marcam o solo colonial de Olinda.

Na verdade, a capitania de Pernambuco sempre despertou interesse dos europeus (inclusive de corsários franceses e ingleses), nos primeiros anos pela proximidade à Europa ou ainda pela qualidade do pau-brasil. Com o tempo, o brilhante desenvolvimento da capitania, espelhado em Olinda, sua sede, foi motivo de atração. O comércio¹ e a aparência² da vila, bem como sua população, destoavam das outras vilas portuguesas na América, marcando os discursos dos viajantes deste período.

Na esquadra holandesa vinda a Pernambuco em 1630, está presente o reverendo João Baers que acompanha o coronel Theodoro de Waerdenburch na tomada da vila. Diferente de Frei Calado, a opulência de Olinda não conduz ao pecado, nem a tomada da vila uma forma de salvação. Ele faz uma minuciosa descrição da vila, referindo-se à situação dos edifícios. Embora seja um pouco extensa, vale a pena a reprodução pela vivacidade do seu relato que será inclusive, retomado várias vezes no correr da dissertação.

No que diz respeito à praça de Olinda, temos a referir que ela está situada em forma de ângulo no dorso de um alto monte, do qual uma extremidade é mais elevada que a outra. No extremo mais alto do monte acha-se o Convento dos Jesuítas, sendo o extremo norte do lugar formado pelas encostas do mesmo monte; para o lado sul encontra-se o Convento dos Franciscanos, que tem um bonito pátio com uma bela fonte onde o povo vai buscar água para beber.

Descendo o monte, a partir do Convento dos Jesuítas, depara-se novamente com uma eminência sobre a qual eleva-se a principal igreja paroquial do lugar, chamada Salvador, a Casa de Câmara, debaixo da qual acha-se o

¹ Quase no mesmo período em que Ruy Pereira trata da abundância em Olinda, o padre Luis de Grã comenta em relação a Salvador (1562): “*Está esta casa tão falta das cousas necessárias para fundar egrejas, que nem calices, nem pedras d’aras, nem retavolos, nem missaes, nem vestimenta, frontal, toalhas, etc., temos. Vossa Reverendíssima, por amor do Senhor, nos faça haver alguma esmola dessas cousas*” [grifo nosso] (GRÃ in NAVARRO, 1988, p. 318). De certo que o padre se refere a elementos específicos para a ordem religiosa, mas acrescenta outros menos específicos como vestimentas, por exemplo. Não há no discurso qualquer menção ao comércio local desses ou de outros produtos, deixando-nos especular que deveriam ter menores proporções, marcando a vantagem de Pernambuco em relação à Bahia, sendo Salvador a sede do Governo Geral.

² Sobre a arquitetura das edificações iremos tratar mais detidamente no capítulo 3.

açougue, e à direita acima dela a prisão, e uma grande parte da cidade, sendo a eminência em cima plana e igual: também ali existe uma bela e larga rua ultimamente chamada Rua Nova, que foi a primeira rua da cidade. Porém, no extremo meridional, onde está situado o hospital, chamado Misericórdia, desce o monte com tão áspero declive, que quase não se pode subi-lo sem grande esforço e trabalho nem descê-lo sem perigo de cair-se, apesar de ver-se diante de si. Chegando-se em baixo no vale, onde se acha uma encruzilhada na qual os mercadores se reúnem e costumam constituir a bolsa, sobe-se logo de novo outra eminência, mas, não empinada nem tão alta, e ali se encontra a outra igreja paroquial chamada igreja de S. Pedro, e ali em volta acham-se muitas belas casas e muitos armazéns, porque este é o extremo da praça, onde o rio vindo do Recife (do qual ainda falaremos) chega e corre pela parte ocidental. As casas não são baldas de conforto, mas, cômodas e bem feitas, arejadas por grandes janelas, que estão ao nível do sótão ou celeiro, mas sem vidros, com belas e cômodas subidas, todas com largas escadarias de pedra, porque, as pessoas de qualidade moram todas no alto. A cidade tem, como já disse, duas igrejas paroquiais, pois, enquanto que a principal é chamada Salvador, a outra tem o nome de S. Pedro; e possui cinco conventos: dos Jesuítas, dos Franciscanos, dos Carmelitas, dos Beneditinos, e o Convento das Freiras. A todos excede o Convento dos Jesuítas, que é muito grande e de bela construção, em forma de quadrado, e tem no centro um pátio; é alto de dois andares com galerias duplas ao longo dos mesmos, dos quais entra-se em todos os quartos situados em redor, em número de aproximadamente quarenta. Existem ainda alguns conventos e igrejas junto a Olinda, como que nos arrabaldes; há ali uma igreja denominada N. S. do Amparo; outra chamada S. João; ainda outra chamada N. S. de Guadalupe, e outra em cima do monte e por isso chamada N. S. do Monte. A igreja paroquial e as igrejas dos conventos são ricamente ornadas com dourados e muitos altares, mas, sem quadros preciosos nem outros. Nós não encontramos na cidade pessoa alguma, senão alguns negros, e poucos portugueses velhíssimos que não puderam fugir, alguns doentes, aleijados e coxos que foram recolhidos em tratamento ao hospital chamado Misericórdia, sob a direção de um padre enfermeiro. Também foram achados poucos móveis, como cadeiras e bancos, caixões e arcas, e outras obras de madeira e objetos domésticos, pouco prata ou dinheiro amoedado, e outras alfaías preciosas ou jóias, apesar de presumirmos haver ali muitos que possuíam mais do que deviam descobrir-nos ou dizer-nos. Eles, ao que parece, fugiram com seus tesouros, e a maior parte dos bens para as aldeias, montes e engenhos do interior do país, tendo sido prevenidos da nossa chegada com alguma antecedência. Achamos ali quinhentas pipas de vinho de Espanha, noventa caixas de açúcar, e também alguns barris e sacos com farinha de trigo e algum azeite. (BAERS, 2004, p. 39-41)

Baers descreve a vila como quem a percorre, pontuando seus limites e os seus edifícios, sempre que possível referindo-se aos pontos cardeais. Destaca as construções relacionadas à administração e comércio, como a Casa de Câmara, prisão, hospital e açougue, enfatiza a encruzilhada ao fim da ladeira como lugar onde os mercadores constituem bolsa, também conhecido como Quatro Cantos. Ele registra os numerosos edifícios religiosos e classifica-os como: 2 igrejas paroquiais, 5 conventos e 4 igrejas e conventos dos arrabaldes. O texto é uma narrativa de uma experiência vivencial e de tal modo nutrido de detalhes que a paisagem de Olinda se esboça amparada em referenciais fidedignos à realidade. A vila apresentada através de um percurso demonstra a sensibilidade em perceber sua dinâmica interna, seus momentos de atração e repulsão, absorvendo a ordem de posicionamento dos edifícios no sítio e a relação entre eles.

Dentre outras informações, o reverendo trata do esvaziamento da vila por parte dos moradores que transportam a maior parte dos objetos de valor, e dos quais podem carregar junto com suas famílias, para o interior. Assim denuncia a tensão e os momentos que antecederam a invasão.

Após a conquista do território, os holandeses permaneceram em Pernambuco por mais vinte quatro anos. Estabelecem Recife como sede administrativa e Olinda, temida pelos focos de resistência, é abandonada. “... *Olinda é por natureza fraca, e, em consequência de diversas eminências e montes, que uns e outros e todos juntos comandam a praça, não pode ser bem fortificada sem grande trabalho e despesa*” (BAERS, 2004, p. 45). Desta forma, percebe-se uma diferença essencial entre as estratégias de defesa portuguesa e holandesa. As características do sítio, em especial os acidentes geográficos, constituíam para o primeiro uma vantagem que poderia facilmente ser somada, de modo complementar, às suas intervenções. Para o segundo, tornar-se-ia um obstáculo para o controle.

Dentre os governadores holandeses destaca-se o conde Maurício de Nassau por sua eficiência e contribuição no conhecimento e conquista do território. Embora não tivesse sido testemunha ocular, Barléu, renomado escritor, foi encarregado de reproduzir a narrativa dos feitos de Nassau na América, e assim descreve a vila:

A própria Olinda, cidade outrora linda no nome e no aspecto e ora afeada com o entulho de suas ruínas, achou, na sua grande calamidade, motivo de gratular-se consigo mesma: não podendo manter-se ereta e incólume, por terem-na arruinado as vitórias alheias, foi brandamente tratada pela vossa comiseração. Vendo-lhe, de contínuo, o lamentável infortúnio, condoestes-vos da sorte de tão ínclita cidade. Confronte-se o aspecto de Olinda caindo e de Mauriciópolis surgindo em vossa honra: não se hesitará em decidir qual dos dois espetáculos é mais deleitável. Se é de lamentar o tomarem-se armas contra os sagrados penates, de certo será grato e louvável o haverdes construído templos de Deus e casas para os cidadãos, primeiro, para o vosso amor refletir-se no próprio Criador; segundo para alcançar ele também os homens, imagem do mesmo Deus. (BARLÉU, 1974, p. XII).

Nas palavras de Barléu, a vila estava vencida e injustiçada. Mas Olinda surge acima de tudo personificada. Como se tratasse de uma bela senhora, distinta, famosa, cobiçada, dinâmica, porém vulnerável, que tivesse sofrido um grande golpe que não apenas a transfigurou, como destruiu sua dignidade. Quase morta, e, ao dar a luz a Recife, sobrevive com dificuldade.

Como que condenada pelo destino, arruinou-se a formosa Olinda, mostrando-se chorosa. As casas, os conventos e as igrejas, derrubados, não pelo furor da guerra, mas de propósito, lagrimavam com a própria ruína. (...) Sendo nós, porém, homens e capazes de comover-nos com o belo, não poderiam deixar de lamentar a assolação da cidade aflita aqueles mesmos que a devastaram, pondo por terra o topo das igrejas e dos edifícios públicos e privados, que, feridos pelos raios do sol vespertinos, apresentavam sugestivo aspecto. E se a gente agora visse Olinda juraria que contemplava, jazendo em seu local desolado, Pérgamo, as ruínas de Cartago ou de Persépolis.

(...)

Transportou cada um para o Recife os restos e os entulhos vendíveis da cidade demolida, aproveitando os materiais em novas edificações para que, desaparecendo **a mãe – Olinda** -, revivesse das ruínas, embora com outro aspecto, a sua filha – Mauriciópole [grifo nosso] (BARLÉU, 1974, p. 154).

A vila é observada com comiseração pelo seu avesso, suas ausências. Uma falta presente. Com a retirada dos moradores, os holandeses travam um embate com a própria vila, seus vestígios, construções, desenhos.

O medo de represálias demonstra que por mais que conhecessem a vila, inclusive por cartas, não conseguiam dominá-la. Eles a incendiavam mesmo sabendo da dificuldade que iriam ter para erguer outra. Mais adiante Barléu justifica a destruição pela incapacidade reconhecida pelos holandeses de manter o domínio do território.

São onze as vilas e povoações habitadas por lusitanos. A primeira è a capital Olinda, à beira-mar, notável por belos edifícios e templos. **O sítio, por amor das colinas que ela abrange no seu perímetro, é assaz acidentado, de sorte que dificilmente o poderia munir a indústria humana.** Na parte mais alta, erguia-se o convento dos jesuítas, de construção elegante e rico de rendas, levantado por el rei D. Sebastião. Era o primeiro que aparecia, com seu aspecto agradável, a quem vinha do mar alto. Ao lado dele, via-se outro – o dos capuchos, e perto da costa o dos Domínicos. Na região superior da cidade, estava o mosteiro de S. Bento, protegido pela natureza e pela sua construção. Havia também uma igreja de freiras e mais outras. Tinha duas matrizes: a de S. Salvador e a de S. Pedro. Calculavam-se em 2000 os moradores, fora eclesiásticos e escravos. Distribuía-se em quatro companhias de número desigual, como se costuma. Eram mais ou menos duzentos os mais ricos. [grifo nosso] (BARLÉU, 1974, p. 40).

A narrativa de Barléu desenha o perfil da vila a partir do mar, do olhar externo e distante, como se estivesse observando um quadro pré-definido. Os edifícios surgem no discurso do mesmo modo como se apresentam aos navios nos arrecifes junto à costa. Muitas construções antigas e importantes situadas na parte oriental, como a igreja do Amparo, de Nossa Senhora do Monte, de São João, são desprezadas no texto que, diferente de Baers, ignora sua relevância. O reverendo chega com os invasores pelo colégio dos jesuítas no alto e vai descendo, percorrendo e

conhecendo a vila pelo arruado e sua relação com as partes. Barléu tem uma visão lateral e estática, fazendo com que sejam obscurecidos pontos importantes do aglomerado urbano.

Tempos depois, ainda sob o governo holandês, houve tentativa de retomada da reconstrução da vila, esta considerada até o momento como núcleo administrativo de Pernambuco. “*Proibiram-se demolições na velha Olinda para não faltar à capital de Pernambuco toda a decência e para não se perder de todo a esperança de restaurá-la; mas, ao revés, permitiu-se aos cidadãos edificar novas casas e consertar as arruinadas*” (BARLÉU, 1974, p. 317). Esta proposta como veremos mais tarde estará possivelmente refletida no *Mapa de Olinda* do Atlas Vingboons.

O alemão Nieuhof chega a Pernambuco em 1640 a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, permanecendo até 1649 quando retornou a Holanda. Ele, diferente de Barléu que era escritor renomado, era agente comercial, mas escreveu um dos mais importantes relatos sobre a colônia do século XVII, porque foi testemunho presencial dos acontecimentos. Para ele, o Brasil era “*o lugar mais abençoado do mundo, um verdadeiro paraíso terrestre, que agora foi reduzido a um estado deplorável devido ao incêndio da guerra*” (NIEUHOF, 1981, p. 13). Possivelmente ele se refere à Olinda, única vila incendiada pelos holandeses.

A pequena distância do Recife, ou Cidade Maurícia, em direção ao norte, encontram-se as ruínas da cidade de Olinda, outrora famosa sob o domínio português, pois era por aí que o Brasil exportava para a Europa toda a sua produção. **A melhor parte da cidade assentava-se sobre diversas colinas.** Ao sul, do lado do mar, essas colinas eram bastante suaves, descendo até a praia que se apresentava, por toda a extensão da costa, coberta de uma areia muito branca. Já para o lado da terra, ou **ao norte, os cômoros eram mais escarpados e íngremes, cheios de espinheiros e entremeados de laranjeiras, aqui e acolá.** Essas colinas constituíam reforço natural da defesa da cidade que, ademais, era defendida por vários baluartes do lado da terra, embora a grande diversidade dos acidentes orográficos da região dificultasse a construção de fortificações regulares. **Da parte mais alta da cidade tinha-se uma linda vista, tanto para o sul como para a parte do norte, quer para o lado do mar como para o de terra, em virtude da vegetação que circundava a cidade e que se mantinha sempre verde através das estações.** Dali também se avistava a Ilha de Antônio Vaz e a Cidade Maurícia. A ponta de terra próxima a Olinda era conhecida por *Tipo* entre o povo. [grifo nosso] (NIEUHOF, 1981, p. 46).

A topografia deixa de ser apenas um dado geográfico, mas também é colocada como um indicativo da configuração social da vila, situando no alto a “melhor parte” da cidade, ou seja, os edifícios mais nobres e importantes. Morar no alto parecia atribuir *status* ao morador, como também se viu na citação de Baers (pág. 20).

Da descrição do lugar, Nieuhof evidencia a participação da natureza na concepção da vila. Deste modo, ao descrever seus limites, ele se refere ao relevo, “os cômoros eram mais escarpados e íngremes” e à vegetação “cheios de espinheiros e laranjeiras” como “reforço natural”, destacando a função auxiliar na defesa do território e colocando determinadas características do sítio em condições de igualdade em relação aos elementos edificados, como os baluartes. Paralelo às questões práticas citadas, o cronista releva a contribuição estética das estruturas vegetais e sua inserção na paisagem urbana, “... uma linda vista (...) em virtude da vegetação que circundava a cidade e que se mantinha sempre verde através das estações”. Barléu também não fica indiferente a esta relação da vila com a natureza, declarando no trecho anteriormente citado: “... o mosteiro de S. Bento, **protegido pela natureza e pela sua construção**” [grifo nosso] (BARLÉU, 1974, p. 40).

A morfologia do território também vai contribuir para a estrutura urbana através da locação dos edifícios. A situação em cotas elevadas do relevo parece determinar a importância destes, construções ou indivíduos, para a sociedade, ou seja, a distribuição hierárquica das camadas sociais vai sendo projetada no espaço a partir das nuances do relevo. Por sua vez, esses edifícios vão construindo a partir das vias públicas um sistema de ligação entre eles.

“Sobre a mais alta colina dessa região existia outrora um convento de jesuítas, construção magnífica, mandada construir por D. Sebastião, rei de Portugal, que o dotou de grande patrimônio. De lá a vista era belíssima e o convento podia ser visto do mar, a grande distância. Não muito longe deste havia outro mosteiro pertencente aos capuchinhos, e, próximo à praia, ainda outro dos frades dominicanos. Além desses havia duas igrejas, uma chamada São Salvador e outra São Pedro.” (NIEUHOF, 1981, p. 46)

Nieuhof coloca em grau de similar importância a igreja de São Salvador e a igreja de São Pedro, o que não parece ser obra do acaso. Em outro momento, quando iremos analisar a iconografia, poderemos perceber como em relação ao traçado, elas se destacam das demais edificações religiosas, formando uma espécie de triangulação entre a igreja de São Pedro, Misericórdia e a Matriz.

Muito tempo depois, o padre Manuel Aires de Casal (1754?-1821?) descreve a cidade da seguinte forma:

“Olinda, (...) noutro tempo considerável, rica e florescente, erecta cidade episcopal em seiscentos e setenta e seis, quando já estava bem caída com a tomada dos holandeses, é hoje pobre, e mal povoada em razão da vizinhança do Recife, que lhe roubou todo o comércio; mas uma bela habitação para estudiosos, convalescentes, e melancólicos, que aborrecem os tumultos. Tem casa de misericórdia com seu hospital, um recolhimento de convertidas, um convento de franciscanos, outro de carmelitas descalços, outro de calçados, e quatro de beneditinos: um palácio, onde os governadores eram obrigados a residir seis meses no ano, em outro tempo: outro episcopal assaz deteriorado: um seminário no colégio ex-jesuítico com aulas, e professores de Latim, Grego, Francês, Geografia, Retórica, História Universal, Filosofia, Desenho, História Eclesiástica, Teologia Dogmática, e Moral; grande número de ermidas; **um jardim de árvores, e plantas exóticas, comumente asiáticas; para dali os lavradores as transplantarem nos seus prédios.** Seus habitantes estão repartidos em duas paróquias, sendo uma delas a catedral que é magnífica, e de três naves, dedicada a S. Salvador com oitocentos e oitenta fogos; a outra é da invocação de S. Pedro Mártir, e tem trezentos e quinze. O senado é rico; quase todas as casas lhe pagam um tostão de foro por cada palmo de frente; **quase todas têm grandes quintais, de ordinário quase inúteis.** O terreno é apropriado para diversidade de árvores frutíferas, as mangueiras são as mais multiplicadas.” [grifo nosso] (CASAL, 1976, p. 262)

Embora o padre Manuel Casal se refira a Olinda num período fora do recorte temporal da pesquisa, seu testemunho é relevante, pois mostra uma Olinda decadente cujas edificações e instituições são numerosas e consolidadas, em especial, as religiosas. A agora cidade não tem o mesmo prestígio e poder de atração econômica de antes, iniciando um processo de semi-abandono e estagnação que permitiu que as transformações no solo urbano fossem menores que em outras cidades.

Aires de Casal não deixa de mencionar os quintais, certamente motivado pela sua presença expressiva no tecido urbano. Ele avalia-os como “*quase inúteis*”, pois acompanhando o esvaziamento que se processava na cidade, também se encontram em estado decadente. Muito embora eles já não possuam as mesmas funções que outrora, o padre constata que esses espaços ainda mantêm minimamente a “*diversidade de árvores frutíferas*” e que o terreno se presta para tal destinação. Interessa-nos o fato que, ao caracterizar a cidade, trata dos quintais como componente constitutivo, indicativo e caracterizador do espaço urbano de Olinda.

Realizando um breve balanço acerca dos depoimentos, é perceptível que não há grandes divergências entre os viajantes sobre o aspecto e localização dos edifícios em Olinda. São quase unânimes quando se referem à beleza e vistas que a vila proporciona. Estão impressionados com o desenvolvimento econômico e seus reflexos urbanos, ou ao contrário, pela majestade de suas ruínas.

A distância entre os grupos anteriormente mencionados não se restringe apenas as questões temporais, mas aos aspectos religiosos e temáticos. O olhar jesuíta é condicionado por uma

avaliação moral e dicotômica entre virtude e pecado, incluindo a vaidade e os símbolos do poder econômico com algo negativo e, portanto, sujeita a “castigos”. O discurso moralista também vai encontrar respaldo, anos depois, na fala do padre Manuel Calado. Os protestantes não fazem uma relação direta entre a riqueza e a degradação da alma.

Os cronistas do século XVI estão muito mais preocupados com a sua subsistência, principalmente em relação à unidade de moradia, denunciando uma relativa autonomia quando ao abastecimento alimentar. Não ignoram o comércio que oferece muitos produtos do Reino, mas reconhecem como sua a responsabilidade de providenciar o plantio de alguns gêneros de mantimentos.

Os portugueses ao tratar da leitura urbana, reconhecem apenas uma igreja Matriz, e já se referem a casas bem aparelhadas. Diferente dos primeiros, os holandeses – Baers, Barléu e Nieuhof – referem-se à existência de duas igrejas matrizes, colocando a igreja de São Salvador e de São Pedro em condições de igualdade. Inclusive o padre Aires de Casal, um século depois, reconhece a vila dividida em duas paróquias, sendo uma delas a catedral. Mas, o que faz os holandeses acharem que Olinda possuía duas matrizes? Esta apreensão se fundamenta apenas nos vestígios espaciais? Talvez o valor atribuído pelo traçado das vias públicas, pois foram representadas com destaque pela cartografia holandesa (retornaremos ao tema no capítulo 2).

Diferente dos portugueses, os holandeses colocam mais em evidência a contribuição da natureza na formação urbana, das questões de defesa e estética da vila. Ressaltam as funções compartilhadas entre os artifícios edificados e da natureza.

Esses discursos são de extrema importância por se tratar de relatos de pessoas que, na sua maioria, vivenciaram a vila nos primeiros séculos e que nos dão nítidas referências sobre a ambiência, elementos e circunstâncias que formavam a paisagem do sítio.

1.2. OLHARES DISTANTES: OLINDA E SEUS QUINTAIS SOB A VISTA HOLANDESA

Outra ferramenta metodológica adotada para buscar dados acerca dos quintais foi o estudo sobre a vila através de suas representações imagéticas. Intentou-se confrontar os discursos textuais e

iconográficos de Olinda nos séculos XVI e XVII, para compreendermos a formação da vila e, como consequência, nosso objeto de estudo, os quintais.

Foram reunidos 21 registros iconográficos sobre a vila. Dentre eles: 5 mapas portugueses e 5 holandeses, 3 plantas holandesas, 4 gravuras, 4 pinturas, com o intuito de compreender o objeto de estudo por uma outra ótica, um outro discurso³. E, de modo complementar, esclarecer o que os documentos textuais omitem, e às vezes, apenas sugerem. Os desenhos também revelam o ponto de vista, as convenções, os elementos significativos na paisagem, reflexos do imaginário da época, ou seja, uma outra leitura do mesmo objeto.

Dentre aquelas imagens, foram selecionadas quatro gravuras que melhor contribuíssem para o estudo do espaço urbano nesta altura da dissertação e, conseqüentemente, dos quintais. Neste momento nos deteremos nas mesmas, de modo a complementar o cenário ótico que se construiu através de narrativas dos viajantes previamente apresentados. São todas registros holandeses que tinham como principal objetivo o conhecimento do território, de modo a viabilizar, inicialmente, a invasão e, posteriormente, efetivar a conquista e domínio batavo.

As vistas da vila revelam outras facetas urbanas, paisagens construídas pela observação a partir dos arrecifes, desenhos de sua silhueta comprometidos com um olhar externo e usualmente distante. Este deslocamento pode ser ainda maior se considerarmos que na produção dessas gravuras, na maioria das vezes, o indivíduo que tomava as anotações *in loco* não era o mesmo que confeccionava a gravação, como vamos perceber na obra de Vingboons (ver capítulo 2).

Elas acrescentam informações importantes da implantação de Olinda, principalmente das suas relações com o relevo. Junto às plantas, permitem uma visão tridimensional do espaço urbano, no caso particular, da face voltada ao oceano.

A primeira vista a ser analisada é intitulada *Olinda de Phernambuco* (fig. 3), pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ela é particularmente interessante por possuir grande semelhança com outras vistas, podendo ser a mesma em múltiplas versões, que serão apresentadas em seqüência a esta.

³ Enquanto bolsista do CNPq/ PIBIC do período de 1999 a 2000, iniciei o estudo sobre Olinda e a reunião de imagens relacionadas à vila, produzidas durante o século XVI e XVII.

Olinda é vista de uma distância considerável, por alguém que estava a bordo da grossa esquadra que invadiu o território lusitano. Ele estava próximo de cruzar os arrecifes cujo forte do Mar já havia sido conquistado.

Nesta composição o céu e o mar ainda predominam no desenho, restringindo o olhar urbano a uma linha no horizonte. Linha esta que se alarga na vila. Por estar sobre colinas, Olinda é facilmente percebida ao longe e aparece com proporções muito maiores que seu povoado, o Recife.

Simétrica, a vila de Olinda possui seu eixo centrado na dominante igreja matriz, que se destaca por sua altíssima torre apontada para o imenso céu. Não há indicativo explícito de outros

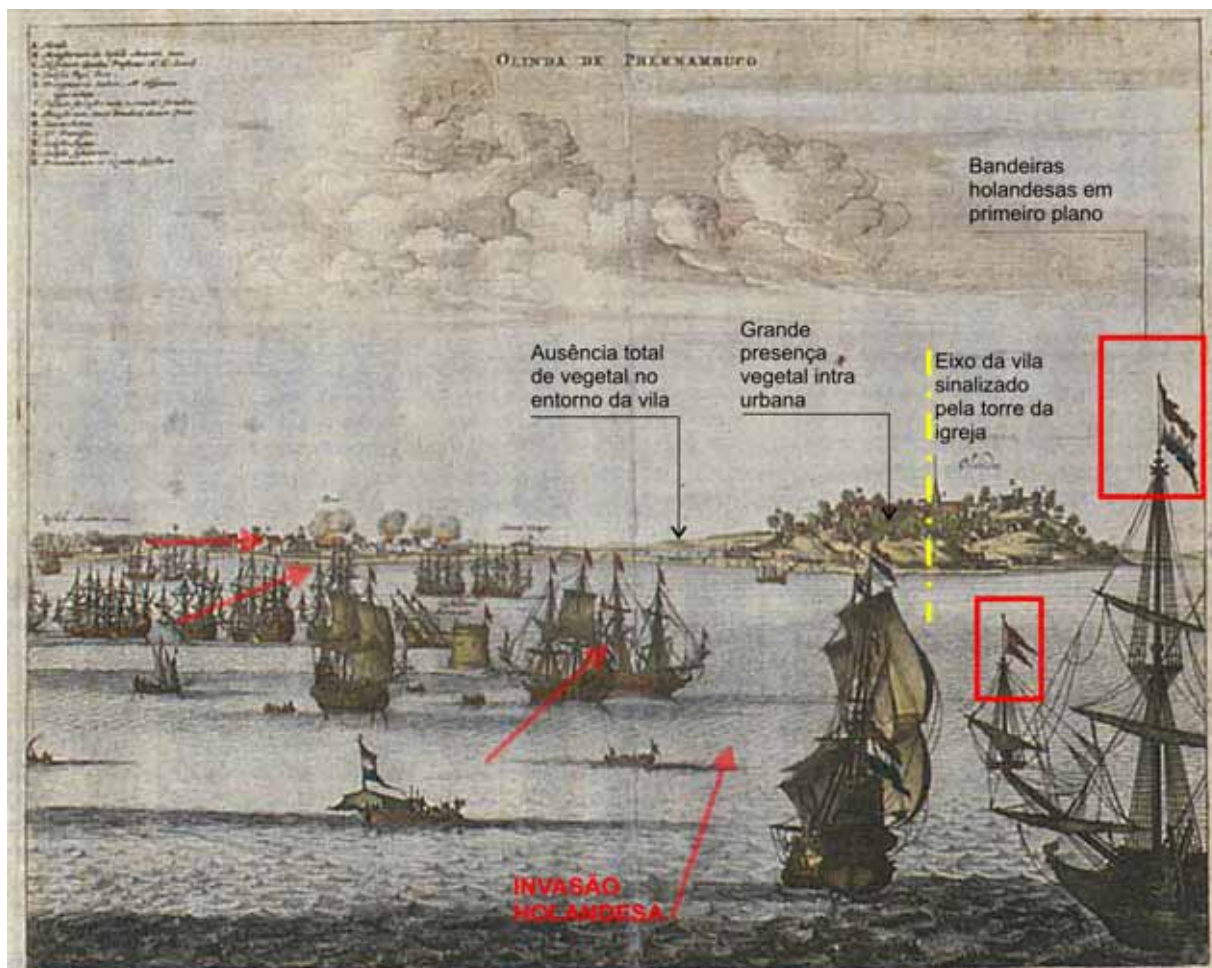


Figura 3 – *Olinda de Pernambuco*.

Fonte da vista: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (arquivo digital).
 Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

edifícios religiosos, salvo os apontados em legenda.

Diferente das demais gravuras reunidas, o desenho é policromático, dando maior ênfase às embarcações e à bandeira da Holanda em primeiro plano. Ao fundo, o fogo decorrente dos ataques holandeses e as cores da vila, as cobertas das construções vermelhas e a adensada vegetação verde. Tudo leva a crer que este verde se refira às áreas de plantio intra-urbanos, correspondentes aos quintais do casario. Vale destacar que a paisagem natural que circunda a vila praticamente desaparece, refletindo a nítida intenção em informar dados sobre a ocupação urbana. Desse modo, a representação se distancia de um discurso estritamente descritivo da paisagem, para aproximar-se de uma narrativa objetivada.

A segunda vista escolhida compõe a estampa comemorativa holandesa intitulada *De Stadt Olinda*

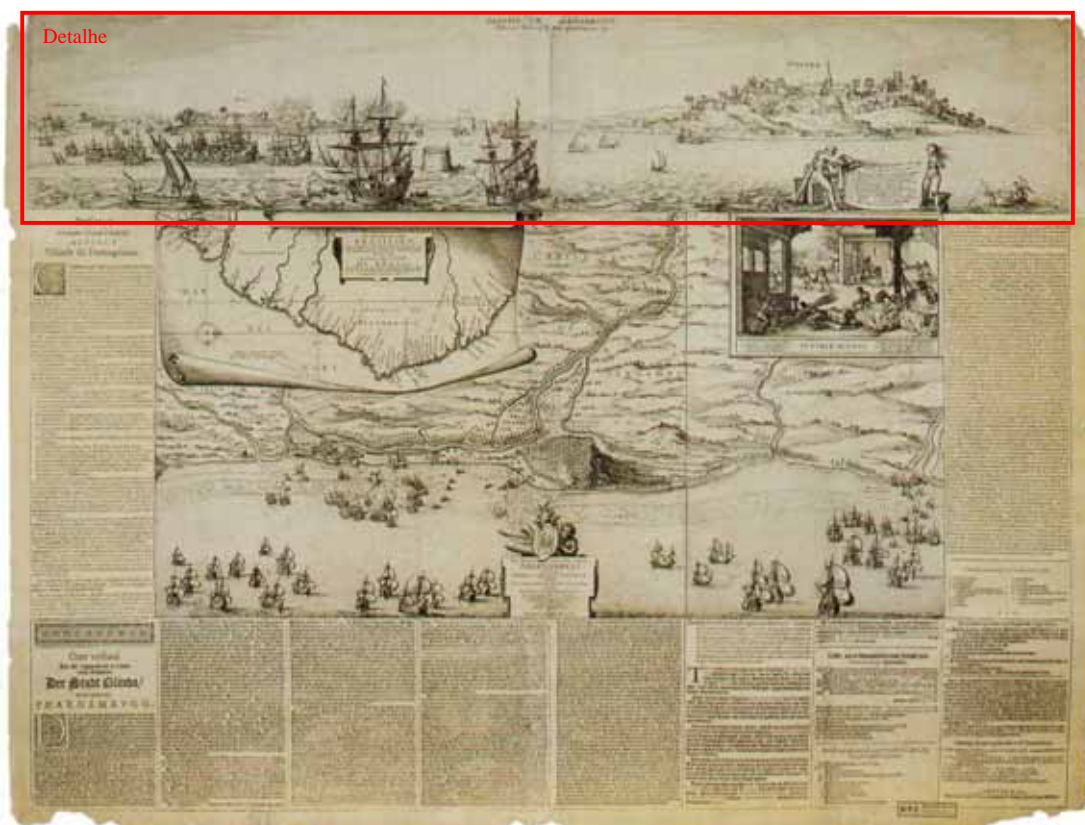


Figura 4 – *De Stad Olinda de Pharnambuco...* Claes Jansz[oon] Visscher, ca. 1630.

Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (arquivo digital).

de *Pharnambuco...*⁴, chamado por Adonias (1993, p. 117) de mapa de notícias, onde se vê ao alto outro perfil da vila, muito similar à anterior. Segundo Mota Menezes, esse desenho foi tomado ao natural a partir do arrecife e entregue ao gravador Claes Jansz[oon] Visscher (Piscator) para elaborar as estampas que coladas, como se fazia na época, organizavam a informação (MENEZES in BOOGART, 2005, p. 163). Ainda segundo o autor, apesar de *tomada ao natural*, a vista panorâmica não é fiel às características das edificações então existentes no Recife e em Olinda.

Logo abaixo do título da vista, *Olinda de Phernambuco*, está escrito *Aldus na 't leven op de rede afgeteyckent anno 1630* que segundo José Antônio Gonsalves Mello significa *Assim desenhada ao vivo, no porto, no ano de 1630* (MELLO, 1976, p. 9).



Figura 5 – Detalhe de *De Stadt Olinda de Pharnambuco...* Claes Jansz[oon] Visscher, 1630.

A imagem se estende da Ilha de Antônio Vaz ao limite norte da vila de Olinda. Do lado esquerdo temos a chegada da esquadra holandesa ao porto de Recife, denominada na ilustração como “Povo”. O “Povo” está aparentemente sendo atacado, pois possui indicativo de fumaça sobre seu horizonte. As edificações importantes como os fortes de São Jorge e do Mar e referências geográficas, como “posse” e os arrecifes, também aparecem no desenho.

Ao nos aproximarmos da vista, extraída da estampa de Visscher, poderemos observar detalhes do desenho urbano (figura a seguir). A igreja matriz embora não esteja implantada na colina mais

⁴ A estampa faz parte das produções comemorativas da conquista de Pernambuco, enaltecendo os feitos do General Hendrick C. Lonck. A composição está dividida em 3 partes principais, a superior, a central e as laterais. Na parte superior, além do título (que foi cortado desta imagem) está presente uma bela vista de Olinda a partir do mar. Nas laterais há uma narrativa da tomada de Pernambuco, descrevendo a esquadra e a estratégia utilizada. O texto se refere à Olinda da seguinte forma: “la ville d’Olinde de Fernambouc, Ville principale de tout le Brésil”.

alta, pois é a localização do colégio dos jesuítas, compensa a defasagem com sua torre, indicando sua hegemonia, acréscimo do gravador. As demais construções se aglutinam em suas redondezas, todas tendendo ao alto vão se aproximando lentamente dos limites costeiros, zonas destinadas às ordens religiosas – beneditinos, carmelitas e franciscanos.

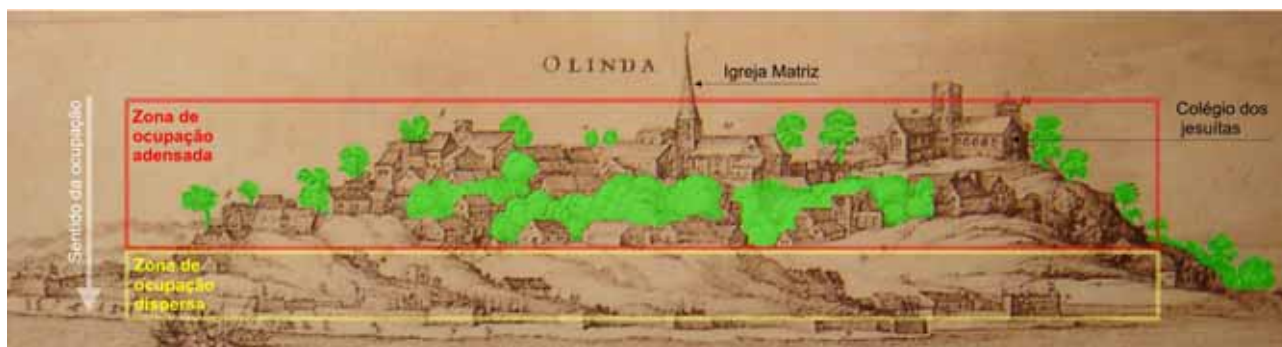


Figura 6 – **Identificação dos quintais no detalhe de *De Stadt Olinda de Pharnambuco...*** Claes Jansz[oon] Visscher, 1630. (Infográfico: Juliana C. Loureiro).

Desse modo, é possível extrair duas zonas de ocupação. A primeira mais adensada e certamente mais antiga, está situada no alto dos montes, junto aos edifícios religiosos. A segunda se estende pela área baixa e junto ao mar, que se caracteriza por uma ocupação dispersa, predominando os vazios. Estes continuam até a muralha. A apropriação da vila descrita pela vista indica um sentido de ocupação que parece seguir do alto dos montes para os baixios das redondezas.

Outra questão de extrema relevância é a presença vegetal no perímetro urbano. A vegetação que nas cartas portuguesas de João Teixeira Albernaz I⁵ eram reservadas ao exterior da vila, no máximo representadas nas cercas conventuais, ganha nos perfis holandeses uma nova expressão. Ela é inserida no interior da vila e tão destacada quanto o casario dos moradores, compondo assim a paisagem urbana.

⁵João Teixeira Albernaz, dito o *velho*, fazia parte de uma renomada família de cartógrafos da coroa portuguesa. Ele é descendente de Luis Teixeira, que produziu o primeiro Atlas denominado *Roteiro de Todos os sinais...* a partir de levantamentos cartográficos feitos *in loco*. Seus Atlas, além do valor artístico, constituíam importantes documentos de reconhecimento, proteção e consolidação dos limites do domínio português. A referência se faz ao mapa intitulado “*Todas as fortificações (...) do Recife ...*”. (Original manuscrito de João Teixeira Albernaz I do livro “*Livro que dá Razão ...*”, ca. 1626) ; e “*Porto e Barra de Pernãbuco*”. (Original do atlas de João Teixeira Albernaz I . ca. 1630 - 1631. Em ambas a vegetação está restrita a área rural ou periférica a vila, apesar do primeiro mapa incluí-la nas cercas.

O autor explora uma variação formal de espécies vegetais, apresentando-as isoladas ou em blocos. É interessante observar que a imagem demonstra uma distribuição proporcional no solo urbano, entre as edificações e as áreas plantadas, que tende a igualdade. Esta constatação ganha maior relevo ao se perceber, mais uma vez, a exclusão da paisagem natural circundante. Sabe-se que o objetivo principal dessas obras era fornecer informações sobre a vila e demais feitos na colônia, motivando a seleção dos elementos a serem retratados.

A presença dos quintais significa dizer que a gravura holandesa compreende-os como elementos importantes e caracterizadores do ato urbano olindense e relevante na sua paisagem. Vale ressaltar que as alturas de algumas árvores já extrapolavam os limites dos telhados. A tentativa de individualizar algumas espécies, no limite do desenho, parece seguir um caminho de descoberta, de investigação, desses conjuntos não edificadas.

Outra vista similar à anterior aparece na gravura também intitulada *Olinda de Pernambuco*. A vila se apresenta conquistada pelos holandeses, cuja bandeira figura nos baluartes junto ao mar, porém antes do incêndio. A situação dos edifícios, como a matriz e o colégio dos jesuítas, está na sua localização muito aproximada, porém não foi possível identificar as demais construções religiosas que no século XVII já haviam se instalado na vila, como os conventos beneditino, carmelita e franciscano. A maior dificuldade é que tanto as igrejas e conventos na vila portuguesa possuem símbolos expressivos na paisagem, como as torres, cruzes e cruzeiros que estão ausentes na representação batava.

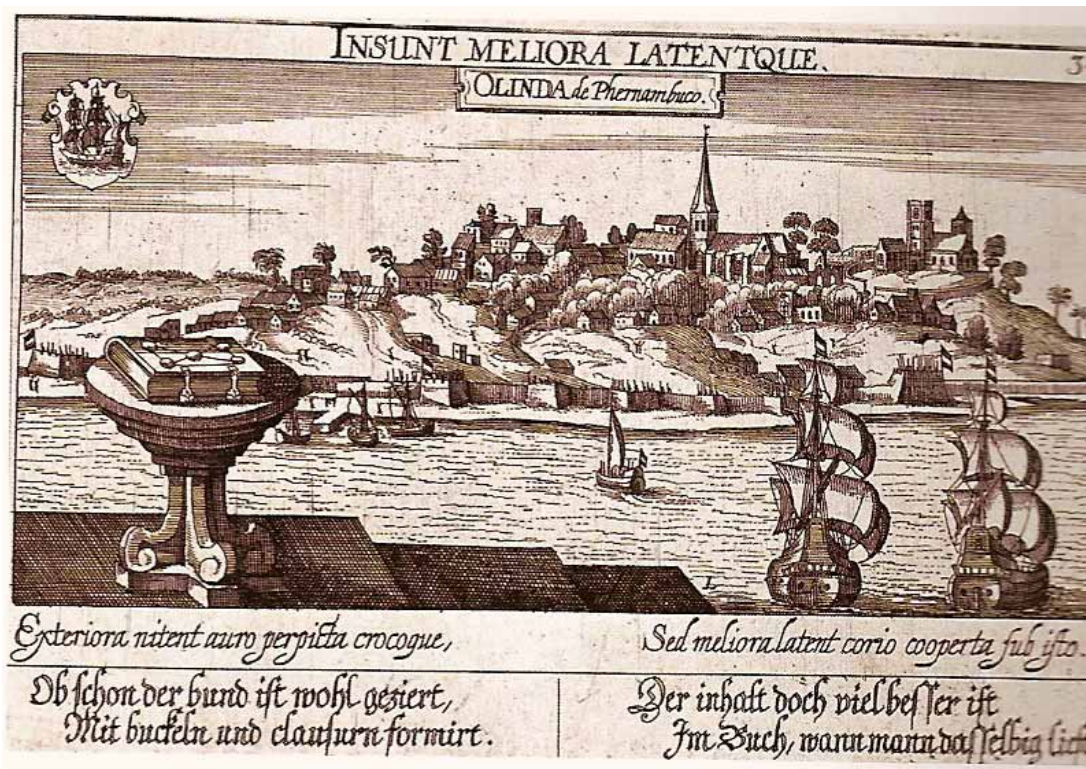


Figura 7 – *Olinda de Pernambuco*. Água forte, século XVII. Coleção Giuseppe Bacaro.
Fonte: MENEZES & GALINDO, 2003, p. 12..

A vila de Olinda demonstra sua rendição com as bandeiras holandesas nos baluartes da muralha. O eixo de sua silhueta se dá novamente pela torre da igreja principal, cuja arquitetura nos remete ao estilo nórdico. As demais edificações também parecem estar bastante alteradas, com a tendência à verticalização das edificações, sobrados tipicamente holandeses. A diferença desta imagem para a anterior é que a vila é o motivo principal da composição, com uma máxima aproximação de modo a se estender justo aos seus limites. A vegetação urbana está presente e bem representada junto às edificações numa proporção quase igualitária. A altura de algumas árvores supera os telhados das casas, sendo em certos momentos tão monumental quanto determinados edifícios. Houve inclusive a preocupação em distinguir algumas espécies vegetais na gravura.

A vista intitulada *Marin d'Olinda de Pernambuco*, que ilustra o livro de Johannes de Laet, é uma das mais importantes vistas produzidas até o século XVII, porque representa a vila com maior grau de fidelidade à sua planta, tanto os edifícios quanto suas localizações, facilmente



Figura 8 – *Marin d’Olinda de Pernambuco*. Gravura que ilustra o livro de Johannes de Laet. ca. 1630.
 Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 78-79. (Infográfico: Juliana Coelho Loureiro).

identificáveis pela legenda⁶. Esta informação pode ser comprovada pela comparação entre ambas, vista e planta, pertencentes ao mesmo período (veremos mais adiante); e com a distribuição atual das construções no terreno. Por outro lado, o título da imagem confirma que o nome da vila foi por vezes denominada *Marin D’Olinda*.

Na imagem, a Igreja Matriz está situada no ponto mais alto do relevo, embora na realidade é o colégio dos jesuítas que se localiza na cota mais elevada. A inversão pode ser consequência do ângulo de visão adotado que percebe a matriz em primeiro plano e, portanto, maior; ou pela intenção em estabelecer uma narrativa que discorra sobre a influência da igreja católica na paisagem. Esta pontuada pelas 16 cruzes (círculos amarelos) distribuídas ao longo do território.

⁶ Na legenda podemos localizar as seguintes igrejas: a Matriz do Salvador do Mundo (letra A) e a de São Pedro (letra L). Das ordens religiosas, o colégio dos jesuítas (letra B), o franciscano (letra C), o beneditino (letra E) e o carmelita (letra R). Das fortificações, o fortim ou Forte de São Francisco (letra F), o forte João Albuquerque (letra G). Dos acidentes geográficos, os recifes submersos (letra M).

A gravura diferencia pela escala e detalhamento os edifícios públicos e casas nobres das demais construções civis, que mesmo estando mais próximas, junto à paliçada, por exemplo, estão bem diminuídas em relação às de cima dos montes. Sobre a arquitetura civil, há presença de sobrados predominantemente no alto. Na parte mais baixa, casas térreas em duas águas, geminadas, com grandes quintais, cujas tipologias se aproximam das encontradas atualmente no sítio histórico (ver detalhe ao lado). Um outro tipo de casario, junto aos carmelitas, não parece corresponder à realidade da vila mas à fisionomia das casas holandesas tradicionais, cujas águas do telhado são lançadas lateralmente, em direção a uma calha que divide as edificações.

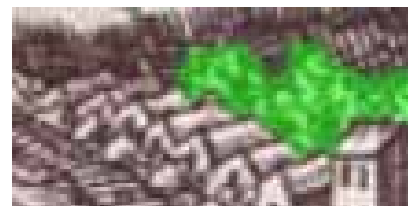


Figura 9 e 10 – **Detalhes da vista Marin D'Olinda de Pernambuco, onde se percebe dois tipos de tipologias arquitetônicas.**
 Fonte: REIS FILHO, 2000, p. 78-79.

Comparando com a vista anterior, a vegetação está mais discreta, apenas tipificando uma ou duas quadras.

As quatro vistas aqui apresentadas trazem um outro olhar urbano, que em parte denuncia a aparência da vila, a disposição dos elementos no relevo, e em parte obscurece questões possivelmente menos relevantes aos que encomendaram as imagens. Interessa-nos a presença sempre constante de áreas de plantio intra-urbano, certamente quintais, e sua relação com os demais espaços da vila. Podemos localizar a vegetação e deste modo aferir que em sua maioria se dispõe na parte posterior das edificações, predominantemente ausente nas ruas, mas compondo amplos maciços no interior das quadras. Devido ao seu volume, que algumas vezes excede o limite aéreo do casario, a representação das mesmas pode ter sido diminuída e omitida para não obstruir a identificação das principais construções nem a leitura do arruado.

Estas informações acima referidas tratam de uma Olinda já consolidada como vila, cujo valor enquanto núcleo da próspera capitania de Pernambuco era reconhecido dentro de boa parte do território colonial e entre as coroas européias interessadas no comércio do açúcar. Para a investigação sobre a formação dos primeiros traços urbanos é necessário recuar um pouco mais no tempo, até a sua origem, a Carta Foral. Esta proporciona a condição de imaginarmos um

primeiro olhar sobre a vila, as primeiras linhas, quando o espaço urbano era em boa parte ainda idealizado pelo seu fundador.

1.3. UM DOCUMENTO SINGULAR: A CARTA FORAL

No caso de Olinda, considera-se a carta Foral a certidão de nascimento da Vila, pois foi o instrumento através do qual Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania de Pernambuco, doou para a Câmara a área da vila para determinados fins.

Figura de destaque do século XVI por seus feitos no Oriente e na América, não se tem muita informação quanto a sua origem (a paternidade, por exemplo), sabe-se apenas que nasceu em Miragaia, freguesia de Porto, na segunda metade do século XV. Duarte Coelho ingressou na marinha portuguesa em 1509, partiu para o Oriente e lá permaneceu por 20 anos tendo se destacado por seus feitos na tomada de Malaca quando derrotou as forças navais chinesas. Logo após foi embaixador de Portugal na Tailândia (ver MELLO & ALBUQUERQUE, 1997, p. 3).

Quando retornou a Portugal, em 1529, Duarte Coelho era dono de uma imensa fortuna, e foi nomeado por D. João III embaixador na França. Casa-se com Dona Beatriz de Albuquerque, irmã de Jorge de Albuquerque que serviu como capitão de Malaca por dois períodos (1514-16 e 1521-25), ambos pertencentes à alta nobreza portuguesa, descendendo de D. Dinis I.

Por valiosas contribuições ao desenvolvimento do comércio e conquista de território para o reino de Portugal, o Rei João III lhe beneficia doando ampla capitania no Brasil. *“Em 10 de março de 1534, por especial benesse do Rei D. João III, Duarte Coelho se vê contemplado com sessenta léguas de costa do norte do Brasil, que se constituía a testada da capitania de Pernambuco, e da margem esquerda do São Francisco com todas as suas ilhas até as suas nascentes.”* (MELLO & ALBUQUERQUE, 1997, p. 3).

Logo, Duarte Coelho chega em terras do Novo Mundo, acompanhado de sua esposa, alguns parentes, fidalgos e colonos, no dia 9 de março de 1535. Desembarca numa área próxima à ilha de Itamaracá, buscando uma antiga feitoria, depois chamada “dos Marcos”, onde toma posse da

capitania (MENEZES, 1998, p. 333). Acreditando que o lugar era inseguro, o donatário parte ao sul a busca de um local mais adequado, que mais tarde, resultaria na vila de Olinda.

Duarte Coelho morreu em agosto de 1553, na cidade de Lisboa (MELLO & ALBUQUERQUE, 1997, p. 7), deixando, dentre várias obras, a formação de algumas vilas como Igarassu, Serinhaém, e a sua estimada e destacada: Olinda.

Dentre os feitos, um documento importantíssimo, a Carta Foral, instrumento que transfere a posse do território à câmara da vila e ao povo. Esta carta, como veremos a seguir, introduz uma espécie de zoneamento, estabelecendo espaços para moradia, pastos de gado, roças, rossio, terras de particulares etc. A doação data de 12 de março de 1537, quando se comemora o nascimento da Vila.

No dicionário de Raphael Bluteau, foral significa “*Escritura autentica, ou livro, em que estão registrado os direitos, & tributos Reaes, se pagão*” (BLUTEAU, 1712, f. 467). Portanto, na sua acepção mais ampla, diferencia-se do documento legado por Duarte Coelho.

O foral era tradicionalmente um documento que regulava a administração, as relações sociais e os direitos e encargos dos moradores, instrumento que baseava a instituição do Concelho (ver Relatório II do Projeto Foral⁷). Embora as cidades portuguesas tivessem foral, o de Olinda é bem diferente. Não contém as diretrizes fiscais, normas judiciais ou penais, nem os limites do termo. Ele é uma carta de doação dos bens destinados ao patrimônio público da câmara, além de conferir o título de vila ao povoado e instituir patrimônio para o concelho. Este documento era usualmente feito em três cópias, uma enviada à Torre do Tombo, outra para o donatário da Vila e uma última para a respectiva edilidade.

⁷ A Prefeitura Municipal de Olinda, com o intuito de reaver a cobrança do foro das áreas pertencentes ao município, iniciou uma investigação histórica para determinar o território de Olinda a partir de sua demarcação mais antiga. Baseou-se então no legado de Duarte Coelho, a Carta Foral de Olinda, que marcou o nascimento da vila, bem como as áreas que ela abrangia. A equipe dirigida pela arquiteta Valéria Agra, fez as transcrições paleográficas do livro de Tombo nº 01-B de 1783 – 1806. Este livro tem, entre outros dados importantes, a cópia do Foral de 1783, sua confirmação e Ação Demarcatória feita pelo juiz do Tombo, José Ignácio Arouche, 1710. Para este empreendimento, também foi importante a restituição textual do Foral, “*O chamado Foral de Olinda de 1537*”, de Antônio Gonsalves Mello.

1.2.1. A CARTA FORAL E SUAS RELAÇÕES COM O LUGAR

Duarte Coelho, pelo cargo de donatário, tinha plenos poderes na jurisdição civil e criminal, inclusive de vida e morte. Esta autonomia incluía a fundação de vilas e sua manutenção: “... *por eles seriam nomeados os ouvidores, os tabeliões públicos e judicial; eles donatários, eram quem podiam livremente dar terras de sesmarias...*” (MELLO: 1997, p. 89) .

A consideração ao foral é um dos principais temas abordados por Duarte Coelho em suas cartas ao Rei, principalmente a de 1546 e 1549, quando da formação do Governo Geral. Na datada de 1549, reivindica o respeito à Carta de Doação, uma vez que estava sendo instituído no Brasil o Governo Geral e isto extinguiu seus poderes na capitania, sendo todos subordinados ao Governador, na época, Thomé de Sousa. Duarte Coelho diz:

Posto que, Senhor, disto tenha escrito e dado conta a Vossa Alteza, haverá obra de um mês, acerca de aí não me serem guardadas as minhas doações, convém-me tornar por esta a escrever sobre isso e dar conta a Vossa Alteza do que se passa. E a causa é esta: algumas pessoas aqui moradoras vieram-se-me aqueixar de como aí não lhes queriam guardar, as liberdades contidas em minhas doações (...). Sabido isto aqui, Senhor, foi grande o alvoroço e ajuntamento de todo o povo e de todos os oficiais e pessoas nobres e honradas, todos em comum se juntaram em conselho e fizeram câmara (MELLO e ALBUQUERQUE, 1997, p. 112)

Não se sabe se por respeito ao documento ou pela influência do donatário frente ao Rei, a capitania de Pernambuco, a princípio, não fica subordinada ao Governo Geral. O Foral constitui uma importante ferramenta de formalização deste empreendimento urbano e fundamental para compreender a vila. E a partir dele poderemos investigar como a vila foi idealizada por Duarte Coelho.

Na reconstituição produzida por José Antônio Gonsalves de Mello⁸ lê-se:

⁸ “*CARTA FORAL*” é resultado de reconstituição textual produzida pelo historiador José Antônio Gonsalves de Mello, baseado em 7 cópias: 1) Cópia datada de 1675, existente no Arquivo Ultramarino (Lisboa), Pernambuco, papéis avulsos, caixa 6; 2) Cópia de 1723, no mesmo Arquivo, Pernambuco, papéis avulsos caixa 39; 3) Cópia de 1783, existente na Prefeitura de Olinda no Livro de Tombo dos bens pertencentes à Câmara Municipal; 4) Cópia de 1822, conservada na mesma Prefeitura, livro intitulado “Foral”, texto de que se serviu Pereira da Costa para publicação nos seus Anais Pernambucanos; 5) Cópia de 1842, guardada no mosteiro de São Bento de Olinda, códice “Monte Documento 1766-1876” pp. 1 a 4; 6) Cópia de cerca de 1876, do Instituto Arqueológico Pernambucano”; 7)

No ano de 1537 deu e doou o senhor governador a esta sua Vila de Olinda, para seu serviço e de todo o seu povo, moradores e povoadores, as cousas seguintes:

Os assentos deste monte e fraldas dele, para casaria e vivendas dos ditos moradores e povoadores, os quais lhes dá livres, forros e isentos de todo o direito para sempre, e às vâzeas das vacas e a de Beberibe e as que vão pelo caminho que vai para o passo do Governador e isto para os que não têm onde pastem os seus gados e isto será nas campinas para passigo, e as reboleiras de matos para roças a quem o concelho as arrendar, que estão das campinas para o alagadiço e para os mangues, com que confinam as terras dadas a Rodrigo Álvares e outras pessoas.

Percebe-se no texto uma nítida preocupação com o tipo de ocupação do solo da Vila, estabelecendo lugares diferenciados para determinados equipamentos. Esta “setorização” delimita: “*Os assentos deste monte e fraldas dele para casarias e vivendas dos ditos moradores e povoadores*”, estipulando desta forma a situação das habitações. Mais adiante indica lugar para o pasto de gado: “*as vâzeas das vacas e a de Beberibe e as que vão pelo caminho que vai para o passo do Governador e isto para os que não têm onde pastem seus gados e isto será nas campinas para passigo*”, que antecipa inclusive uma possível decisão da câmara para este tipo de produção.

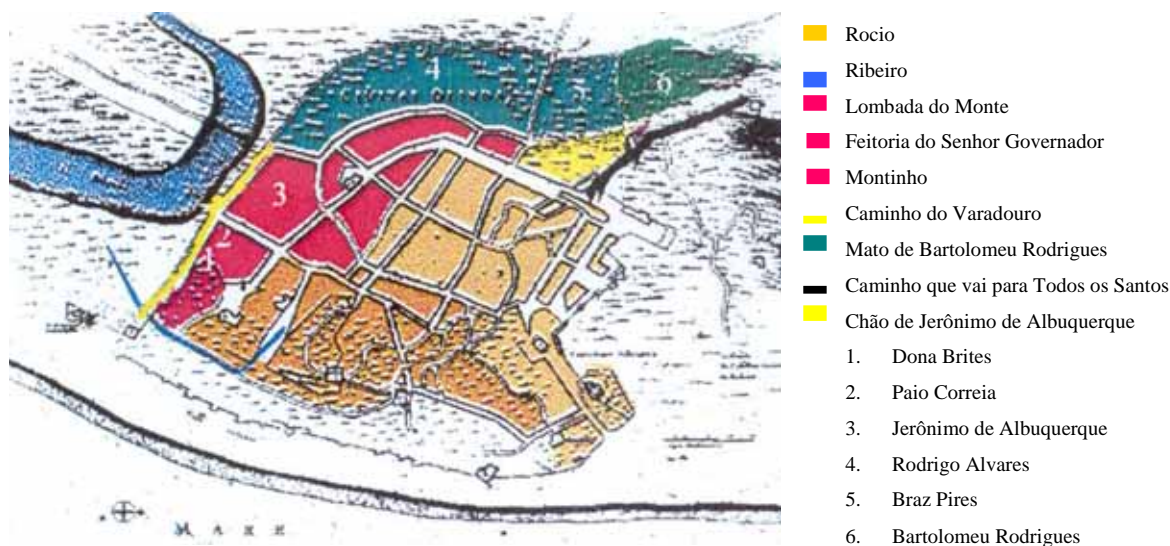


Figura 11 – A representação da Carta Foral na planta da vila

Fonte: Prefeitura Municipal de Olinda / Valéria Agra⁹

Cópia de 1805 existente no Arquivo Público Estadual Pernambucano, Livro de ordens Régias 1534-1824, pp 62 a 64. PROJETO FORAL DE OLINDA. RELATÓRIO II. Prefeitura de Olinda. Secretaria do Patrimônio. Olinda: 2000.

⁹ Este mapeamento foi produzido pela equipe da Prefeitura Municipal de Olinda encarregada na elaboração do PROJETO FORAL. A iconografia utilizada como base cartográfica é o *Civitas*, que ilustra o livro de Barléu

A Carta Foral inicia, portanto, uma espécie de zoneamento que poderia equiparar o documento ao que hoje conhecemos como plano diretor. Ela especifica as terras doadas e sua situação, relata especialmente o patrimônio da câmara. Este zoneamento interfere na forma como os espaços se conectam, e chega à minúcia de estabelecer a rua de serventia para o povo da Vila: “... *ha de ir uma rua de serventia ao longo do dito rio novo para serventia do povo, de que se possa servir de carros, que será de cinco ou seis braças de largo*¹⁰ e rodeará pelo pé do montinho até o varadouro da galeota” (CARTA FORAL).

Mas além do zoneamento, Duarte Coelho promove um contínuo diálogo entre suas determinações e o lugar, onde é recorrente a referência às características ora do relevo, por exemplo, quando se cita “*montinho*”, “*os assentos do monte e fraldas dele*”, “*do ribeiro a lombada do monte*”; ora a acontecimentos passados com “*varadouro onde se corregeu a galeota*”; como se os espaços estivessem condicionados por sua morfologia, ou que sua morfologia os condicionassem.

Duarte Coelho determina ainda, área, inicialmente mato, para quem tivesse interesse de fazer roça, prevendo um uso, antecipando uma ação: “*as reboleiras*¹¹ de matos para roça a quem o concelho as arrendar, que estão das campinas para o alagadiço e para os mangues”.

Há no documento, uma nítida distinção entre moradores e povoadores. Esta última denominação recebiam os portugueses que vieram acompanhando Duarte Coelho, e que ganharam terreno sem custos para construir sua moradia. Os demais moradores poderiam se estabelecer na vila, mas pagando foro. Pode-se perceber, portanto, que no território havia a coexistência de imóveis foreiros e não foreiros, sem necessariamente serem áreas contínuas. A zona determinada para moradia é próxima à fortaleza do donatário chamada de “*assentos deste monte e fraldas dele*”, indicada na Carta Foral.

publicado em 1647, portanto mais de um século depois da escrita do Foral. A escolha desta imagem pode ser justificada por não ter sido identificada planta da vila contemporânea ao documento escrito.

¹⁰ Segundo Bueno (2004, p. 214), até a Revolução Francesa, enquanto ainda não havia sido criado o sistema métrico-decimal, as medidas eram feitas a partir de analogias ao corpo humano: polegadas, palmos, pés etc. A autora apresenta uma tabela de equivalência no qual 1 braça corresponde a 2,20 metros. Logo a rua de serventia prevista por Duarte Coelho no Foral deveria possuir entre 11 e 13,2 metros de largura.

¹¹ Sobre o termo *reboleira*, Bluteau o define do seguinte modo, “Reboleyras, ou Reboleyros, chamaõ na Beira às estacas que se tomam dos Soutos, para se plantarem, & fazerem castanheyros. Tem *Reboleira* outros dous significados; porque o P. Bent. Per. No Thesouro da língua Portuguesa diz *Reboleira* na seàra, & chamaõlhe em Latim, *Pars fegetis uberior*, & nas notícias do Brasil, o P. Simão Vasconcel. Diz (Terras adornadas de Reboleiras de arvoredos. VAsconcel. Pag. 69)” (BLUTEAU, 1712, p 138).

Em outra parte da Carta, Duarte Coelho continua:

O rocio que está defronte da Vila para o sul até o ribeiro, e do ribeiro até a lombada do monte que jaz para os mangues do rio Beberibe, onde se ora faz o varadouro em que se corregeu a galeota, porque da lombada do monte para baixo, o qual o dito Governador alimpou para sua feitoria e assento dela, que é do montinho que está sobre o rio até o caminho do varadouro, e daí para cima todo o alto da lombada para os mangues será para casas e assentos de feitorias, até um pedaço de mato que deu a Bartolomeu Rodrigues, que está abaixo do caminho que vai para Todos os Santos (CARTA FORAL).

O rocio, área destacada e demarcada no início da carta, era segundo Nestor Goulart, uma parcela do termo utilizado para atender ao crescimento as formações urbanas, pastagens de animais de uso dos moradores e para o recolhimento de lenha por parte das pessoas de condição mais humilde (REIS FILHO, 1968, p. 112). Segundo Bluteau, o termo é definido da seguinte forma:

Rocio. Alguas vezes val o mesmo que *Praça*, v.g. O Rocio de Lisboa. *Vid.* Praça (Hum Forte com toda a perfeição no *Rocio* de S. Bras. Applausos Acadêmicos de D. Sancho, p. 67). No seu livrinho de origem da língua Portuguesa, no cap. 16. onde traz os vocabulos, que os Portuguezes tem seus nativos, o Licenciado Duarte Nunes do Lião distingue *Rocio*, de *Ressio*, dando a entender, que *Rocio*, propriamente he orvalho, & *Ressio*, praça, ou espécie de prado na Villa, ou Cidade. Hum, & outro se póde derivar do Latim *Ros*, orvalho, & *Rocios*, ou *Recios*, são lugares descubertos, & patentes às influências, & orvalhos do Ceo. *Vid.* *Ressio*. (BLUTEAU, 1712, p. 353)

O vocábulo não possuía, na definição de Bluteau, um significado específico quanto às atividades que abrigava. Estava relacionado a uma determinação de lugar, que se caracteriza por ser urbano e ao ar livre, ou seja, sob o orvalho. Como uma espécie de prado, poderia ser entendido como lugar para pastar o gado, uma vez que a definição de prado no mesmo dicionário era “*Pedaço de chão não lavrado, em que se deyxta crescer a herva para apascentar o gado*” (BLUTEAU, 1712, P. 667), e sendo assim, deveria ser uma área mais periférica, porém, por não serem sinônimos, não se pode aferir com convicção tal destinação.

Em Olinda, o rocio apresentado no foral aparenta ter características diferentes, pois foram destacadas outras áreas para pastagens de gado, fornecimento de madeira e lenha para o povo da vila. Para Murillo Marx, o rocio é um logradouro público por excelência, do qual advêm em princípio vias e praças públicas e os terrenos concedidos hoje visto como particulares, também ele conhecendo contínuas dúvidas quanto a sua extensão, demarcação e, especialmente, sua

efetiva posse e utilização (MARX, 1988, p. 132). No entanto, a Carta Foral de Olinda demonstra perceptível preocupação quanto a demarcação dos limites do seu rocio, distinguindo-o das zonas de moradia. Tanto os terrenos de particulares quanto a futura utilização por moradias está nitidamente assegurada no documento.

A ribeira do mar até o arrecife dos navios, com suas praias, até o varadouro da galeota, subindo pelo rio Beberibe arriba, até onde faz um esteio que está detrás da roça de Brás Pires, conjunta com outra de Rodrigo Alvares, tudo isto será para serviço da Vila e povo dela, até cinquenta braças do largo, do rio para dentro, para desembarcar e embarcar todo o serviço da Vila e povo dela, e daí para riba tudo que puder ser, demais dos mangues, pela várzea e pelo rio arriba é de serventia do Concelho. (CARTA FORAL)

Duarte Coelho faz distinção entre área de serventia da Vila e povo dela e área de “serventia do Concelho”, indicando talvez, uma forma mais livre de utilização, relacionada também com o transporte de produtos, “... *para desembarcar e embarcar todo o serviço da Vila e povo dela ...*” e outra de regras determinadas pela Câmara.

Mais adiante, em outro trecho da Carta: “*E porque, por detrás do dito montinho, onde há de fazer o Senhor Governador a sua feitoria, até o varadouro da galeota, **há de se abrir o rio Beberibe e lançar ao mar por entre as duas pontas de pedras, como tem assentado o senhor Governador; entre o dito rio lançado novamente e as roças da banda de riba, de Paio Correia e da Senhora Dona Brites...***” [grifo nosso] (CARTA FORAL). Neste trecho fica claro a intenção de Duarte Coelho de mover o curso do rio Beberibe para o abastecimento da Vila, no entanto não foi realizada a transposição do rio, mas um pequeno desvio. Sobre este fato não se pode precisar exatamente o ano, mas analisando com cuidado a cartografia do sítio, foi encontrada na representação de Olinda de Cornélio Golijath, um dos mais destacados cartógrafos holandeses do seu tempo, que além de outras preciosas informações, a indicação e locação desta espécie de aqueduto (fig. 12).

Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, merece referência a indicação de “*Een steene Muyr gemaect om het water vam Bibearibe inde Stadt te leyden*”, isto é, um bardo de pedra feito para conduzir água do Beberibe para a cidade de Olinda. Mas, segundo o mesmo autor, esta seria obra realizada pelo Governador-geral do Brasil Diogo Botelho, que residiu na Vila durante o período

de 1602 a 1603. Independente do período da execução, o fato é que a preocupação com o abastecimento está presente no discurso de Duarte Coelho.

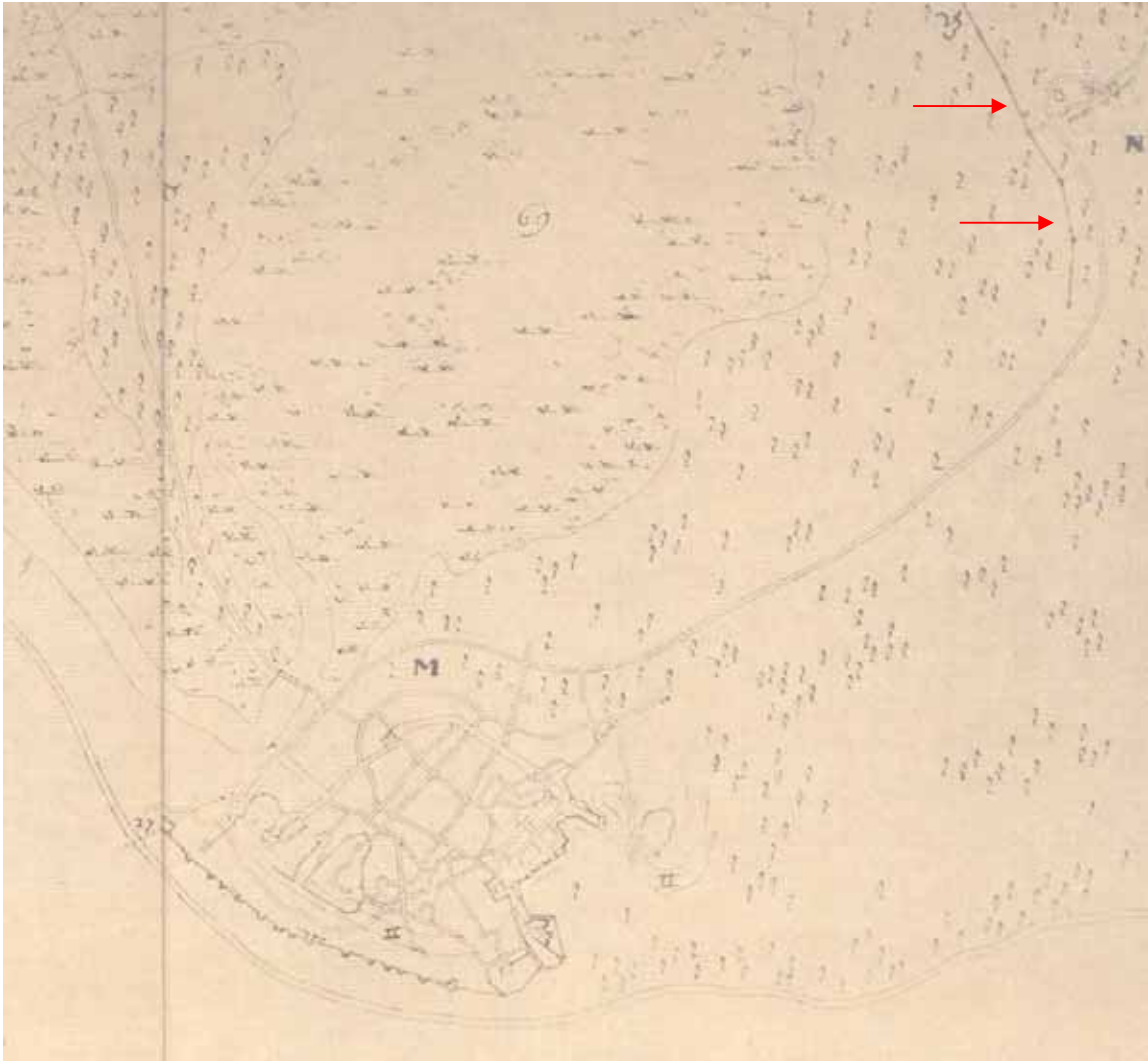


Figura 12 – Detalhe do mapa “*Afbeelding van drie Steden in Brasil als Olinda de Phernambuco, Maurits Stad, ende Reciffo (...) Anno 1648*”. Autor: Cornelis Golyath.
Fonte: MELLO. 1976.

Ainda sobre o abastecimento, a Carta Foral discorre que: “*Todas as fontes e ribeiras ao redor desta Vila dois tiros de besta são para serviço da dita Vila e povo dela; fa-las-a o povo a limpar e correrger à sua custa*”. Olinda guarda ainda hoje algumas fontes, dentre elas uma das mais antigas é a bica de São Pedro (fontainha).

A questão do abastecimento de água potável constituía um grande problema para a população. Nieuhof cita quase um século depois, em 1682: “*A cêrca de uma milha da cidade [de Olinda], junto ao mar, achavam-se os subúrbios, densamente povoados e repletos de armazéns, mas faltos de água potável que a população era forçada a procurar além do rio.*” (NIEUHOF, 1981, p. 47).

Duarte Coelho antecipa uma proposta para atender a vila com um todo. Assim como faz quando gerencia as áreas de fornecimento de lenha e madeira. Um dos últimos trechos da Carta Foral diz:

Todos os mangues ao redor desta Vila, que estão ao longo do rio Beberibe, assim para baixo como para cima, até onde tiver terra de arvoredos e roças ou fazendas pelo Senhor Governador, todos os ditos mangues serão para serviço da dita Vila e povo. E assim os rios dos Cedros e ilha e porto dos navios (CARTA FORAL)

O mangue, enquanto vegetação nativa, passa a fazer parte do texto do Foral, assim como outros elementos originais do sítio, revelando o quanto ele já era considerado importante no cotidiano dos habitantes.

O Foral era um documento muito respeitado pelos tribunais e doações quartinas (CAVALCANTI, 1986, p.45). A data da criação da câmara de Olinda foi 15 de abril de 1548, a primeira a ser implantada no Brasil, e o Foral, como se viu, data de 1550.

1.2.2. O FORAL E O ASSENTAMENTO FÍSICO DE OLINDA

Olinda não parece se conformar sobre suas colinas, mas a partir de suas colinas. Assim, o arruamento, as quadras e a própria locação dos edifícios se aproveitam das formas e elementos do lugar. A organicidade de suas linhas não reflete falta de ordem, uma vez que a cidade nasce com uma série de determinações de ocupação e uso no espaço, mas da intenção do donatário em relacionar suas diretrizes com a paisagem.

A relação que Duarte Coelho promove com a “natureza”, a paisagem escolhida, não demonstra ser obra do acaso. São áreas pensadas e articuladas de modo a promover o melhor desenvolvimento da Vila e uso por parte de seus moradores, distinguindo zonas de interesse comum e particular, designando à minúcia quando se refere à largura da rua de serventia, o local

para cultivo de roças, o fornecimento de água, madeira e lenha. O que de certa forma confirma a teoria de Nestor Goulart quando diz que, a ordem que norteava as cidades coloniais portuguesas foi “*necessariamente elaborada na prática*” (REIS FILHO, 1968, p. 15).

Talvez exista uma dificuldade maior em entender formas, organismos e idéias urbanas que não se expressam explicitamente nos ditames clássicos, confortáveis da geometria. Ou ainda, acreditar que a racionalidade urbana se expresse unicamente na forma ortogonal, crendo na existência de um único paradigma universal. Para o estudo sobre Olinda foi necessário abandonar esses pressupostos, para dar oportunidade de investigar a ocorrência de outros modelos. Talvez a vila tenha sido originada de uma racionalidade própria gerada a partir da tradição lusitana, experiência ultramarina e capacidade de assimilar elementos vernáculos dos lugares conquistados. De certo que este conhecimento não está explícito nos documentos reunidos e, portanto, é necessário um grande esforço para decifrá-lo. Elaboremos uma tentativa.

Uma das funções do donatário era o de fundar vilas. Duarte Coelho chega em Pernambuco e funda Igarassu e logo depois, em 1537, Olinda, e a prática se estende ao longo do território. Este ato urbano incorpora um repertório que viabiliza uma relativa uniformidade entre os núcleos, e uma repetição de determinados elementos, fundamentais para o seu esquema geral. Podemos citar as demandas arquitetônicas como edificações para a alfândega, a igreja, o pelourinho, o lugar do comércio, as fontes de água, sistema de defesa etc.

Duarte Coelho estabelece um terreno elevado para situar a vila, embora alguns historiadores ressaltem o caráter subjetivo dessa escolha¹², a preocupação com a defesa do território é clara. Neste período era comum o ataque dos franceses no litoral. O sistema defensivo se efetivaria não apenas com a escolha do sítio, mas com a construção da paliçada, a proteção dos acessos, o que vai buscar inspiração na tradição portuguesa.

Olinda estava a princípio, pela proximidade da costa, numa situação vulnerável quanto aos ataques de inimigos. As preocupações com a defesa eram importantes, e se iniciavam desde a escolha do sítio. Era necessário um lugar cujas características geográficas auxiliassem a proteção

¹² Em relação à Olinda, alguns historiadores citam que Francisco Frazão, criado de Duarte Coelho, teria dito no local onde foi erigido a vila: “Oh! Linda situação para uma vila!”, e este seria inclusive a justificativa do nome do aglomerado urbano. Segundo frei Vicente do Salvador, “A vila se chama de Olinda, nome que lhe pôs um galego, criado de Duarte Coelho, porque, andando pelo mato buscando o sítio onde se edificasse, achando este que é em um monte alto, disse com exclamação e alegria: O’linda!” (SALVADOR, 1982, p. 114).

do território contra invasões súbitas. Mas que não impedissem a comunicação com a metrópole, pois disso dependeria o escoamento das mercadorias e a segurança dos colonizadores em caso de ataque. O sistema marítimo e fluvial, complementares entre si, facilitariam o processo.

José Luis da Mota Menezes, quando se refere à Vila de Olinda, enfatiza:

Essa escolha, que compreendia um lugar seguro, a cavaleiro de possíveis ataques, quer por terra e desde o mar, um porto abrigado, fazendo ligação com as terras de além-mar, e uma grande área destinada às hortas e ao criatório, demonstra o nível de racionalidade e a estratégia que definia o futuro, depois tão decantado da capitania Duarte. (MENEZES, 1998: 333)

E mais adiante, especificamente sobre a condição topográfica do sítio, ele comenta:

Não parece obra do acaso tais formas de escolha [do sítio]. Elas foram fruto de um hábito que espelhava ainda uma tradição que vinha desde as cidades medievais. Talvez a Memória Urbana tenha se aliado à racionalidade, decorrente dos princípios defensivos que se encontravam presentes na Arte da Defesa das Praças, e estes falaram mais alto. Isto não querendo dizer que tal escolha, pela altura dos sítios, nos leve de pronto a afirmativa de que esses desenhos urbanos, às vezes por suas irregularidades nos traçados das ruas, sejam medievais. (MENEZES, 1998: 336).

O autor confirma as intenções de defesa, como características um tanto medievais, porém destaca que essa atitude é consequência de uma nova forma de pensar, indicando que as ações do donatário representavam uma racionalidade particular e uma estratégia para o futuro, distinguindo das cidades medievais. Estas, por exemplo, aumentavam sucessivamente os muros da cidade a medida que fossem crescendo, não tendo *a priori* um planejamento de expansão.

Essa possível influência da tradição medieval na escolha do sítio, por exemplo, nos remete à outra margem do Atlântico. Segundo Sérgio Luís Carvalho, a tradição mulçumana em Portugal foi muito forte, principalmente no século XIV e XV, e que de certa forma influenciou o traçado, as casas e demais elementos da urbe (ver CARVALHO, 1989, p. 13). Certamente esta influência não ocorre de maneira uniforme no país, sendo no sul mais intensa. Ele diz que os mulçumanos desenvolviam suas cidades sob três aspectos bem definidos: 1. As necessidades defensivas (onde iria surgir a muralha envolvendo o casario) e com boas condições e abastecimento, a vila geralmente se localizava em terrenos acidentados. Na parte mais alta localizava-se a alcáçova, que era uma pequena parte da cidade que deveria ser a última defesa contra o invasor, era uma

muralha dentro da muralha, com saída independente; 2. Questão climática – As altas temperaturas do norte da África e na Península Ibérica (centro sul de Portugal, por exemplo) faziam com que a sombra fosse uma necessidade. A rua estreita proporcionava que o sol não penetrasse muito, e mesmo nas horas de mais calor a sombra era uma constante; 3. A questão religiosa, que para as cidades fundadas, ou de forte influência islâmica, era importantíssimo (CARVALHO, 1989, p. 13).

Em Olinda, as ruas também têm uma conformação irregular. Porém, existe uma interdependência muito forte entre o percurso e determinados elementos, fazendo uma trama de ligações, com um forte caráter relacional. A rua algumas vezes, se alarga para preparar o transeunte a receber a magnitude do edifício, como é o caso da Ladeira da Misericórdia, por exemplo. Há uma gradação entre as ruas, mas não parece estar ligada apenas à sua largura e regularidade, mas à sua significância.

Quando Helder Carita vai estudar os antecedentes urbanísticos de Lisboa medieval ele se depara com uma importante constatação: *“Aos nossos olhos desenhou-se um universo urbanístico medieval em profunda mutação, capaz de produzir modelos urbanos dotados de uma lógica interna claramente diferenciada do urbanismo islâmico”* (CARITA, 1999, p.15). Portanto, ao contrário de Sergio Luís Carvalho, ele enfatiza a maleabilidade dos modelos medievais portugueses, e sua capacidade de ser mutante. Além disto, este autor, que pertence a um círculo de historiadores que estão realizando, na atualidade, uma re-escrita da história do urbanismo português, alerta que os elementos espaciais como ruas, largos, travessa, becos, necessitam de um cuidado especial quanto à semântica do termo empregado e os conceitos espaciais que correspondem.

Não se pode pensar em transferências no sentido absoluto do termo, mas em sua acepção relativa. A população das vilas nos primeiros momentos era predominantemente de portugueses, e estes trouxeram animais, espécies vegetais, costumes, idéias, porém tiveram que passar por um franco processo de adaptação à outra realidade geográfica, climática, cultural e referencial. Ou seja, além da experiência acumulada, tiveram que elaborar um conhecimento a partir da realidade encontrada para sobreviver numa terra distante e, portanto, de difícil comunicação com a metrópole, e habitada por povos de culturas diferentes.

Mário Chicó diz que “*a verdade é que nas cidades construídas de um jacto é abandonada a tradição e aceita abertamente a cidade ideal*” (CHICÓ *Apud* REIS FILHO, 1968, p.71). Seria possível abandonar a tradição? Certamente não. No entanto, determinadas situações são mais favoráveis à experimentação, a modelos inusitados, entretanto subsidiados por conhecimentos adquiridos.

Por outro lado, os atos urbanos portugueses no Novo Mundo estavam profundamente relacionados com a economia da cana-de-açúcar. Antes de vir à colônia, Duarte Coelho procurou ajuda dos cristãos-novos (judeus) para a fundação dos engenhos. O núcleo urbano da colônia tinha sua maior importância para questões relativas às funções política-administrativas e comerciais.

Em 1583, havia em Pernambuco 66 engenhos (CARDIM, 1980, p.162) enquanto na Bahia, sede do governo geral, apenas 36 (CARDIM, 1980, p.144). Segundo Frei Vicente do Salvador, o motivo que levou Duarte Coelho a Portugal para reclamar seus direitos sobre a capitania era a prosperidade da mesma.

O intento que o levou devia ser para requerer seus serviços, que na verdade eram grandes e, ainda que eram para seu proveito e de seus descendentes, aos quais rende hoje a capitania perto de vinte mil cruzados, muito mais eram para el-rei, a quem só os dízimos passam cada ano de sessenta mil cruzados, fora o pau-brasil e direitos do açúcar, que importam muito os desta capitania por haver em ela cem engenhos. (SALVADOR, 1982, p. 119)

No período da invasão holandesa em Pernambuco, a Capitania contava com uma expressiva produção açucareira. Havia na época 121 engenhos produzindo açúcar (DANTAS *Apud* MELLO & ALBUQUERQUE, 1997, p. 9).

Em 1583, enquanto Ilhéus tinha 50 vizinhos, Porto Seguro tinha 40, Piratininga 120, Olinda tinha mais de 2000 vizinhos entre vila e termo, com muita escravaria da Guiné, aproximadamente 2000 escravos, depois de ter sido incendiada pelos holandeses e reconstruída pelos portugueses. Salvador, a capital, tinha em seu termo 3000 vizinhos portugueses, oito mil índios-cristãos, e 3 ou 4 mil escravos da Guiné (CARDIM, 1939, p. 183). Anos mais tarde, Nieuhof cita “*A cidade tinha mais de 2000 habitantes, fora escravos e eclesiásticos; dentre estes, cerca de duzentos passavam por ser muito ricos*”(NIEUHOF, 1980, p. 47). Assim como Baléu, “*Calculavam-se em 2000 os*

moradores, fora eclesiásticos e escravos. Distribuía-se em quatro companhias de número desigual, como se costuma. Eram mais ou menos duzentos os mais ricos.” (BARLÉU, 1974, p. 44).

A população dos núcleos urbanos como em Olinda era dividida entre uma restrita porcentagem de moradores permanentes, que eram muitas vezes funcionários públicos (representantes da Coroa), oficiais mecânicos e os religiosos; e as famílias dos proprietários de terra, que tinham moradia urbana, no entanto a residência era temporária. Apesar de não participar diariamente do cotidiano da Vila, os senhores de engenho formavam a Câmara que determinava as ações municipais. Em Olinda, a riqueza dos senhores de engenhos, com um desenvolvimento distinto das outras capitanias, transfere para a Vila traços marcantes de sua opulência, provocando, não raro, relatos surpresos em seus visitantes como vimos anteriormente. Nóbrega contemporâneo da formação do governo geral, por exemplo, demonstra que já havia comentários na capital, Salvador, acerca da riqueza olindense. Ao chegar à Bahia em 1549, ele escreve, “*Nós todos três confessaremos esta gente; e depois espero que irá um de nós a uma povoação grande, das maiores e melhores desta terra, que se chama Pernambuco*” (NÓBREGA, 1988, p. 74). Em muitos relatos os termos Olinda e Pernambuco aparecem como sinônimos.

Contudo, como foi visto, o processo urbano de Olinda sofreu uma abrupta interrupção no seu desenvolvimento, quando seu território foi tomado pelos holandeses. De 1630 a 1654, Olinda ficou desativada, retomando sua vida quando os portugueses finalmente expulsam os invasores. Estes acontecimentos certamente mudaram o ritmo da Vila, que só atinge a condição de cidade em 1676, algo incoerente com o desenvolvimento que antes atingira.

Entre 1650 e 1720 foram fundadas trinta e cinco vilas, elevando-se duas delas à categoria de cidade: Olinda e São Paulo. Ao fim do período, a rede urbana estava constituída por um respeitável conjunto: sessenta e três vilas e oito cidades (...) cabeças das respectivas regiões, vieram a receber essa dignidade, o que foi possível após a incorporação das respectivas capitanias a Coroa (REIS FILHO, 1968:81-82).

Podemos perceber que Olinda desde o início se destaca por ser um núcleo de uma desenvolvida capitania, produto da estratégia e reconhecida experiência de Duarte Coelho, que consegue fazer da mesma um grande núcleo da colônia portuguesa na América.

Olinda é uma Vila que intimidou a ocupação holandesa, como se tivesse um código próprio que favorecia a resistência dos portugueses obrigando os inimigos a incendiá-la. Este enigma corresponde a uma forma de pensar e conceber o espaço urbano oriundo da experiência portuguesa.

A vila se desenha a partir de princípios racionais de apropriação do solo. Questões relativas à defesa, subsistência, moradia, crença estão dentro de uma codificação própria da urbanística lusitana presente desde o primeiro momento e bastante diferente da lógica holandesa.

A carta Foral, elaborada pelo donatário, registra as determinações urbanísticas da vila, estabelecendo os espaços para determinados fins, a partir de um planejamento prévio. Embora seu pensamento não esteja representado por uma planta, é facilmente identificável pelos pontos de referência no território. Estes não participam apenas como suporte, mas como coadjuvantes do processo de concepção urbana. A proposta da carta de Olinda parece possuir características modernas, principalmente quando expressa preocupações com necessidades futuras. O grau de abstração na concepção de Olinda nos indica uma lógica diferenciada na construção urbana. Um determinado tipo de lógica urbana, que examinaremos adiante.

Capítulo 2 – IMPRESSÕES - O TRAÇADO URBANO DE OLINDA E O DESENHO DOS QUINTAIS

Os relatos dos viajantes e as vistas analisadas legaram boas pistas sobre os quintais. Contudo, cabe precisar mais ainda o papel destes espaços na vila de Olinda. Cientes do vínculo entre o quintal e o traçado da vila, propomo-nos a realizar uma leitura gráfica que parte das linhas mais amplas que definem seu desenho rumo às suas partes mais secretas e reclusas: os quintais.

Neste momento interessa-nos compreender a lógica da concepção do traçado, os elementos significativos, para mais adiante discutir a formação das quadras e dos lotes. Faremos uma análise comparativa entre o discurso textual e iconográfico dos séculos XVI e XVII buscando, a partir destas representações da vila, tecer considerações acerca de seu possível desenho original. Desse modo teremos subsídios para aferir sobre a formação urbana do sítio, bem como conseqüentemente sobre um dos seus componentes: os quintais.

Várias questões foram importantes na construção da vila, dentre elas, vale ressaltar a contribuição do sistema defensivo e a locação dos equipamentos urbanos como é o caso dos edifícios religiosos e da administração. Desse contexto originou uma estrutura de ruas, becos, travessas, caminhos que por sua vez se reflete na composição das quadras e assim por diante. Para realizar a incursão por esta estrutura será necessário novamente debruçarmos sobre o material cartográfico histórico, especialmente o legado português através dos Atlas produzidos pela família Albernaz e a diversificada produção holandesa, cumprindo um longo e detalhado percurso, lançando mão das estratégias infográficas.

2.1. A GRANDE PERSPECTIVA: A VILA NOS DESENHOS DO SÉCULO XVI E XVII

Olinda possui um rico legado iconográfico, constituído de vários mapas, plantas e vistas. Muitas destas fontes podem estar ainda espalhadas nos arquivos europeus. Contudo, graças às ações de projetos nacionais, como o acervo iconográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o

trabalho da equipe do professor Nestor Goulart Reis Filho¹; e internacionais de resgate deste patrimônio, como o Projeto Resgate² e o acervo iconográfico virtual da Biblioteca Nacional da Holanda, têm sido identificadas, divulgadas e, algumas, repatriadas. Analisar a vila a partir de seus desenhos requer bastante cuidado, pois um discurso imagético, invoca, na sua representação, toda uma gama de signos específicos de um período e autor específico.

Uma das primeiras representações imagéticas da vila que pudemos ter acesso é a iconografia policromática que se encontra no livro denominado *Roteiro de todos os sinaes conhecidos/ fundos, baixos, Alturas ederrotas que há na costa do Brasil desdo cabo de Sã/ to Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães*, considerado o primeiro atlas da família Albernaz. A imagem é atribuída a Luiz Teixeira, anterior ao Albernaz I e II (João Teixeira), e foi confeccionado aproximadamente em 1582, portanto 45 anos após a fundação da vila. No texto estão presentes as latitudes e acidentes geográficos da costa, ou seja, um guia de navegação do litoral do Brasil.

Na imagem, o observador faz seus registros a partir do mar. A maior parte da composição é tomada pelas águas e os acidentes geográficos que desenharam o acesso ao porto e a vila, sendo esta sua principal preocupação.

¹ Minucioso trabalho de reunião de importantes documentos iconográficos referentes a vilas e cidades brasileiras. Este esforço resultou na obra *“Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial”*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.

² Como exemplo temos o Projeto Resgate “Barão de Rio Branco”, a partir de uma parceria entre o Ministério da Cultura do Brasil, Rio de Janeiro- Brasília, e Ministério da Ciência e Tecnologia, Portugal. Arquivo Histórico Ultramarino, 1997.



Figura 13 – *Roteiro de todos os sinais conhecidos...* Luiz Teixeira , ca 1582.
 Fonte: Arquivo Público de Olinda.

A rosa-dos-ventos nos remete às cartas-portulanos da Idade Média, com o traçado das loxodromias (rumos). Apresenta a direção dos 16 ventos e com destaque especial ao norte e leste. “A flor-de-lis indica o norte, e a cruz, o leste, onde fica a Terra Santa. A piedade cristã, na Idade Média, levou a marcar o leste de alguns mapas-múndi, naturalmente porque no Mediterrâneo assim ficava orientada a Terra Santa (o Paraíso)” (ADONIAS, 1993, p. 61).

Os arrecifes submersos são de extrema importância para a navegação na costa, pois eram motivos para muitos acidentes e naufrágios. A imagem traz sua localização, largura e profundidade. Essa característica da costa, afasta nitidamente as embarcações da vila de Olinda, apresentando-se sempre resguardada pelos artifícios humanos (fortes, paliçada etc) e pela própria natureza.

Apresenta-se ainda a “Barra por onde entrão” as embarcações, os rios Afogados e Capibaribe, o “Varadouro das naos” que dá o acesso pelo rio do porto a Olinda, as terras de engenhos e fazendas, e “Terra da banda do sul”. Entende-se por Varadouro em Bluteau, “*A paragem, em que se varão os navios em terra*” (1712, Tomo V, p. 362). Estes dados são de fundamental importância para se entender a dinâmica dos fluxos de transporte de mercadorias para Metrópole e os limites de acesso por via marítima e fluvial.

No Varadouro está a entrada sul para a vila de Olinda que pode ser realizado de duas maneiras. A primeira por rio através das embarcações, e a segunda sobre a ponte para os carros e pedestres que se conecta à rua da Boa Hora. A outra ligação do Recife à Olinda se dá pelo istmo, a área pintada em tom marrom que se estende ao longo do litoral, acompanhando os arrecifes.

A vila se mostra em perspectiva, revelando uma nítida intenção em destacar apenas os edifícios. Ela é desenhada claramente sobre montes onde praticamente cada um possui uma construção religiosa em seu cume, com exceção para a forca, que, situada numa das colinas, constitui figura central. Todas as construções possuem cobertas pintadas de vermelho, sendo acrescentada às religiosas uma torre encimada por uma cruz. Nenhuma informação sobre o arruamento, nem ligações dentro da vila.

As áreas plantadas são representadas por espaçadas árvores distribuídas ao longo do território ou próxima a determinadas construções periféricas, sempre ao redor ou fora da vila. Muito embora o chão da vila seja pintado de bege e verde, sinalizando uma significativa superfície cultivada no tecido urbano.

Dos limites de Olinda, há apenas um bastante demarcado, a fronteira com o oceano. Este aparece protegido por destacado septo de cor de terra, certamente a paliçada com seus baluartes.

2.1.1. O SISTEMA DEFENSIVO E O ESPAÇO URBANO

No alto do monte, protegida do acesso fácil, favorecida pela vista das redondezas, a vila estabelece a praça principal. Como já foi mencionado, ela se apóia em dois sistemas defensivos: um edificado e outro natural. Considerando-se que o objetivo deste capítulo é o entendimento do desenho urbano da vila na escala macro, a questão dos limites, que se confunde com o sistema defensivo, torna-se fundamental.

Em Olinda, o acesso de embarcações era ainda difícil obrigando mesmo os mais experientes a fazer precisas manobras através dos arrecifes. Este tipo de obstáculo era providencial quando os perigos de investidas estrangeiras eram iminentes. O mapa intitulado *Prerspectiva. Do Ressife, e Villa, de Olinda.* (fig. 14), posterior ao *Roteiro de todos os sinaes...*(fig. 13), e mais tarde o mapa *Todas as fortificações (...) do Recife ...* (fig. 17), confirmam que a preocupação de indicar o acesso das naus pelos arrecifes e determinar o melhor caminho se estende por longo período. Resultado de décadas de especulação e estudos sobre a costa brasileira, quase um século depois da fundação de Olinda, o acesso marítimo ainda é tema de esclarecimentos.

Prerspectiva. Do Ressife, e Villa, de Olinda (fig. 14), mencionada acima, é uma imagem portuguesa, de João Teixeira Albernaz I, importante cosmógrafo português. Percebe-se que tanto neste caso como em outras iconografias (ex.: *Perspectiva de Olinda de Pernambuco* do início do século XVII) , a vila se situa no extremo direito da composição, dividindo o quadro com o povoado de Recife, então porto de Olinda. Os caminhos das embarcações e os detalhes dos arrecifes, da hidrografia, são o motivo central, ainda demonstrando a importância de contemplar a questão dos acessos.

Olinda possui desde o início uma forte ligação com seu porto, situado no povoado do Recife. Esta aliança é fundamental, pois é a porta de contato com a Metrópole, de escoamento das mercadorias, de pouso e abastecimento de viajantes, a via do comércio principal, assim como o ponto de partida e chegada de quem desejasse fazer viagens, inclusive entre as capitanias.

Preocupações com a defesa também podem ser percebidas pela relação de Olinda e Recife, quando se estabelece Olinda como lugar para moradia, protegida do acesso direto, e Recife o porto e, portanto, mais vulnerável a ataques.

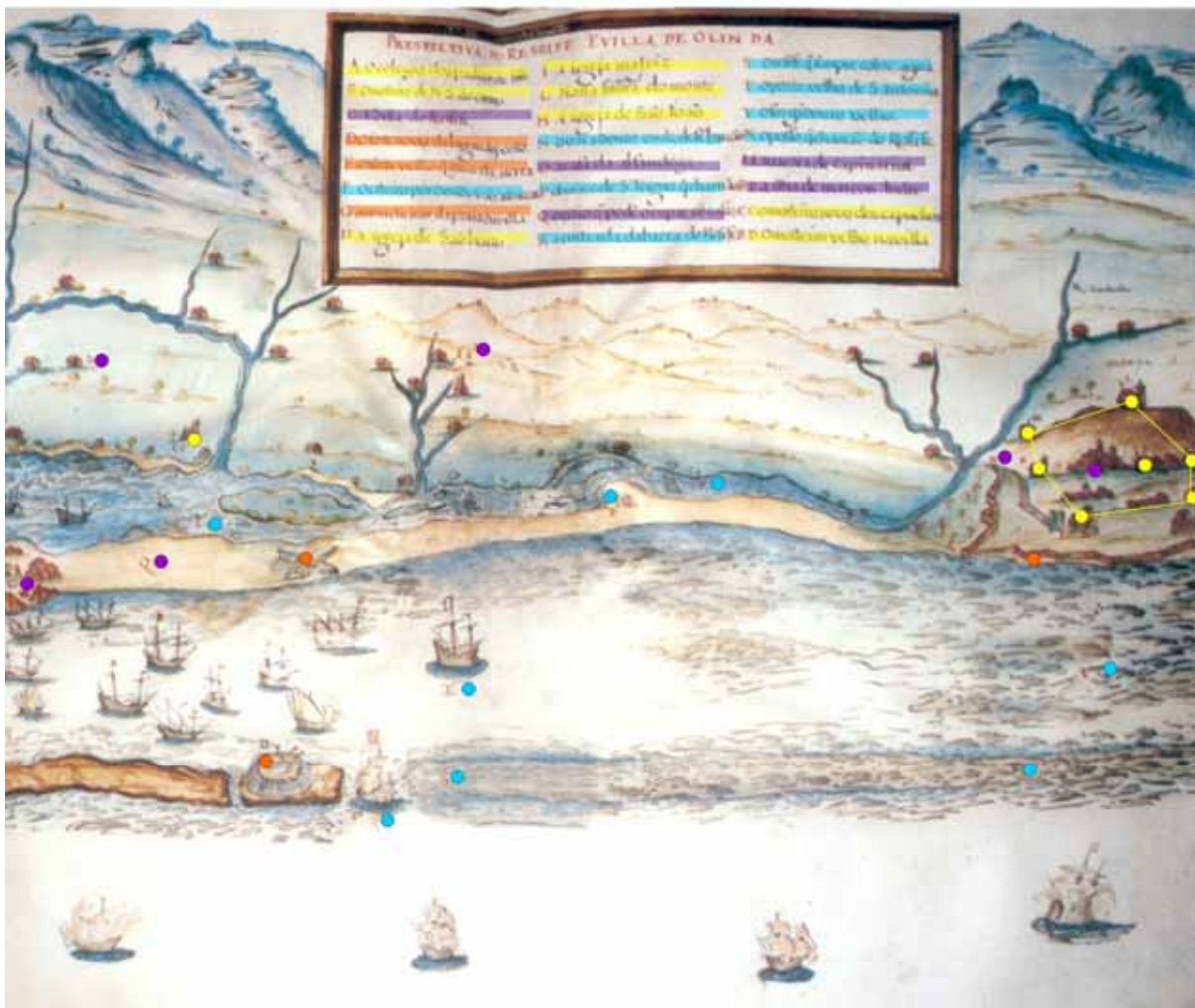


Figura 14 - *Prerspectiva. Do Recife, e Villa, de Olinda*. Autor: João Teixeira Albarnaz I. Original manuscrito, que ilustra o códice “Rezão do Estado do Brasil”, de Diogo de Campos Moreno, ca. 1616. Fonte: REIS FILHO, 2000. (Infográfico: Juliana Coelho Loureiro).

A legenda da *Prerspectiva. Do Ressife, e Villa, de Olinda* versa sobre o conjunto formado pelas duas vilas, Recife e Olinda, muito embora a primeira esteja restrita a apenas uma referência no mapa, sem indicações de edifícios no seu perímetro³. Podemos constatar que em relação ao tema, a legenda se subdivide em 3 partes principais. Um terço dos 24 itens diz respeito aos edifícios

³ Na legenda lê-se: “*Prerspectiva do Ressife e villa de Olinda*/ A. O colégio dos padres de JHS, / B. O mosteiro de N. S. do Carmo, / C. A Villa do Ressife, / D. O forte novo da Lagendoporto, / E. O forte velho q guarda a terra, / F. O esteiro por donde vão asbarcas, / G. as trincheiras da praia da villa, / H. a igreja de São bento, / I. a igreja matriz, / L. Nossa Snora do monte, / M. A igreja de São João, / N. o varadouro onde desebarção, / O. a casa da alfândega, / P. o buraco de S Tiaguo q chamão, / Q. o citio q pode ocupar co casas, / S. o resife q sempre cobre agoa, / T. o porto velho de S Antonio, / V. o sorgidouro velho, / X. o posso q chamão do Ressife, / AA. A várzea de capiuarie, / BB. A ilha de marco André, / CC. O mosteiro novo dos capuchos, / DD. O mosteiro velho na villa”

religiosos (círculo amarelo no mapa), sendo 7 na vila de Olinda e apenas 1 nas proximidades de Recife (o mosteiro novo dos capuchos). O segundo terço das informações refere-se a questões relativas à navegação (círculo azul), como se vê, por exemplo, em: “*F. O oiteiro por donde vão as barcas*”, e “*S. O resife q~ sempre cobre agoa*”. O último terço das informações compreende: 5 indicações sobre localidades (círculo roxo) e 3 sobre construções para fins militares de defesa (círculo laranja), sendo eles, 2 sobre fortes e 1 sobre a trincheira da vila.

Olinda aparece destacada sobre as colinas, e com indicações apenas dos edifícios, e estes, em sua maioria, são religiosos. Podemos facilmente situar a Igreja de Nossa Senhora do Monte (letra L), a Igreja de São João (letra M), o Mosteiro de São Bento (letra H) junto à trincheira, o Mosteiro de Nossa Senhora do Carmo (letra B), paralelo a praia e, mais no interior da vila, a Igreja Maior (letra I). Além destes, o varadouro para o desembarque das barcas e a casa da alfândega para fiscalização também aparecem sinalizados, ambos de especial interesse econômico para a Coroa.

Os edifícios religiosos marcam os limites urbanos de Olinda, a constatar pelo círculo formado pelas igrejas. As próximas do mar chegam em alguns momentos a fazer parte da paliçada, construindo neste quadro uma segunda linha de fortificação (como se vê no Carmo).

Podemos supor que a representação de Albernaz tenha a intenção de distribuir a ocupação urbana em 5 linhas

paralelas inspiradas na topografia da vila. Esta escolha pode revelar uma intenção de estabelecer hierarquias,

elementos norteadores do traçado e ainda além, ao identificarmos os edifícios, percebemos que pode se tratar de ruas e caminhos indicados simbolicamente. Tomemos o Mosteiro de São Bento. A rua que inicia em sua porta vai de fato até a Igreja Matriz e o Colégio Jesuíta. Assim como a linha mais ao fundo, existe realmente um caminho que faz a ligação entre a Igreja de São João e a



Figura 15 - **Detalhe de Prerspectiva. Do Recife, e Villa, de Olinda.** Autor: João Teixeira Albernaz I. ca. 1616.

Fonte: REIS FILHO, 2000.

(Infográfico : Juliana Coelho Loureiro)

Igreja de Nossa Senhora do Monte (atual Estrada do Bom Sucesso), e como mostra a imagem, uma via um pouco distante do centro urbano. Depois da Igreja de São João, ela segue em direção aos engenhos da várzea.

O mapa de Albernaz quase não faz referência à vegetação dentro da vila, se restringindo apenas à cerca do Carmo. Suaves desenhos de árvores sem cor estão junto aos limites, porém no lado externo de Olinda. As cores predominantes são o vermelho para as construções, o ocre para a terra e o azul que varia entre as águas (rio e mar), algumas áreas de terra que insinuam serem alagadiças, como as áreas que margeiam os rios e no interior a vila, e as montanhas distantes. Realmente, existe ainda hoje uma área próxima ao Convento do Carmo que



concentra as águas e atualmente compreende um

Figura 16 – *O Lago artificial (abaixo) junto ao Convento do Carmo.*
Fonte: Passarinho.

pequeno lago artificial, comprovando a permanência desta marca geográfica do sítio urbano. A escolha das informações reportadas no mapa: edifícios religiosos, arruado, edifícios de segurança, sinalizam a sua “utilidade”, apresentar a coroa portuguesa os dados de interesse sobre a colônia.

Segundo José Luís da Mota Menezes, a imagem *Prerspectiva. Do Recife, e Villa, de Olinda* (fig. 14) parece ter sido tomada do natural no Recife e Olinda.

Não parece existir dúvida de que as informações de 1609 foram matrizes para o informado na ilustração de 1612, naturalmente nem sempre bem assimilados por quem realizou a de 1612. (...) Quanto à vila de Olinda, ela é bem coerente com as dimensões e ocupação real dessa data, apesar da simplicidade do desenho na ilustração de 1609. (MENEZES in BOOGART, 2005, p. 161)

Voltando à imagem intitulada *Todas as fortificações(...) do Recife...* de João Teixeira Albernaz I (fig. 17) e agora observando a área central da composição, vemos que é tomada pela vila e seu porto. No entanto, o espaço urbano não parece ser o único tema de interesse da representação. O quadro é mais abrangente, e discorre sobre boa parte do sistema fluvial da costa entre Olinda e o Recife e a distribuição das áreas cultivadas no interior da capitania (quadriláteros verde claro). Há nítida intenção em nomear os principais acidentes geográficos e as localidades, como o “lugar do Recife” e a “várzea do Capibaribe”. A iconografia revela também a situação das construções rurais, que se estabelecem em sua maioria junto às margens dos rios. Este tipo de localização nos remete a importância dos transportes aquáticos, que ao condicionarem o fluxo de mercadorias e pessoas, interferem na apropriação do território.

Em relação a anterior, esta carta possui rica representação da vegetação. Há nítida distinção entre as áreas de plantio e de vegetação natural, em especial, nas partes próximas aos rios e no limite norte da vila. As áreas de plantio, certamente de cana de açúcar, estão distribuídas na forma de quadriláteros na várzea do Capibaribe, assim como previa o Foral. A maior parte da vegetação é representada por uma árvore símbolo. No limite superior do quadro, tem-se um arranjo de espécies que lembra a forma de palmeiras. Vale ressaltar as cercas conventuais junto ao limite costeiro da vila. Trata-se do mosteiro beneditino, carmelita e franciscano respectivamente, embora o último apresente uma área diminuta. São espaços que margeiam a vila e possuem limites de plantio precisos.



Figura 17 – *Todas as fortificações (...) do Recife ...*. Original manuscrito de João Teixeira Albernaz I do livro “Livro que dá Razão ...”. ca. 1626.
 Fonte: REIS FILHO, 2000.

O acesso ao Recife e a vila de Olinda continuam definidos por embarcações vindas de fora que desenham a linha de penetração no continente, inclusive uma escala de embarcações que variam da nau aos barcos e canoas menores. As últimas mais próximas a Olinda, como se apenas estas conseguissem chegar à vila. Outra ligação com o “lugar do Recife” se dá através de uma ponte salientada em quase toda as imagens de Olinda. Ainda na escala macro da carta, é possível perceber a importância concedida às águas.

Observando os detalhes da vila, o arranjo das construções em Olinda não permite leitura do arruado, apenas é representado o adensamento das mesmas, que em relação a Recife é mais avultado. Uma seqüência de pequenas construções surge ligada a uma estrutura fortificada que limita a vila pela parte do mar. Portanto, com relação à estrutura urbana de Olinda, as informações são menos precisas que as anteriores. Olinda está representada de forma triangular, talvez indicando de modo simbólico sua situação sobre colinas. Na parte mais alta do triângulo está escrito “Colégio” que com certeza é o dos Jesuítas. E um pouco abaixo, lê-se “Igreja

Mayor”, certamente a matriz. Salvo os edifícios religiosos do litoral, as demais construções não possuem denominação específica.

O percurso descrito por Albernaz não é por acaso. Os acidentes geográficos emprestam da natureza uma espécie de proteção à vila, e a indicação no mapa informa o trajeto seguro a ser seguido pelas embarcações. Portanto evidencia uma preocupação clara com a segurança.

O caminho não é apenas importante para o abastecimento de produtos da Coroa, e de escoamento da produção de açúcar para o porto, mas vincula-se também ao desenho do arruado e ao acesso para o espaço urbano, em especial, à residência do donatário ou às edificações religiosas. Na parte baixa e sul de Olinda, junto ao rio que leva ao porto, está o Varadouro, área onde inicialmente foram construídas a Alfândega das Feitorias e a fiscalização real.

Neste mapa podemos identificar três movimentos principais para alcançar terra firme. O primeiro atravessando as barreiras naturais representadas pelos arrecifes, no ponto chamado por Buraco do Mar, ou Pedra Furada, que alguns acreditam ter sido o motivo do nome da capitania⁴.

O segundo movimento é dado pelo direcionamento das embarcações ao porto do Recife, chamado no mapa de “lugar do Recife”, pois a zona marítima próxima à vila é caracterizada por defesas naturais decorrentes de recifes submersos e pouca profundidade em vários pontos, favorecendo o encalhamento das embarcações. Logo, para se chegar com segurança à vila era necessário seguir através do porto. Este, situado em ponto estratégico, permitia o recolhimento das embarcações maiores. Vê-se na imagem a seguir (fig. 17) que a escala das embarcações também vão diminuindo à medida que chegam à vila, embora o trânsito seja intenso.

⁴ Na despedida da carta do jesuíta Ruy Pereira, ele diz “De este Pernambuco (*vel próprio vocabulo Pernambuc*, que quer dizer mar furado na lingua Gentio), Olinda, Nova Lusitânia a 6 de Abril, dia de Paschoa de 1561 annos. Puz todos estes nomes porque si em as cartas particulares acharem ora uns ora outros, saibam que a terra é a mesma, por que todos estes nomes tem. Amen” (NAVARRO, 1988, p. 316). Frei Vicente do Salvador informa: “... e chama-se de Pernambuco, que quer dizer mar furado, por respeito de uma pedra furada por onde o mar entra, a qual está vindo da ilha de Tamaracá. E também se poderá assim chamar por respeito do porto principal desta capitania, que é o mais nomeado e freqüentado de navios que todos os mais do Brasil, ao qual se entra pela boca de um recife de pedra tão estreita que não cabe mais de uma nau enfiada após outra entrando desta barra ou recife para dentro, fica logo ali um poço ou surgidouro, onde vêm acabar de carregar as naus grandes...” (SALVADOR, 1982, p. 114).

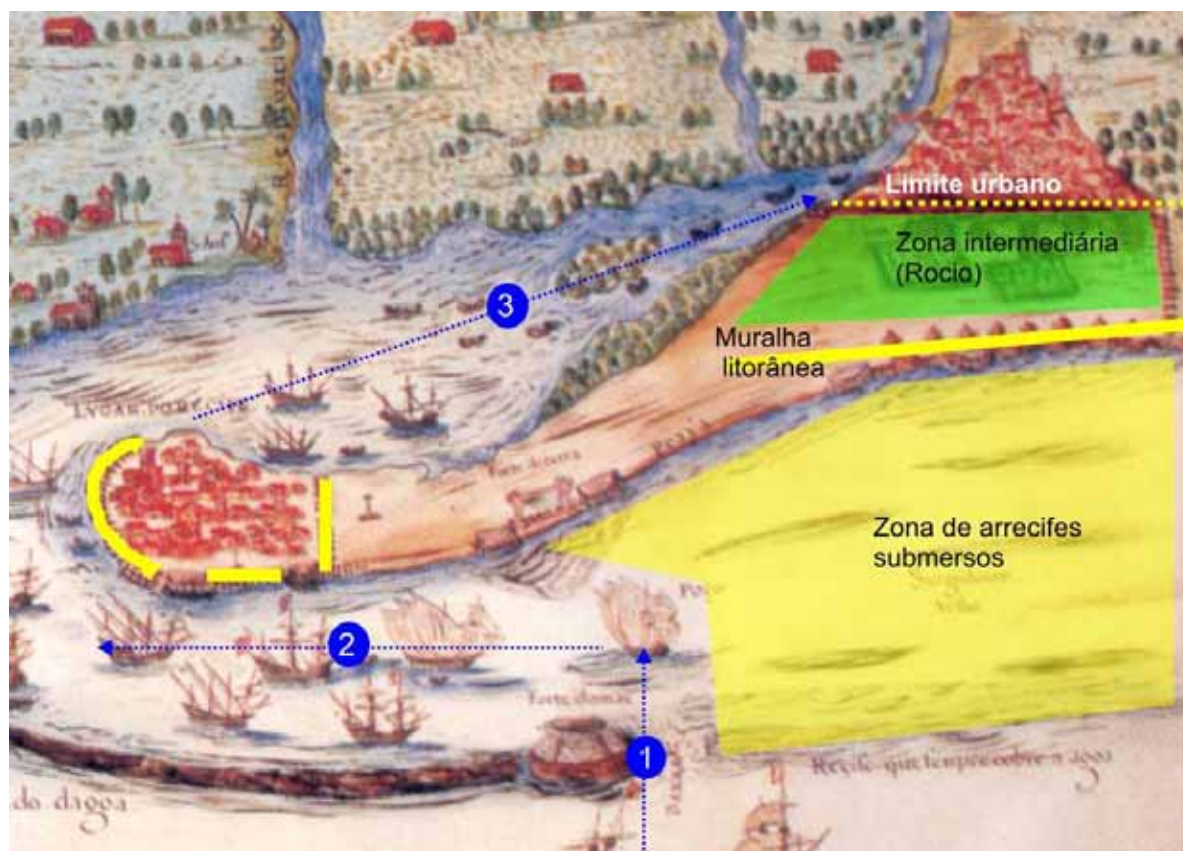


Figura 18 – **Detalhe de Todas as fortificações (...) do Recife...** Autor: João Teixeira Albernaz I, ca. 1626.
 Fonte da imagem: REIS FILHO, 2000. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

A vila se mostra novamente protegida por três zonas de transição. A primeira e maior é a área junto aos arrecifes, uma larga faixa de difícil navegação entre o início dos arrecifes submersos e a praia, constituindo esta zona obstáculo natural para o acesso marítimo. Na própria praia há uma outra estrutura de defesa, um tipo de muralha, construção artificial que visa resguardar com apoio militar a área urbana de ataques externos. Neste sentido preserva-se uma antiga prática já que o círculo amuralhado foi durante a Idade Média um dos principais símbolos da presença urbana, sinalizando a oposição entre o campo e a cidade. “As muralhas e portas medievais servem, antes de mais, para **definir a cidade no espaço**. Em segundo lugar, conferem à cidade uma posição hierárquica privilegiada, e aos seus habitantes um status de cidadão...” [grifo nosso] (LOPEZ, 1988, p. 10).

A terceira é uma zona intermediária entre a “muralha” e o início do aglomerado urbano denominado na Carta Foral de rocio, onde estão situados, no mapa de Albernaz, vazios e,

largamente, os edifícios das ordens religiosas. Acima dessa zona, temos nessa figura uma segunda linha paralela à paliçada, que poderíamos denominar limite urbano real, pois é onde inicia de fato o aglomerado de construções urbanas, que estão localizados em cotas elevadas e, pela representação triangular, se distribuem do topo da colina para a planície.

Este tipo de apropriação litorânea descrita na imagem indica que os acessos à vila de quem chega por via marítima foram transferidos para as extremidades norte e sul. Ambas as entradas aparentemente resguardadas

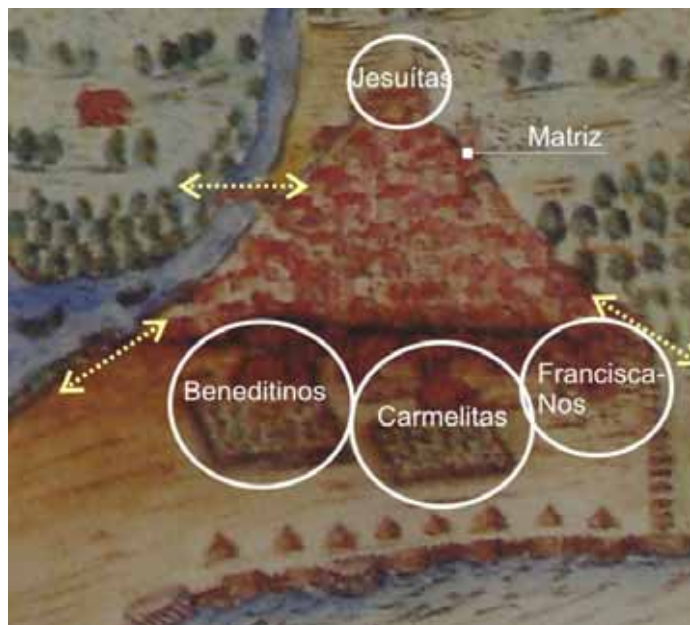


Figura 19 – **Detalhe de *Todas as fortificações (...) do Recife...***

Autor: João Teixeira Albernaz I, ca. 1626.
(Infográfico: Juliana Coelho Loureiro)

por religiosos: ao norte, pelos franciscanos e ao sul pelos

beneditinos. De forma assemelhada, o colégio jesuíta está no topo da vila, cuja vista privilegiada guarda Olinda e seus arredores. Desse modo fica explícito a importância e contribuição dos edifícios religiosos na defesa do espaço urbano, possivelmente reflexo da influência cristã na concepção da vila.

Ainda sobre a muralha, uma nítida referência à tradição é encontrada na carta portuguesa *Porto e Barra de Pernãbvco* (fig. 19), datada de aproximadamente 1630, ano da invasão holandesa a Olinda. A vila é apresentada na forma circular protegida por um anel amuralhado com 3 baluartes ao mar. Esta composição se assemelha muito a primeira carta de Olinda presente no *Roteiro de todos os sinaes conhecimento...* de Luís Teixeira de cerca de 1582 (ver fig. 13).



Figura 20 – *Porto e Barra de Pernambuco*. Original do atlas de João Teixeira Albernaz I . ca. 1630 - 1631.
 Fonte da imagem: REIS FILHO, 2000. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

A parte central da composição ainda está dedicada aos arrecifes e às dificuldades de acesso das embarcações⁵. Diferente do povoado do Recife, há poucas informações quanto à organização interna da Vila.

Entre a grandeza do mar e a pequenez da vila, Olinda surge enigmática (no extremo direito superior do quadro), omitindo grande parte de suas estruturas internas, salvo distinção entre as construções civis e religiosas. As casas se mostram distribuídas aleatoriamente em seu perímetro como se quisessem transmitir simbolicamente a impressão de aglomerado.

⁵ O acesso ao território é dividido em 3 partes principais assim como a carta *Todas as fortificações (...) do Recife...*. A primeira junto aos arrecifes está a “Barra”, onde se lê: “28 palmos de preamar da Agoas vivas. E de baixa mar 3 braças”. A segunda parte é o “Posso”, onde tem a inscrição: “Tem de fundo neste poso de preá mar de Agoas vivas cinco braças E de baixa mar três braças”. Entre esta parte e a última tem uma linha vertical com a informação: “19 palmos de preá mar de Agoas vivas E de baixa mar 10 palmos. E um pouco antes de chegar ao Recife aparece o termo em destaque “Surgidouro”. Essas expressões também estão presentes em outras cartas.

O aspecto externo da vila nos remete às cidades medievais de forma circular. A grossa linha envolvente também separa a vila das áreas verdes circundantes, há apenas espaços vazios.

Esse olhar sobre as vilas, convencionado nas antigas referências urbanas, nos dá a impressão que já havia uma divergência de postura frente aos dois aglomerados. Enquanto Olinda era representada por antigas tradições urbanas, resguardada no território, Recife surge como porta de chegada, aparentemente sem restrições para revelar suas estruturas internas.



Figura 21 – Detalhe de *Porto e Barra de Pernambuco*.

Fonte da imagem: REIS FILHO, 2000. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

Outra questão interessante é o modo com a vila, e em especial a sua “muralha”, abraça o rio Beberibe construindo uma ampla área de contato entre ambos. Segundo Sérgio Carvalho, algumas cidades medievais portuguesas tinham a preocupação de proteger os cursos de água próximos, como forma de precaução em momentos de combate prolongado, evitando assim a possibilidade de serem sitiadas e privadas do abastecimento. “*Tal proteção era assegurada através das “couraças”, isto é, pequenas muralhas que saíam do corpo principal da povoação até a nascente fornecedora do líquido, terminando numa torre*” (CARVALHO, 1989, p. 30).

Ele cita a existência desse sistema em Bragança, Montemor-o-Velho, Coimbra, Silves e Alenquer, Melgaço e outras. Em Olinda, essa construção termina junto ao mosteiro beneditino, entre o mar e o rio.

A vila se limita ao norte por uma grande encosta de densa mata e grande declividade, como se esta, por suas próprias características, constituísse um obstáculo ao acesso. Ao sul encontra-se o rio Beberibe e ao oeste o espaço é preenchido por manguezais e roças.

Em 1682, mais de um século depois de sua fundação, Nieuhof, sensível à proposta da vila, descreve como as características do sítio são aproveitadas na defesa do território. Retomaremos, portanto, parte da citação apresentada no primeiro capítulo:

Ao sul, do lado do mar, essas colinas eram bastante suaves, descendo até a praia que se apresentava, por toda a extensão da costa, coberta de uma areia muito branca. Já para o lado da terra, ou ao norte, os cômos eram mais escarpados e íngremes, cheios de espinheiros e entremeados de laranjeiras, aqui e acolá. **Essas colinas constituíam reforço natural da defesa da cidade** que, ademais, era defendida por vários baluartes do lado da terra, embora a grande diversidade dos acidentes orográficos da região dificultasse a construção de fortificações regulares. [grifo nosso] (NIEUHOF, 1981, p. 46)

A construção da paliçada certamente seria uma das primeiras iniciativas de Duarte Coelho, aliando a tradição à experiência adquirida no Oriente. Gabriel Soares de Sousa discorre em 1587: *“Chegando Duarte Coelho a este porto desembarcou nele e fortificou-se, onde agora está a vila em um alto livre de padrastos, da melhor maneira que foi possível, onde fez uma torre de pedra e cal, que ainda agora está na praça da vila...”* (SOUSA, 1971, p. 58).

Nas cidades medievais portuguesas, a prática mais habitual era que as muralhas fossem feitas de material resistente, como a pedra, para poder durar longo tempo (ver CARVALHO, 1989, p. 30). Paralelo a questão da perenidade, sabe-se que este material era abundante no país, facilitando assim a maior viabilidade da empreitada. Este mesmo anel estava sujeito a sucessivas ampliações com grandes esforços físicos (população urbana) e financeiros, que, em geral, eram patrocinadas por monarcas. O resultado era de tal forma proeminente na paisagem, que assegura também uma simbólica afirmativa:

Mas, o aval e o apoio régio à construção de uma muralha não se norteavam apenas por objetivos estratégicos, uma vez que podiam adquirir um outro significado. Ao patrocinarem a ereção de um elemento tão

significativo, pela sua evidência material, para a afirmação da identidade urbana, os monarcas expressavam o apreço que concediam às vilas e cidades, valorizando assim o papel por estas desempenhado no Portugal Medieval” (ANDRADE, 2003, p. 17).

Na proposta de Duarte Coelho, a muralha litorânea olindense não se presta a futuras ampliações, como era recorrente nas antigas cidades muradas, ela já está situada no extremo limite leste, portanto não restringe nem marca os períodos de expansão urbana.

No manuscrito intitulado *Initium descriptionis locorum in Brasília* (75E72), encontrado nos arquivos de Haia, há uma minuciosa descrição de Olinda, que possivelmente auxiliou aos holandeses na tomada de Pernambuco⁶. Segundo o pesquisador que a localizou, esta foi tirada do roteiro atlântico de Hessel Gerritsz⁷, bem mais extenso. Este documento era complementar, e viria acompanhado, por um mapa da vila de Olinda que desapareceu, restando apenas o texto relativo à legenda do mapa. Embora faça referência à Olinda no século XVII, algumas descrições devem corresponder a tempos anteriores, possivelmente ao início da povoação, inclusive por ser edifícios mais elaborados e de demorada construção, é o caso, por exemplo, das igrejas.

No item 46 que trata do Carmo, convento fundado na área do rocío em fins do século XVI, há o seguinte comentário sobre os materiais de construção da “muralha” da vila, “*A parte exterior dos baluartes é feita de torrões, mas as cortinas de estacas com faxinas e areia*”(TEENSMA Apud BOOGART, 2005: 217). Logo, não era feita ao modo das muralhas medievais portuguesas mais resistentes, de pedra, mas substituída por essa construção mais rápida, de função similar, prestando-se a proteger, limitar e simbolizar a ocupação. Tanto é, que nos perfis de Olinda que figuram nas estampas comemorativas como veremos a seguir, as bandeiras holandesas tremulam nos baluartes da paliçada.

⁶ Essas informações foram encomendadas pela Companhia das Índias Ocidentais e elaboradas a partir dos diários de bordo de várias frotas holandesas que estiveram na região em datas anteriores à invasão. Pela precisão de determinados acontecimentos ocorridos em 1628, permite a datação por volta de 1629. (Ver TEENSMA in BOOGART, 2005, p. 185).

⁷ Carteiro-mor da Companhia das Índias ocidentais em Amsterdã (TEENSMA in BOOGART, 2005, p.180).

2.1.2. DESENHOS INTERNOS: O ARRUAMENTO DA VILA

Os holandeses foram responsáveis por importante levantamento cartográfico e natural do nordeste brasileiro. Esta produção encontra seu apogeu na missão científica organizada pelo Conde Maurício de Nassau. Destacamos as obras de Piso, Marcgrave, Eckhout e Post.

A Companhia das Índias Ocidentais invadiram Pernambuco em 1630 e permaneceram até 1654, quando são expulsos pelos portugueses. Durante essa época, e mesmo antes, produziram extenso levantamento do território e superaram a produção portuguesa pela quantidade e qualidade das obras.

Se compararmos a última carta portuguesa apresentada, datada 1630 ou 1631 (fig. 19), logo contemporâneo à invasão holandesa, e as gravuras holandesas deste período, podemos ter a idéia da diferença entre ambas. A começar pelo próprio motivo da composição que progressivamente minimiza as informações de navegação e se debruça nas peculiaridades do novo território.

Podemos iniciar o percurso pela iconografia dos Países Baixos com a gravura denominada *Pernambuco* ilustra o livro *Reys-boeck van het rijcke Brasilien...*, cuja autoria é desconhecida. Ela data de aproximadamente 1624, ou seja, antes da invasão.



Figura 22 – *Pernambuco*. Do Reys-boeck, editado por Ian Canin . ca. 1624.
 Fonte: REIS FILHO, 2000. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

O observador está muito mais próximo do detalhe, num enquadramento mais delimitado e, portanto mais rico em informações específicas. A começar pela representação dos modos de produção das duas culturas essenciais à colônia, acima a mandioca – relacionada à subsistência, e abaixo a cana de açúcar – o ouro branco da época.

Na composição, as etapas de produção estão em primeiro plano e tomam, junto com outras informações sobre as espécies cultivadas, a metade da gravura. Esta não tem escala uniforme, mas de modo esquemático, descreve o que se encontra na colônia.

O elemento central é o rio Beberibe que divide as áreas de cultivo da área urbana. Recife aparece como um pequeno povoado em relação à Olinda. Esta última representada num platô elevado, ignorando as diferenças de cotas dentro da vila. Pela primeira vez podemos observar o arruado, muito embora este não tenha características realísticas, apresentando uma ortogonalidade pouco condizente com o que se pressupõe ter sido o traçado inicial de Olinda. Infelizmente não foi possível localizar a legenda.

Além da vegetação que circunda a vila (simbolizadas por árvores e palmeiras), há uma discreta referencia a árvores no interior de algumas quadras, certamente nos quintais. As casas que as limitam são extremamente adensadas, e de tal forma ordenada que insinuam a existência de um limite urbano rígido, como uma muralha.

Ligeiramente destacadas na paisagem estão as torres das igrejas encimadas pela cruz. A localização do edifício, no entanto, é bem distorcida da realidade atual, e mesmo dos desenhos holandeses posteriores. As linhas que compõem o sítio urbano contrastam com o entorno, seja ele artificial ou natural, marcando nítida distinção entre a vila e a zona rural.

O espaço urbano surge como um importante objeto de investigação e registro. Depois desta imagem, os desenhos da vila passam a serem recorrentes, antes, representada apenas simbolicamente pelos portugueses. Estes últimos não fazem referência ao arruado, às entradas da vila, somente à distribuição dos edifícios na topografia. Poderíamos especular que uma das causas dessa omissão seja a preocupação em proteger informações sigilosas.

As plantas de Olinda começam a aparecer principalmente nas cartas comemorativas da conquista de Pernambuco pelos holandeses. Estes já detinham muita informação sobre a costa brasileira, principalmente sobre Pernambuco, que inclusive auxiliaram nas estratégias de invasão. Sabe-se que existiam muitos informantes holandeses infiltrados entre os portugueses, dentre eles Adrian Verdonck, enforcado por traição, e Cornélio Jansz. Sobre este último diz-se:

Cornélio Jansz de Haarlem, por exemplo, morava durante quase trinta anos no Recife como artilheiro do governador Albuquerque ... Ele foi provavelmente esse Cornélio Jansz que informou a Companhia das Índias Ocidentais sobre a artilharia do Recife e de Olinda, junto com um mapa – agora perdido – da mencionada capital, cuja extensa legenda revela como ele, meticulosamente, registrara todos os detalhes de relevância militar. Todas as ruas de Olinda são individualizadas pelo nome, com as suas direções, relevo, tipo de pavimento, larguras e comprimentos segundo equivalentes holandeses. (ZANDVLIET *Apud* BOOGART, 2005, p. 181)

Logo, o nordeste brasileiro já não era nenhum mistério para os holandeses que tiveram relativamente bastante facilidade para dominar as terras pernambucanas. Os detalhes de relevância militar diziam respeito ao conhecimento do desenho urbano em suas minúcias, como por exemplo, a largura, quantidade e forma das ruas da vila e sua relação com os principais edifícios. Veremos mais adiante que ao comparar o levantamento cartográfico de Olinda feito

pelos holandeses e a planta atual da cidade podemos constatar o quanto os dados reunidos no período são fieis à realidade, e por outro lado o quanto ainda persiste do traçado original da vila.

Outra gravura desta série comemorativa, encontrada na Biblioteca Nacional, foi esta planta de Hessel Gerritsz, contemporânea às anteriores⁸. Hessel Gerritsz era desenhista de cartas marítimas da Companhia das Índias Ocidentais em Amsterdã (TEENSMA in BOOGART, 2005, p. 227), e embora o tema seja o mesmo de outras cartas, a conquista de Pernambuco pela Companhia das Índias Ocidentais, nesta a composição está centrada na vila de Olinda.

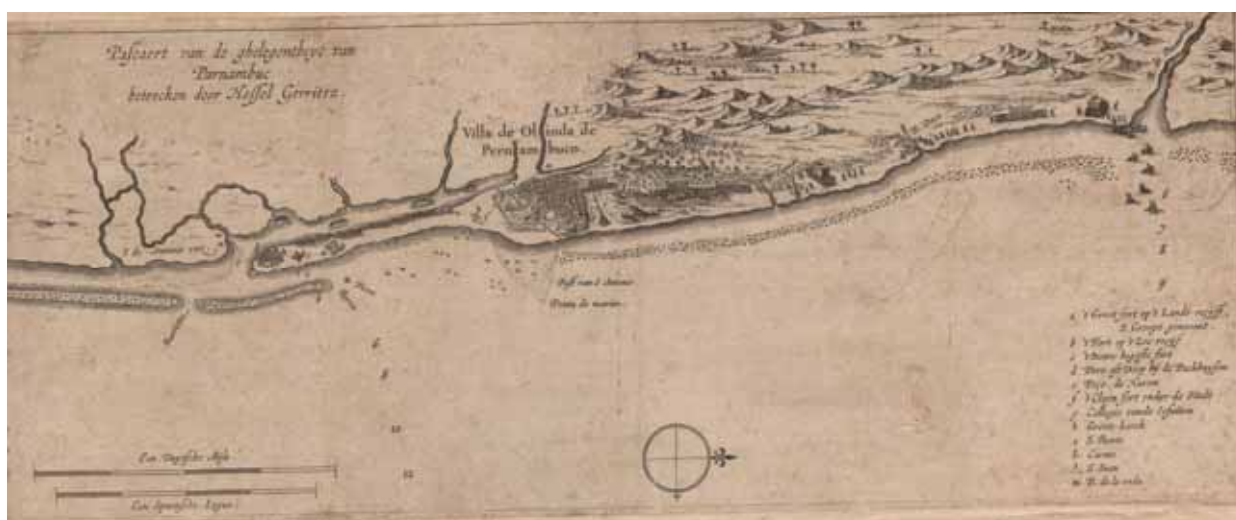


Figura 23 - *Pascaert van de Ghelegenthey van Parnambuc bethocken door Hessel Gerritsz*. Água forte. 1630.
Fonte: Arquivo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Olinda se mostra mais acessível sem a declividade junto ao limite norte (entre o colégio dos jesuítas e o convento das freiras). O traçado apresenta uma praça junto à paliçada, que talvez corresponda a atual praça em frente à igreja de São Pedro Apóstolo⁹.

A partir do repertório de informações reunido pelos holandeses, como a localização dos edifícios e o arruamento, a vila começa a surgir mais nítida, desenhada em planta. Sabemos que eles já possuíam significativo conhecimento sobre o território de Olinda, o que favorecia esta rica produção imagética.

⁸ Gravura pertencente ao acervo iconográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sob o código: cart527454.

⁹ A legenda localiza os fortes e alguns acidentes geográficos (ex.: Poço – letra e), assim como algumas construções importantes na vila. São elas: o Colégio dos jesuítas (letra g), o Mosteiro de São Bento (letra i), o Convento do Carmo (letra k) e a Igreja de São João (letra l). Há outras explicações escritas no próprio desenho como Barra, Barrete, Ponta de Marin etc.

A existência de um desenho, perdido, confeccionado por Cornélio Jansz que descrevia os detalhes da urbe, inclusive os nomes das ruas, como foi mencionado, reforça a idéia da quantidade e qualidade dessas informações. Embora não tenhamos tido acesso a essa planta específica, conseguimos reunir uma série de 4 plantas e fizemos, como veremos mais adiante, um trabalho de identificação dos edifícios em destaque no traçado e os nomes das ruas. É impressionante a semelhança entre as plantas produzidas pelos holandeses, que possivelmente tiveram a mesma base cartográfica e rigor técnico, e a planta atual desta área da cidade.

A primeira planta de Olinda que iremos apresentar é um detalhe da estampa comemorativa holandesa, intitulada *De Stadt Olinda de Pharnambuco*. A planta representa o arruamento da vila de forma esquemática, bem como áreas mais edificadas. É possível perceber também como os caminhos do interior da muralha se ligam com os caminhos da praia.



Figura 24 – *Das Nordertheildes lands Brasilien...* ca. 1630

Fonte: ADONIAS, 1993, P. 163.

Os edifícios religiosos estão referenciados na legenda, porém com alguns enganos, por exemplo, a igreja de São Pedro é indicada no lugar referente a Matriz. Além dos edifícios religiosos (maior parte da legenda), apenas construções militares, e de acesso às localidades são indicadas no mapa. Nota-se com facilidade as cercas dos carmelitas e beneditinos que aparecem suavemente, assim como os quintais das casas, com signos que remetem às áreas plantadas. Em frente ao convento do Carmo tem uma espécie de vazio, como uma praça, que não se repete em outras plantas.

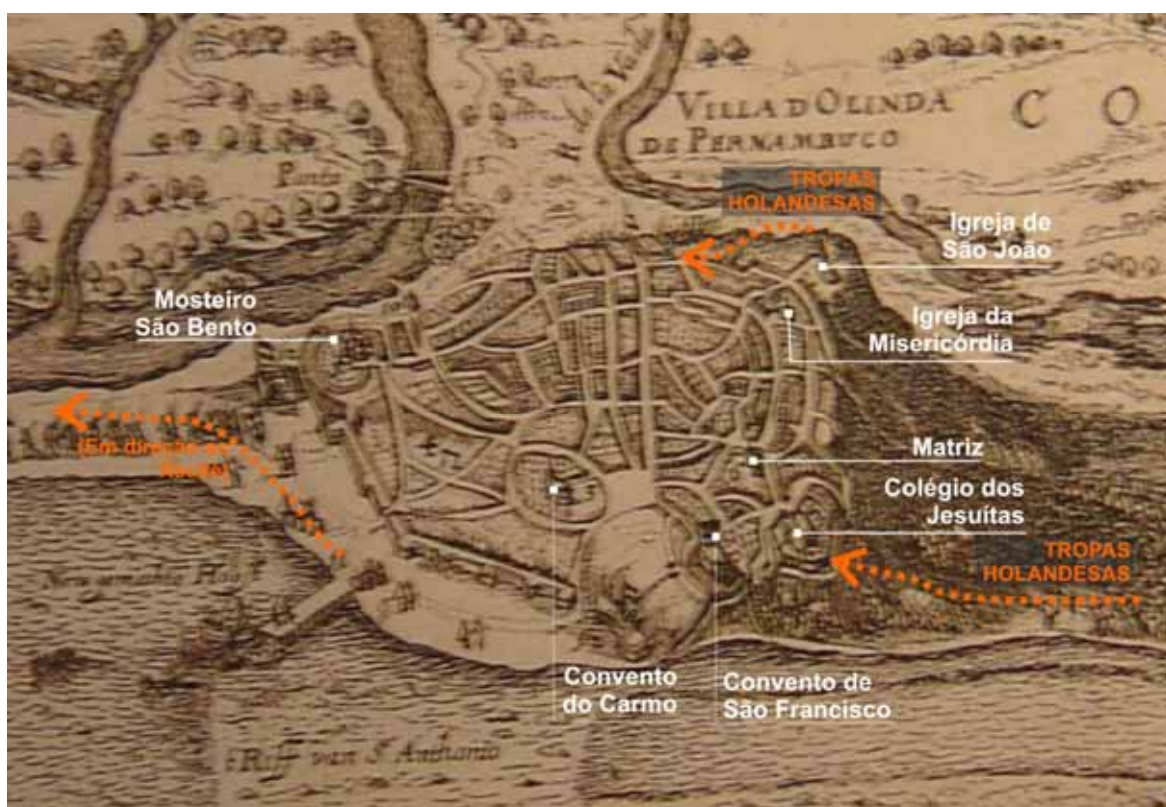


Figura 25 - Detalhe da gravura anterior.

Fonte da imagem: ADONIAS, 1993, P. 163. Infográfico: JulianaCoelho Loureiro.

As ruas não permitem fácil identificação, pois há uma distorção das relações entre elas. A da Boa Hora, presente desde os primeiros momentos da vila, não coincide com a ponte sobre o rio Beberibe que leva ao Recife. O acesso à ponte se dá nos arredores da vila, quase no campo.

Outra gravura interessante é o mapa que mostra a conquista de Olinda pelo General-do-Mar Henricus Corneliszoon Lonck, da Companhia das Índias Ocidentais. Esta imagem inicia uma série de outras nas quais a vila de Olinda é o tema central.

A referência holandesa é dominante, estando a esquadra envolvendo a vila enquanto as tropas de terra tomam-na pelo norte. Na verdade, Olinda já se apresenta dominada com bandeiras batavas tremulando em todos os fortes junto ao mar.

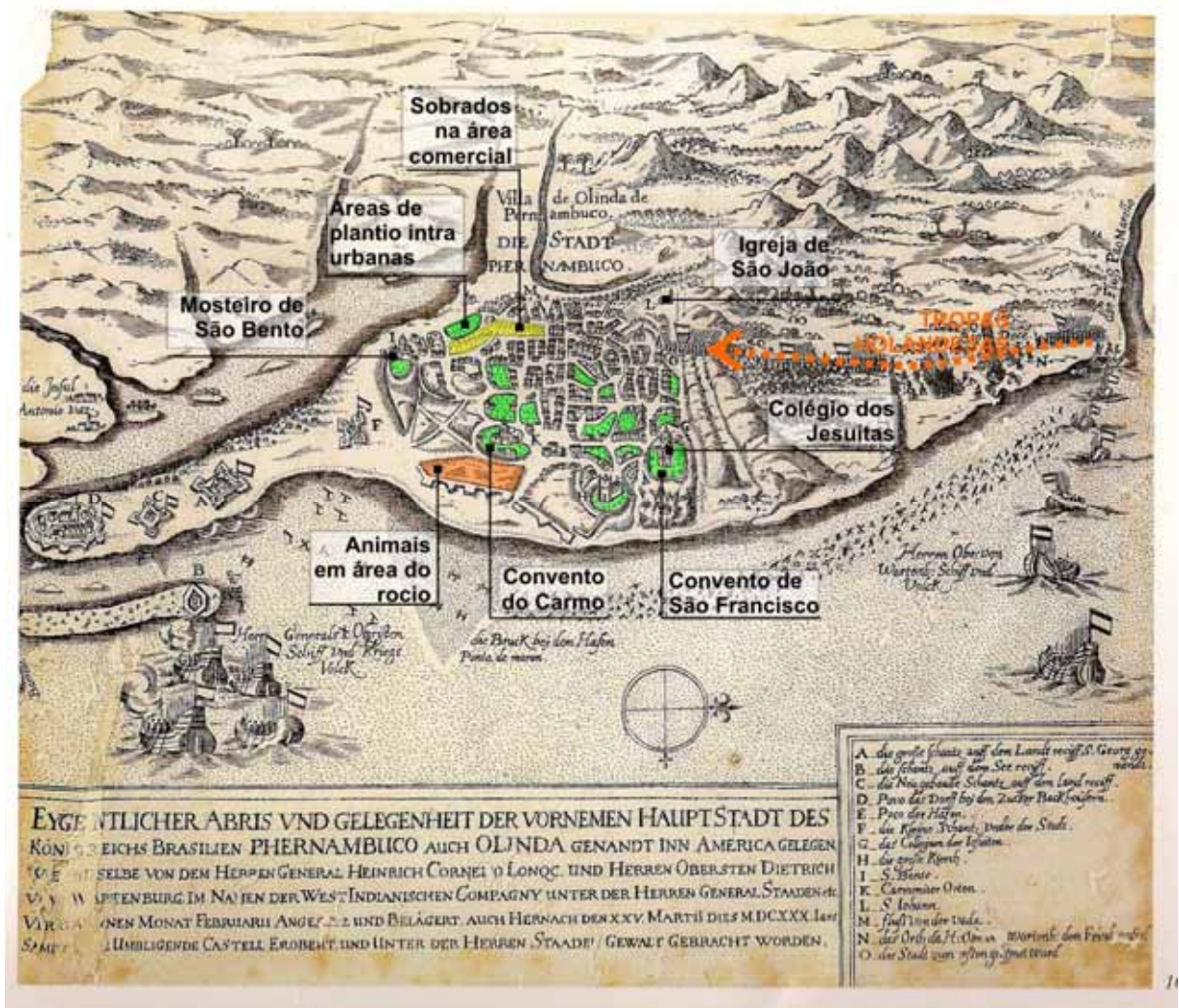


Figura 26 – *EyentlicherAbris vnd ... Phernambuco auch Olinda* ca. 1630.
 Fonte da imagem: ADONIAS, 1993, P. 166. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

No discurso de comemoração, os holandeses revelam um pouco mais de informações sobre o traçado urbano e o tipo de apropriação do território. Interessa-nos as referências religiosas constantemente identificadas pela legenda, a distinção entre os tipos de edificações (casa térrea, sobrado, igrejas) e sua distribuição dentro dos limites urbanos, e a relação entre áreas edificadas e não edificadas. É perceptível a referência concentrada de sobrados na área comercial dos Quatro

Cantos (fim da ladeira da Misericórdia), assim como as áreas livres e de criação de animais junto ao litoral. As áreas verdes de quintais e cercas aparecem distribuídas na maior parte das quadras, porém mais extensas nas partes menos edificadas da vila.

Acessaremos agora o *Mapa de Olinda*, mais rico em detalhes que os demais e considerado por José Antônio Gonsalves Mello como anterior ao de Golijath, a ser analisado mais adiante. Para este estudo o *Mapa* é particularmente importante por conter informações preciosas sobre a formação do desenho urbano, em especial o parcelamento do solo e, mais especificamente, sobre as áreas edificadas e não edificadas dentro da urbe. Na verdade, é o único que mostra os quintais em um surpreendente grau de detalhamento. Por este motivo, a análise desta obra não se encerra aqui e será retomada no próximo capítulo.

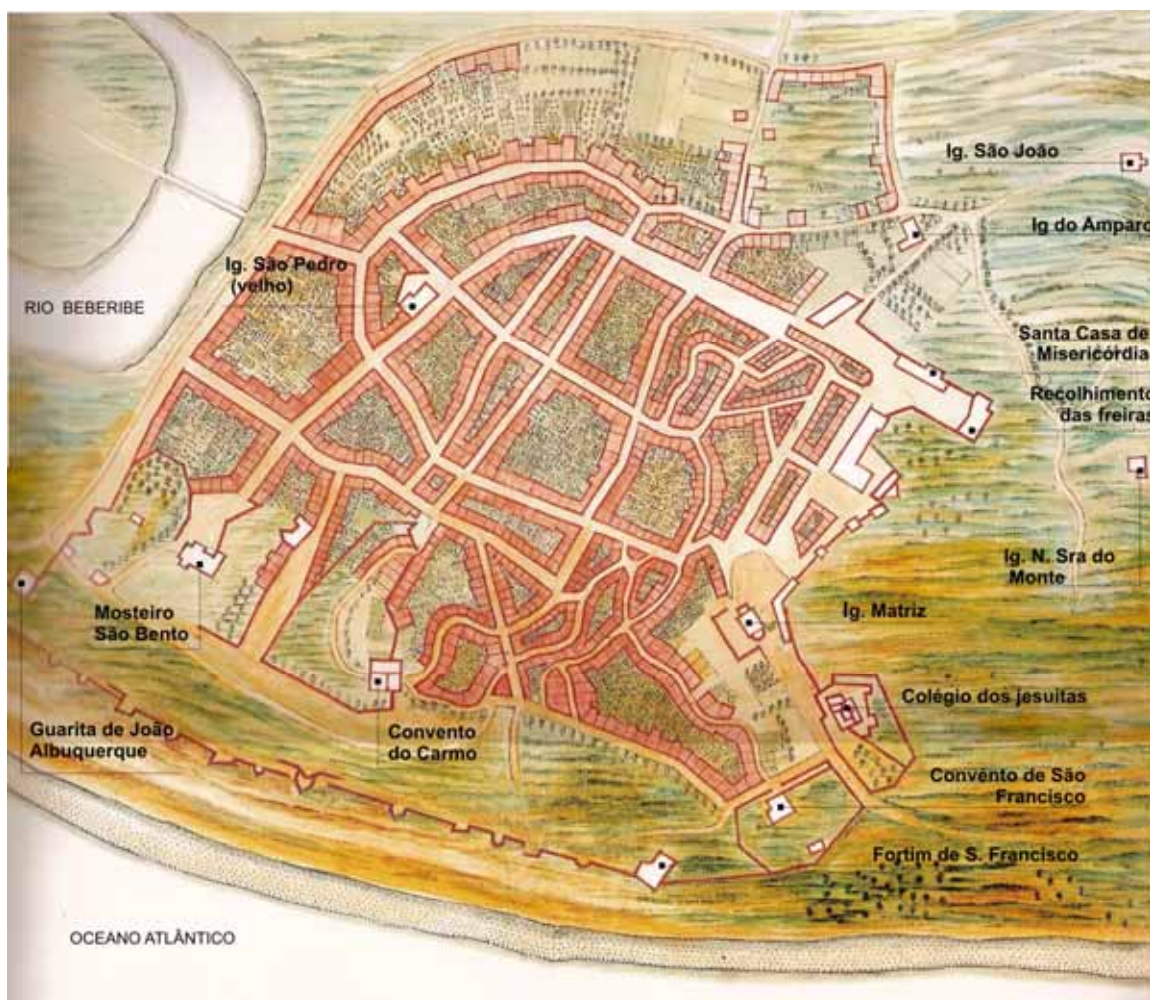


Figura 27 - *Mapa de Olinda*. Autor: Vingboons. Fonte: Arquivo Nacional da Holanda. ca. 1665.
Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

Sobre a origem desta imagem, José Antônio Gonsalves Mello localiza uma carta do Coronel Waerdenburch, datada de 3 de abril de 1630, endereçada ao órgão de direção da Companhia das Índias Ocidentais, conselho dos XIX, onde havia o seguinte trecho: “*com esta vai uma planta [plaan] desta cidade [de Olinda], o melhor que o conseguiu fazer um pintor [schilder]; a do engenheiro Commersteijn ainda estar por concluir e será enviada na primeira oportunidade*” (ARA, OWIC 49 *Apud* MELLO, 1976, p. 9). Ou seja, esta imagem seria uma prévia do que estava sendo feito pelo engenheiro¹⁰. No entanto não é a primeira planta da cidade, pois Matias de Albuquerque já havia determinado um levantamento em 1629, pelo engenheiro Cristóvão Álvares para a fortificação da dita praça (ver MELLO, 1976, p. 9).

Ele continua dizendo que a presença de um pintor em abril está comprovada pela sua gravura publicada em Amsterdã em 1630 por Claes Janszoon Visscher e intitulada *De Stadt Olinda de Pharnambuco, verover by den E. Generael Hendrick C. Lonck, Anno 1630*, anteriormente apresentada (MELLO, 1976, p. 9).

O *Mapa de Olinda* pertence ao Arquivo Nacional da Holanda. O inventário indica ser a obra de autoria de Johannes Vingboons, incluído no seu Atlas, datada de aproximadamente 1665. Sabe-se, no entanto, que esta data não corresponde aos desenhos feitos *in loco*. Estes devem ser contemporâneos à estada dos holandeses em Pernambuco, e do primeiro período, onde ainda se cogitava a ocupação de Olinda.

Johannes Vingboons nasceu em 1616, trabalhou como aprendiz com Hessel Gerritz e Willem Blaeu que na época era cartógrafo-mor da Companhia das Índias Orientais. Um dos seus exercícios era copiar mapas antigos, o que de certa forma lhe aproximara muito das convenções anteriormente adotadas em vários lugares da Europa (ver GALINDO & MENEZES, 2003).

Segundo Mota Menezes, Vingboons fez uso dos levantamentos cartográficos de G. Marcgraf e C. B. Golijath.

¹⁰ Nestor Goulart corrobora com Gonsalves de Mello a respeito da data da imagem, justificada pelo interesse da Companhia em conhecer a vila: “... em 1630 ainda era importante para a diretoria da Companhia das Índias Ocidentais, em Amsterdam, conhecer detalhes sobre a povoação, para deliberar sobre suas condições de defesa e possibilidades de desenvolvimento, sendo essas alternativas rechaçadas e deliberada a destruição pelo incêndio”. (REIS FILHO, 2000, p. 331).

O desenhista não confeccionou obra original e sim transferiu para uma linguagem uniforme e convencional, dentro das características aceitas na época, os desenhos existentes nos arquivos holandeses. A qualidade dessa interpretação é que faz de Vingboons excelente artista da cartografia. (GALINDO, MENEZES, 2003, p. 17).

Logo, estes mapas são produtos culturais e, portanto, com linguagem própria que, dependendo do período, estavam em maior ou menor grau comprometido com a universalidade dos códigos. Como já se viu em várias partes deste trabalho, os ícones são fundamentais para a leitura dos mapas. Segundo Beatriz Bueno, “*As particularidades gráficas revelam determinadas escolhas culturais, concepções de mundo, estado do conhecimento científico e convenções cartográficas – medidas, códigos de figuração, paleta cromática, grafismos, ornamentos – próprios de cada período*” (BUENO, 2004, p. 193).

Assim vamos encontrando similitudes, por exemplo, quanto ao traçado das ruas e a localização dos edifícios, em outra planta de Olinda que é a *Civitas Olinda*, o segundo mapa a ser analisado.

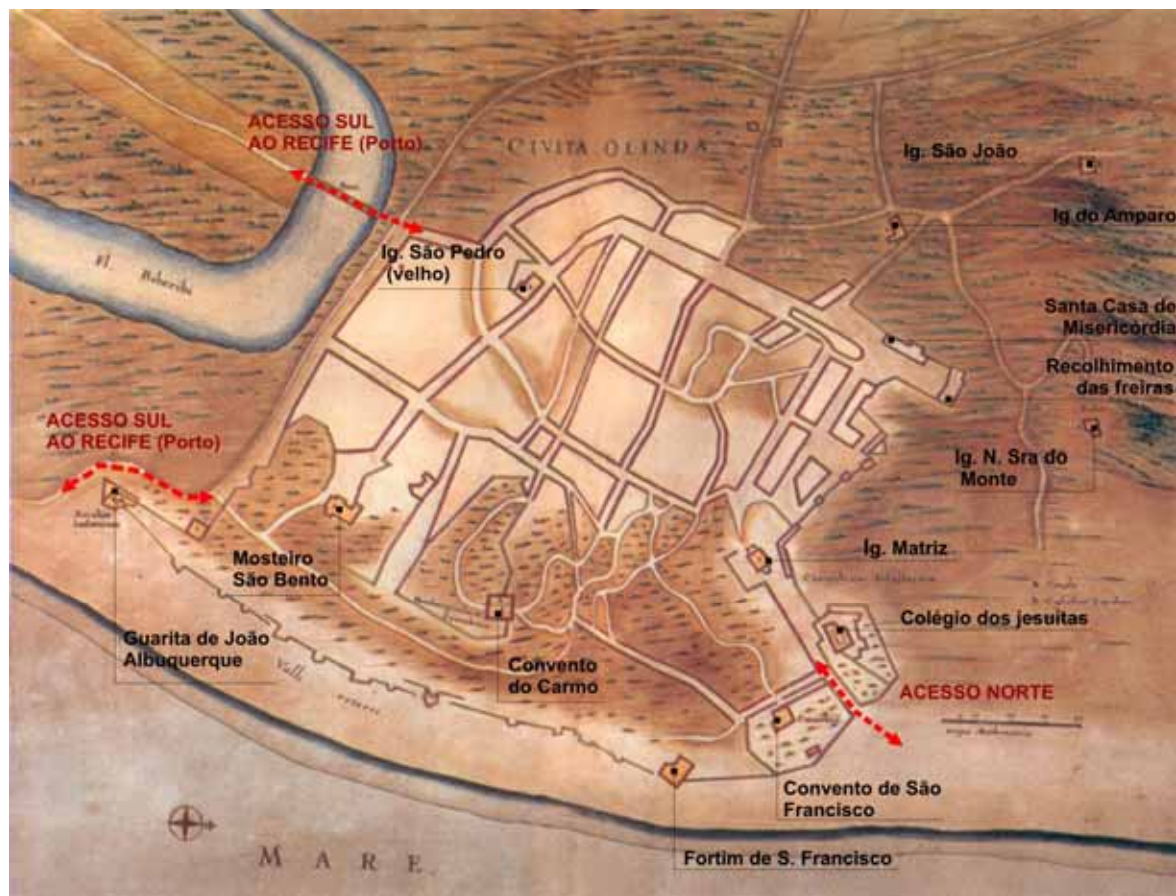


Figura 28 – *Civitas Olinda*. Autor: não identificado.

Fonte da imagem: livro de Barleus (BARLEUS – 1647), exemplar da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. (REIS FILHO, 2000, p. 82). InfoGráfico: Juliana Coelho Loureiro.

Esta ilustra o livro de Barléu e é denominada pelos holandeses de Stadt, porém não possui referência quanto ao nome do autor ou ano. Apesar de não possuir o mesmo colorido e detalhamento dos quintais, a semelhança entre as imagens é surpreendente, podendo indicar a mesma base cartográfica, usualmente atribuída a Marcgrave.

No Civitas não aparece o parcelamento das quadras em lotes bem como outras informações que estão apresentadas no *Mapa de Olinda* (fig. 27). Sua linguagem é bastante simplificada. Há, no entanto, uma grande preocupação em localizar as edificações religiosas (letra A), em especial o colégio dos jesuítas (*Coenobium Iesuitarum*), o convento franciscano (*Coenobiu*) e o carmelita (*Hamburgensim Coenobium*); as construções de defesa como as fortificações junto ao mar (letra B), os redutos (letra c) e os principais acessos – o rio Beberibe, o istmo e os caminhos vindo da várzea. No extremo sul da paliçada, no forte ou guarita de João de Albuquerque se lê a indicação “Excubiae Iudaeorum”, também conhecido como reduto de pedra ou Guarda dos Judeus, que em 1639, o governo holandês considerou necessária sua conservação para qualquer emergência, e tempos depois, prestou serviços durante a campanha de Restauração (ver MELLO, 1976, p.34).

As ruas sugerem uma interessante classificação que montamos, a partir da distinção pelo traço, forma e largura da representação. Os traços mais fortes e de tendência mais geométrica se referem a ruas mais importantes e, portanto, mais largas como as que ligam a Igreja Matriz à Igreja da Misericórdia e desta a Igreja de São Pedro. Há outras com características semelhantes, porém não tão largas como as perpendiculares à Ladeira da Misericórdia. Há outras suaves e de linhas mais orgânicas dentro da vila que deve se tratar de caminhos e ruas de serventia. As de mesmas características, mas na periferia da vila, são caminhos que em geral levam as igrejas, como a de São João e de Nossa Senhora do Monte. Além do caminho que leva ao Recife sobre a ponte do rio Beberibe¹¹.

¹¹ Essa leitura do arruado se seguirá às próximas plantas e servirá se base para análise do traçado, no sub item 2.2.3.

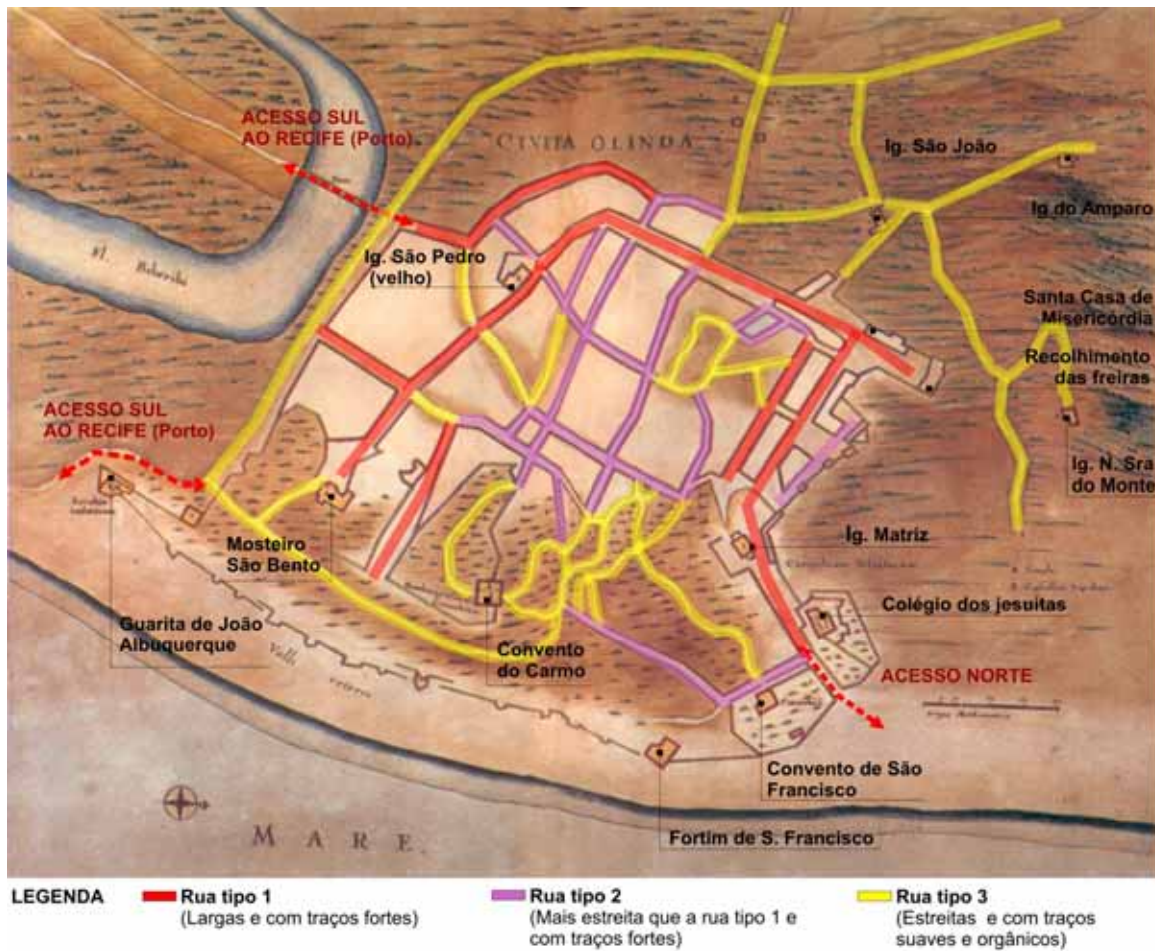


Figura 29 – *Civitas Olinda* com a classificação das ruas. (REIS FILHO, 2000, p. 82).
 Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

A vegetação urbana está representada à margem do núcleo da vila, junto às ordens religiosas, em especial dentro de suas cercas. Como vimos no capítulo 1, esta zona era denominada rocio na Carta Foral. Diferente da imagem anterior, não há referencia a plantio no interior das quadras mais consolidadas, principalmente nas áreas mais centrais. Sabe-se, entretanto, que boa parte das casas possuíam quintais, ora confirmada pelas vistas e relatos ora por outras plantas, ou ainda pela permanência até os dias atuais. Na verdade, há nesta representação uma omissão proposital, talvez inspirada na necessidade de transmitir o grau de adensamento das edificações, negando por completo qualquer elemento que remeta a natureza.

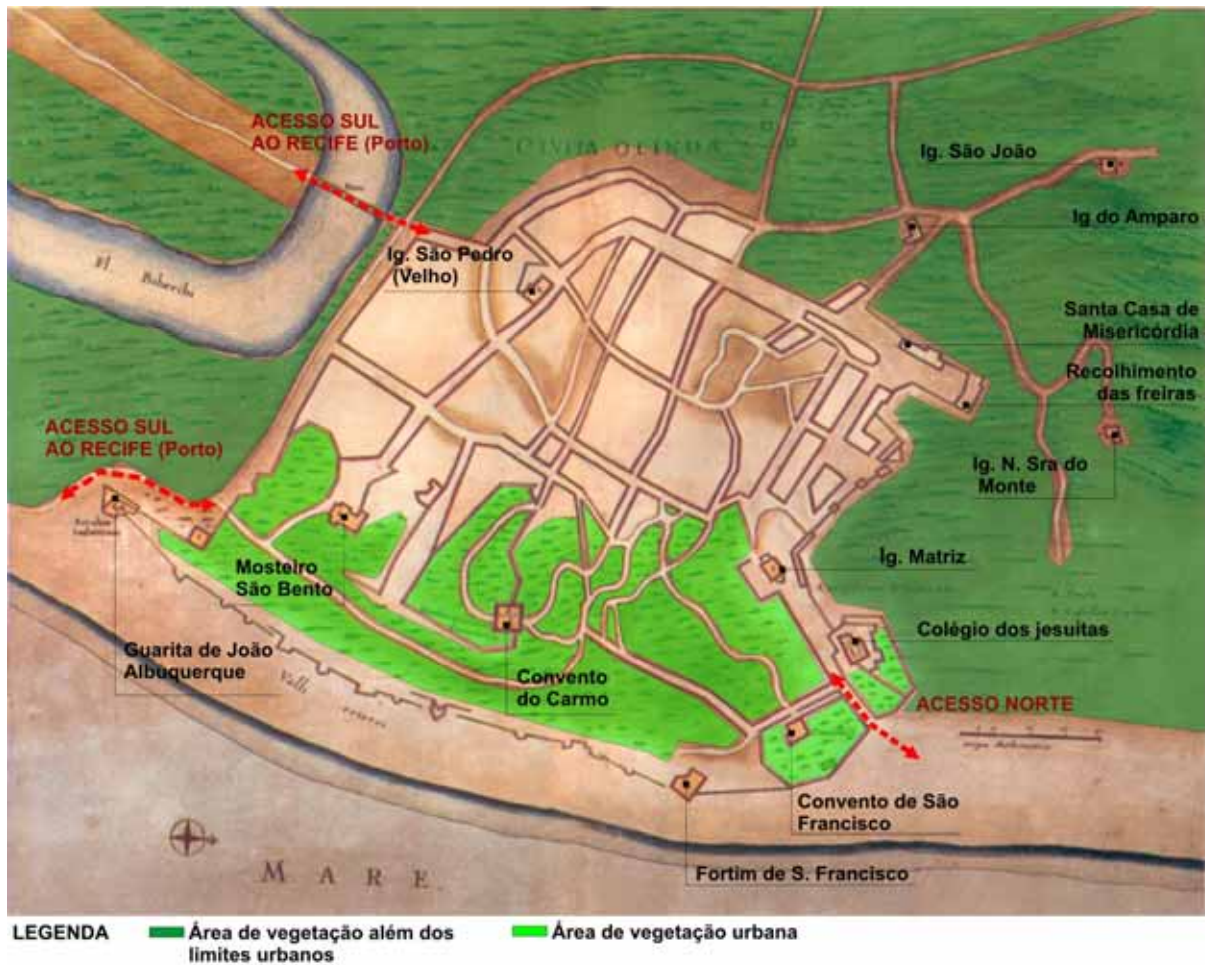


Figura 30 – *Civitas Olinda* com as manchas vegetais. (REIS FILHO, 2000, p. 82).
 Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

A terceira planta é de Golijath (1648), cartógrafo de Maurício de Nassau e um dos mais destacados dentre os do seu tempo. Ele representou Olinda, na obra intitulada em português: “*Representação de três cidades no Brasil, como são Olinda de Pernambuco, Cidade Maurícia e Recife...*”¹².

¹² Esta planta possui uma legenda geral explicativa, onde o “M” significa “Cidade Olinda de Pernambuco”. O “27” é “Guarita de uma pequena fortaleza”, junto a Guarita de João Albuquerque, e o “II” é “Montanhas”, próximo a Igreja de Nossa Senhora do Monte.

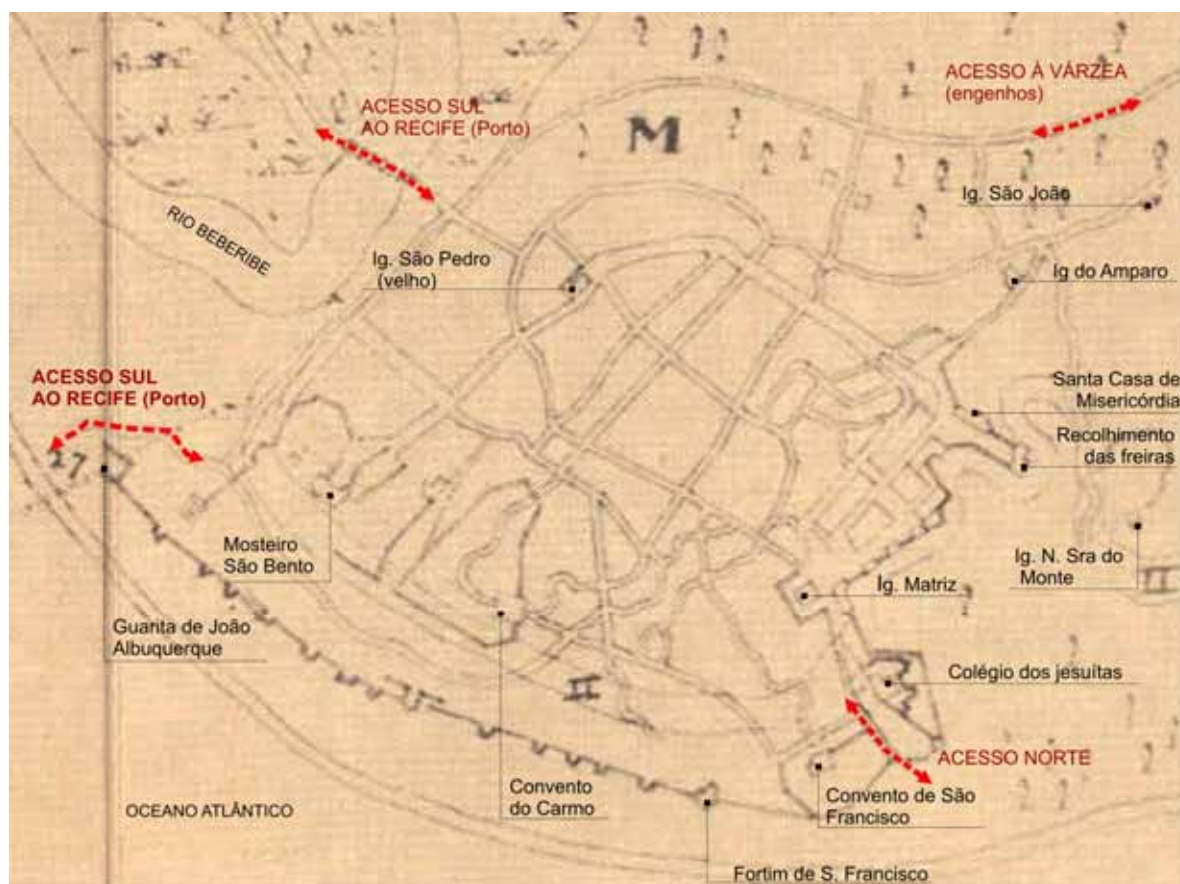


Figura 31 – Detalhe de *Afbeeldinge van drie Steden in Brasil als Olinda de Phernambuco, Maurits Stadt, ende Recife....* Autor: Cornelis Golyath, ano de 1648.

Fonte da imagem: MELLO, 1976. Infográfica: Juliana Coelho Loureiro.

Ao que parece esta imagem não é a definitiva por ter aspecto de esboço, algumas vezes as linhas chegam mesmo a se sobrepor. Diferente das outras plantas, apresenta riscos suaves que contornam o morro acompanhando as curvas do relevo, mas quase paralela à Rua Nova (limite norte da vila). Não se pode afirmar se existia ou se era uma proposta futura de fortificação da vila, o fato é que hoje há uma rua nessas imediações que vai do Bom Sucesso ao Colégio dos Jesuítas.

O desenho do arruamento na imagem não permite que se faça uma leitura infográfica como no anterior, possibilitando inclusive produzir uma classificação hierárquica a partir da intensidade de fluxo. Contudo, em Golyath, as ruas podem ser categorizadas quanto à sua largura e organicidade. As ruas (ou caminhos) em frente aos franciscanos são bem orgânicas, e próximas a Igreja da Misericórdia, num terreno onde hoje se encontra grande declividade.

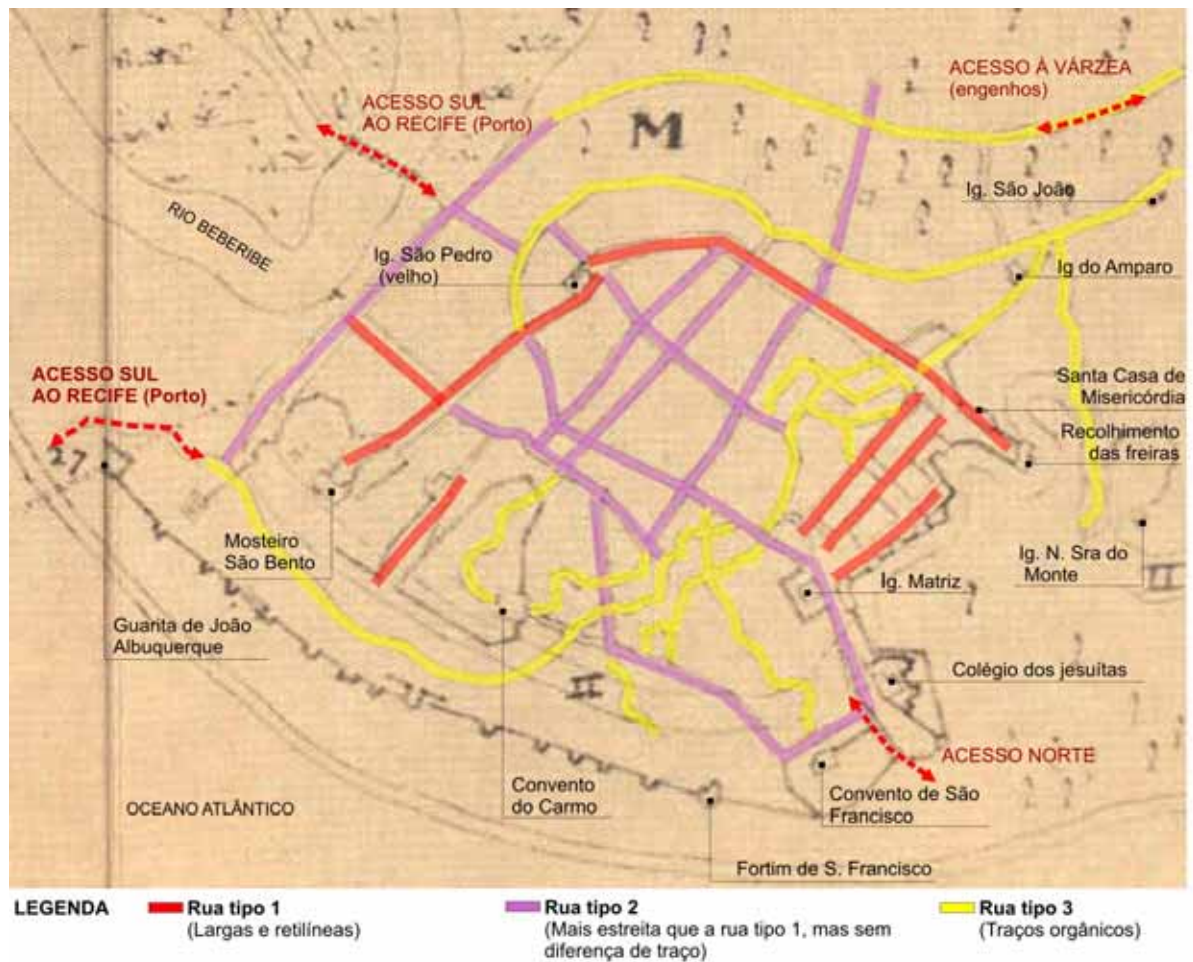


Figura 32 – Detalhe de *Afbeeldinge van drie Steden in Brasil als Olinda de Phernambuco, Maurits Stadt, ende Recife....* com o estudo de classificação das ruas. Autor: Cornelis Golyath, ano de 1648. Fonte da imagem: MELLO, 1976. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

Em relação à largura, podemos destacar as linhas que fazem a ligação entre a Igreja da Misericórdia à Igreja de São Pedro, que é levemente comprimida junto à igreja e volta a se alargar em direção ao Mosteiro de São Bento. Outros trechos destacados são: entre a Matriz e uma construção junto a Rua Nova (Rua Val de Fontes), do Convento das Freiras à Misericórdia e a Rua 15 de novembro (junto ao Varadouro).

Sobre as áreas de plantio no núcleo do aglomerado, principalmente nas quadras centrais, não há nenhuma referência, nem ao menos às cercas conventuais que aparecem delimitadas. Assim como a planta anterior, os quintais não são objeto de representação. Porém, há indicações de vegetação nos arredores da vila, inclusive nas quadras aparentemente não ocupadas por construções, pois possuem a mesma simbologia dos arredores não arruados.

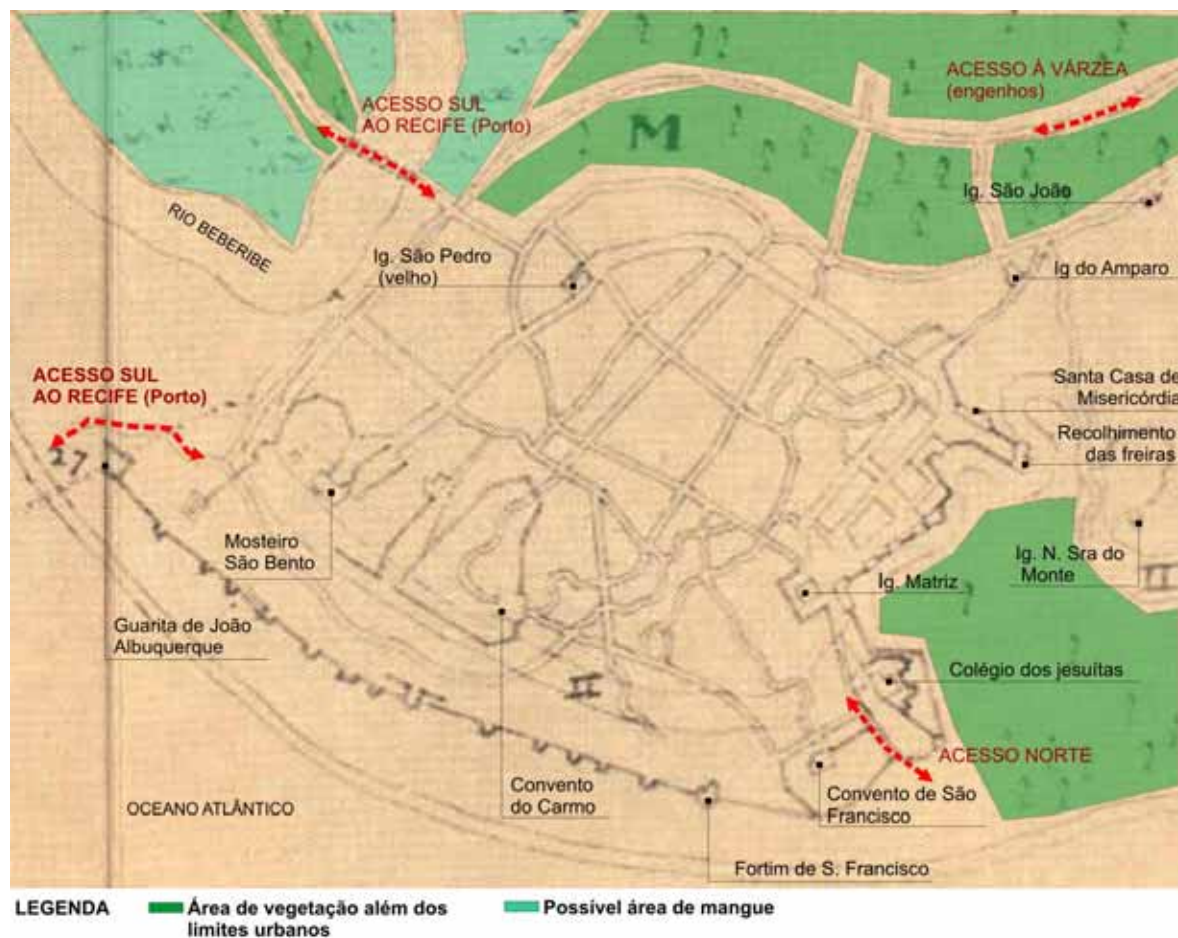


Figura 33 – Detalhe de *Afbeeldinge van drie Steden in Brasil als Olinda de Phernambuco, Maurits Stadt, ende Reciffo.... com as machas vegetais da vila*. Autor: Cornelis Golyath, ano de 1648.

Fonte da imagem: MELLO, 1976. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

Podemos constatar também uma distinção entre a simbologia empregada para os arredores da vila e a da margem do rio Beberibe. Certamente, por sua localização, deva se tratar de zonas de mangues, muito importante para o abastecimento e a construção. A proximidade do manguezal vai ser percebida por muitos viajantes, que registraram a presença de caranguejos andando pela vila (retomaremos este tema no capítulo 3).

Ainda identificamos uma quarta planta de Olinda que apresenta um traçado urbano nítido. É a imagem que ilustra o livro de Nieuhof.

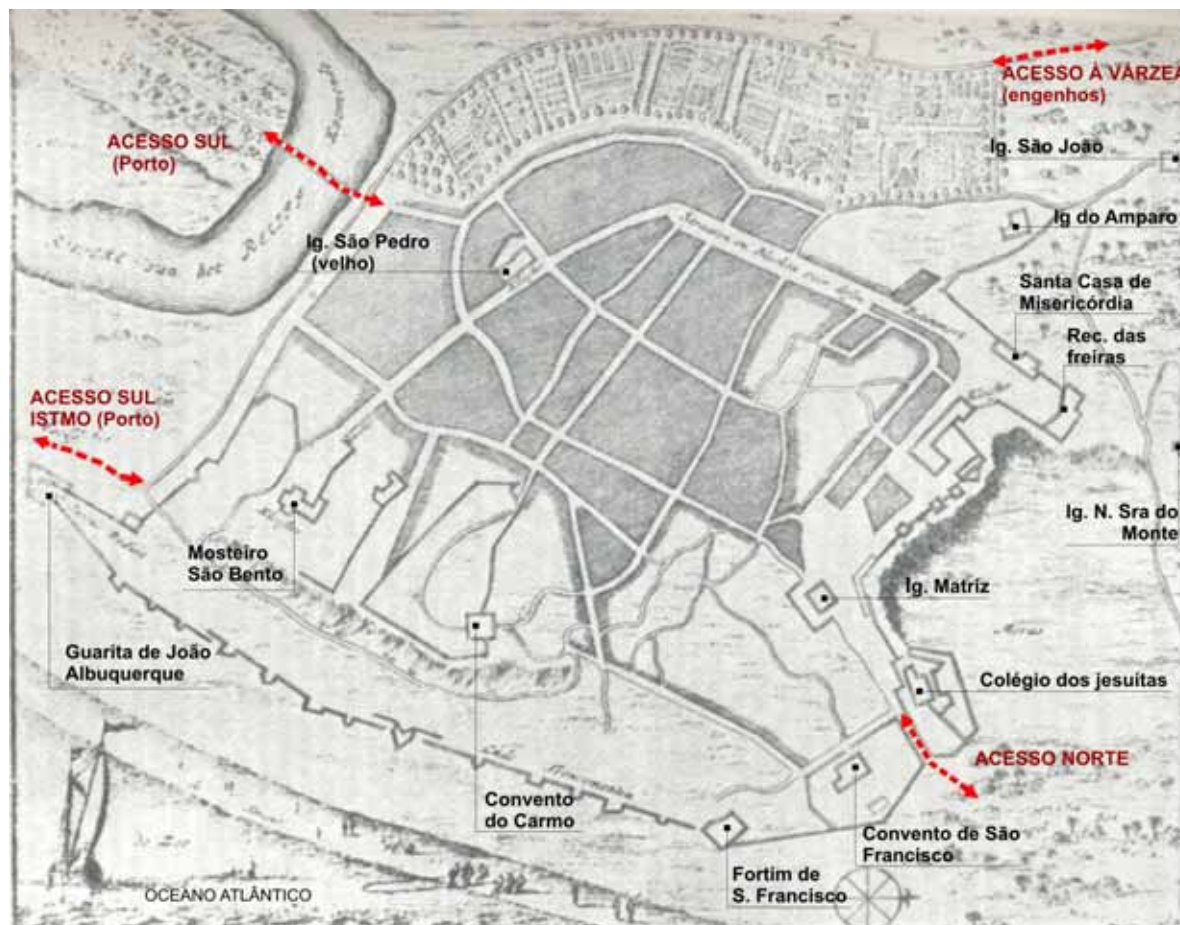


Figura 34 – Planta de Olinda com a indicação dos acessos e edifícios em destaque. Título e autor não foram identificados. Gravura que ilustra o livro de Joan Nieuhof (1682).
 Fonte da imagem: NIEUHOF, 1981. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

Embora possua as mesmas ruas e edifícios que os anteriores, há entre eles, salvo a indiscutível semelhança entre *Mapa de Olinda* e o *Civitas*, diferenças quanto à largura e formas de ruas e locação de alguns edifícios. Na planta abaixo, veremos, por exemplo, que a Ladeira da Misericórdia, a única destacada das demais por uma indicação explícita da toponímia, torna-se estreita antes mesmo de se chegar a Igreja de São Pedro, divergindo assim da anterior. As ruas em frente ao convento franciscano também não conferem.

Dos edifícios religiosos, apenas são identificados pela função: o Mosteiro de São Bento, a Igreja de São Pedro e outro convento na Rua Nova, possivelmente, o Convento das Freiras. Outras anotações foram feitas para marcar a paliçada e o rio Beberibe.

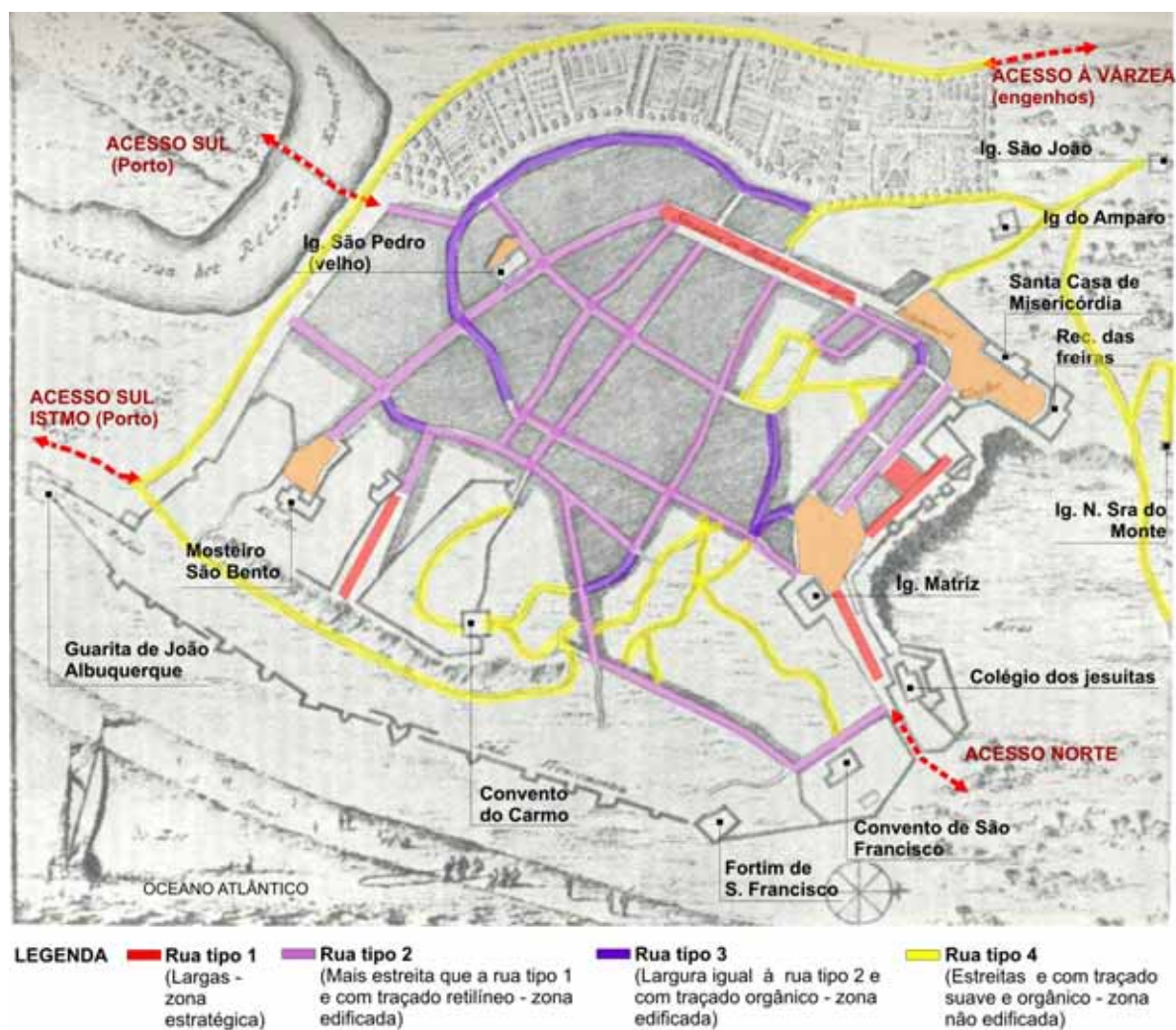


Figura 35 – **Planta de Olinda com a classificação das ruas.** Título e autor não foram identificados.

Gravura que ilustra o livro de Joan Nieuwhof (1682).

Fonte da gravura: NIEUWHOF, 1981. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

O nível de informação desta planta permitiu que criássemos uma classificação das vias em 4 tipos de acordo com sua largura, forma e inserção junto às edificações. O primeiro tipo trata das ruas largas e em áreas estratégicas como por exemplo: as que liga a Misericórdia aos Quatro Cantos (zona comercial da vila), e a que conecta a Matriz ao Colégio Jesuíta. O segundo tipo perfaz a maior parte das ruas do núcleo urbano e atende as áreas mais consolidadas. Um pouco mais

estreita que a tipo 1, possui uma tendência ao traçado retilíneo. A rua tipo 3 tem características semelhantes ao tipo 2, porém com traçado de tendência orgânica. O último tipo é a via estreita, com traçado suave, e, diferente das anteriores, ocorre nas áreas não edificadas, em geral liga a vila aos edifícios isolados.

As áreas ocupadas pelas construções de moradia e de menor relevância militar não são demarcadas na planta. As quadras e locais de construção mais sedimentadas são hachuradas sinalizando sua ocupação. Também não há diferenciação entre as áreas edificadas e não edificadas no interior das quadras, exceto as plantações maiores da periferia.

Esta planta é interessante por se preocupar em mostrar as áreas onde se localizam algumas das atividades de subsistência na vila. Por um lado, junto ao mar, a pesca feita de rede pelos escravos, esboçando seus modos, por outro lado, no arrabalde da vila, variadas plantações que se estendem

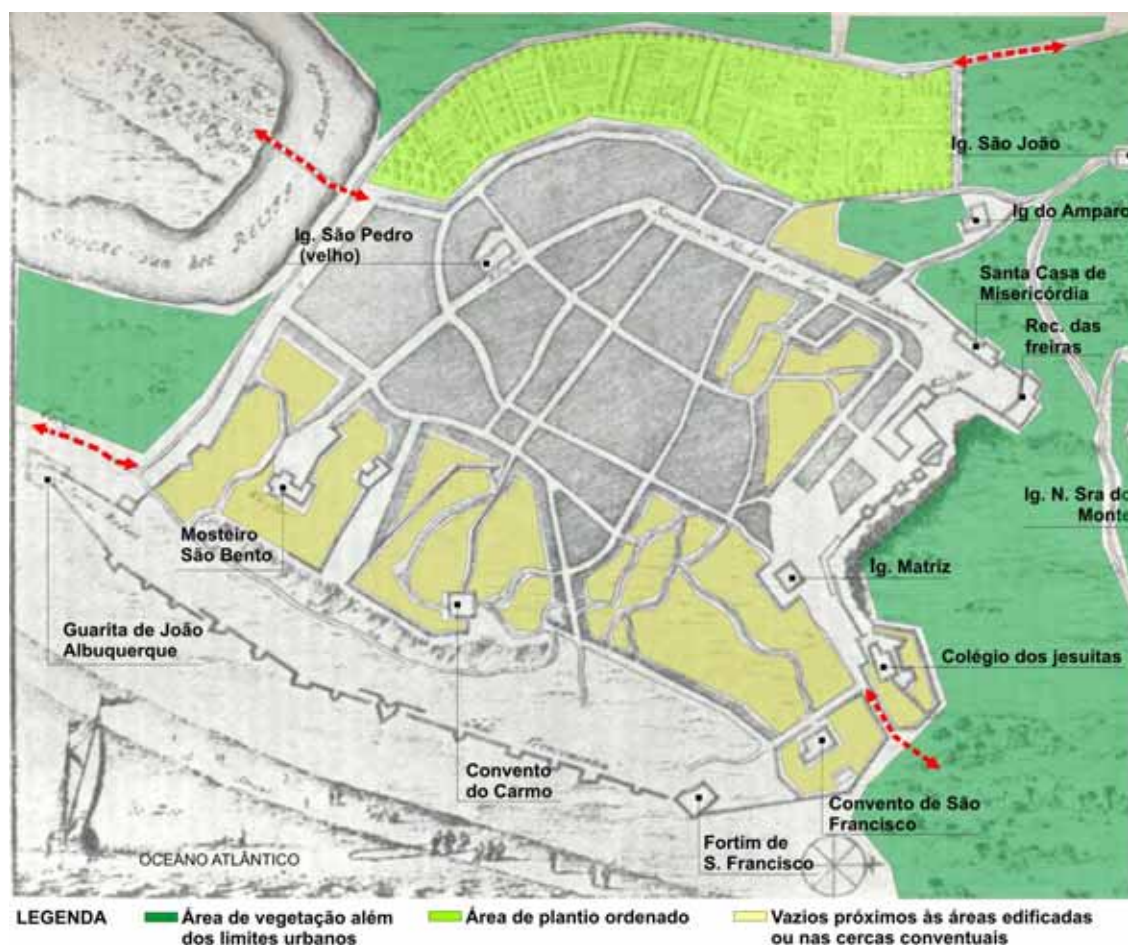


Figura 36 – Planta de Olinda com a indicação das manchas vegetais na vila. Título e autor não foram identificados. Gravura que ilustra o livro de Joan Nieuhof (1682).
 Fonte da gravura: NIEUHOF, 1981. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

do rio em direção à várzea. Grandes lotes de cultura diversificada, possivelmente compreendem as roças e sítios descritos no Foral.

Em relação às áreas verdes, podemos perceber uma distinção clara entre as zonas representadas. A primeira (manchas verde escuro na imagem) certamente corresponde à uma borda de natureza “selvagem” junto a vila, que fornece madeira para lenha e atende as necessidades de expansão urbana (retomaremos a esta questão mais adiante). Uma outra mancha, que se estende da margem do rio até as proximidades da Igreja do Amparo, é especificamente de plantio e por seu destaque deve atender a vila como um todo (verde claro). Esta região é caracterizada por glebas divididas por vias semelhantes às quadras da área edificada. A última mancha se refere aos “vazios” que embora não esteja representada como superfície de cultivo, sabe-se que compreende as cercas conventuais e, possivelmente, quintais de quadras de ocupação parcial. Não há menção alguma a estes tipos de apropriação de caráter doméstico.

O que podemos deduzir é que essas plantas, em sua maioria, pautavam-se por preocupações militares. A princípio informações que subsidiassem a Companhia e suas tropas a conhecer e invadir a vila. Em outro momento, fornecer dados sobre a estrutura e manutenção de uma nova ocupação, sob um novo governo. Seria esta a justificativa pela quase ausência de identificação da arquitetura civil, e conseqüentemente dos quintais, que são revelados em poucos momentos.

2.1.3 OS REFERENCIAIS LAICOS

O primeiro movimento de análise iconográfica partiu da escala macro rumo aos detalhes. Dentre as informações observadas destacamos as estratégias de segurança e o desenho do arruado. O segundo ato se caracterizará pela investigação dos elementos arquitetônicos referenciais do traçado. Neste caso, analisaremos primeiro as edificações não religiosas.

Voltando às cartas portuguesas sobre Pernambuco analisadas no item 2.1, além da descrição da costa, percebe-se que pouco foi dada atenção ao detalhamento do arruamento. Numa das primeiras representações da vila, a gravura de Luís Teixeira de 1582, observa-se apenas as casas e edifícios religiosos dispostos em perspectiva, enfatizando a situação sobre os montes (fig. 13).

Embora as torres das igrejas se apresentem como o mais alto elemento de Olinda, podemos perceber que elas não reinam sozinhas. Numa colina central, e isolada de todas as outras, está situada uma forca de frente a todos os edifícios religiosos. Símbolo da força do governo. Em carta de Duarte Coelho ao Rei (1546), o donatário pede para que não mande mais degredados pelos malefícios que estes causam a Nova Lusitânia e neste intento, denuncia:

Porque certifico a Vossa Alteza e lhe juro pela hora da morte, que nenhum fruto nem bem fazem na terra, mas muito mal e dano, (...) porque o que Deus e a natureza não remediou, como eu posso remediar, Senhor, **senão com cada dia os mandar enforcar**, o que é grande descrédito e menoscabo com os índios [grifo nosso] (MELLO & ALBUQUERQUE, 1997, p. 102).

Apesar do grande destaque, não podemos precisar hoje, sua localização. Contudo, situava-se em posição elevada entre as três igrejas do alto da Vila, na qual supomos serem a Igreja de São João,



Figura 37 – Detalhe do **ROTEIRO DE TODOS OS SINAIS.....** Autor: Luís Teixeira Albernaz(1573/1578).
 FONTE: Edição Fac-simile do Arquivo Público de Olinda. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

a Igreja da Misericórdia e a Igreja de N. S. do Monte¹³. A força era um forte símbolo da justiça. Um apelo para a ordem vigente, talvez uma demonstração de que o poder do donatário estava equiparado ao da igreja, talvez um pouco mais abaixo que a cruz.

Somado ao olhar holandês, podemos ter uma noção mais exata da realidade daquele período, pois produziram, além das imagens cartográficas e pictóricas, uma vasta bibliografia sobre o Brasil colônia. Dentre os principais autores, podemos destacar Baers, e Richshoffer que vieram a Pernambuco pela Companhia das Índias Ocidentais comandada pelo almirante Hendrick Corneliszoon Lonck quando da invasão de Pernambuco. João Baers era reverendo e Ambrósio Richshoffer soldado, ambos escreveram sobre os acontecimentos ocorridos durante a operação holandesa, e apesar da óptica diferenciada, eles nos legaram dados e impressões sobre a vila.

No diário de Richshoffer, durante a invasão holandesa, há a descrição de uma das punições mais severas aplicadas pelo comando da Companhia: a morte.

A 21 [março 1630] os dois prisioneiros [1 índio e 1 português] foram enforcados em uma árvore, em cima do monte junto ao convento, em frente à cidade, em cujo sítio o inimigo se mostrava e demonstrava-se constantemente. Motivou esta punição o modo desumano porque os brasilienses o selvagem tratam os nossos, assassinando-os e mutilando-lhes atrozmente os cadáveres, e também o fato de não darem os portugueses e espanhóis fácil quartel (RICHSHOFFER, 2004, 77).

Em contrapartida, os portugueses, fora da vila, também praticavam o mesmo método de punição, utilizando-se da árvore para o enforcamento. *“Ao amanhecer de 9 [março de 1631] os portugueses gritaram-nos, das suas fortificações para a meia-lua, que fôssemos para onde estavam a fim de vermos o nosso desertor enforcado em uma árvore”* (RICHSHOFFER, 2004, p. 105).

No mapa anteriormente citado vemos do lado esquerdo a referência a “huã legoa” que é, por coincidência, a distância estabelecida pelas ordens eclesiásticas, pelo menos a partir do século XVIII para a obrigatoriedade de participar das procissões – uma légua de raio ao redor da vila (MARX, 1988, p. 160). E assim poderiam estar representadas as informações laicas e cristãs.

¹³ Na imagem de Luís Teixeira fizemos um levantamento hipotético para reconhecimentos dos edifícios da vila. Identificou-se a Igreja de Santo Antônio e São Gonçalo, onde mais tarde houve a fundação do Convento de Santo Antônio do Carmo; e a Igreja de Nossa Senhora das Neves que em outro momento abrigou o convento franciscano. Não foi possível identificar o Colégio jesuíta, erigido em 1576, certamente o levantamento deu-se antes de sua construção.

Assim como a forca, o pelourinho foi utilizado para castigar pública e exemplarmente os malfeitores, embora seja originalmente símbolo da autoridade do poder constituído¹⁴.

O pelourinho era símbolo da autoridade e da justiça, representando sob a forma de uma coluna de pedra ou madeira, em praça ou outro lugar público, onde se expunham e castigavam os criminosos. Geralmente era erguido próximo da Câmara, para indicar que a povoação estava revestida de caráter de vila ou cidade, cabeça de um termo ou a sede principal das autoridades judiciais, encarregados de administrar nele a justiça (CAVALCANTI, 1986, p. 98).

Em Olinda, há menção da localização do pelourinho, primeiramente situado no alto da Sé e por volta de 1663 ou 64 teria sido transferido para a Ribeira, assim como a casa de câmara (CAVALCANTI, 1986, 97).

Quanto às habitações, estas serão examinadas em especial no próximo capítulo, devido a sua relevância ao estudo da formação dos quintais.

2.1.4. OS REFERENCIAIS RELIGIOSOS

Olinda inicialmente constituía um pólo de destacada importância para a região, resultado do grande esforço para estabelecer a indústria da cana em Pernambuco e da experiência de Duarte Coelho acumulada nas Índias. Por esse motivo, Olinda atraiu a representação de várias ordens religiosas que viam na vila uma vocação para cabeça da região.

Sabe-se que no período dos primeiros anos de Brasil, o Estado e a Igreja estavam profundamente imbricados, e as próprias justificativas para a expansão marítima extrapolavam as questões meramente comerciais. A conversão de fiéis, após a Contra-Reforma, representava motivação importante para as navegações. A Igreja participa ativamente da conquista dos territórios.

¹⁴ Nestor Goulart também se refere ao pelourinho como símbolo de autonomia municipal (REIS FILHO, 1968, 134). Murillo Marx relaciona o pelourinho à submissão das vilas e cidades à Coroa portuguesa (MARX, 1988, 170).

Poderíamos crer que a morfologia deste espaço está em parte influenciada pelas ordens eclesiásticas¹⁵.

Nos relatos de Nóbrega (1549) também se evidencia que a Igreja possuía determinados critérios para a escolha do sítio. Para construir o colégio de Salvador, descreve um lugar que não considerava apropriado “... é pequeno, porque onde se há de fazer a casa não tem mais que dez braças, posto que tenha ao cumprimento da costa quarenta, e não tem onde se possa fazer horta, nem outra coisa, por ser tudo costa mui íngreme, e com muita sujeição da cidade”. E mais adiante ele cita um lugar mais conveniente: “Está sobre o mar, tem água ao redor do Collegio, e dentro delle tem muito logar para hortas e pomares” (NÓBREGA, 1988, p.83).

Ao que parece, deveria haver em alguns momentos um acordo entre as partes para a escolha e localização dos edifícios religiosos. Desse modo, ocorria uma adequação mútua de interesses entre os representantes das vilas e os chefes religiosos. Ambos respondiam a uma demanda, às vezes, diferente, porém complementares, para o espaço público¹⁶.

Olinda, que se tornou vila em 1537, passa a ter o título de cidade em 16 de novembro de 1676 com a bula *Sacram Beati Petri Sedem* (CAVALCANTI, 1986, p.223). Com esta e com as bulas *Omanis Pontificis Pastoralis Sollicitudo*, *Inter Pastoralis Officii* e a acima referida, “*decretava-se a independência religiosa do Brasil sendo, por conseguinte o primeiro ato oficial emancipacionista de nossa terra*” (CAVALCANTI, 1986, p.223). Inclui-se dessa forma a própria criação do bispado em Olinda, sendo o primeiro bispo Dom Estêvão Brioso de Figueiredo, porém essa atitude não dura muito (apenas 1 ano). Este fato elevou a igreja Matriz a Catedral¹⁷.

¹⁵ Segundo o padre Miguel de Oliveira: “As leis civis reconheciam o direito canônico e até o tinham como subsidiário” (OLIVEIRA *apud* MARX, 1988, 172).

¹⁶ Segundo Novais: “*Conceitualmente, vida privada contrapõe-se a “vida pública”, e pressupõe o Estado moderno como critério de delimitação; por conseguinte, a rigor, só seria possível uma história da vida privada a partir do século XIX, quando se encera a era das revoluções liberais*” (NOVAIS in HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA..., vol 1, 1997). Porém não se pode negligenciar que o sentido de “público” e “privado” perfizeram uma longa trajetória antes do século XIX, e embora pudesse possuir alterações no entendimento ou até flexibilidade de limites entre ambos, de certo não chegam a negar a compreensão atual do termo. Assim, neste sentido, as ruas eram denominadas deste o século XVI de vias públicas, e é no sentido do uso comum que o temo acima se aplica.

¹⁷ Frei Vicente do Salvador e Jaboatão narram a história do templo atrelada a um “milagre”:

“Vasco Fernandes de Lucena, grande língua do gentio e muito estimado por eles nos tempos da paz, por valente e astucioso, movido não sei por que impulso, sai um dia da fortaleza, chega ao campo do gentio, e começa a fazer-lhe uma arrazoada prática na sua língua, que falava com perfeição, que vissem bem o como andavam errados, que fossem amigos dos portugueses, que sempre o foram seus, e que deixassem os franceses que os enganavam, levando-os à perdição, porque era gente que só tratava da própria conveniência. E como arrebatado de outro impulso, no mais empenhado da prática, pega em uma vara que trazia nas mãos, faz com ela na terra uma grande risca e olhando para o gentio lhe diz com um furor imperioso: Dai aviso uns aos outros, que todo aquê que intentar passar esta risca

Na transformação da vila em cidade percebemos assim que o crescimento e, conseqüentemente, a evolução urbana eram acompanhados e efetivados por títulos religiosos.

A vivência religiosa e a necessidade de sua afirmação e catequese, em especial na colônia, imprime na vila um discurso pedagógico. A construção de ambiências cristãs de reverência e adoração marca o espaço público, seja no constante convite dos edifícios religiosos, seja na grandeza dos adros ou ainda na marcação dos passos.

O espaço público tinha a sua maior expressão de coletividade durante as festividades religiosas, sejam elas procissões ou comemorações de *Corpus Christi* e Natal. Eventos estes, por exemplo, que iniciavam num adro, percorriam vias pré-determinadas e finalizavam, após cumprir uma série de procedimentos, em outro adro, na maior parte das vezes, na Matriz. O espaço sagrado se sobrepunha recorrentemente ao espaço público, tornando a distinção entre ambos bastante imprecisa.

Os lugares sagrados, como o próprio nome indica, eram espaços muito bem definidos pelas normas canônicas. Esta definição implicava uma série de exigências e de prerrogativas especiais que importaram não apenas à Igreja, a cujos ritos atendiam, como também ao Estado, que se respaldara na religião católica apostólica romana. Não havendo muitas vezes determinações mais precisas quanto a organização espacial de núcleos urbanos por parte das autoridades civis, e acatados por elas as das instituições eclesiásticas, estas por sua usual clareza se impuseram de forma decisiva e, por vezes, quase exclusiva. Condicionaram assim os locais sacros especialmente a céu aberto, a implantação topográfica geral, a trama viária, a significação maior ou menor das parcelas de lote urbano. Os adros foram por muito tempo – eles também locais pios – os pontos altos de todo o conjunto urbano, de toda a rede de seus espaços internos comuns (MARX, p.110).

A administração dos edifícios religiosos obedecia a uma hierarquia imposta pela Igreja e que se baseava numa certa subordinação à Sé. Uma segunda¹⁸ subdivisão oficial do espaço urbano é iniciada pela igreja que determina as paróquias e freguesias, repartindo a cidade conforme sua representação religiosa, o que mais tarde originou a formação dos bairros. Ainda hoje, essa distribuição é referência.

para nosa fortaleza, fique advertido que, ao mesmo tempo que o fizer, há de morrer. Celebrou o gentio o dito com uma grande algazarra, como quem zombava; mas fosse pelo que fosse, o efeito provou o dito, porque arremetendo sete ou oito dos mais animosos ao Vasco para o matarem, o mesmo foi querer passar a risca, que caíram mortos, e todos os mais em um tal espanto, confusão e medo, que confirmando-se na opinião que já entre eles andava, de que aquêle homem era feiticeiro, que virando as costas os mais, levantaram o cêrco e se puseram em fugida.” PEREIRA DA COSTA. *Anais Pernambucanos 1493-1590*. vol. 1. Recife: FUNDARPE, 1983. pág. 210.

¹⁸ Consideramos a primeira divisão, ou setorização, do espaço urbano a carta Foral.

Nas representações iconográficas da vila é evidente que a Igreja sempre esteve presente, desde sua concepção, não deixando dúvida de que a proposta colonial era permeada acima de tudo pelo pensamento cristão. No mapa de Golyaht (1648), um dos mais fiéis levantamentos planimétricos da vila, há a indicação física dos edifícios religiosos, porém sem legenda. Pouco mais de um século depois da fundação de Olinda, a maior parte destes edifícios já haviam sido construídos¹⁹. Salvo a Igreja de São Pedro Velho²⁰, que foi destruída, as demais igrejas ainda permanecem na cidade, certamente a maioria sem sua configuração original devido a incêndios, às ampliações, reformas e ao próprio tempo.

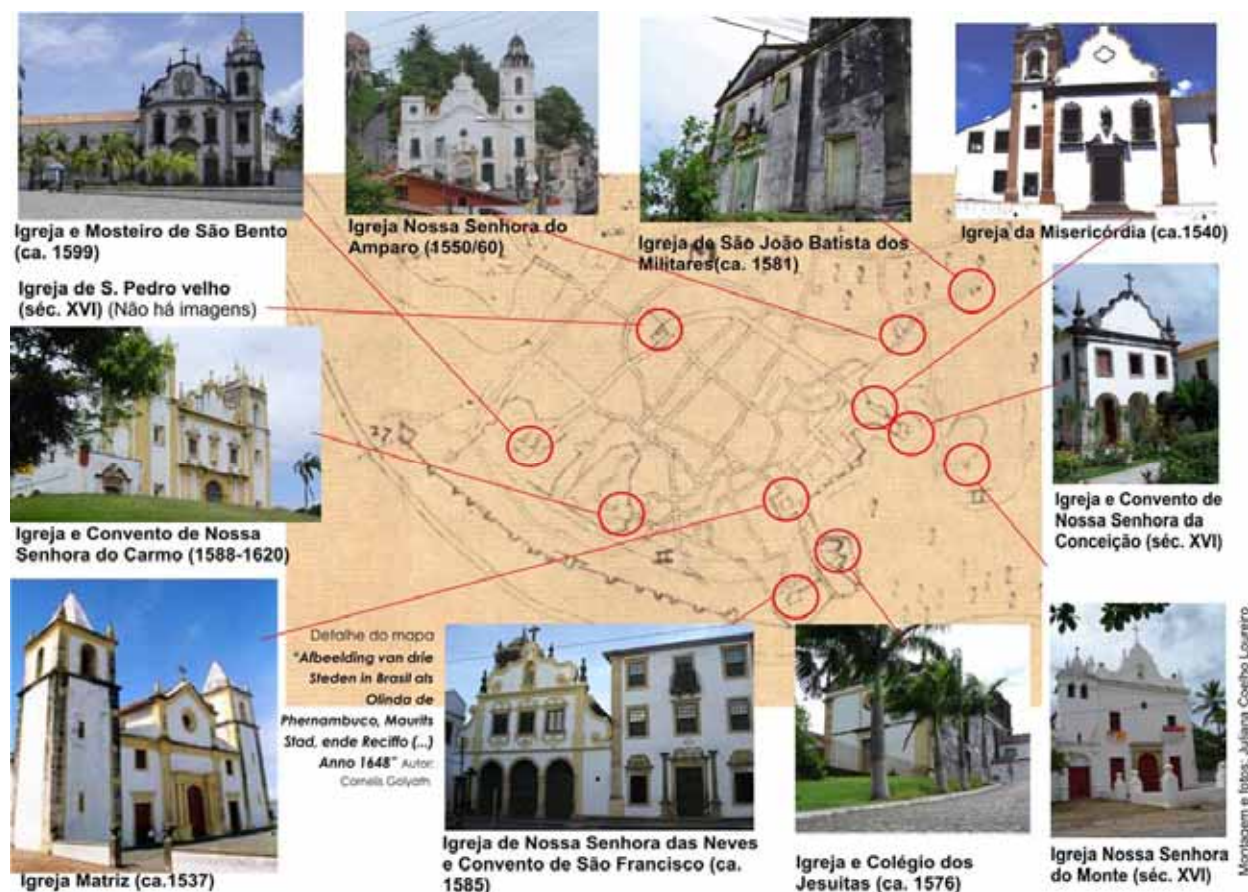


Figura 38 – Identificação dos edifícios religiosos na planta de Golyath (1648).

¹⁹ Segundo Amélia Andrade (2003, 48), “... a presença mais ou menos numerosa destes locais de culto fornecia-lhe o primeiro índice de dinamismo humano das localidades, bem como das riquezas daqueles que a habitavam”.

²⁰ A Igreja de São Pedro mantém hoje apenas resquícios de sua fundação. Ela foi substituída pela Igreja chamada de São Pedro Apóstolo (ca. 1750) em frente à atual praça de mesmo nome, rompendo o elo com sua localização original.

A Santa Casa de Misericórdia foi, segundo Pereira da Costa, a primeira fundada no Brasil. “... já em 1540 se erguia no Brasil o primeiro estabelecimento da Misericórdia, na florescente vila de Olinda, capital da nascente colônia de Pernambuco” (COSTA, 1983, V. 1, p. 73). Construída sobre uma colina, próxima à igreja Matriz, forma com esta uma interessante linha na cumeada do monte. Esta linha que em Olinda se chamava Rua Nova da qual trataremos mais adiante, se tornou tão importante quanto os elementos por ela ligados. Segundo José Luís Mota Menezes este tipo de apropriação caracterizou muitas das povoações portuguesas, em especial as fundadas por Duarte Coelho, e afirma que esse modelo se repetiu em Serinhaém, Olinda, Igarapu e Alagoas do Sul.

Em Igarapu, uma longa rua liga a igreja matriz, de um lado, à Igreja de N. Sr^a da Misericórdia, do outro. A parte elevada da colina define a direção do arruado. (...)

Olinda, Igarapu, Serinhaém e Alagoas do Sul, nos seus incios, adotam um mesmo desenho urbano, definido por uma rua que começa em uma igreja e termina em outra, e, onde nela se encontram os demais edifícios públicos, ou sejam a câmara, a cadeia, a ferraria, e o açougue, e, no caso de Olinda, a praça da vila, de tal forma delineada que contempla, nos ângulos do triângulo formado, a matriz, a torre de defesa e a câmara. A rua principal, que interliga as duas edificações religiosas, se encontra em Olinda e Igarapu na cumeada da colina”²¹(MENEZES in CARITA & ARAÚJO, 1998, p. 335).



Figura 39 – Convento franciscano de Olinda
(Foto: Arquivo pessoal)

Assim como a Santa Casa de Misericórdia²², o convento franciscano de Olinda e o convento dos carmelitas também foram os primeiros a serem estabelecidos no Brasil.

²¹ Não foi possível, no escopo desta dissertação realizar um estudo comparativo entre os arruados das 4 vilas. No entanto, constitui um importante passo a ser dado em investigações posteriores.

²² Sobre a Santa Casa de Misericórdia de Olinda, Cavalcanti afirma “Durante o primeiro século foi o seu funcionamento premiado pelo alvará de 26 de janeiro de 1606, do rei Felipe II, tornando extensivos a ela todos os privilégios, prerrogativas e mercês de que gozava a Santa Casa em Lisboa” (CAVALCANTI, 1986, p.238). Já o que se refere à ordem franciscana, “O primeiro a ser erguido no Brasil, o convento de São Francisco de Olinda tem a sua existência ligada à fundação da primeira Ordem III franciscana em terras brasileiras” (CAVALCANTI, 1986, p.249).

Não foi identificado o nome do fundador que construiu a primeira capela, porém sabe-se que foi em uma área doada pela viúva de Pedro Leitão, a senhora Maria da Rosa, uma das irmãs franciscanas. Ela era dona do oiteiro ao lado dos jesuítas. O convento foi fundado em 1585, para onde os religiosos foram transferidos de sua morada provisória.

No ano seguinte de 1586 empreenderam os religiosos várias obras de acréscimo ao convento, principalmente para a recepção de noviços, - tanto para o ministério da casa, como para dar satisfação aos desejos do povo, - e bem como a construção de um edifício no seu **quintal**, destinado a um seminário para recolher e educar os filhos dos índios, o que tudo foi feito com brevidade graças ao generoso concurso dos moradores da localidade [grifo nosso] (COSTA, 1983 vol 1, 544-545).

Quanto aos carmelitas, estes chegaram a Olinda em 1580, porém o destino era a Paraíba. “... ficaram residindo em Olinda, na ermida então existente junto a pancada do mar, sob a invocação de Santo Antônio e São Gonçalo, e que fora construída pelo colono Clemente Vaz, sendo autorizado para tanto por Jerônimo de Albuquerque [governador da Capitania]” (CAVALCANTI, 1986, p.263). Segundo Gilberto Freyre, “o convento de Santo Antônio do Carmo da cidade de Olinda fora um dos vastos mosteiros que se começaram a erguer no Brasil no primeiro século de sua colonização” (FREYRE, 1944, p.107).



Figura 40 – **Convento carmelita de Olinda** (Foto: Passarinho)

A ordem jesuítica foi a primeira a se estabelecer em Olinda. Nóbrega chega à vila em 1551 na companhia do padre Antônio Pires. Em correspondência a *El Rei* D. João III, do dia 14 de setembro do mesmo ano, Nóbrega informa “*Os ecclesiasticos que achei, que são cinco ou seis,*

viviam a mesma vida e com mais escândalo e alguns apostatas, e por todos assim viverem não se estranha peccar” (NÓBREGA, 1988, p. 123). E mais adiante ele pede a construção do colégio.

... **mande ao governador que faça casas para os meninos**, porque as que têm são feitas por nossas mãos e são de pouca duração e mande dar alguns escravos de Guiné à casa para fazerem mantimentos, porque a terra é tão fértil que facilmente se manterão e vestirão muitos meninos, se tiverem alguns escravos que façam roças de mantimentos e algodões, e para nós não é necessário nada, porque a terra é tal que um só morador é poderoso a manter a um de nós (NÓBREGA, 1988, p.126).

Os jesuítas se instalam definitivamente em Pernambuco em 1561, sendo acolhidos pelos donatários fixando-se na capela de Nossa Senhora da Graça. Em carta para os irmãos da Companhia em Portugal, a 6 de abril de 1561, Ruy Pereira escreve “.. *está a nossa casa situada com a maior vista e viração assi para o mar como para a terra, que em nem uma nossa casa vi*” (NAVARRO, 1988, p. 315). Em 1566, enquanto na Bahia havia 30 religiosos, em Pernambuco moravam apenas 2. Em 1576 é fundado o colégio jesuíta de Pernambuco²³.



Figura 41 – Colégio jesuíta - atualmente Seminário de Olinda (Foto: Passarinho)

O recolhimento da Conceição data aproximadamente de 1595 (CAVALCANTI, 1986, p. 260), inicialmente orfanato depois colégio de educação feminina, e se pode perceber sua indicação no

²³ “Os collegios (de São Paulo e da Bahia, de 56; do Rio, de 67; de Pernambuco, de 76) teem as escassas dotações legaes que lhes foram sendo doadas, e mal pagas, como se vê” (NAVARRO, 1988, p. 62).

mapa *Civitas* (Barleu), no de Golyaht, no Nieuhof, no Vingboons, ao lado da igreja da Misericórdia.



Figura 42 – Ao fundo o antigo convento de Freiras (Recolhimento da Conceição) e a Igreja de Santa Tereza
(Foto: Arquivo pessoal)

Os beneditinos chegaram em Pernambuco em 1595, e segundo Pereira da Costa eles teriam inicialmente residido na Capela de São João, construída aproximadamente em 1570. “*Provisão do bispo do Brasil, D. Fr. Antônio Barreiros (...) pela qual fez doação aos religiosos beneditinos recentemente chegados e instalados na igreja de S. João, da Capela de N. S. do Monte, situados nos arredores da vila...*” (COSTA, 1983, vol. 2, p. 88). Porém não fundaram seu mosteiro nessa localidade pelas condições de acomodação, distancia do povoado e a falta de água.



Figura 43 – Mosteiro de São Bento (Foto: Arquivo pessoal)

... fazendo-lhe o bispo do Brasil D. Frei Antônio Barreiros, de visita em Pernambuco no ano de 1596, doação da capela de N. S. do Monte, para aí mudaram a sua residência, e onde permaneceram enquanto não fundaram seu mosteiro no próprio recinto da cidade, cujo local é o do atual, convenientemente reconstruído (COSTA, 1983, p.35).

Seus feitos intelectuais eram tão elevados que já no século XVII tinham um curso literário e científico e uma biblioteca, a mais rica da época.

Segundo Francisco Augusto Pereira da Costa, no dia 2 de abril de 1592, três anos antes da chegada dos beneditinos, foi lançado o primeiro imposto do Brasil o qual advêm parte das rendas das construções religiosas. Lavrou-se:

Alvará de el-rei Filipe III, determinando que todos os contratos, e rendas reais da capitania, arrendadas por contrato, conforme as Ordenações de D. Manuel sobre o regimento da Fazenda Real, pagassem um por cento sobre a importância dos mesmos contratos, para as obras pias, sem que essa verba entrasse no preço das arrematações...” (COSTA, 1983, p.33).

Gilberto Freyre acredita que os conventos e capelas da velha Olinda eram riquíssimos, pelo gosto que os habitantes do período colonial possuíam pela ostentação.

Por outro lado, os conventos eram para alguns uma espécie de banco; e muito rico dava aos frades ou aos padres da Companhia suas jóias e moedas para que as guardassem bem guardadas com os ouros, as pratas e as pedras preciosas de Nossa Senhora e dos Santos. Daí muita lenda que corre em Olinda de subterrâneos de conventos cheios de ouro.” (FREYRE, 1944, p. 117-118).



Figura 44 – Convento de São Francisco, Convento do Carmo e Mosteiro de São Bento (de cima para baixo)
Fonte: Passarinho

Já no contexto das invasões holandesas, Nieuhof comenta que os monges franciscanos eram os mais numerosos no Brasil holandês, e os beneditinos os mais ricos. Os franciscanos possuíam 5 conventos, localizados em Frederica, Iguarassú, Olinda, Ipojuca e Serinhaém. Os carmelitas possuíam dois conventos, um na Paraíba, pequeno, e um maior em Olinda. Ainda segundo Nieuhof:

Tinham como patrimônio algumas casas por eles construídas e alugadas ou construídas por outros, obrigando os possuidores a pagarem foros.

Os beneditinos possuíam dois conventos; um na Paraíba, belo e pequeno, e outro em Olinda, belíssimo. Possuíam um canal, no engenho das Barreiras, na Paraíba. Em Pernambuco, esta ordem possuía um bom engenho, denominado Massurepe, com extensas terras (NIEUHOF, 1981, p.26).

Quando Murillo Marx se refere às ordens carmelitas, beneditinas e franciscanas em São Paulo ele as relaciona da seguinte forma: *“Estes três claustros, separados por centenas de metros um do outro, como que se afastam entre si e ocupam todas as bandas do plateau, ou melhor, por sua posição quase convidam a urbe para ocupar em seu crescimento esse plateau todo, dominando suas encostas, delimitando a trama urbana colonial e convidando o casario”* (MARX, 1988, p.113).

Em Olinda, a disposição das edificações das ordens acima citadas parece indicar, semelhante a São Paulo, os limites do aglomerado. Elas se situam entre o território e o mar. Em relação à Sé, posicionam-se em forma de leque, formando um raio cujo centro é a Matriz. Embora em Olinda não possamos falar em *plateau* na vila, devido à topografia acidentada, o casario se desenvolve entre elas.



Civitas Olinda. Autor: não identificado. Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barleus (BARLEUS 1647), exemplar da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
 Figura 45 – **Disposição das ordens religiosas no plano da vila.**

Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

Quanto às igrejas, a do Amparo deve ter sido construída por volta da década de 50 ou 60 do século XVI (CAVALCANTI, 1986, p.271). Ela está vinculada à Confraria ou Irmandade de Nossa Senhora dos Solteiros e, após o incêndio holandês, foi recuperada em 1644.



Figura 46 - Igreja do Amparo (Foto: Passarinho)

A igreja de Nossa Senhora do

Guadalupe, próximo ao Beberibe, foi a única no Brasil-colônia dedicada à padroeira do México (CAVALCANTI,

1986, p.281), possivelmente resquícios



Figura 47 – Aljube do lado esquerdo da rua e Capela, lado oposto (Fonte: arquivo Pessoal)

da União Ibérica. Ela não foi representada no mapa de Golyath (1648), embora Cavalcanti acredite que sua fundação date de 1627 e Freyre em 1626 (FREYRE, 1944, p. 155). Olinda ainda conta com várias outras igrejas como a de São Sebastião, fundada em 1686 e a de São Pedro Apóstolo (um pouco depois de 1750).

O Aljube era a prisão eclesiástica construída em aproximadamente 1764 para isolar determinados padres e civis

por motivos religiosos (CAVALCANTI, 1986, p. 297). Foi erigida na rua, hoje conhecida por 13 de maio. A localização de uma Capela a sua frente permitia ao preso assistir os rituais católicos.



Figura 48 - Capela Aljube
Fonte: arquivo Pessoal

Os passos são outras construções de fins religiosos que marcam no espaço urbano um percurso previsto pela igreja, deixando registrado no traçado a influência das práticas católicas na vida colonial. São geralmente oratórios distribuídos na cidade onde cada um, com imagens de Cristo, marca as quedas que sofreu na *via crucis* até ser crucificado. Esses oratórios, construídos em lugares estratégicos, são visitados na Procissão dos Passos, onde há uma simulação do ocorrido quando então há pregação e hinos. Logo, a “via sacra” se sobrepõe à “via pública”²⁴.

O cotidiano de Olinda ainda hoje é marcado pelas badaladas dos sinos das igrejas que reparte o tempo dos moradores, em antes e depois do sino. Deste mesmo modo notificam o horário das missas, a hora de Nossa Senhora e morte de algum cidadão.

Em outras palavras, a importância da Igreja era real e bem representada na organização espacial e no cotidiano da Vila, sendo pontos de destaque na paisagem e de convergência do traçado.

A maior parte dos edifícios religiosos em Olinda não se localizavam no centro geográfico da vila, mas próximos aos seus limites ou fora deles, em seus arrabaldes, porém sempre em momentos elevados da topografia. A igreja de Nossa Senhora do Monte é um exemplo de edificação religiosa situada numa área periférica da vila, porém, como o nome já diz, sobre um monte. Como elementos de atração, essas construções pareciam esperar a chegada da vila, sua expansão. Quando não, sua simples presença poderia motivar a formação de um pequeno aglomerado.

2.2. CONSTRUINDO OUTROS MAPAS ONDE SE INCLUEM OS QUINTAIS

É possível elaborar questões e desenhos pertinentes à concepção desses espaços urbanos, principalmente acerca das suas projeções no território. Iremos utilizar as iconografias da vila, para além das informações coletadas, como suporte de nossas especulações.

Pode-se especular que, com necessidades de defesa e abastecimento, Duarte Coelho recorre à tradição urbana, mas por sua experiência recente não ignora as mudanças que estavam se

²⁴ Freyre cita os passos em Olinda que na maioria datam de meados do século XVIII. São elas, as capelas e passos: “*Milagres (1772), no Pátio dos Milagres; Aljube (1806), à rua Treze de Maio; Senhor Apresentado ao Povo ou Castelhana (1773), à rua 27 de Janeiro; Senhor Atado (1773), à rua Bernardo Vieira de Mello; Senhor no Monte das Oliveiras (1809), à rua Bispo Coutinho; Amparo (1746), no Pátio do Amparo*” (FREYRE, 1944, p. 155). O Passo do Senhor no Monte das Oliveiras era possivelmente o último e se localizava na Rua Nova, junto a Sé.

processando em Portugal e a riqueza constituída pelas trocas culturais que foram sendo realizadas ao longo da campanha do império português em suas colônias no mundo. Formula-se um universo de experimentação de novas práticas urbanas, que mesmo possuindo equipamentos e toponímias similares às cidades medievais, já não se correspondem por completo.

A seguir à análise dos discursos imagéticos e textuais sobre o desenho urbano de Olinda, é possível aproximarmos um pouco mais dos quintais e outras áreas de abastecimento da vila.

2.2.1. ALÉM DAS MURALHAS

A faixa periférica próxima à muralha, mas por seu exterior, era chamada nas cidades medievais portuguesas de *arrabaldes*, toponímia remanescente ainda hoje em Portugal e em muitas localidades que tiveram contato com sua cultura.

... espaços intermediários entre o campo e a cidade. Com efeito, apesar de exibirem já características nitidamente urbanas como, por exemplo, a disposição contígua das casas, mostravam-se, no entanto, permeáveis à influência de uma ruralidade bastante próxima. A qual, sem barreiras de pedra que a contivessem, conseguia insinuar-se com mais facilidade, mediante a presença de hortas, pomares, terrenos de pastos, currais e até de auxiliares de produção tais como moinhos. (ANDRADE, 2003, p. 18)

No mapa de Olinda que ilustra o livro de Nieuhof, mencionado anteriormente, há nítido destaque e detalhamento das plantações na periferia oeste da vila (ver *área de plantio*), no formato de quadras, ou seja, entrecortada por ruas perpendiculares que subdividem e delimitam a gleba. Elas estão situadas numa área prevista no Foral para roças de particulares, inclusive próximo à rua da Boa Hora (seta amarela sobre o rio). Esta área se integra à vila como continuação das quadras internas já sedimentadas.

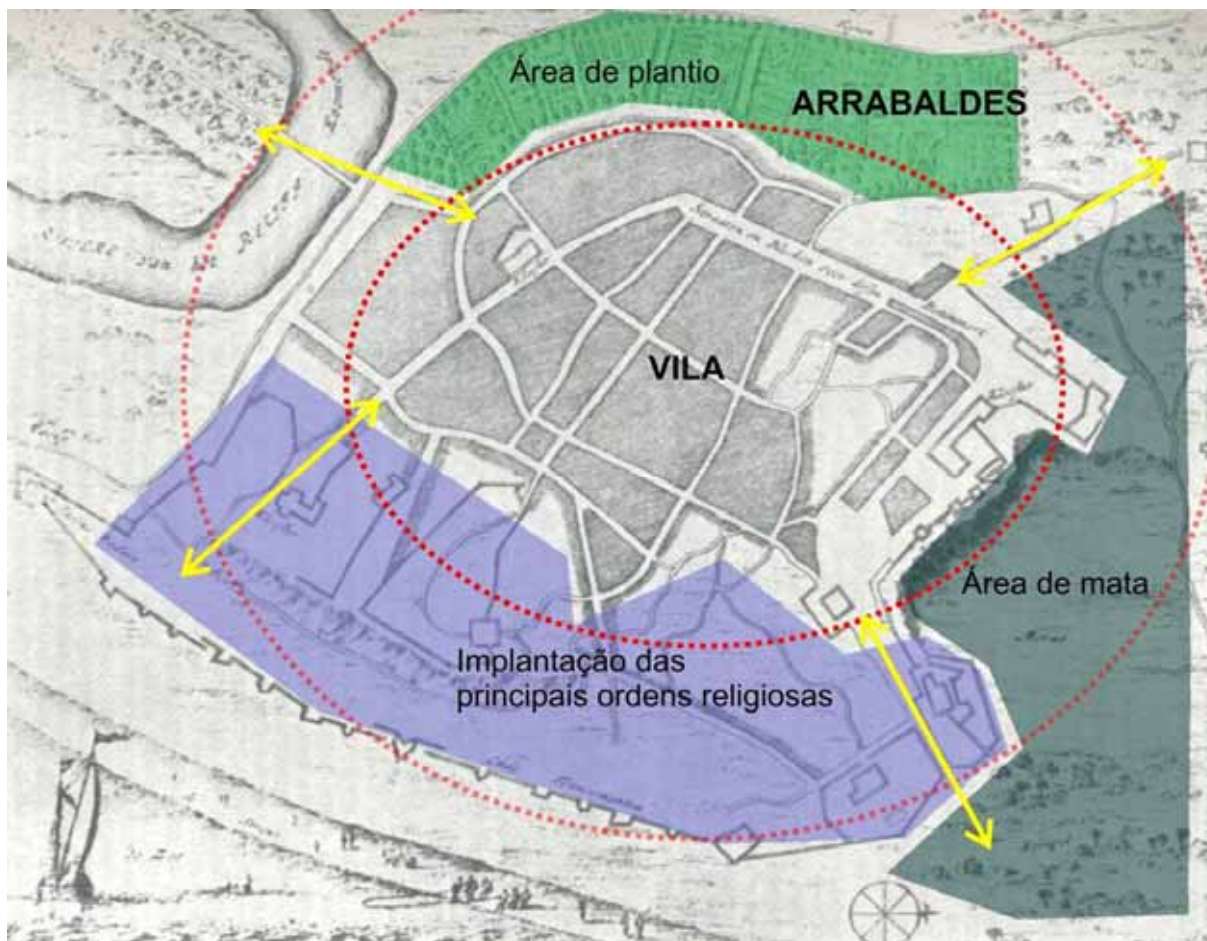


Figura 49 – Planta de Olinda que ilustra o livro de Joan Nieuhof com a projeção das diferentes apropriações do arrabalde e os principais acessos. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

Na planta percebemos nitidamente ainda duas formas de apropriação. No círculo vermelho menor temos a vila propriamente dita representada pelo arruamento e as quadras escurecidas sugerindo o adensamento das construções. Circulando esta zona central, temos um anel que compreendemos como arrabalde²⁵, caracterizado por áreas de poucas construções e, estas, bem mais esparsas, alternando entre áreas verdes. Percebemos ainda quatro acessos para a vila que se interligam com caminhos externos, dentre eles se destacam, pelo traço mais robusto da representação, o norte, sobre o rio Beberibe; e o sul, entre o colégio jesuíta e o convento franciscano.

Na região periférica ainda há outra subdivisão em três zonas distintas. A primeira corresponde à área de plantio - roças (comentada anteriormente), a segunda compreende uma área menos

²⁵ Zona representada na figura entre os dois círculos vermelhos que envolvem a vila.

regulada, com grandes massas verdes e pequenos pontos edificados onde estão inseridas as igrejas de São João e de Nossa Senhora do Monte e os bosques do extremo norte da vila. A terceira zona está tão imbricada com a vila como a primeira, porém de modo diferente. Embora não esteja parcelada em quadras como a área de plantio, nem ao menos habitada como no centro da vila, formam uma espécie de faixa de “proteção religiosa” para a vila, com todas as ordens religiosas em série e, aparentemente, com muitas áreas livres. Apesar do mapa não indicar áreas de cultivo dentro das cercas conventuais, sabe-se que, assim como os quintais, também eram espaços de produção. Os caminhos que ligam os conventos à vila são tão orgânicos quanto os que conectam a vila à Igreja de São João e a N. S. do Monte, porém se relacionam com um número maior de ruas internas.

Poderíamos considerar em Olinda duas fases de desenvolvimento do arrabalde: uma mais próxima e, portanto, com características mais urbanas, pronta para ser absorvida pela vila, como a área de plantio indicada no mapa e, de outro análogo, a área dos conventos que possuíam dinâmicas próprias com amplas áreas de produção (ex.: beneditinos, franciscanos e jesuítas). E outra fase representada pela área correspondente aos edifícios religiosos mais afastados. Estes estão ligados à vila por poucos caminhos que se prolongam do seu interior e se conectam a estes edifícios, porém com o parcelamento do solo ainda embrionário.

Esta zona de transição em Olinda entre o campo e a vila demonstra que a última possuía um desenho que indicava linhas de expansão urbana e geradora de futuros parcelamentos. O caminho que vem margeando o rio e abraça as plantações auxiliando a formação das quadras (linha lilás), continua em direção a várzea, no sentido de prolongamento (ver planta a seguir).

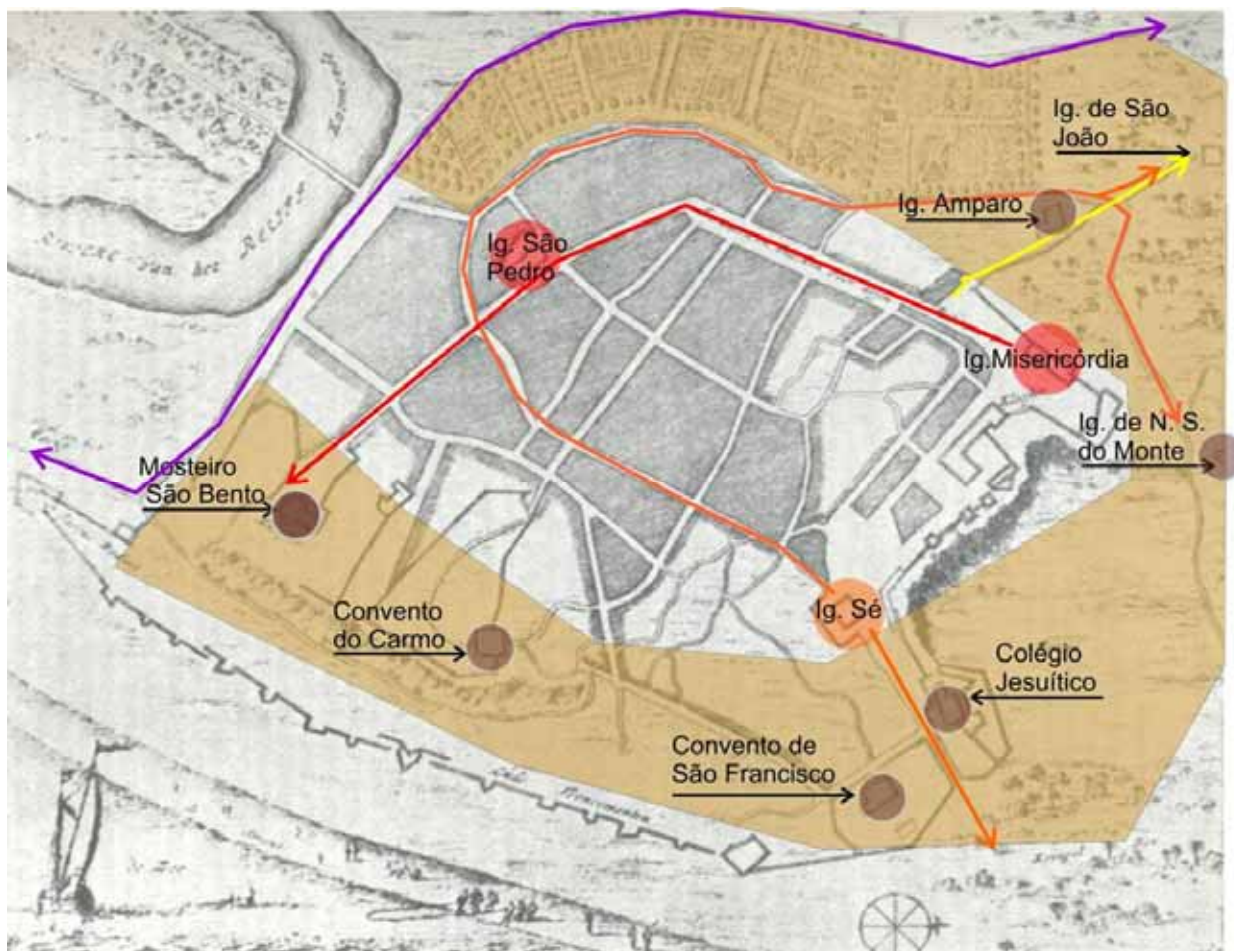


Figura 50 – Planta de Olinda que ilustra o livro de Joan Nieuhof com a projeção do arrabalde , os principais acessos e a localização dos edifícios religiosos. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

Outra linha paralela a esta que inicia na Matriz (laranja), corta radialmente a vila em seu interior e junto à Igreja do Amparo se bifurca. Por um lado, segue um caminho paralelo à anterior em direção à Igreja de São João (oeste), sentido também da Várzea. Por outro, segue em direção ao Norte que leva até a Igreja de Nossa Senhora do Monte, outro sentido de expansão.

Temos também uma outra via que se inicia na Igreja da Misericórdia (linha vermelha), e desce num sentido oposto à linha que parte da Igreja da Sé. Ela se interliga com a periferia junto ao Mosteiro de São Bento. Mais próximo da paliçada o caminho se bifurca a Norte e a Sul (para o Recife). Estes caminhos são oriundos dos principais edifícios religiosos da vila e pontuados por

outros que estão localizados fora do perímetro do aglomerado, portanto numa zona considerada como arrabalde.

Vale destacar que esta área não era extra-muros uma vez que Olinda não possuía muros nessa região. A linha limite que se estabelece, entre a vila e o arrabalde, é imaginária, subjetiva. Quando da tomada de Olinda pelos holandeses, o reverendo Baers situa alguns edifícios da seguinte forma “*Existem ainda alguns conventos e igrejas junto a Olinda, como que nos arrabaldes; há ali uma igreja denominada N. S. do Amparo; outra chamada S. João; ainda outra chamada N. S. de Guadalupe, e outra em cima do monte e por isso chamada N. S. do Monte*” [grifo nosso] (BAERS, 2004, p.41).

Aprofundando um pouco mais sobre o significado deste termo, podemos consultar a fonte portuguesa acerca deste vocábulo. Segundo o dicionário de Bluteau, por exemplo, arrabalde seria:

Arrabalde, ou Arrebalde, o Bairro, que pegado à Cidade, esta fora dos muros della. Alguns derivão *Arrabalde*, do Hebraico *Rabad*, que val o mesmo q *multiplicar*, & os arrabaldes se compoem da gente que multiplicada, não cabe na Cidade, & faz sua habitação fora della. Outros derivão *Arrabalde*, do Árábico *Errebalu*, o qual vem do verbo *Revele*, que significa levar detraz de si nas ancas, & os que vivem nos arrabaldes estão em certo modo nas ancas da cidade. *Suburbium ij. Nent. Cic.*

Cousa do arrabalde, ou pouco distante delle. *Suburnanus, a, ton. Cic.* Quinta, pegada aos arrabaldes. (BLUTEAU, 1712, f. 312)

Ainda verificando as raízes portuguesas deste espaço, o arrabalde pode ser entendido como uma área contígua à vila, em sua periferia, e que no período medieval era absorvida pela cidade quando havia a construção de nova muralha. Abrigava uma população dependente dos serviços da vila que por condições diversas não podiam manter sua habitação intra-muros. Durante um certo período do Portugal medieval, guardava também a *mouraria*, ou outras construções e atividades indesejáveis no interior da vila como as olarias, os fornos, os ferreiros etc (ANDRADE, 2003, p.19). Portanto, também constituía uma região de menor prestígio social, favorecendo assim certas afirmativas, “Melhor he huma *Casa* na villa, que duas no arrabalde” (BLUTEAU, 1712, p. 175).

As ordens mendicantes durante a Idade Média também procuravam espaços próximo da vila para se localizar, porém fora dos muros. Da Bahia, Nóbrega²⁶ discorre sobre a escolha do sítio para fundar o colégio jesuíta e comenta os principais aspectos que norteiam a decisão.

Eu trabalhei por escolher um bom logar para o nosso Collegio dentro na cerca e somente achei um (...), o qual tem muitos inconvenientes, porque fica muito junto da Sé e duas igrejas juntas não é bom, e é pequeno, (...), e não tem onde se possa fazer horta, nem outra cousa, por ser tudo costa mui íngreme, e com muita sujeição da cidade. E portanto a todos nos parece melhor um teso que está logo além da cerca, **para a parte d'onde se há de estender a cidade, de maneira que antes de muitos annos podemos ficar no meio,(...)**. Está sobre o mar, tem água ao redor do Collegio, e dentro delle tem muito logar para hortas e pomares; é perto dos Christãos, assim velhos como novos”. [grifo nosso] (NÓBREGA, 1988, p. 83-84)

No discurso, o religioso expressa sua compreensão sobre os movimentos de expansão urbana. Ele revela nítida intenção de aproveitar o espaço e tempo, até que a cidade se estenda, presumindo ainda não muitos anos para isto. Sua vontade de constituir o “meio”, que significa uma idéia de transição, pode ser manifestada fisicamente por sua situação geográfica, entre a “selva” e a cidade, ou ainda, de modo metafórica, entre a terra e o céu, no sentido da catequese e da civilidade. A constituição de hortas e pomares, para além da subsistência, parecem corroborar com esses ideais.

Em Olinda estes religiosos se situavam numa área periférica, porém protegidos pela linha da paliçada, ou seja, se situavam entre o mar e o início do aglomerado urbano. Albernaz constrói em seu mapa (“*Todas as fortificações...*”) esta zona intermediária e os holandeses, mais tarde, os representam mais inseridos na vila, entretanto ainda em sua margem.

O arrabalde em Olinda constitui uma área intermediária entre o campo e a vila e que permanece por tradição, mas na ausência de muros, ganha formas e conotações diferenciadas. O arruamento da vila não se fecha no espaço aglomerado. Ele desenha vias de importância diferenciadas, onde as principais, que iniciam na cota mais alta e junto aos edifícios mais imponentes, abraçam a vila por ambos os lados e indicam linhas de expansão em vários sentidos, e por este motivo constrói uma periferia perfeitamente conectada com o núcleo inicial.

²⁶ Em carta ao Padre Mestre Simão, datada de 1549.

2.2.2. VELHA LISBOA, NOVA LUSITÂNIA

Vanildo Cavalcanti concorda com o historiador Oliveira Lima quando sugere que a situação de implantação de Olinda não seria regida apenas por questões de melhor defesa, teria uma origem melancólica, ideal, revelando que Duarte Coelho pretendia reconstituir Lisboa, uma nova Lusitânia no Novo Mundo.

O plano urbano em torno do seu Marim; que bem lembrava o castelo de São Jorge, de sua velha Lisboa; a obra que se propunha fazer do lançamento do Beberibe ao pé da vila e assim facilitar a formação de um porto junto à povoação (como se fosse um novo Tejo), onde seriam construídas as feitorias para guardar os açúcares a serem transportados para a Europa... (LIMA *Apud* CAVALCANTI, 1986, p. 37-38).

Na carta ao Rei, em 1546, o donatário diz “*Quanto, Senhor, a esta Nova Lusitânia, porto que com muito trabalho e com assaz de fadiga, tanta quanta o Senhor Deus sabe, a cousa está bem principiada...*” [grifo nosso] (MELLO & ALBUQUERQUE, 1997, p. 99). E em 1548, um ano antes da criação do Governo Geral, Duarte Coelho descontente com a falta de resposta do Rei as suas cartas, escreve “*Não tenha Vossa Alteza em tão pouco estas terras do Brasil, em especial esta Nova Lusitânia...*” [grifo nosso] (MELLO & ALBUQUERQUE, 1997, p. 107). Em 1550, quando da mudança do regime donatário para o Regimento dos Provedores da Fazenda Real, “*E digo que todo este povo e república desta Nova Lusitânia esteve e está muito alterado e confuso com estas mudanças...*” [grifo nosso] (MELLO & ALBUQUERQUE, 1997, p. 118), muito embora, a princípio, a capitania de Pernambuco é isenta desta subordinação ao Governo Geral. Vale destacar a contínua referência à formação de uma nova Lusitânia, que não se esvai com o tempo.

Há que se considerar essa hipótese pela importância de Lisboa durante o período que antecede e segue a expansão portuguesa no mundo. Os portugueses viviam período de apogeu do seu império, no início da colonização de Pernambuco, tendo como sua máxima expressão a cidade de Lisboa.

...uma cidade que se revelou paradigmática durante toda a Idade Média: Lisboa. Populosa, preferida de reis grandes senhores, sede de um número crescente de instituições laicas e religiosas, aberta ao comércio

internacional, concentrava no espaço intra-muros um número de funções urbanas sem paralelo em qualquer outra vila ou cidade portuguesa. (ANDRADE, 2003, p.13).

De certo que os portugueses do período áureo das grandes navegações assistiram a uma Lisboa pujante, e um porto extremamente dinâmico e próspero. Uma cidade revigorada por uma série de importantes reformas ocorridas no século XVI e XV que vieram a transmitir uma nova compreensão de cidade. Transitando entre esta renovada Lisboa e as conquistas do reino, ou seja, em contato com diversas culturas, Duarte Coelho vem a Pernambuco trazendo consigo uma vasta experiência de situações inusitadas ocorridas no Oriente e, principalmente, de uma Metrópole que discute a sua própria forma.

Segundo Mota Menezes, é de fundamental importância ressaltar o caráter racional e inovador disposto na Carta de fundação da vila. *“Parece-nos que a vila de Olinda é a ponte entre as antigas cidades e as novas, que já deram mostra de suas importâncias nas diversas bastides então já criadas na Europa. Tal correlação não diz respeito ao traçado mas aos princípios que o antecederam, no que se encontra de racionalidade em ambas as formas”*. (MENEZES In CARITA &ARAÚJO, 1998, p. 344).

Helder Carita, arquiteto e historiador que vem desenvolvendo uma criteriosa investigação sobre a história de Lisboa, apresenta em seu estudo sobre “Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)” as seguintes considerações:

Do cruzamento deste estudo com a análise da documentação referente a ações urbanísticas, a época medieval apresenta-se como um fascinante **período de conceptualização do espaço urbano e de formação de lógicas e modelos urbanísticos**, que manifestam, em paralelo com toda arte, uma evolução e uma progressiva dinâmica ao longo do século XIV e XV.

(...)

sedimentando-se através de um longo conjunto de experiências, o espaço urbano tende progressivamente, nos finais do século XV, a tomar um valor estético regulável através de uma legislação conducente a uma maior racionalidade da estrutura urbana. Em última análise, são estas experiências que estão na base do urbanismo manuelino, quando uma **nova mentalidade** e uma **nova ordem econômica exigiam um suporte formal urbano mais adequado** e uma imagem compatível com um novíssimo império. (CARITA, 1999, p. 20)

O ambiente urbano, no qual os colonizadores portugueses são oriundos, era sensível às mudanças que se processavam junto ao movimento de expansão ultramarina e o progresso comercial

decorrente. Um grande império que se afirmava e se representava pela sua principal cidade: Lisboa.

Olinda pode ter nascido acompanhada do desejo de Duarte Coelho de construir em sua capitania a marca de um pensamento moderno, uma “Nova Lisboa”. Mas, sem dúvida, oriunda de uma atmosfera de remodelamento e adaptação a novas circunstâncias, que na colônia se opera diferentemente da Metrópole. Esse desejo não se trata de uma intenção de transplante, uma vez que, em nenhum momento, as questões do lugar parecem ser ignoradas, mas da manutenção de um pensamento moderno expresso na reformulação de vários conceitos, incluindo, como nos lembra Carita, a semântica da terminologia empregada.

Manuel Teixeira, ao investigar os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira, considera ser de fundamental importância o diálogo estabelecido com o lugar na gênese da ação urbana no Brasil, e da incorporação, sempre que possível, de um traçado regular.

... em todos os momentos históricos as cidades brasileiras resultam sempre da síntese, mais ou menos afirmada, de um traçado regular com as condições topográficas do sítio. Daqui resultam em muitos casos cidades que, embora não rigorosamente regulares em planta, evidenciam nos seus espaços construídos uma grande regularidade, valorizadas ainda pela exploração de todas as particularidades do território em que se implantam (TEIXEIRA, 2004, p. 8).

Em Olinda, como vimos no capítulo 1, a relação formal da vila com o lugar é uma preocupação inicial. Esta favorece a formação de um traçado orgânico uma vez que a vila está situada sobre colinas, mas ao observarmos a forma resultante iremos perceber que a vila utiliza uma trama retilínea sempre que possível. Essa característica não se verifica no território de modo constante, porém extremamente adaptado à topografia do sítio, mesclando e decompondo-se em curvas sempre que o lugar reclama.

Foram elaborados mapas conjecturais em sucessão cronológica de Olinda em três momentos determinados, a partir da análise comparativa dos 4 mapas holandeses²⁷ utilizados no estudo do traçado urbano e agora servindo como base para o confronto com a planta atual da cidade.

²⁷ Os mapas são: 1) *Civitas*, publicado por Barléu em 1647; 2) *Afbeeldinge van drie Steden in Brasil als Olinda de Phernambuco...* de autoria de Cornelis Golyath, ano de 1648; 3) *Mapa de Olinda* do Atlas Vingboons, 1665; e 4) Imagem sem título publicada por Nieuhof em 1682.

Buscou-se a correspondência entre o desenho dos ícones e a situação atual dos edifícios e demais elementos representados na imagem contemporânea.

A primeira planta refere-se à época do Foral em 1550, quando a vila começa a ser desenhada. Nesse início, havia grandes porções do território com vocação preestabelecida como é o caso da área existente junto ao monte para o casario (zona representada já arruada embora não tenha sido precisada a existência desta), a zona para roças e o rocío onde mais tarde vão ser instaladas as ordens religiosas. Nesta etapa, a vila inicia as primeiras vias de conexão com a região da várzea. Detectamos a existência dos seguintes edifícios importantes: a fortaleza de Duarte Coelho cuja situação é aproximada, a Matriz, a Igreja da Misericórdia e a de São Pedro.

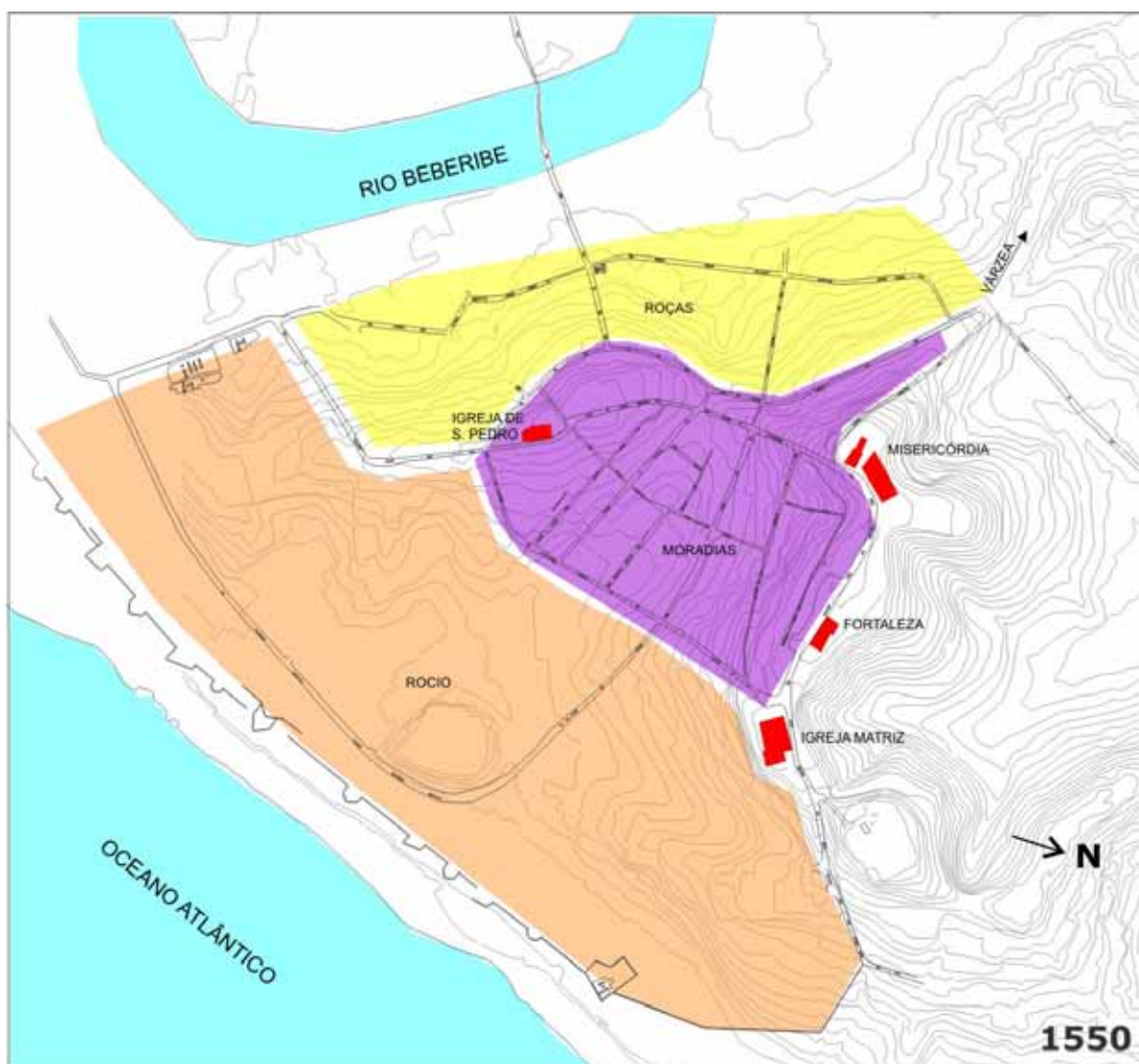


Figura 51 – Planta Foral a partir da planta atual do sítio histórico de Olinda.

Fonte da planta atual da cidade de Olinda (2001) e planimétrica – Prefeitura Municipal de Olinda (André Pina)
 Estudo comparativo e manipulação da planta: Juliana Coelho Loureiro.

No segundo momento, ao qual relacionamos a data de 1590, a vila ensaia um movimento para o interior. É a configuração das vias para a várzea a oeste e para o litoral norte, período de construção da Igreja do Amparo e São João no primeiro trecho, e da instalação das ordens jesuítas e franciscanas junto à entrada Norte do litoral.

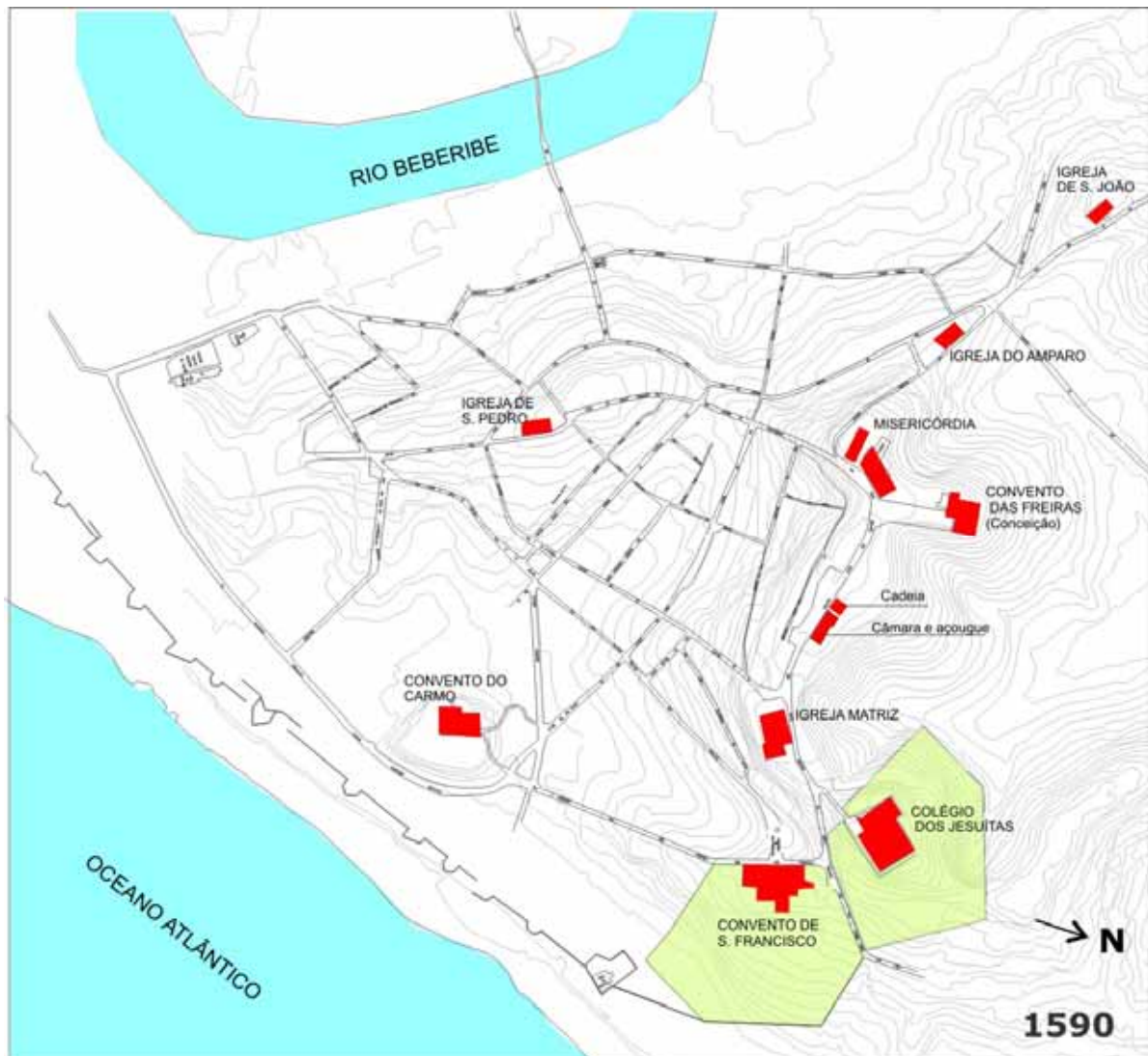


Figura 52 – **Planta evolutiva da vila (1550-1590), tendo como base o arruamento atual do sítio histórico.**

Fonte planta atual da cidade de Olinda (2001) e planimétrica – Prefeitura Municipal de Olinda (André Pina).
Estudo comparativo e manipulação da planta: Juliana Coelho Loureiro.

A terceira planta corresponde ao período da invasão holandesa e é contemporânea à época da execução dos mapas que utilizamos como referência. Neste tempo consolida-se a ocupação do rocio pelas ordens religiosas e suas cercas junto à paliçada da vila.

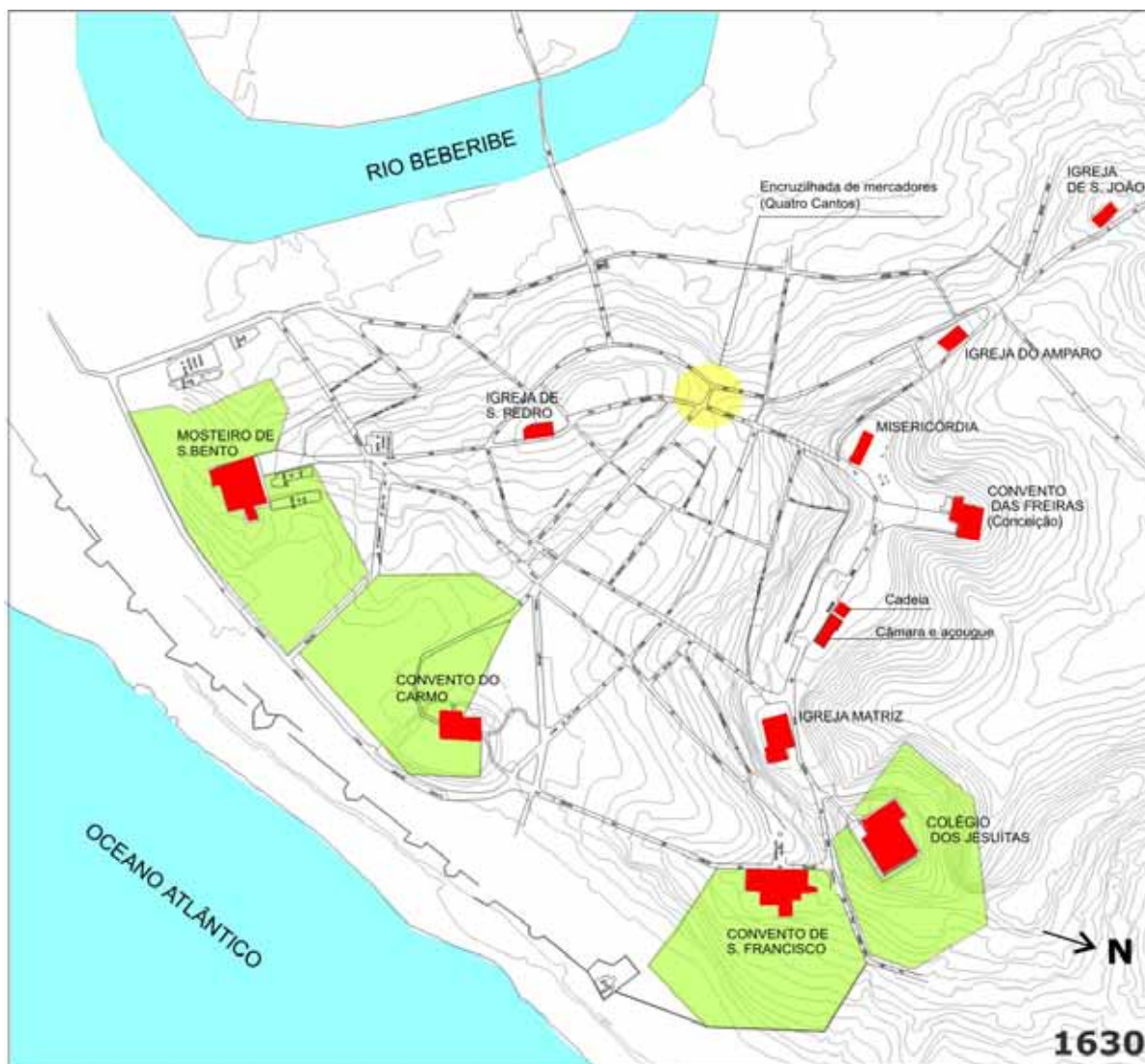


Figura 53 – Planta 1630 a partir da planta atual do sítio histórico de Olinda e da comparação com outras plantas deste período.

Fonte da planta atual da cidade de Olinda (2001) e planimétrica – Prefeitura Municipal de Olinda (André Pina).
Estudo comparativo e manipulação da imagem: Juliana Coelho Loureiro

É possível identificar com exatidão a encruzilhada do comércio ou dos Quatro Cantos que se estende para áreas circunvizinhas. Podemos perceber que é neste lugar que se situa uma das menores quadras da vila, onde os quintais ou são inexistentes ou mínimos.

Neste momento todos os cumes dos montes estão preenchidos por edifícios religiosos e o arruamento principal e as quadras estão muito próximos a sua forma atual. O desenho da vila quase não se modifica a partir desse instante, havendo apenas acréscimos.

2.2.3. UMA INTERPRETAÇÃO DO TRAÇADO E O DESENHO DOS QUINTAIS

A análise da estrutura do arruamento de Olinda forneceu dados importantes para a compreensão da vila e do pensamento implícito em suas formas e, portanto, para o desenho dos quintais. Quando Carita se refere ao projeto de 1498 para a Ribeira de Lisboa, ele revela “*É sem dúvida com a análise das propostas referentes a arruamentos, que melhor podemos visualizar as lógicas urbanísticas que se pretendia imprimir como imagem global de cidade*” (CARITA, 1999, p. 58).

Ao analisar o mapa de Golyath (1648) e compará-lo com as outras três plantas contemporâneas

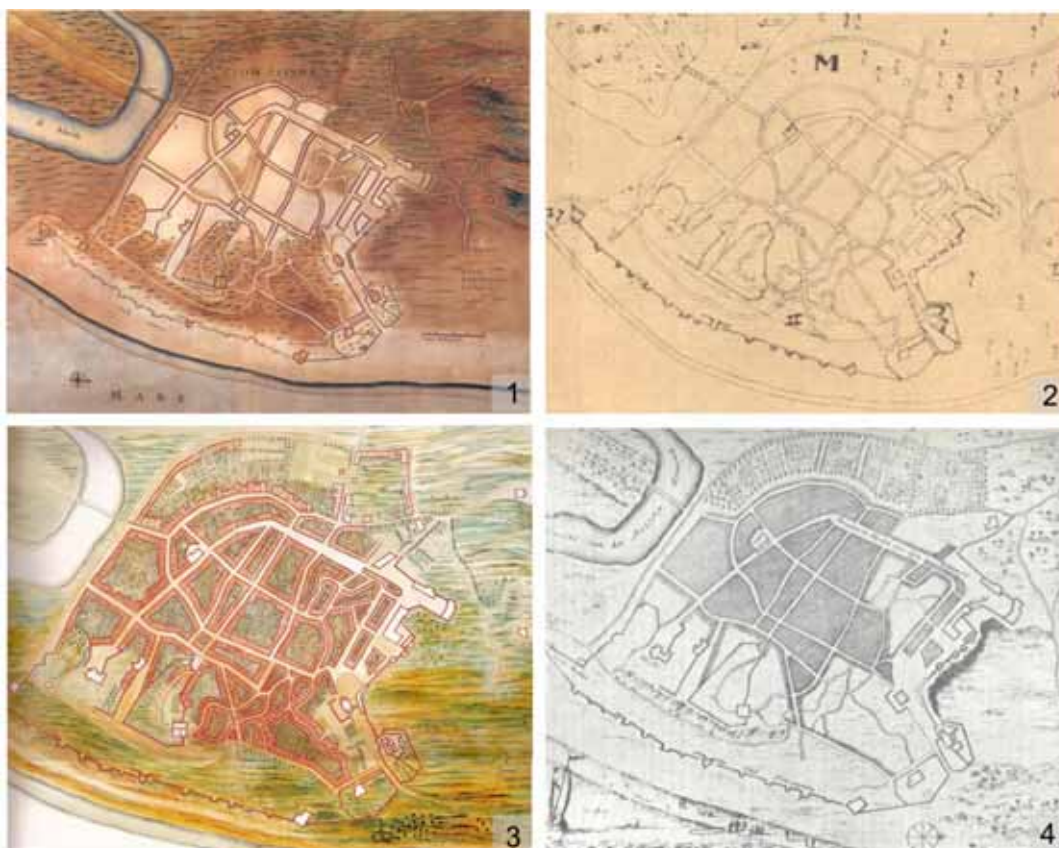


Figura 54 – Comparação entre as plantas: 1. Civitas (1647), 2. *Afbeeldinge van drie Steden in Brasil als Olinda de Phernambuco...* – Golyath, (1648), 3. *Mapa de Olinda* do Atlas Vingboons, (1665), 4. Imagem sem título - Nieuhof em (1682).

da vila que vem servindo para este estudo, foi possível identificar três tipos de traçado, apresentados no infográfico abaixo:

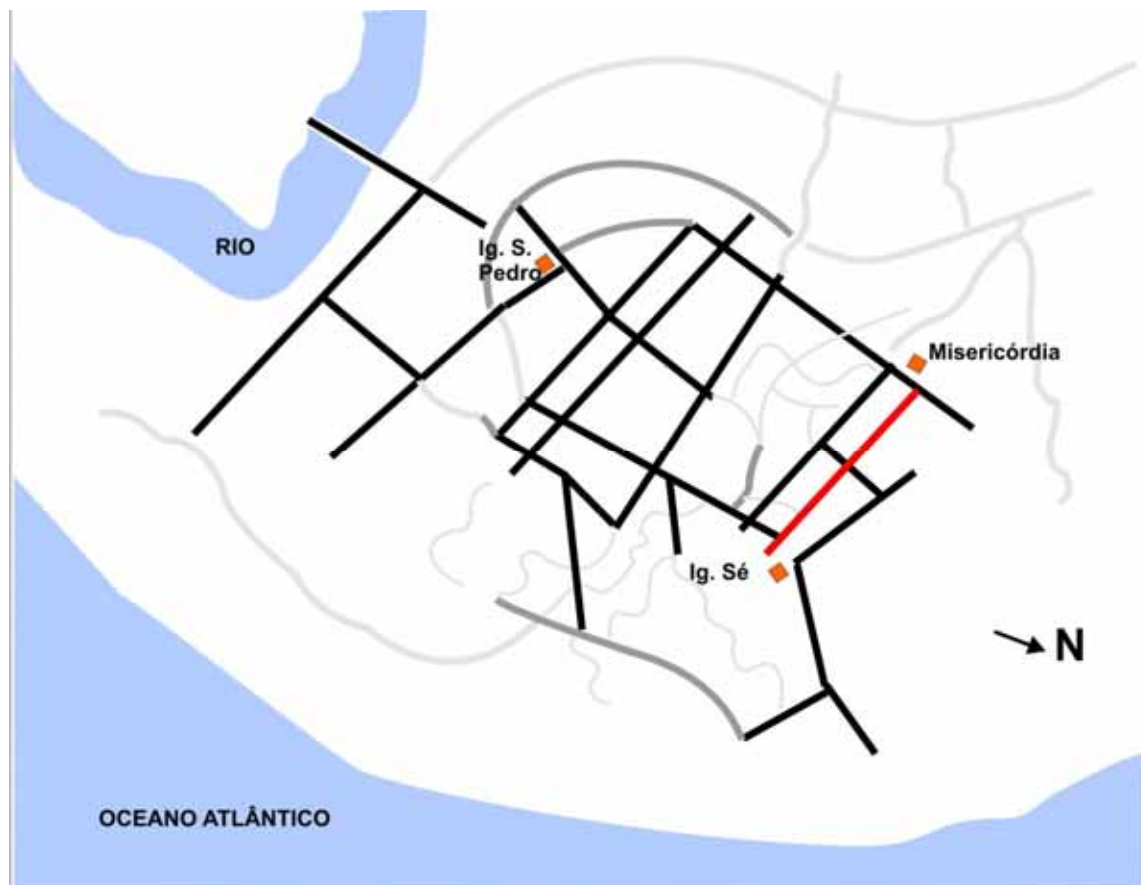


Figura 55 – Síntese da comparação.
 Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

O primeiro tipo, marcado de negro na figura, refere-se a uma tendência de traçado regular, ortogonal, e parece se iniciar a partir da via mais antiga, mais alta e importante, a Rua Nova (da qual trataremos mais adiante) marcada de vermelho, traçando a partir dela uma série de paralelas (7) e poucas perpendiculares (3). Esta característica se assemelha ao que Manuel Teixeira identifica como característica de um modelo urbano em outras colônias portuguesas.

As fases seguintes de desenvolvimento urbano faziam-se através da abertura de sucessivas ruas longitudinais, paralelas à primeira, e de ruas transversais que as ligavam. Este é o processo de desenvolvimento que se pode observar nas cidades insulares açorianas, como a Horta ou Ponta Delgada (TEIXEIRA, 2004, p. 24).

A via perpendicular à Rua Nova ao extremo oeste é a Ladeira da Misericórdia que figura sempre destacada na iconografia seiscentista holandesa, como se a Igreja da Misericórdia estabelecesse junto a Sé e a São Pedro, no fim da ladeira, uma espécie de triangulação. Antes de chegar a São Pedro, a Ladeira da Misericórdia forma com uma transversal (a atual Prudente de Moraes) os Quatro Cantos, cruzamento este considerado um pólo comercial da vila. Vale a pena retomar a citação de Baers (p. 20-21) e ressaltar alguns trechos da sua descrição:

Descendo o monte, a partir do Convento dos Jesuítas, depara-se novamente com uma eminência sobre a qual eleva-se a principal igreja paroquial do lugar, chamada Salvador, a Casa de Câmara, debaixo da qual acha-se o açougue (...) também ali existe uma bela e larga rua ultimamente **chamada Rua Nova**, que foi a primeira rua da cidade. Porém, no extremo meridional, onde está situado o hospital, chamado Misericórdia, desce o monte com tão áspero declive, que quase não se pode subi-lo sem grande esforço e trabalho nem descê-lo sem perigo de cair-se, apesar de ver-se diante de si. Chegando-se em baixo no vale, onde se acha **uma encruzilhada na qual os mercadores se reúnem e costumam constituir a bolsa**, sobe-se logo de novo outra eminência, mas, não empinada nem tão alta, e ali se encontra a **outra igreja paroquial chamada igreja de S. Pedro**, e ali em volta acham-se muitas belas casas e muitos armazéns.... [grifo nosso] (BAERS, 2004, p. 39-40)

As três igrejas citadas marcam os limites do aglomerado urbano e, com as ruas que lhes conectam, forma-se uma espécie de anel que marca este núcleo inicial. Resguardam deste modo as moradias da vila.

Um segundo tipo de traçado identificado no mapa de Golyath (linha cinza escuro) se refere a ruas mais sedimentadas na vila com traçado orgânico. São curvas suaves que acompanham as linhas de declividade do terreno. Na curva presente no final da Ladeira da Misericórdia, próxima a São Pedro, há uma sucessão de linhas paralelas em direção aos arredores da vila. As duas primeiras vias, já bem assimiladas no espaço urbano, aparecem no *Civitas* e na ilustração de Nieuhof com traços fortes indicativos de seu caráter oficial, onde a ocupação dos lotes é mais completa. A mais externa, representada pela cor cinza claro, corresponde a uma via orgânica que está em condição de se tornar urbana ou que, sendo urbana, exerce uma função secundária, como é o caso das ruas de serventia.

Na verdade, as ruas de serventia pouco aparecem nas representações dos primeiros séculos possivelmente por seu caráter ordinário, servindo de acesso aos carros e cavalos que não poderia se fazer pela frente, para despejo dos dejetos (tigres), trânsito dos escravos etc. Em meados do século XVIII, é possível observar nítida referência a estas vias em Olinda no quadro que fazia parte da Igreja de São Cosme e Damião em Igarauçu e hoje pertence ao museu da mesma cidade.

A antiga vila já reconquistada pelos portugueses se refaz. O que antes era ruína retoma as feições da agora cidade. Na parte inferior do quadro tem uma legenda descrevendo o motivo pintura – a ameaça da peste que havia matado muitas pessoas na região em 1685.

A imagem inverte o sentido tradicional das representações de Olinda. A começar pelo ponto de observação que se desloca do mar para o rio. Olinda é enquadrada pelo lado sul, próximo à ponte, que está em primeiro plano. A morte parece vir do Recife e caminha para a cidade, e outras são representadas nas cercas e quintais das casas. No extremo direito da figura, ao alto, temos o Mosteiro de São Bento e sua generosa cerca.

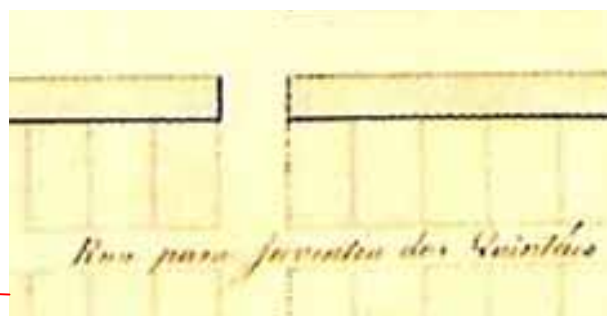


Figura 56 – *Olinda*. Conjunto e detalhe de um quadro a óleo, existente no Museu de Igarapé. 1729.
Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

O “esvaziamento” dos quintais promove uma leitura sob uma outra perspectiva. As casas formam as linhas limites das quadras, que possuem no interior grande área verde. Representada como um tapete verde no solo, não tem volume, nem árvores. Porém o mais interessante são os caminhos formados no interior das quadras, ao modo das ruas de serventia, para atender os fundos dos quintais. Quase todas as quadras possuem essas suaves linhas orgânicas que penetram no seu interior.

Percebemos também que a quadra mais central da composição, por estar bem sedimentada em relação às construções, revela falhas propositais na seqüência de casas para favorecer o acesso aos interiores, a abertura das ruas de serventia. Os quintais, na imagem, estão presentes na maior parte do solo urbano, e quase não há habitação sem uma área verde correspondente.

A rua de serventia vai surgir mais explicitamente na cartografia a partir do século XVIII, nos projetos de vilas e cidades como encontramos, por exemplo, na planta da Vila de São José no Rio Grande do Sul.



Planta da Villa de S. Joze que novamente se erige na margem Oriental do Rio Tabiquary. Manuel Vieira Leão, ca. 1767(1777).

Figura 57 – Os quintais nas plantas do século XVIII.

Fonte: REIS FILHO, 2000.

Algumas dessas ruas deixam de ser secundárias e se tornam oficiais à medida que as construções se aglomeram demandando posteriormente a adoção de medidas pela Câmara para operacionalizar seu alinhamento. Talvez para evitar este tipo de inconveniente é que as ruas de serventia passaram a ser propostas previamente, em contextos posteriores ao século XVII.

Embora Duarte Coelho não fizesse referência na Carta Foral ao arruamento, havia um zoneamento que desenhava o tipo de apropriação do solo, incluindo nitidamente, seus limites.

As Câmaras, por sua parte, realizavam uma tarefa de administrar a vila e controlar o desenvolvimento urbano. Ela contratava homens que “*particem terras da villa*” (apud REIS FILHO, 1968, p. 118) e de arruadores que alinhassem as construções. Nítida preocupação com a organização espacial, muito embora na prática, a situação pudesse ser bem diferente.

... a postura ficava nos papéis públicos, e cada qual construía a sua casa e corria a sua cerca à feição de suas comodidades e interesses. Não é raro ler-se, nas vereações daquelles tempos, a declaração de indivíduo que invade uma rua com o alpendre de sua casa ou com algumas das dependências della, com a promessa de tudo desmanchar, quando nessa rua houver maior trânsito e lhe for a demolição reclamada (SAMPAIO apud REIS FILHO, 1968, p. 119).

Uma outra questão importante acerca do arruamento é a toponímia. Vanildo Cavalcanti menciona que o nome das ruas em Olinda, em parte, passou a ser conhecido através das Denúncias de Pernambuco de 1593-1595, com a primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil (ver

CAVALCANTI, 1986, p. 170). De acordo com seu levantamento das ruas e o estudo iconográfico e comparativo apresentado anteriormente, foi possível fazer uma identificação, ainda que especulativa, das mesmas no mapa de Olinda pertencente ao atlas Vingboons. Segundo Cavalcanti (1986, p. 174), este foi produto de um projeto holandês para reconstrução da vila, após o incêndio.



Figura 58 – *Mapa de Olinda do Atlas Vingboons, (1665) com a nomenclatura de algumas ruas.*
 Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

Certamente a ocupação do território não deveria ser total, como mostra a gravura. Segundo a imagem, praticamente todas as ruas possuíam edificações em ambos os lados de forma a completar todo o percurso. Mota Menezes, em entrevista concedida à autora, diz que as linhas que desenham as edificações revelam possivelmente a distinção entre as construções que já existiam e as que se pretendiam implantar. O professor aconselha que ao observar o lote, devemos nos ater as características de fundo das edificações, os limites das fachadas posteriores.

As construções que tiver traços irregulares já existiriam, e as que formam um corredor reto seriam as propostas²⁸.

Não há nesta representação, aparentemente, distinção de tratamento e ocupação entre as ruas embora seja evidente que umas são muito mais tortuosas e estreitas que outras. Percebe-se também que as quadras mais ao alto, à direita, são menores e mais aglomeradas, talvez indicando uma ocupação mais antiga e concentrada. As vias públicas ao alto são mais largas, sinalizando possivelmente que abrigavam representações políticas e administrativas. Perto do mar, as linhas são mais suaves, e existem menos edificações, dando ênfase apenas aos conventos e ao mosteiro.

As primeiras ruas tinham, algumas, o costume de serem divididas em trechos com nomes distintos. A rua que hoje conhecemos como do Amparo, teve várias denominações ao longo do tempo e dos vários trechos. Cavalcanti cita outras nomenclaturas para a via, como Rua do Cocho ou Coxo, e do Comércio (CAVALCANTI, 1986, p. 176).

As ruas medievais, geralmente, eram nomeadas de acordo com a atividade que ali se exercia (exemplo: Rua da Ferraria ou rua do Açougue), demonstrando a necessidade de ordenar os vários ofícios em ruas determinadas, ora por questão de fiscalização, ora por questão de hierarquia (indicava uma imobilidade social). (CARVALHO, 1989, p. 35).

No trecho que limita os “quatro cantos”, o que chamavam de João Afonso, tendo em vista o grande número de casas comerciais ali localizados, foi denominado, até os princípios deste século, de Rua do Comércio, pois ainda é assim consignada na planta de 1915 (CAVALCANTI, 1986, p. 179).

A ladeira da Misericórdia “foi um dos primeiros caminhos usados entre o centro da vila e o ‘varadouro onde corrigiu a galeota’; e ponto de ligação entre o ‘porto dos navios’ e a Várzea do Capibaribe” (CAVALCANTI, 1986, p. 204). A nomenclatura se deve certamente à construção erigida no alto do monte, a igreja e hospital de Santa Casa da Misericórdia, programa muito recorrente em Portugal, porém, como se viu, a primeira do Brasil.

A rua que faz a ligação das igrejas da Sé e da Misericórdia, era a principal dos tempos áureos de Olinda. Havia a residência do donatário, do governo e da fidalguia da terra. Há especulações que tivesse outros nomes como: rua dos Nobres, depois dos Ourives e por fim Rua Nova. No entanto

²⁸ Entrevista realizada em maio de 2006.

acredita-se que ela deve ter sido chamada Rua Nova desde seu surgimento, uma vez que é citada na certidão de Jerônimo de Albuquerque (1542). E a via paralela à Rua Nova, pode ter sido a Rua dos Ourives. No entanto, esta desapareceu, possivelmente pelos movimentos de terra que houve ao longo dos tempos.

Segundo Carita, a “Rua Nova” constitui uma nova espacialidade dinâmica, direcionada e contínua e no contexto expansionista, é a primeira vez que a rua se afirma enquanto entidade tipológica urbana.

A Rua Nova, pela novidade em termos de conceitos espaciais chega a constituir “uma reapropriação arquitetônica e urbana do legado mulçumano, manifestando-se contudo, a partir dos finais dos séculos XIII, uma dinâmica com pressupostos estéticos diferenciados do urbanismo islâmico, que se irão estruturar, formal e conceptualmente, ao longo do reinado de D. Dinis (CARITA, 1999, p. 30).

Ela está relacionada a um sentido de abertura, ou seja, um sentido de expansão urbana. “*A Rua Nova d’El-Rei nasce como nova identidade urbana, após uma série de demolições de edifícios que, ao estabelecer uma grande linha de penetração para o interior, vai possibilitar a consolidação de um novo núcleo de centralidade urbana no Rossio*” (CARITA In BARREIROS, 2001, p.18). E pelo seu significado para a cidade, era considerada a mais importante. No “Livro de Lisboa”, a autora se refere a esta rua como “*a principal da cidade*”, e a caracteriza da seguinte forma: “*(...) Na mesma Rua Nova, contudo, alternavam-se prédios de quatro andares e outros de três e dois andares, aparentemente mais numerosos.*” (MOITA, 1994, p. 91).

A toponímia se afasta bastante da tradição medieval porque não se refere a nenhuma atividade laborial, mas a uma qualidade abstrata e, portanto, reflexo de um novo tipo de compreensão da via pública que vinha acontecendo em Portugal.

Esta via abrigava em Olinda os principais edifícios da vila, a fortaleza de Duarte Coelho, o pelourinho (indicando o centro cívico), a casa de câmara e cadeia, o açougue, depois o Palácio dos Bispos, e fazia a ligação entre os edifícios que mais se destacavam na topografia, marcos referenciais em quase todas as representações iconográficas em vista ou perspectiva, a Santa Casa de Misericórdia e a Matriz. Ela representa também um sentido de penetração para o interior, indo do litoral à várzea, onde se situavam os engenhos.

A rua do Bomfim, anteriormente chamada de João Eanes, ou Janienes e a sua continuação, a Rua de Santo Antônio, mantém de forma mais fiel seu traçado original.

Cavalcanti diz que a rua que liga a Sé ao Seminário era chamada Rua de Palhais, ou Rua do Salvador, ou ainda é o único trecho que deveria homenagear o Bispo Coutinho (CAVALCANTI, 1986, p. 181).

A rua Val de Fontes é a paralela à Rua Nova do lado direito, porém desapareceu com o tempo e os movimentos de terra. Estes são contínuos até a atualidade fazendo com que a Secretaria do Patrimônio da cidade convocasse o apoio de especialistas no assunto a fim de proteger as edificações. Caso recente foi a Igreja do Amparo que sofreu a intervenção de obras de engenharia para manter estável sua fisionomia.

A rua de São Pedro, atual Bernardo Vieira de Mello, começava na antiga Igreja de São Pedro Mártir e terminava nos Quatro Cantos. Certamente seu nome se deve à igreja, porém com sua destruição o nome perdeu-se com o tempo.

Já a Rua da Boa Hora era a porta de chegada da vila, existente desde os primeiros tempos. Ligava Olinda à Várzea do Capibaribe, onde foi construída a primeira ponte. Cavalcanti (1986, p. 187) ressalta que ela deveria ter sido chamada inicialmente de “*caminho que vai para o Varadouro*”, e tem uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Boa Hora.

Podemos supor, pela largura, regularidade e adensamento das edificações, somada às informações colhidas na literatura, que existiu em Olinda uma hierarquia de ruas. Esta estaria vinculada à importância da via no contexto da vila, que poderia ser classificada em três níveis, confirmando o infográfico anteriormente apresentado (fig. 56). A Ladeira da Misericórdia e a Rua Nova, por exemplo, são representativas de vias públicas principais, representadas nos mapas Vingboons, Goliath, no Civitas e na planta de Nieuhof bastante largas em relação às quadras que margeiam, indicando um significado que extrapola a esfera da vizinhança, sendo referência para toda a vila.

Em um segundo grau de importância estão as vias regulares, mais adensadas, porém não tão largas. São aquelas cuja importância se dá pelo significado para a vizinhança imediata e por sua

interligação com as principais. O terceiro e último grau seriam as ruas de serventia que pela sua própria função quase não são representadas nas gravuras da época.

A única rua que podemos indicar com uma certa precisão como rua de serventia é a atual Rua Porto Seguro. Sua importância é acentuada por ser uma via que atende apenas aos quintais das casas tendo uma relação mais intensa com os usos que se faziam nesses espaços.

Na verdade, não passa de um caminho de serventia para os quintais das casas localizadas nas ruas Prudente de Moraes – que lhe corre paralela pelo lado norte de São Bento, ao sul e Bernardo Vieira de Melo a oeste. Assim indo do leste para o poente começa na praça João Alfredo e passando por detrás do velho mercado da Ribeira vai terminar no meio da Bernardo Vieira (CAVALCANTI, 1986, p. 206)²⁹.

A rua Prudente de Moraes é paralela à rua do Bomfim, *“também nos primeiros séculos esta rua era dividida em duas: a dos quatro cantos e a da Seralharía”* (CAVALCANTI, 1986, p. 207).

A rua 15 de Novembro é muito antiga, segundo Cavalcanti, desde o primeiro século ela é chamada de caminho, rua ou ladeira do Varadouro (CAVALCANTI, 1986, p. 209), inclusive citada no Foral. Foi também chamada de Rua de São Sebastião do Varadouro, pois possui uma igreja de São Sebastião.

A rua 10 de novembro de 1710 foi por muito tempo chamada rua da Fundação pelo fato da primeira fundição do Brasil ter sido construída nela. Em aproximadamente 8 de novembro de 1607, Domingos Rodrigues foi nomeado pelo rei primeiro fundidor-mor do Brasil (CAVALCANTI, 1986, p. 194).

A rua de São Bento permanece com o mesmo nome desde a instalação da Ordem em Olinda (fim do séc. XVI). Muitas vias ganham o nome a partir do seu destino, assim como reza a tradição medieval portuguesa. *“Referências obrigatórias da paisagem urbana, a sua importância era tão evidente que chegava a condicionar a toponímia, justificando apelações tais como as das ruas do Castelo, diante da Igreja, do Paço do Rei ou da Alfândega, comuns à maioria das cidades e vilas medievais”* (ANDRADE, 2003, p. 32). De outro modo, as vias menos importantes ganhavam

²⁹ O mesmo autor cita que esta via provavelmente teria outros nomes nas Denúncias.

aditivos como rua “*pública que vai para...*” ou rua “*que começa...*”³⁰. Ainda hoje, algumas das ruas que compreendemos como serventia³¹ (as que cortas as quadras e dão acesso aos quintais), são chamadas pelos moradores como a “rua que vai dá na Bica dos Quatro Cantos” e assim por diante.

A rua Henrique Dias faz parte do rol das vias mais antigas da vila, “*inicialmente, foi esta rua designada por ‘Caminho que vai para a Fontainha’, mas a informação que temos não precisa o seu traçado ou rumo*” (CAVALCANTI, 1986, p. 198). Segundo o mesmo autor, esta via também era conhecida como Rua da Biqua (1571) ou Rua da Alfândega Nova que vai de São Pedro para o Varadouro (1598).

A rua José Belarmino é uma das mais antigas da cidade, “*caminho ou rua que partia da frente do Convento de São Francisco e terminava no meio da ladeira da Sé*” (CAVALCANTI, 1986, p. 201).

O mesmo autor cita que em 1590 essa via teria sido chamada Santo Antônio. Ou ainda, Rua da Palha de cima – Rua Belarmino – e Rua da Palha de Baixo – Travessa de São Francisco. Esta última corre paralela a Ladeira da Sé e, segundo Cavalcanti (1986, p. 214) sofreu substancial diferença em seu traçado antes e depois da invasão holandesa.

Sobre a rua de São Francisco, Cavalcanti comenta: “*inicialmente chamada de ‘rua que vai do Carmo para São Francisco da banda do mar por cima da olaria de Dona Mara Cézar...[escritura de 1684]*” (CAVALCANTI, 1986, p. 213).

A atual Sigismundo Gonçalves era a rua próxima ao mar, no caminho paralelo às trincheiras ou paliçadas. “*Depois o ‘Caminho do Carro’, ou seja, a serventia beirando os muros dos terrenos do Carmo e dos ‘Bentos’...*” (CAVALCANTI, 1986, p. 215). Junto a esta via, sobre as antigas trincheiras, há atualmente uma rua conhecida como Rua do Sol.

A rua 27 de janeiro era o penúltimo local da tradicional procissão dos Passos. Sua denominação deve-se possivelmente ao dia da rendição dos holandeses.

³⁰ Ver (ANDRADE, 2003, p. 26)

³¹ Muitas dessas ruas encontram-se sem registro na planta fornecida pela Prefeitura.

2.2.4. O DESENHO DAS QUADRAS

Apesar não ter sido encontrado nenhum desenho prévio para a vila, podemos pressupor, pelo próprio texto do Foral de Olinda, que existiu um planejamento. A proposta escrita norteia as ações urbanas que imprime no espaço uma distribuição setorial considerando a necessidade social, ou seja, a defesa do território, o abastecimento, as tradições etc, e a aptidão topográfica para esses fins. Estes setores funcionais são recortados a partir do sistema infra-estrutural – os acessos, as descidas de água, as conexões entre os edifícios, caminhos de expansão – assim como a construção de perspectivas que valorizam determinadas construções religiosas profundamente comprometidas com a tradição cristã.

As quadras são produtos da concepção do arruado da vila que por sua vez está fortemente vinculada às formas do sítio. Logo, sua forma, assim como as ruas, tende para a ortogonalidade sempre que possível. Não sendo possível, por questões topográficas, se adaptam as superfícies existentes, tornando em alguns momentos esconsas, triangulares e assim por diante.

Helder Carita classifica o modelo português de parcelamento urbano da seguinte forma:

A estrutura de quarteirões e a estrutura de loteamento caracterizam igualmente as formas urbanas portuguesas, apresentando três tipos fundamentais que se desenvolvem ao longo do tempo, mas ao mesmo tempo coexistindo em várias situações. O primeiro tipo de quarteirão é o quarteirão medieval, estreito e comprido, com lotes que vão de lado a lado do quarteirão, definindo uma alternância de ruas de frente e de traseira. O segundo, mais tardio, é o quarteirão em que existem lotes dispostos costas-com-costas virados para faces opostas do quarteirão. **O terceiro tipo de quarteirão é quadrado, ou tendendo para o quadrado, e tem lotes virados para suas quatro faces; este último, permitindo uma melhor utilização do espaço urbano, surge a partir do século XVI** [grifo nosso](CARITA, 2004, p. 29).

Observando o mapa anterior, podemos verificar que em Olinda a tendência de parcelamento e apropriação dos lotes na quadra, mesmo quando não quadrada, dá-se pela ocupação em todas as faces. Porém, a ocupação da quadra, ao compararmos as plantas da vila, dava-se por etapas definidas. Primeiro a face voltada para as vias mais importantes e assim sucessivamente.

Além disso, havia na vila uma hierarquização do valor do lote sendo mais cobiçado conforme se situasse mais próximo ao cume das colinas. A parte mais importante da vila era a área próxima à igreja Matriz e da Misericórdia, junto a Rua dos Nobres, por exemplo. Quanto mais alto a

moradia se localizasse, mais bem instalado o morador estaria na escala social. O relevo deixa de ser apenas característica topográfica, para representar a distribuição social, confirmando a impressão registrada nos relatos dos antigos viajantes e as normas da Carta Foral.

Além dos fatores sociais, a forma como a edificação se posiciona no lote começa a desenhar uma perspectiva própria do período, pois inicialmente a construção é rente à rua, tomando com as paredes os limites do lote, deixando apenas uma área livre ao fundo: o quintal. Este muitas vezes se estendia até a outra rua, e em alguns momentos até a denominada rua de serventia.

A organização espacial dos elementos no relevo e o próprio traçado, nos leva à suposição que existiria em Olinda uma organização do espaço que se baseava numa estrutura de pontos, linhas e superfícies. Uma estrutura tridimensional que pode ser abstraída da morfologia da cidade, de suas linhas de força que direcionam o plano e a perspectiva urbana. Enquanto exercício de abstração e de síntese, articulamos um modelo conjectural.

Os pontos são os momentos de atração e concentração do traçado urbano. Lugar onde a perspectiva da rua direciona, por uma ampliação do campo de visão, pois a rua algumas vezes se alarga, e tem uma tendência a valorizar um determinado elemento. Um ponto magnético cuja força atrai o olhar e o caminhar do espectador para um edifício específico. Estes pontos se

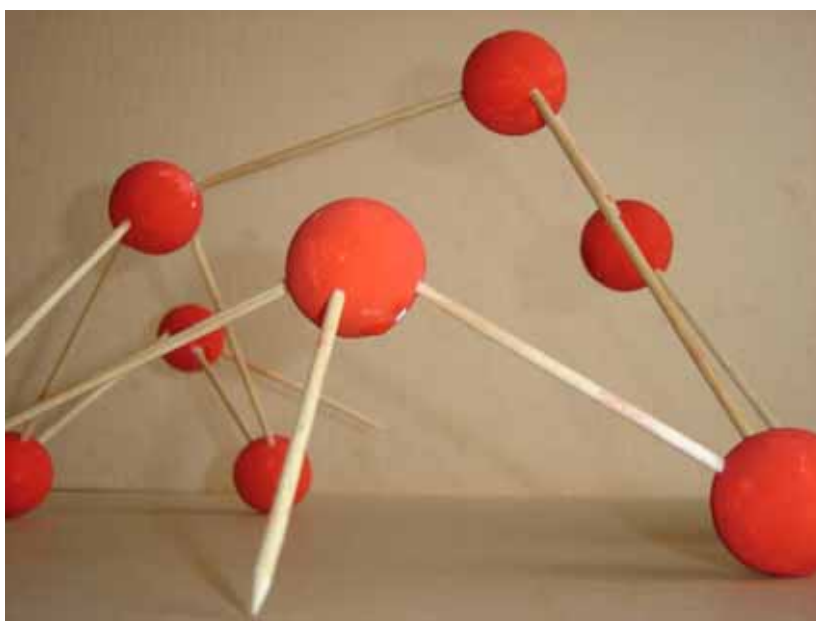


Figura 59 – **Maquete do modelo conjectural.** (Produzido por Juliana C. Loureiro.)

destacam por suas características morfológicas, ou seja, os gabaritos das edificações mais significativas em relação às demais, às vezes afastadas do conjunto das casas, com fachadas mais trabalhadas, alargamentos da rua à sua frente de modo a criar um espaço livre, geralmente ocorridos em Olinda nas igrejas.

Denominamos superfícies, os espaços que se formam entre as linhas. No caso de Olinda, as quadras. Essas superfícies por sua vez são formadas de pontos, os lotes.

Uma vez solicitada as doações, às terras eram distribuídas pelas Câmaras, sob a forma de lotes na parte urbana propriamente dita, isto é, na parte central, e nas áreas extramuros ou mais afastadas, sob a forma de pequenas sesmarias; que iriam dar origem à formação de chácaras e pelas quais teriam especial interesse os conventos (REIS FILHO, 1968, p.114).

Logo, a cidade parece se organizar a partir de pontos de intersecção, nós que teriam o poder de atrair o traçado. Esses nós aparecem na morfologia de modo proeminente, situando-se nos lugares mais altos do relevo. Pode-se perceber essa lógica percorrendo as ruas da antiga vila. Partindo dessa hipótese, o diagrama pode receber nomeações e realiza a síntese do espaço físico em análise.

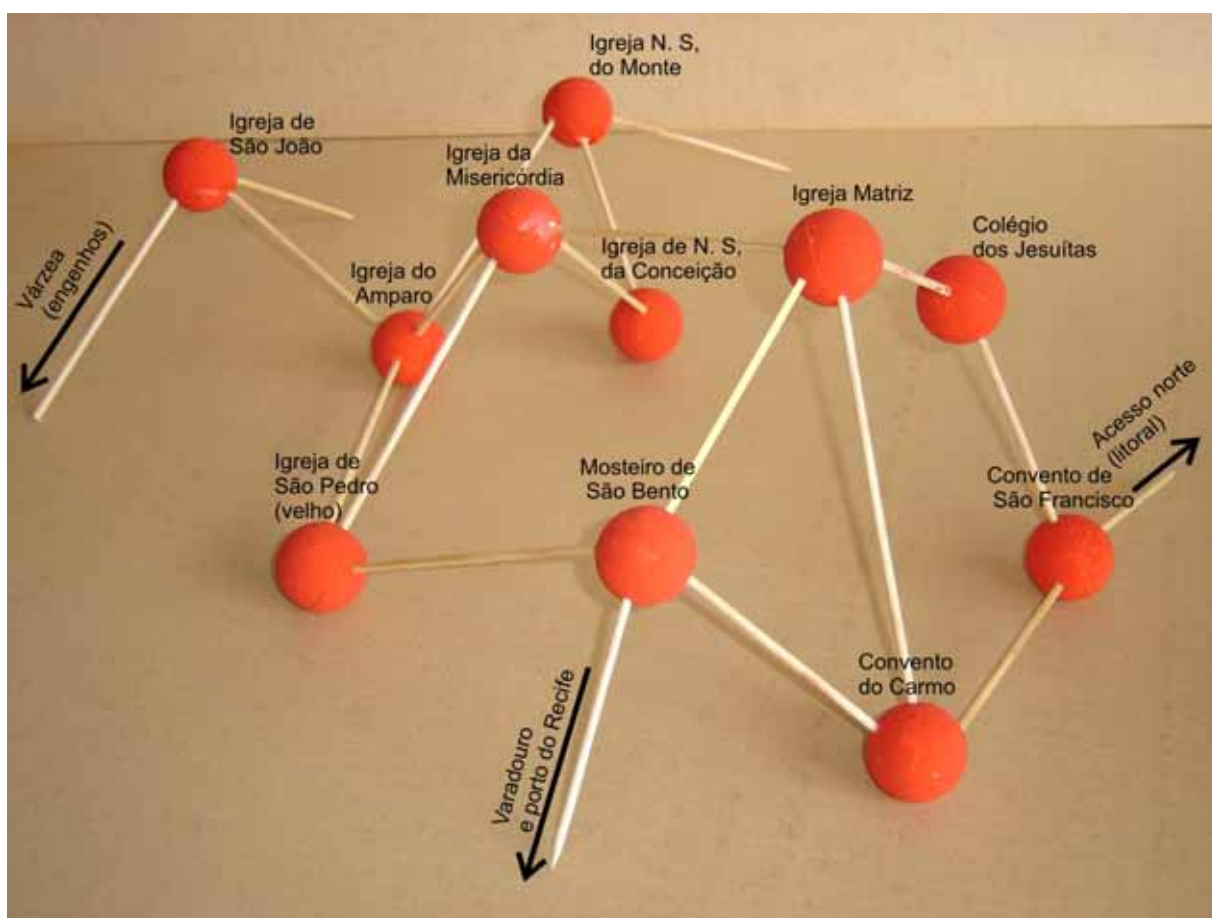


Figura 60 – Identificação dos principais edifícios e acessos da vila.

Produzido por: Juliana Coelho Loureiro.

Se considerarmos a paisagem histórica representação de um período e fonte de compreensão de uma lógica urbana, tornar-se-ia mais fácil entender como as partes se articulam no todo, e como um pensamento pode ser expresso em suas linhas, buscando investigar o lugar urbano a partir de suas representações. A tentativa de entender e expressar visualmente e sinteticamente a lógica como o sítio foi apropriado, nos permitirá discutir a concepção dos espaços, bem como a relação dos quintais com a cidade, sua situação física e social, em especial sua morfologia.

CAPÍTULO 3 – RECORTES – A QUADRA, O LOTE E O QUINTAL

Tratar a formação dos quintais coloniais de Olinda é, antes de tudo, um grande desafio. Não foi identificada nenhuma obra que analisasse a origem desses espaços. Essa ausência muitas vezes se estende à própria arquitetura civil nos dois primeiros séculos da colonização do Brasil. Esse contexto implica na construção solitária do objeto de estudo e na necessidade de um cuidado especial no trato das fontes bibliográficas, de modo a evitar anacronismos.

Além dos dados históricos, observar esses espaços atualmente também não é fácil. É preciso ter permissão do morador, ultrapassar as formalidades, desvendar labirintos domésticos, para entrar em um dos espaços mais recolhido e reservado do acesso social – o quintal.

Encontram-se fartamente espalhados no sítio histórico por superfícies algumas vezes esconsas, muito embora a percepção destas áreas na paisagem urbana seja de uma aparência indivisa. A força paisagística dos quintais se enriquece na impressão de coletividade, no sentido de conjunto que não parece elaborar fronteira entre os vizinhos, mas, que suavemente vai se distinguindo apenas em relação às construções e às ruas. Uma apropriação que não demonstra respeitar hierarquias. E, diferente dos edifícios, não se caracteriza publicamente por sua situação no relevo urbano. Subindo ou descendo, os quintais vão estabelecendo territórios e escrevendo seu discurso entre o homem e a natureza, construindo uma paisagem peculiar.

Para que possamos compreender como os espaços urbanos se formam, em especial a gênese dos quintais, é preciso entender não apenas as relações que se estabelecem entre a cidade e o lote, mas, as relações intrínsecas ao lote: entre o quintal, a casa e a rua; e, no que tange à vizinhança: a quadra. Tentaremos aprofundar mais a abordagem focando o objeto de estudo no lote.

Neste momento, investigaremos o que indica um modo de viver voltado para o interior da residência. Em Olinda, as fachadas formam limites entre dois mundos, o interior e o exterior. Mundos até então pouco explorados pelos historiadores da arquitetura e urbanismo brasileiros, quando se referem às suas relações, principalmente quando o espaço é o quintal. Este, como se viu, um tanto indefinido quanto ao sentido de público e privado no século XVI.

Seriam os quintais espaços da intimidade? Quais os indícios de sua privacidade? Para isto é necessário entender como os espaços comuns e particulares se articulavam, e contextualizar esses conceitos, principalmente o que se refere ao próprio, o quintal.

Na vila, ele se situa na parte interna das quadras, com grande indício de estar intrinsecamente relacionado à vida doméstica e, portanto, a habitação – a casa. Muito embora constituam zonas distintas de apropriação do espaço, a compreensão deste objeto se dá de modo mais específico pela relação entre ambos – quintal e casa. O inventário de Francisco de Seixas, 1615, revela: “*Sítio com casas de taipa cobertas de palha, com seu quintal plantado de feijões, bananeiras, com uma parreira*” (INVENTÁRIOS, 1920, p. 412) [grifo nosso]. Onde o quintal é compreendido como espaço de apropriação distinto da casa, de configuração variável justificando assim as explicações de plantio, porém pertencente à mesma.

3.1. AS RELAÇÕES EXTERNAS

Neste momento vamos observar a inserção do quintal na composição da quadra. Para isto, iremos usar como base cartográfica o *Mapa de Olinda* do Atlas Vingboons por ser o único que mostra a divisão das quadras em lotes e a representação dos quintais. Neste contexto poderemos especular como os quintais se apresentaram nas relações de vizinhança e, mais adiante, na residência dos primeiros moradores da vila e, deste modo, permitir o confronto com as casas atuais do sítio histórico, indicando suas permanências e participação na construção da paisagem de Olinda.

Nestor Goulart caracteriza as quadras da primeira fase do urbanismo no Brasil da seguinte forma:

As quadras, quando completamente edificadas, compunham-se de uma linha contínua de construções, dos lados das ruas, **com um grande vazio constituído pelos quintais**, na parte interior. Os telhados das casas, de duas águas, que as lançavam para a rua e para o interior dos lotes, coroavam o conjunto e, algumas vezes, formavam uma segunda linha de continuidade. Internamente, porém as dimensões das quadras sendo grandes, estendiam-se os quintais em vazios surpreendentes, que contrastavam de modo violento, com a aparência de concentração das vias públicas [grifo nosso] (REIS FILHO, 1968, p. 148).



Figura 61 – Casas geminadas e lotes compridos (Fonte: Passarinho)

Em Olinda, existem alguns tipos diferentes de apropriação de quadra, pois apresentam-se bastante dependentes da situação na topografia e, conseqüentemente, do arruamento. Na imagem acima temos uma apropriação de quadra que faz limite com o Convento do Carmo. Nela observamos que, embora a arquitetura seja mais recente, o loteamento remonta ao parcelamento apresentado no *Mapa de Olinda* e similar aos edifícios remanescente do século XVI. São lotes de pouca testada, condicionando uma arquitetura adensada e solução da cobertura em duas águas, formando como diz Nestor, uma segunda linha de continuidade, e, pela experiência urbana, uma compacta barreira entre a rua e as áreas não edificadas. Neste caso, a quadra está ocupada por construções apenas por um dos lados por fazer limites com o convento. Há outros casos, como junto a Igreja do Amparo, que a solução se repete, porém com uma via secundária aos fundos dos lotes. Entretanto, a constituição das quadras apresentam variações em relação à forma e apropriação dos lotes.

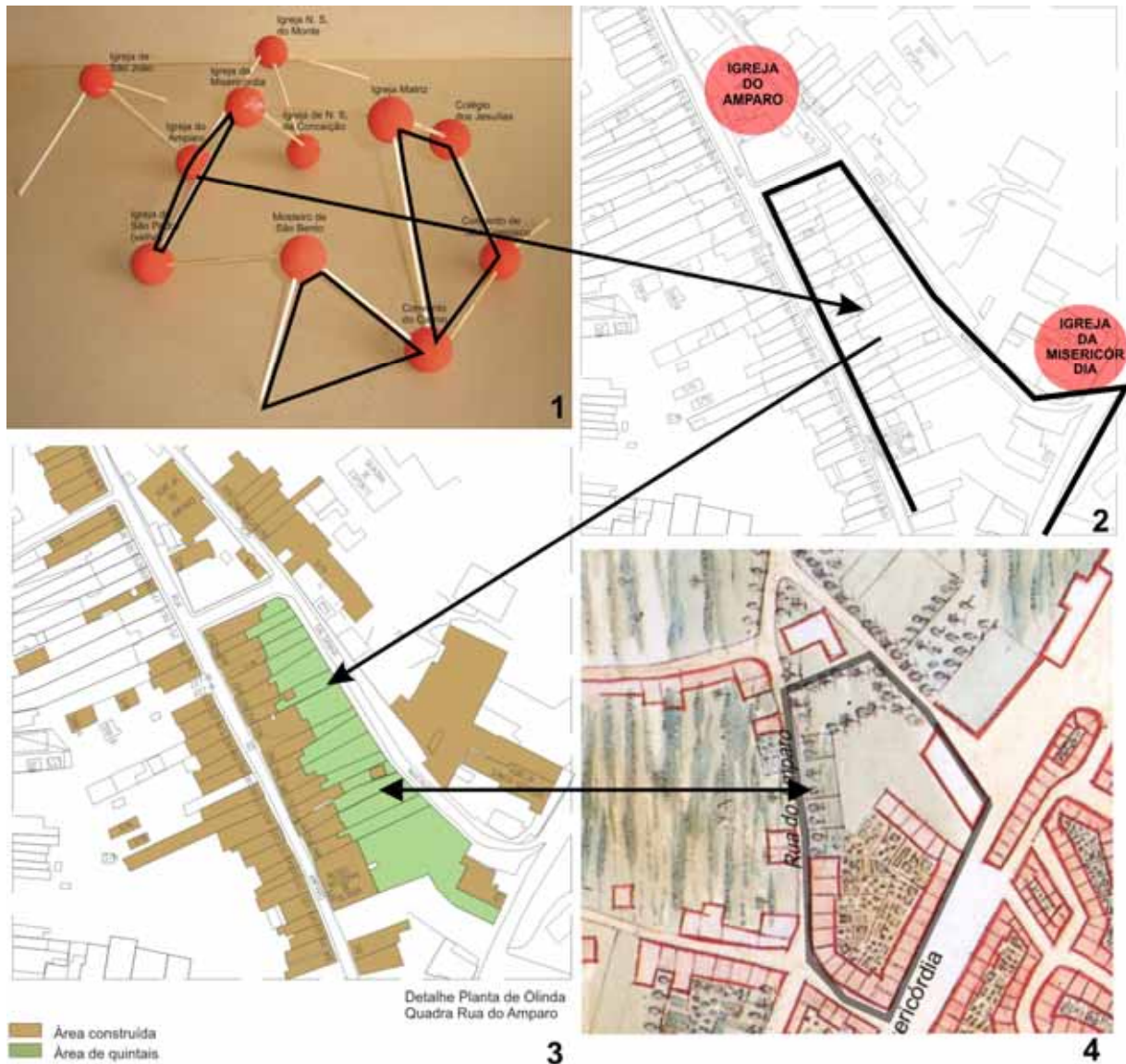
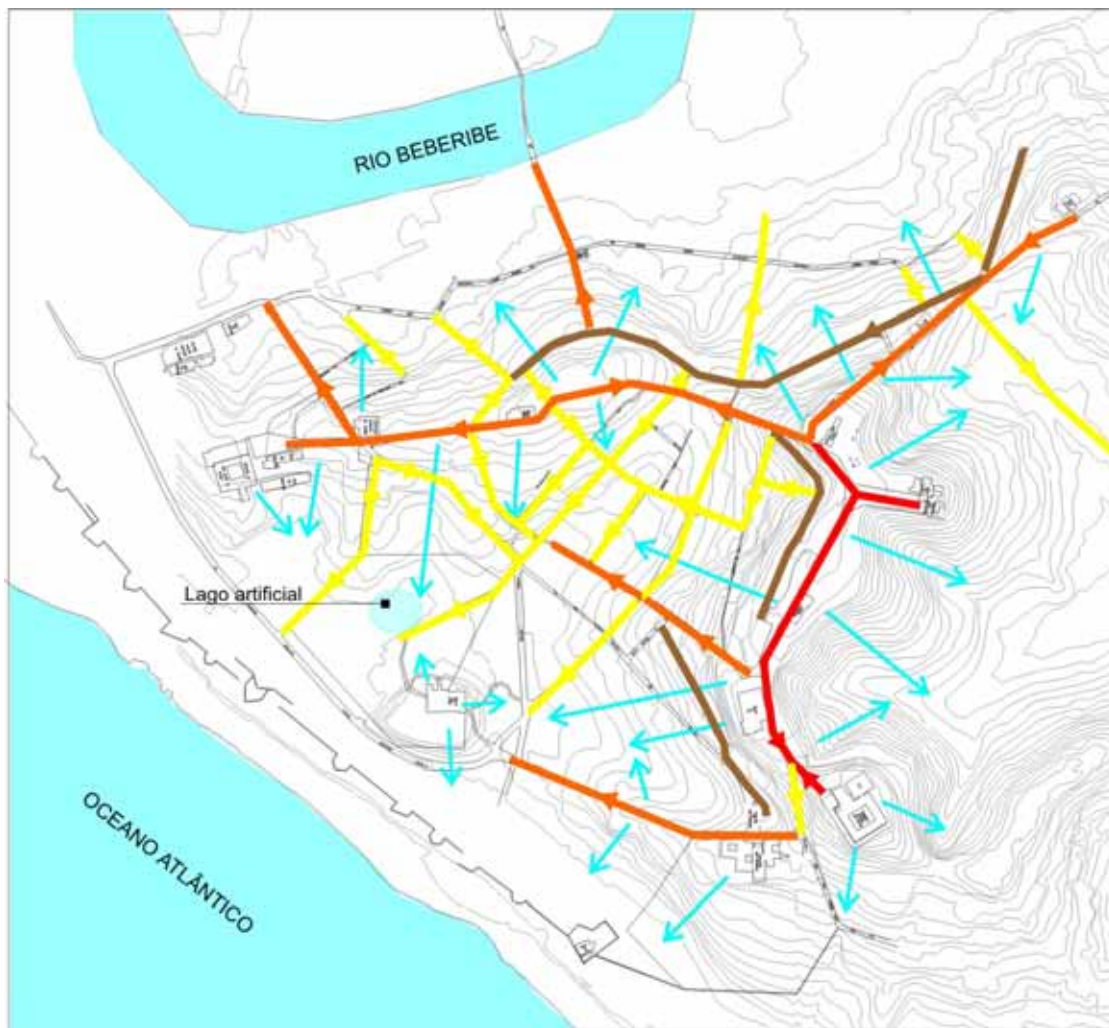


Figura 62 – Quadros sequenciais de referência entre o modelo conjectural à Planta de Olinda do Atlas Vingboons. (1. marcação da quadra na maquete; 2. A projeção da quadra da maquete na planta atual de Olinda com os edifícios referenciais; 3. A localização das áreas edificadas e não edificadas nos lotes; 4. A mesma quadra na planta Vingboons (1665). Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

Partindo da síntese apresentada no capítulo anterior (fig. 62, quadro 1), percebemos que a construção da quadra resulta, em maior escala, do plano proposto pelo Foral, respeitando a aptidão de áreas para determinados fins; e de modo mais específico, de uma concepção que considera os elementos significativos como as igrejas e o direcionamento das vias. Este último corrobora com a tendência de expansão a oeste, e, principalmente, as características do sítio. A planta altimétrica de Olinda junto à planta do arruado (ver fig. 51) nos leva a concluir que as ruas

principais, em sua grande maioria, foram traçadas nas linhas de cumeadas dos montes (linha vermelha na figura) ou nos espigões (divisor de águas – linha laranja). Na figura a seguir, foi produzido um esquema a partir de uma classificação especulativa das ruas cujo princípio se baseia na sua relação com as características do sítio, bem como a contribuição desse sistema no escoamento das águas pluviais. Novamente comprova-se a importância da topografia no desenho da vila, e conseqüentemente, na locação dos quintais.



LEGENDA

- Ruas sobre linhas de cumeadas
- Ruas sobre divisores de águas
- Ruas sobre curvas de nível
- Ruas sobre talvegues
- Setas indicativas dos cursos d'água

Figura 63 – Estudo da relação entre a topografia e descidas de águas com o traçado urbano.
 Produzido por: Juliana Coelho Loureiro.

Outro tipo de via é a que se situa sobre as linhas de talvegue da topografia (linha amarela). Funcionando como uma espécie de calha, elas captam as águas de chuva e direcionam para cotas menores. Esta apropriação está em parte representada pelas ruas de serventia, que além de atender as funções mais ligadas ao cotidiano doméstico, servem para o escoamento.

Segundo Nestor Goulart, o traçado das ruas, durante o período colonial, atendia a duas referências básicas: os acessos e o caminho das águas. *“No caso da vila de São Paulo, cujas casas eram todas construídas de taipa, os cuidados deveriam ser redobrados”* (2004, p. 20).

Em Olinda, a relação entre a vila e as formações geográficas, está presente na Carta Foral. Duarte Coelho se refere recorrentemente a termos específicos como: *“assentos desse monte e fraldas dele...”*, *“várzeas”*, *“campinas”*, *“alagadiço”*, *“mangues”*, *“ribeiro”*, *“lombada do monte”*, *“arrecifes”*, *“montinho”* (CARTA FORAL), entre outros. O Foral também relaciona esses elementos com os usos, incluindo parte da infraestrutura, pois em determinado momento revela que o desenho da vila também leva em consideração o movimento das águas, *“O monte de Nossa Senhora do Monte, águas vertentes para toda parte...”* (CARTA FORAL).

Da classificação anterior, podemos caracterizar ainda um quarto tipo de rua, que acompanha as curvas de nível do terreno. Elas são geralmente paralelas às anteriores, e formam quadras estreitas e compridas. Aproveitam, sempre que possível, as diferenças de cotas do relevo para caracterizar usos específicos no interior dos lotes. Um bom exemplo é o conjunto de casas das áreas comerciais, que se serve no andar inferior, junto à rua, para loja (quadra apresentada na página anterior).

A quadra ganha o desenho que melhor se adaptar a esses princípios, e neste momento, recebe dimensões menores na largura e com uma grande declividade dificultando sobremaneira o desmembramento em outros lotes.

Percebemos (Fig. 62, quadro 3) que os edifícios desses lotes foram construídos com suas fachadas principais na atual Rua do Amparo, antiga zona comercial da vila, próximo aos Quatro Cantos. A declividade dos lotes e a proximidade do comércio induzem um determinado tipo de planta. No térreo, loja e no pavimento superior, a moradia, que está no nível do terreno, pois a cota na rua do Amparo é bem menor que na rua detrás¹. Aproveita-se dessa forma a inclinação do

¹ Embora o exemplo de casa apresentado não faça parte do recorte de quadra anterior, ela está próxima. Sua escolha se deve ao grau de conservação e antiguidade.

terreno para a construção da loja que fica ao nível da rua comercial e, portanto, próximo dos passantes. A área de moradia fica mais reservada na área superior e no mesmo nível do quintal.

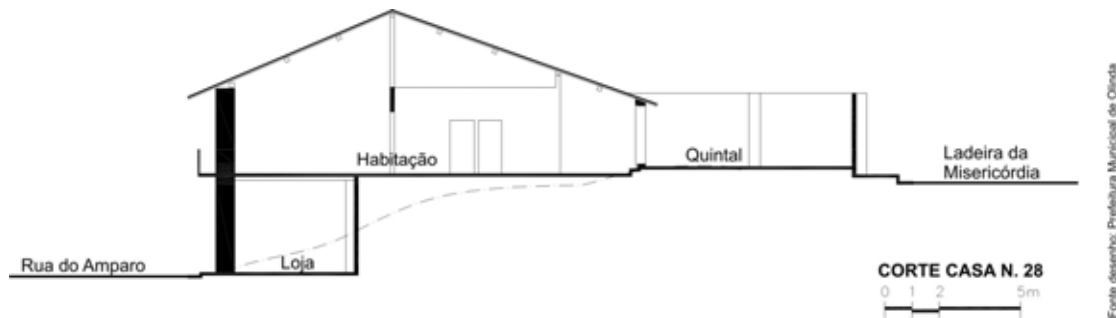


Figura 64 – Corte esquemático da casa nº 28 da rua do Amparo.

Comparando a atual apropriação da quadra (Fig. 62, quadro 3) com a planta do Vingboons (Fig. 62, quadro 4), percebemos que ela segue o parcelamento proposto e assume a valorização da Rua do Amparo em detrimento da atual Rua Saldanha Marinho. Na representação holandesa as construções começam a tomar a rua comercial, indicando inclusive um parcelamento proposto para a seqüência, fato que não ocorre na outra rua, logo deduzimos ser a rua da frente a principal e a de fundo, secundária. Porém esse tipo de quadra, triangular e estreito, não corresponde à maior parte das quadras que tendem para a forma quadrangular.

Sabe-se, pois que os “vazios” citados por Nestor Goulart não eram de fato vazios, muito embora não fossem edificadas de pedra e cal, ou outra técnica construtiva tradicional. Apoiavam-se sobre outras estruturas, menos reguladas, mas enriquecidas de um debate original entre o homem e a natureza.

A quadra, que apresenta zonas distintas de apropriação – quintal e compactas massas edificadas – é um fragmento urbano que embora suas dimensões não estejam especificadas ou padronizadas por documentos textuais, ela está subordinada à concepção urbana inicial. Esta última, voltamos a afirmar, presente desde a escolha do sítio até à composição do lote.

Havia apenas uma aparente liberdade na abertura das ruas e na construção das quadras que encobria uma lógica de apropriação que se orientava, por exemplo, pelo escoamento de água. É nítida uma preocupação comum de manter os limites dos quintais paralelos à construção e ortogonais à rua (ver MARX, 1991, p. 77).

O conjunto formado pelos quintais de Olinda em cada quadra aponta para uma investigação que considere esta relação. Portanto, para o estudo da formação destes espaços tornou-se fundamental analisar não apenas o lote, mas também o modo como este se comporta em conjunto, pois isto auxiliará na determinação do espaço, dos limites, da sua forma e inserção na vila.

Iremos utilizar novamente o *Mapa de Olinda*, pois os quintais estão representados e poderemos aferir também outras áreas afins como é o caso das cercas conventuais.

Nesta imagem vê-se claramente o desenho sinuoso que a vila adota e os corações verdes das quadras, onde se instalam os quintais. A implantação da vila bem como seu arruamento, discutidos no capítulo 1 e 2, definem um tipo de quadra irregular que se molda à topografia e ao encaminhamento de determinados pontos de interesse da época, como as edificações religiosas.



Figura 65 – Planta de Olinda do século XVII com a indicação das cercas conventuais e detalhe da composição dos quintais na quadra. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

Mesmo submetida a esta ordem urbana, a quadra demonstra ter estágios de sedimentação indicados pela diferença da apropriação do solo, centro - periferia.

Na periferia, zona mais próxima aos limites urbanos, os quintais se mostram mais “frouxos” no terreno, possuindo dimensões muito maiores que nas quadras centrais. O desenho é menos compactado, tendo algumas quadras ainda “abertas”, ou seja, com lotes sem edificação.

No núcleo mais antigo próximo à matriz, vê-se um aumento na quantidade de ruas e conseqüente diminuição da dimensão das quadras e por extensão, também dos quintais. Os maiores, nessa área, restringem-se aos das casas da Rua Nova, área nobre da vila, muito embora, apenas as da parte norte, pois a acentuada declividade do terreno não favorece a ocupação da parte sul. Outro motivo para a diminuição das dimensões das quadras deve ter sido o valor deste solo, que quanto mais alto mais valioso. Como se viu, a sociedade podia se ver representada pela topografia do sítio.

Mesmo não tendo a quadra medidas regulares, os lotes o eram relativamente. Neles, a proporção entre edifícios e quintais, em sua maioria, é desigual. Os últimos possuíam em geral dimensões maiores que os edifícios, em alguns casos, mais que o dobro da área construída. Essa relação métrica pode representar influência da tradição urbana, certamente herdada das cidades medievais européias:

Essas cidades [*anteriores ao século XI*] abrigam uma pequena população, comandada pelo clero e completamente submetida ao jugo dos senhores e de seus cavaleiros nobres. A população costuma viver de pequenas áreas de cultivo, algumas dentro da própria cidade, estabelecidas nos terrenos dos monumentos destruídos. Há uma espécie de "invasão" da ruralidade sobre o território urbano, e podem-se encontrar mesmo pequenas hortas no interior das casas. A proporção entre área construída e habitada, e áreas de cultivo dentro dos limites urbanos tem a tendência a se apresentar invertida, ou seja, mais de 50% dos terrenos urbanos estão ocupados pelas culturas; Paris, por exemplo, só verá esta tendência se inverter a partir do século XIII. (GOMES, 2006, p. 70)².

² Referência gentilmente cedida pelo professor Geraldo Gaudêncio Majela Faria.



Figura 66 – Estudo da composição dos lotes na quadra em Olinda.
 Produzido por: Juliana Coelho Loureiro.

Nas quadras próximas a antiga zona comercial dos Quatro Cantos, considerada área central, a primeira quadra que tomaremos como referência é delimitada pelas atuais ruas Prudente de Moraes, Ladeira da Misericórdia e Rua do Bonfim. A proporção do lote 1, entre edifício e quintal, é de aproximadamente 1: 2.28, isto se considerarmos a imagem apresentada anteriormente³. A segunda é a quadra que lhe faz fronteira (delimitada pela Ladeira da Sé – antiga Rua dos Palhais, a Prudente de Moraes e a Rua do Bonfim) a proporção do lote 2 é de aproximadamente 1: 4.42. Estes dados foram levantados a partir da carta holandesa acima citada.

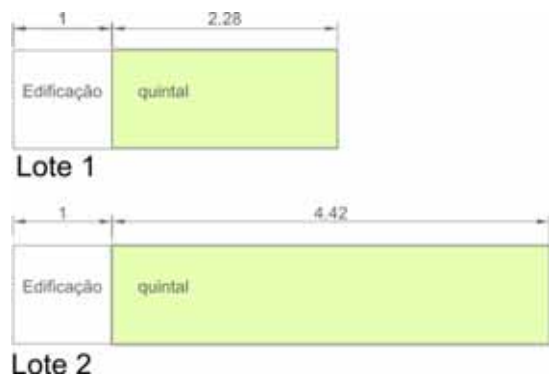


Figura 67 – Proporção entre área de edificação e quintal nos lotes 1 e 2.

³ A escolha do lote se deu por possuir dimensões semelhantes a maior parte dos lotes da quadra.

Segundo José Luis Mota Menezes⁴, é improvável que Olinda tivesse, na época da confecção desta planta, aproximadamente 1630, esse adensamento urbano representado na imagem. O professor especula, como Vanildo Cavalcanti, que possa se tratar de um projeto de ocupação holandesa, onde estariam representadas as edificações existentes e as propostas, tornando o desenho mais compactado. As edificações existentes seriam as que possuem irregularidades quanto ao alinhamento da fachada posterior e largura do lote. Seria, pois, nas representações das edificações regulares que estariam as propostas. Quanto ao arruamento, não há dúvidas porque ele é constante em outras plantas, inclusive por sua permanência até os dias atuais.

Se compararmos o *Mapa de Olinda* com a vista intitulada *Marin D'Olinda de Pernambuco* (ca. 1630), logo percebemos que não há correspondência com a parte das edificações representadas na primeira. O mosteiro de São Bento, por exemplo, apresenta-se na vista ainda bem isolado e alguns



Figura 68 – Estudo comparativo entre a vista “Marin D’Olinda de Pernambuco” e a Planta de Olinda (Vingboons), identificando os edifícios destacados nas imagens e os quintais.

Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

⁴ Em entrevista concedida a autora no dia 09.01.2005.

outros vazios entre este e o convento franciscano. Assim sendo, a proporção acima referida entre área edificada e não edificada devia ter valores diferentes, onde a área de quintal, novamente, constituiria-se bem maior.

A vegetação presente nos quintais pode ser observada na cartografia da Vila, permitindo não apenas situá-las no espaço urbano como também perceber suas formas e dimensões, e em algumas imagens, suas cores e texturas. Na comparação entre as duas gravuras da Vila de Olinda, podemos evidenciar, além das referências dos elementos construídos, a morfologia desses espaços e a distribuição da vegetação no terreno.

É perceptível que era objetivo da vista transmitir o máximo de informações sobre a Vila e em especial identificar na topografia as edificações. Logo é justificável o esvaziamento da vegetação na maior parte da imagem. No entanto, ela deveria ser de tal escala que fez Barléu deduzir: “*Na região superior da cidade, estava o mosteiro de S.Bento, protegido pela natureza e pela sua construção*” [grifo nosso] (1974, p. 40). Este dado não foi uma informação negligenciada pelos holandeses, pois na parte onde os quintais foram representados, podemos observar o quanto a vegetação de grande porte é adensada no espaço, quase não havendo área livre.

Na zona de urbanização mais central, as quadras se encerram pelos edifícios de moradia e constituem em seu interior uma nova centralidade, espaço de apropriação da natureza – os quintais. Os lotes se apresentam estreitos e compridos, sendo as edificações rentes ao alinhamento da rua e sem recuos laterais, e diferente das edificações religiosas, na maioria, geminadas.

Em um contexto mais recente, no século XIX, Vauthier, em visita ao Nordeste, comenta que

“*Cada casa ocupa sobre a rua apenas uma largura de 5 a 8 metros; as que ultrapassam essa dimensão constituem fenômenos.*” (1975, p. 33). Este tipo de apropriação do lote urbano perdurou por longo tempo, sendo ainda hoje paisagem característica da

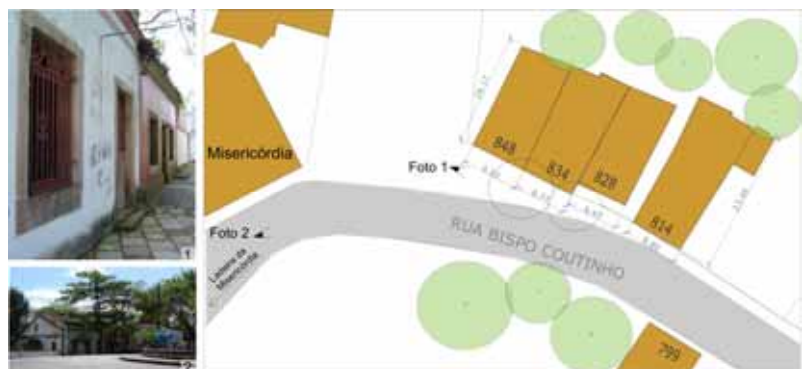


Figura 69 – Casas da Rua Bispo Coutinho (antiga Rua Nova), testadas que variam em torno de 9m.

maior parte dos sítios históricos brasileiros e em sua arquitetura popular.

Em Olinda, as casas situadas na rua Bispo Coutinho, antiga Rua Nova, possuem testada em torno de 9 metros, como podemos ver na figura anterior⁵. Esta dimensão, possivelmente, corresponde ao seu grau de importância, antiga área nobre da vila, pois em outras regiões as medidas são menores, com veremos mais adiante.

A profundidade da construção variou, neste caso, entre 18 a 24 metros, e curiosamente números múltiplos de 3. Não se pode aferir que esses números correspondam à apropriação inicial, principalmente quanto a extensão longitudinal, que pode ter sofrido acréscimos ao longo do tempo. A largura das casas, entretanto, não parece permitir a mesma maleabilidade uma vez que as construções se situam, de início, no limite do lote, e salvo incorporem outros, não possuem espaços para ampliações.

Nas casas da rua do Amparo, as testadas dos lotes têm dimensões que variam do extremo 4.5 metros a raros 8 metros, aproximando, na maioria, a 6 metros. Portanto, as medidas das larguras das fachadas encontradas nessa parte da cidade são menores das levantadas na antiga Rua Nova.

⁵ Na imagem, foi utilizado como fonte o levantamento planimétrico da cidade feito pela Prefeitura Municipal de Olinda, gentilmente fornecido por André Pina.



Figura 70 – Casas da Rua do Amparo, testadas que variam em torno de 6m.

Há lotes de testadas ainda mais estreitas, como podemos verificar na casa n. 92 e n. 94 na Estrada do Bom Sucesso, que vai da Igreja do Amparo em direção a Nossa Senhora do Monte. Elas possuem respectivamente, 3.91 e 3.61 metros de frente. Embora não haja referência delas no *Mapa de Olinda*, observamos cotas similares em lotes considerados no interior da vila como é o caso das casas n. 280 e n. 314 da atual rua Prudente de Moraes, antiga rua da Sarralheira (ver TOMBO, p. 11), indicadas nos mapas do século XVII. Estas casas têm 4.22 e 3.1 metros de testada. Percebemos, conseqüentemente, uma gradação quanto à frente dos lotes, que variam de 9 a 3 metros, dependendo de sua situação na vila. De modo aproximado, pode haver uma tendência para valores múltiplos de 3.

Esta relação métrica talvez não seja aleatória, pode estar relacionada com as reformas urbanísticas que ocorreram em Lisboa no fim do século XV e princípio do século XVI. Quando Carita se refere ao processo urbanístico da Vila Nova de Andrade, datando seu início em 1498,

deixa evidente que havia um plano de urbanização baseado em lotes de métricas e geometria precisas. Ao analisar o contrato de 1498, documento junto ao testamento de Luis de Atouguia, conclui:

Nos termos do acordo, os Andrades doavam a Lopo de Atouguia um lote na nova urbanização, qual devia respeitar “hua rua que tem ordenado de se por ali fazer”, confirmando a existência de um plano de urbanização prévio. O documento transcreve ainda as medidas deste chão: “doze braças de largo e seis de largo”. Encontramo-nos num universo de métricas e proporcionalidades afectas à mesma mentalidade moderna que identificamos nas grandes reformas urbanas promovidas pela Casa Real na Ribeira e centro da cidade. Afastamo-nos de uma urbanística medieval, com matriz de desenvolvimento a partir de um modelo linear de rua (direita) com travessas, confrontando-nos aqui com uma conceptualização abstracta de traçado urbano baseado num módulo geométrico. (CARITA *in* BARREIROS, 2001, p. 19)

Embora em Olinda ainda não tenha sido identificado nenhum documento que comprove a existência de um sistema de medidas, há que se atentar para a permanência até os dias atuais de conjuntos de lotes de larguras similares e que se localizam por zonas. Este tipo de aferição requer uma investigação específica que possa levantar com maior precisão as dimensões dos lotes que embora possa abrigar em alguns momentos alterações na arquitetura da casa, mantém-se a composição de lotes estreitos e casas geminadas.

Essa aproximação das casas forma, na perspectiva da rua, corredores edificados, reservando a presença vegetal ao interior das quadras. Esta reserva vegetal, ao contrário das ruas, não se prestava a uso público. As suaves divisões internas das quadras, presentes na imagem, indicam que haviam limites traçados entre os lotes conferindo a quase todas as habitações uma área de plantio.

Fontes textuais revelam que o espaço do quintal era delimitado por cercas ou muros, que podiam ser de taipa, seguindo estreitos em continuidade as paredes da edificação. O inventário de Francisco Ribeiro, 1615, dizia, “*Sítios com casas de taipa de pilão cobertas com telhas, com seu quintal cercado de taipa*” [grifo nosso] (INVENTÁRIO - 1615, 1920, p.16). Contudo, não se encontrou nenhuma referência ao quintal como lugar de regulação, que tivesse métrica ou forma definida.

Assim também, estão os edifícios conventuais situados junto aos limites urbanos. Apresentam-se com área verde muito superior às residências, em alguns momentos até incorporando construções foreiras, como é o caso do Mosteiro de São Bento e Convento do Carmo. Tanto os beneditinos

quanto os carmelitas, franciscanos e jesuítas se situam entre o mar e a vila, junto à paliçada. Os beneditinos e os franciscanos chegam mesmo a fazer parte dela. Um dos fortins leva o nome do santo seráfico.

Em Olinda, podemos notar também que existe uma distinção nas representações dos quintais e das cercas, estas demonstram ter maior área livre com potencial e diversificação de usos. Elas possuem dimensões mais generosas não se restringindo apenas às partes posteriores do lote, mas abraçando o edifício também pelas laterais. Compartilham com os quintais determinadas atividades e funções. Sobre a cerca do colégio jesuíta de Olinda, Anchieta comenta em 1585, *“Têm cerca grande com uma fonte e um poço, e nela tem muitas parras de Portugal, muitos coqueiros, laranjais e hortaliças; a cerca ainda que grande está toda cercada de parede de tijolos”* (ANCHIETA, 1988, p. 419).



Figura 71 – **Cerca do convento franciscano**
(foto Passarinho)

A representação em perspectiva dos elementos plantados (alusivo à árvores e palmeiras) são semelhantes à vegetação que circunda a vila e margeiam seus caminhos. E do mesmo modo como as espécies vegetais se apresentam nas fontes textuais, os signos parecem demonstrar a inserção da natureza local nas áreas internas da vila.

3.2. A TÍTULO DE COMPARAÇÃO: OLINDA, FELIPÉIA E SÃO LUÍS

No sentido de obter mais informações acerca da área dos quintais, a qualidade da planta de Vingboons motivou a busca de outras cartas do seu Atlas, relativas a localidades do Nordeste. Assim foram escolhidas Felipéia de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa, Paraíba) e São Luís do Maranhão (Maranhão).

Assim como Olinda, a cidade da Paraíba, atual João Pessoa, possui uma imagem intitulada *Frederyce Stadt*, também pertencente ao Atlas Vingboons, de aproximadamente 1640, portanto, contemporâneas. Esta constatação motivou-nos a realizar um exercício comparativo apenas ao nível da iconografia, no sentido de estabelecer um confronto entre as representações de quintal.

Filipéia de Nossa Senhora das Neves, como era chamada inicialmente a cidade, foi fundada em 1585, período em que a Coroa portuguesa estava unida com a de Castela. Esta é uma das razões que se especula para justificar a sua regularidade do arruado.

Para esta crescente regularidade das formas urbanas contribuíram, para além da consolidação da formação teórica dos arquitectos e dos engenheiros-militares portugueses, os contactos com a teoria e prática urbanística da Renascença italiana, bem como, provavelmente, a influência cultural espanhola, no período em que os dois reinos estiveram unidos, e a influência dos padres jesuítas. (TEIXEIRA, 2004, p. 25)

Na planta de Filipéia do Atlas Vingboons, os limites urbanos têm linhas tênues, o arruamento mostra o traçado ortogonal, onde as quadras possuem formato mais regular, variando entre retangular ou quadrada.

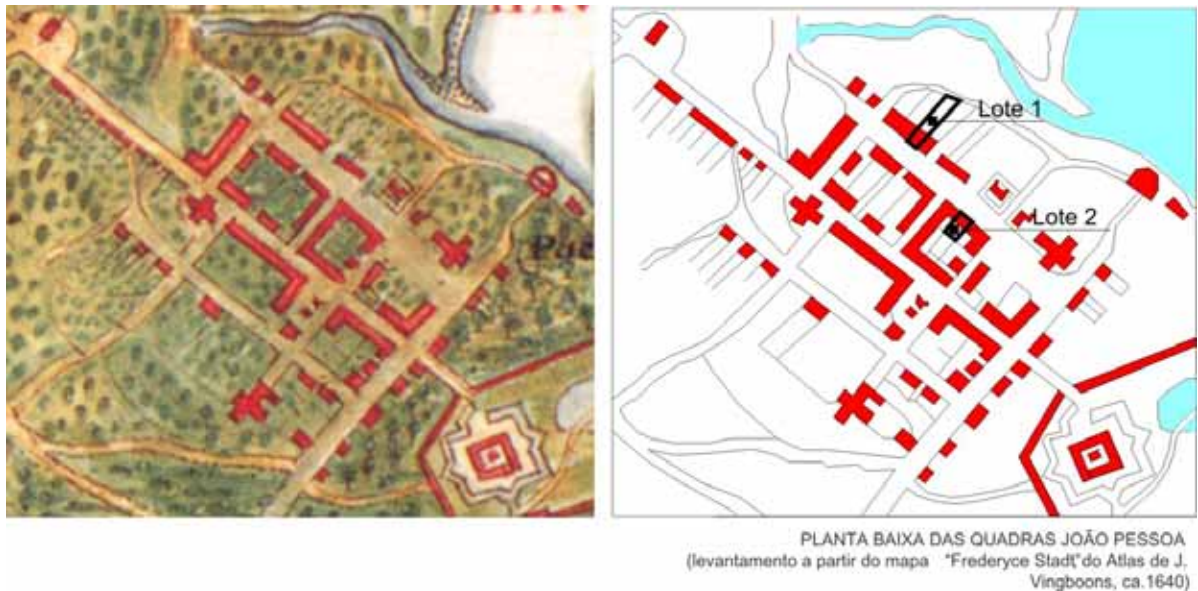


Figura 72 – Estudo da composição dos lotes na quadra em Filipéia
 Produzido por: Juliana Coelho Loureiro.

Os lotes têm delimitações menos explícitas e os quintais estão bem menos detalhados. O repertório simbólico parece bem restrito quando comparados aos de Olinda. Se considerarmos o tratado anteriormente citado, os quintais têm pomares (árvores espaçadas igualmente) e a vila está envolta em arvoredos (árvores distribuídas aleatoriamente).

Foram escolhidos dois lotes em quadras distintas e com características diferentes para analisarmos a proporção entre área edificada e não edificada. O primeiro lote está situado numa quadra periférica e ocupada por construções em apenas uma de suas faces. O segundo lote escolhido fica numa quadra mais central e quadrangular, adensada e ocupada por edificações em todas as suas faces.

Segundo levantamento feito a partir do mapa, a proporção entre área edificada e não edificada no primeiro lote é de aproximadamente 1: 2.60; e no segundo lote é em torno de 1: 1.17. Podemos

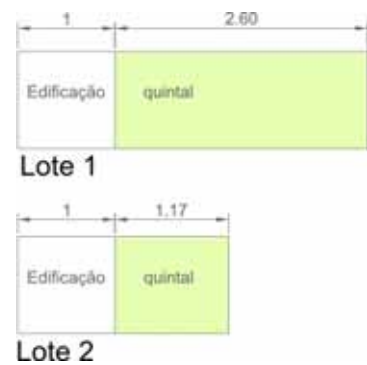


Figura 73 – Proporção entre área de edificação e quintal nos lotes 1 e 2.

deduzir, ao observar a imagem, que por se tratar de lotes em situações distintas, mesmo assim, eles mantêm uma relação entre essas áreas desiguais, os quintais formam zonas bem maiores que as áreas edificadas. No primeiro caso o quintal é quase três vezes maior que a casa, e no segundo, se tratando de área já bem consolidada, o quintal é apenas um pouco maior.

Diferente de Olinda, Filipéia tem menor ocupação, havendo muitas casas situadas em área que não tem forma de quadra. Elas estão localizadas nas margens das ruas, onde os quintais parecem não ter limites de fundo, se misturando ao entorno próximo. Esta quase ausência de limites entre a vila e o entorno, bastante diferente das cidades medievais européias, marca uma característica muito interessante desses aglomerados urbanos.

As casas geminadas vão aos poucos abraçando as áreas verdes inserindo-as na vida urbana. Essa confraternização, velada aos interiores, é incorporada na formação das quadras e por extensão aos lotes.

Outra localidade registrada no Atlas Vingboons é São Luís do Maranhão. Fundada em 1612 pelos franceses, e depois retomada pelos portugueses, foi novamente invadida em 1641 e 1644, pelos holandeses.

São Luís se situa em terreno elevado com nítidas preocupações de defesa. O traçado das ruas segue uma malha quadriculada ainda mais regular que Filipéia, e as quadras com diferentes graus de adensamento de edificações. Podemos perceber que diferente de Filipéia e Olinda, existe uma área muito maior sem edificações porém loteadas, o que indica um tipo de planejamento muito mais rígido e formal.

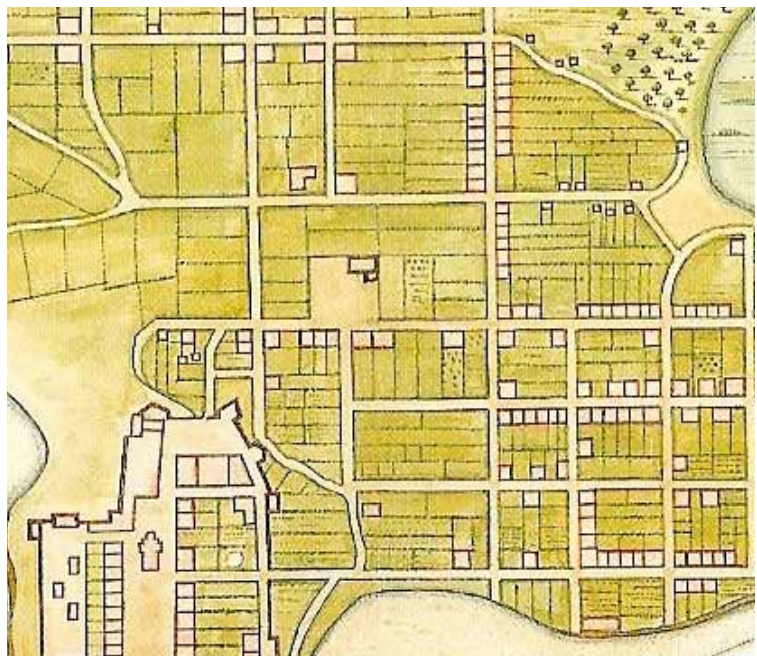


Figura 74 – *Detalhe de Maragnon in Zuid America van westen van Brasil*. Atlas Vingboons, ca. 1640(1660).
(Fonte: REIS FILHO, 2000)

Há uma variação entre quadras

maiores e menores, sendo as primeiras periféricas, cujos lotes acompanham esta variação, porém todas possuem áreas de quintal com demarcações de limites. Os quintais não aparecem detalhados como os de Olinda, mas são representados com uma tonalidade específica que os distingue das áreas circunvizinhas. Suas dimensões vão variar sobremaneira, maiores nas quadras com menos casas e menores nas quadras menores e mais adensadas.

Embora não haja grande diferenciação quanto à largura das ruas, é possível perceber que há uma valorização, por parte das edificações de determinadas ruas onde as casas estão mais adensadas. Este tipo de configuração nos remete à existência de ruas secundárias ou de serventia presentes também em Olinda.

Hoje em Olinda, essas ruas estão quase totalmente modificadas quanto ao uso e ocupação. As maiores transformações resultaram de desmembramento de lotes em novos voltados para a antiga rua de serventia. Porém revelam através da arquitetura a sua origem recente, porque são substituições de antigos anexos dos fundos dos lotes que se tornaram casas. Esse processo de adensamento da ocupação foi a principal motivação para o desmembramento dos antigos lotes.

3.3. EM BUSCA DE UMA LEITURA INDICIÁRIA

No *Mapa de Olinda* há uma profusão de signos que constroem um discurso sobre a paisagem. A partir desses sinais, indícios e símbolos tentaremos, de outro modo, especular acerca do quintal de Olinda, observando seus pormenores e sua representação, e por diversos suportes buscaremos encontrar traços em comum que caracterizem este espaço. Partiremos de um “paradigma indiciário”, uma vez que não podemos acessar diretamente o objeto de pesquisa e é desta forma que ele tem se apresentado, por indícios.

Este caminho foi tratado em um artigo seminal escrito por Carlo Ginzburg. Este historiador vai mostrar que a busca do conhecimento através dos sinais tem origem muito antiga. “*Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstituir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados ...*” (GINZBURG, p. 151) . o artigo prossegue mostrando a longevidade desta forma de conhecimento que será absorvida na modernidade por diversos campos do saber como a psicanálise, por exemplo. Neste

sentido, seguindo os rastros legados pelos holandeses faremos uma pequena incursão no universo da representação.

Cada vez mais observando os detalhes das cartas, podemos ver que os quintais ganham em certos exemplares da iconografia histórica uma convenção formal que se caracteriza por forte influência do desenho geométrico, havendo uma notável distinção entre as áreas de quintal e as que ainda não o são (ver fig. 75). O preenchimento dos quintais em Vingboons apresenta um repertório de signos alusivos à vegetação, que se repetem em todos em arranjos diferenciados. Estes ícones



podem indicar determinados usos e que estes são constantes.

Figura 75 – **Detalhe da quadra na planta de Olinda.**
Atlas Vingboons, ca. 1640(1660).
(Fonte: REIS FILHO, 2000)

Sobre o sistema de representação, devemos considerar que:

Métodos tradicionais antes usados nos mapas manuscritos logo passaram a orientar os que coloriam os impressos, a tal ponto que em quase nada mudou as convenções então estabelecidas durante longo tempo. Florestas, bosques e propriedades eram iluminadas na cor verde; colinas em marrom ou preto; cidades em vermelho; o mar, lagos e rios em índigo (anil); e assim por diante (GALINDO & MENEZES, 2003, p. 17).

Muito deste tipo de simbologia adotada nesse período para descrever as áreas de quintais, por exemplo, e neste caso por Vingboons, será assimilada pelos tratados posteriores. Segundo Beatriz Bueno, a partir deste mesmo século, há uma transformação na produção cartográfica, evoluindo de uma representação mais naturalista para mais abstrata.

Os motivos foram sucessivamente convencionados, e a natureza representada por meio de pictogramas (sistema primitivo de escrita no qual as idéias são expressas por meio de figuras simbólicas), ideogramas (sinal que exprime uma idéia) e outros símbolos gráficos (tramas, variação de valor, etc) (BUENO, 2004, p. 206).

Ao observarmos os quintais representados no mapa, em especial nas áreas periféricas onde são maiores e mais ricos de elementos distintos, constatamos que há um grande repertório de signos. Podemos perceber que há uma variação entre superfícies horizontais e verticais – os quadriláteros e as árvores. Estas últimas, quando nas áreas de quintal, se encontram em quase todos momentos ordenadas. Essa ordenação diferenciada da natureza talvez reflita uma mudança de *status* do elemento vegetal, o que a princípio representava o selvagem, ao ser incorporado no espaço urbano passa por um processo cultural que confere à espécie uma nova condição.



Figura 76 – Comparação entre os ícones de árvores empregados por Vingboons para os quintais de Olinda e os utilizados pela cartografia em períodos anterior e posteriores.

A representação das árvores no mapa de Olinda se aproxima muito das simbologias empregadas por desenhistas dos séculos XVI e XVIII, denunciando a existência e manutenção das convenções. De 1560 a 1756, o ícone que representa a árvore, por exemplo, tende a ter menos detalhes, conservando cada vez mais apenas traços essenciais para sua identificação. Seu perfil, por exemplo. A floresta que circunda a vila é representada por uma textura colorida nos tons da terra (ocre) e da vegetação (verde), compreendendo deste modo um maior grau de abstração.

Ao tratar a representação simbólica, é oportuno destacar um trecho de *O engenheiro portuguez* (Tomo 1, 1728/1729), embora tenha sido escrito posteriormente ao mapa de Vingboons:



Figura 77 – Representação das áreas de floresta que circunda Olinda. Atlas Vingboons, ca. 1640(1660). (Fonte: REIS FILHO. 2000)

Os pumares se riscaõ com arvores iguaes, e igualmente compassadas humas de outras, no que só se distinguem dos olivae, e arvoredos, que não guardaõ regularidade (...) o corpo da arvore he de figura ovada mas pontuda (...) se lava de uma aguada de meia tinta de verde-bechiga, ou verde-lírio, e depois de da parte opposta da luz ... (FORTES *apud* BUENO, 2004, 218).

No mapa de Vingboons, poderemos identificar que os quintais são ilustrados com várias subdivisões internas, possivelmente indica áreas distintas de ocupação. Dentre elas, existem arranjos que remetem aos pomares descritos por Fortes, pois aparecem como árvores organizadas em fileiras e espaçadas em intervalos iguais. A distinção entre pomar e arvoredos é interessante porque marca a distância cultural entre esses dois tipos de apropriações: enquanto o pomar é uma construção social, as árvores frutíferas que estão em seu habitat natural são tratadas indiferentemente como arvoredos, e assim são apresentadas na imagem de Olinda.

E em outro momento, quando Fortes se refere aos quintais, hortas e jardins, comenta:

O vão das casas, e edifficios se pôde lavar de huma meia tinta de carmim igual por toda a parte; (...) os quintaes, hortas, e jardins, que houver se devem notar as plantas, que se riscarão, e lavarão do modo, que adiante diremos

[...]

As hortas se riscaõ com a regoa sobre o papel, sem a aguada clara dos montes, terras lavradas, a respeito da brancura, em que devem ficar os caminhos, fazendo os canteiros em paralelogramos desiguaes, ou quadrados, de sote, que não affecte a regularidade dos jardins... (Tratado.. *apud* BUENO, 1998, p. 111).

[...]

O desenho dos jardins, quanto aos canteiros, não differem do desenho das hortas, se não na regularidade e simetria (Tratado.. *apud* BUENO, 1998, p. 112).

Vale notar que embora Fortes aconselhe uma distinção inicial entre os quintais, hortas e jardins, classificando-os enquanto unidades distintas, ele não se refere ao conteúdo e forma dos quintais.

O quintal pode conter em seu espaço hortas e jardins, mas isto não os torna sinônimos, ou seja, possuem significados distintos. Buscamos identificar na confrontação entre o discurso textual e imagético as áreas citadas. As hortas (sombra lilás) representadas por quadriculas sem regularidade e os jardins (verde) pelo desenho mais regular e simétrico. Há uma repetição sistemática dessas composições em quase toda as casas que possuíam quintais.

Esta comparação permite inferir os quintais como espaços de múltiplos usos, do deleite nos jardins à utilidade das hortas. Veremos mais adiante que eles não se prestavam apenas para plantio, mas a várias outras atividades domésticas. Interessa-nos neste momento destacar que na imagem holandesa, os quintais de Olinda são representados como se tomados totalmente por atividades produtivas e de plantio, sempre desenhados com formas determinadas, ou seja, quase uma ausência de áreas inutilizadas ou vazias. Na “História da Vida Privada no Brasil”, Algranti caracteriza os quintais da seguinte forma:

Essas áreas destinadas ao convívio, ao cuidado dos animais e à indústria doméstica forneciam também produtos para a subsistência. Era das hortas e pomares que vinham muitas vezes alimentos básicos para a mesa dos colonos, uma vez que a economia colonial voltada para o exterior impunha cultura de certos produtos para o dia-a-dia. Árvores e plantas forneciam gordura vegetal para a cozinha e para os candeeiros, além de matéria-prima para as mezinhas caseiras. Nos **quintais** criavam-se também aves e porcos, e neles se instalavam galinheiros e currais [grifo nosso] (ALGRANTI, 1997, p. 91-92).

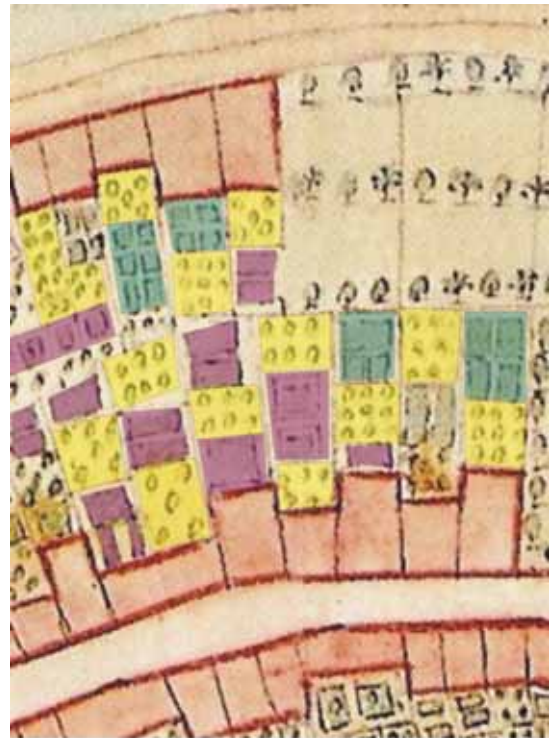


Figura 78 – **Identificação das áreas de pomar, hortas e jardins no Mapa de Olinda (ca. 1665) a partir das referências do Tratado Português.**
 Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

Diferente dos portugueses, os quintais despertam nos holandeses uma extensa narrativa simbólica. Mas, uma vez que eles atendiam a necessidades ordinárias, o que havia de especial? O que motivou esta representação?

O mosaico de signos representado no conteúdo dos quintais está relacionado ao modo como os holandeses percebiam esses espaços. Se partirmos do pressuposto que o *Mapa de Olinda* é uma proposta batava de re-ocupação, estaríamos diante de uma sobreposição de concepções urbanas. A tomada da vila exige dos invasores uma tentativa de adaptação aos componentes urbanos anteriormente construídos, conhecimento e domínio de suas partes. Deste modo, o mapa serve

para revelar a vila, e permitir a reflexão e até servir de suporte para um futuro plano de ação. Os quintais, mais do que outro espaço urbano, são minuciosamente descritos, não a partir de uma análise individual de cunho científico, mas na tentativa de apreender suas formas, composições e inserção no tecido de Olinda.

No *Mapa de Olinda* não há distinção quanto à ocupação das ruas, não se verificando, por exemplo, ruas de serventia, que dão acesso aos fundos dos quintais. A distribuição das edificações no lotes e nas ruas se dá de modo uniforme. Embora os portugueses não tenham nos legado uma única planta da vila, sabemos pela confrontação entre imagens e discursos que a realidade se distinguia em parte da ocupação descrita pelos holandeses nesse mapa. Importa-nos reconhecer, entretanto, que na tentativa de saber sobre a vila, revela detalhes e aproximações.

O quintal compõe a maior área da imagem e, diferentes das outras plantas presente no Atlas Vingboons, está ricamente detalhado. Este olhar direcionado para o interior revela a sua forte presença na vila e possivelmente a variedade de arranjos domésticos, que algumas vezes possuem componentes semelhantes em combinações diferenciadas.

3.3. RELAÇÕES INTERNAS: A CASA COLONIAL E O QUINTAL

A casa e o quintal são termos que na atualidade, algumas vezes, apresentam-se fundidos num só significado, pois são dependentes da escala relacional a qual estão referenciados. Segundo o sociólogo Roberto da Matta:

A casa define tanto um espaço íntimo e privativo de uma pessoa (por exemplo: seu quarto de dormir) quanto um espaço máximo e absolutamente público, como ocorre quando nos referimos ao Brasil como nossa casa. (...) Já na vizinhança, refiro-me à minha casa incluindo na expressão não só a residência em si, mas também o seu jardim e o seu quintal (MATTA, 1997, p.16).

Desse modo, podemos perceber que as definições de determinados termos não estão apenas vinculadas ao contexto temporal de sua acepção, mas também as conotações relacionais ao qual foram empregadas. Segundo o sociólogo, “... *essas possibilidades e esses espaços permitem leituras ou construções diferenciadas (mas cúmplices e complementares) da sociedade brasileira por ela mesma.*” (MATTA, 1997, p. 19).

Logo, em relação à quadra e a cidade, a casa pode ser compreendida além da edificação propriamente dita, incluindo deste modo todas as áreas dentro do lote. Logo, iremos utilizar, em alguns momentos, a definição de casa como o conjunto dos elementos que implicam em habitar e a representação do microcosmo humano, considerando uma de suas facetas, a relação entre o edifício para moradia e o quintal.

Além de atender às necessidades instintivas da proteção contra as intempéries e espaço de produção, o estudo sobre as relações domésticas nos desloca para um plano multidimensional das construções humanas. Por um lado, a casa representa os limites tecnológicos, o domínio e desenvolvimento de técnicas construtivas, o maior ou menor conhecimento do ambiente onde está inserida, bem como dos materiais empregados. Estas escolhas não são dependentes apenas da oferta, elas estão profundamente imbricadas aos fatores temporais, culturais e históricos de cada comunidade.

Por outro lado a casa é construída e constituída sob um emaranhado de relações que se estabelecem em diversos sentidos. Por exemplo, as relações sociais internas – compreendendo em si um universo de relações pessoais, e familiares – as externas, quando nos referimos à rua, à vizinhança e, em maior escala, a cidade; e as existenciais intra “muros” quando nos referimos às relações espaços abertos e fechados, edificados e não edificados, “naturais” e artificiais, ou ainda por zonas de transição, produção, adoração etc. *“É efetivamente no domicílio que encontraremos os colonos interagindo com o meio natural, inovando nas formas de subsistência e vivenciando seus laços afetivos”* (NOVAIS, 1997, p. 88).

No entanto, o estudo sobre a casa e o quintal se depara com os limites impostos pela história da vida privada do Brasil. É quando há uma demanda por uma aproximação muito maior entre o arquiteto e o historiador, pois a distância temporal e a escassa informação impõe grandes desafios ao estudo deste objeto.

A história nos fala da casa inicialmente como abrigo do fogo. Tanto em Roma como na casa do índio o fogo visava não só a culinária como também a exaltação das divindades, além de iluminar e aquecer. *“Lar, a pedra onde se acendia o lume desde os tempos romanos passou, em sentido figurativo, a significar a própria moradia”* (LEMOS, 1989). No Brasil colonial, a morada também era referida como “fogo”. Os recenseamentos mencionavam que determinada cidade possuía tantos fogos e nem sempre o número de habitantes.

As primeiras casas brasileiras seriam, segundo Lúcio Costa, sem grandes pretensões, e no mesmo sentido, correspondendo à sociedade em formação no Brasil. Adiciona-se ainda, às suas características, uma certa adaptabilidade, ou seja, uma mudança de cenário ocasionaria quase conseqüentemente uma mudança de comportamento da sua produção.

No início da colonização, possivelmente foi produzida, pelos mestres-de-obras portugueses, uma arquitetura sem rebuscamentos. Sobre a tradição arquitetônica trazida por eles, Lúcio Costa comenta:

Ora, a arquitetura popular apresenta em Portugal, a nosso ver, interesse maior que a “erudita” (...). É nas aldeias, no aspecto viril das suas construções rurais a um tempo rude e acolhedoras, que as qualidades da raça se mostram melhor. Sem o ar afetado e por vezes pedante de quando se apura, aí, à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na justeza das proporções e na ausência de “make up”, uma saúde plástica perfeita – se é que podemos dizer assim.

Tais características, transferidas – na pessoa dos antigos mestres e pedreiros “incultos” – para a nossa terra, longe de significarem um mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à Arquitetura Portuguesa na colônia, esse ar desprezioso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX (COSTA, 1962, p. 86)

De certo que muito da arquitetura brasileira deve à tradição lusa, que passa na colônia a sofrer tensões e ajustes devido às mudanças decorrentes do contexto distinto da Metrópole. Nesse panorama soma-se, como por exemplo, a falta de mão-de-obra e materiais de construção, incitando no colonizador uma atitude maleável frente aos seus princípios arquitetônicos.

A adaptabilidade portuguesa festejada por Gilberto Freyre e identificada por este autor como presente em quase todas as ações lusitanas, constituiu, na colonização do Brasil, seu maior triunfo. Segundo o sociólogo:

A casa-grande de engenho que o colonizador começou, ainda no século XVI, a levantar no Brasil grossas paredes de taipa ou de pedra e cal, cobertas de palha ou de telha-vã, alpendre na frente e nos lados, telhados caídos em um máximo de proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais – não foi nenhuma reprodução das casas portuguesas, **mas uma expressão nova, correspondendo ao nosso ambiente físico e a uma fase surpreendente, inesperada, do imperialismo português(...)**. Desde esse momento que o português (...) tornou-se luso-brasileiro; o fundador de uma nova ordem econômica e social; o Criador de um novo tipo de habitação [grifo nosso] (FREYRE, 2005, p. 35-36).

De certo que as primeiras casas brasileiras nascem acompanhadas pela necessidade de se adequar às diversas situações encontradas, seja em relação às questões geográficas, climáticas, culturais ou econômicas, seja em relação à mão-de-obra ou materiais construtivos. Existe de fato uma facilidade por parte dos colonizadores à adaptação e esta característica favorece o surgimento de novas soluções. Porém esta arquitetura não é órfã. Os portugueses trazem consigo experiências, tradições, costumes, desejos, e acima tudo a memória da própria casa.

Lúcio Costa acredita que a casa brasileira tenha sido pouco estudada e que muito ainda se tenha para descobrir, relacionar e deduzir (ver 1975, p. 93). Principalmente as de menor porte. Pequenas casas térreas de pouca frente, muito fundo e apenas duas águas alinhadas ao longo das ruas. A casa “mínima” inicialmente chamada de “casas de colonos” por Lúcio Costa, também apresenta notável contribuição, pois persiste até os dias atuais. Era considerada como *o chão que continua* por ser feita de terra. O arquiteto sugere inclusive a analogia entre o barro armado em estruturas de madeira e o concreto armado, consagrando o poder criativo dessas estruturas (ver COSTA, 1962. p. 89). Em relação a essas, Nestor Goulart define:

As técnicas construtivas eram geralmente primitivas. Nos casos mais simples as paredes eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão e nas residências mais importantes empregava-se pedra e barro, mais raramente tijolos ou ainda pedra e cal. O sistema de cobertura, em telhado de duas águas, procurava lançar uma parte da chuva recebida sobre a rua e a outra sobre o quintal, cuja extensão garantia, de modo geral, a sua absorção pelo terreno (REIS FILHO, 2004, p. 25-26).

Essas técnicas *primitivas* muito se aproveitaram da arquitetura vernácula que se destacou como importante aliado nos primeiros abrigos portugueses. Essa contribuição pode ser percebida a princípio por diversos fatores, dentre eles: a disponibilidade e qualidade dos materiais de construção, ou seja, o barro, a palma, a madeira, os cipós etc; a rapidez com que eram levantados; e sua adequação climática.

Entretanto, voltando aos relatos do século XVI, Padre Cardim, ao descrever uma *casa* indígena, percebe o quanto sua concepção e usos são diferenciados.

Nesta casa mora um principal, ou mais, a que todos obedecem, e são de ordinário parentes; e em cada laço destes pousa um casal com seus filhos e família, sem haver repartimento entre uns e outros, e entrar em uma destas casas é ver um labirinto, porque cada laço tem seu fogo e suas redes armadas, e alfaias, de modo

que entrando nella se vê tudo quanto tem, e casa há que tem duzentas e mais pessoas (CARDIM, 1980, p. 90).

A permeabilidade e a transparência entre os espaços, sem limites concretos, bem como seu caráter comunitário é resposta ao modelo de vida adotado. A dificuldade que o padre encontra para reconhecer os caminhos entre redes e fogos, marca o estranhamento da construção e da própria cultura. O labirinto situa a distância que esta se apresenta da casa portuguesa, mas deixa implícito que existe um caminho, uma ordem.

Assim como os percursos internos são estranhos ao português, a inserção das habitações no sítio também não lhe parece óbvio. Freyre trata da dificuldade em acessar as moradias indígenas, pois estas se valem do conhecimento que os nativos possuem da floresta.

...comunidades inteiras em uma só casa, grande e quadrangular, coberta de palha, quatro caibros sustentando-a no interior, sem chaminé; o terreno em redor da casa limpo, mas esta escondida no meio do mato e só acessível por caminhos e veredas confusas ... (FREYRE, 2005, p. 164-165).

Mas os hábitos tendem a mudar com a presença do colonizador. Como “característica de civilidade” alcançada pelos índios o padre jesuíta Francisco Pires comenta: “*Os índios já não se comem, já têm sua família, uma mulher, uma casa, uma roça*” (NAVARRO, 1988, p. 43). O que podemos deduzir que esses elementos citados indicariam em linhas gerais as necessidades, grau de desenvolvimento e comportamento social esperados para qualificar a conduta humana dentro dos padrões europeus à época. Vale notar que possuir uma roça constitui um indicador. O que de certo modo demonstra que este espaço está relacionado a um compromisso social e econômico. O jesuíta define a unidade social adotada e, paralelamente, suas formas de representação no espaço – a casa e a roça. Analogamente à roça, o quintal pode ser compreendido como indicativo desse sentido de civilidade.

Nos primeiros séculos dava-se o nome de casa a cada um dos compartimentos de moradia. Dizia-se mesmo que alguém era possuidor de uma *morada de tantas casas*. Fala-se em *casa de dormir*, isto é, dormitório, em *casa de banho*, em *casa de fora*, ou seja, em quarto de hóspedes. Bluteau define-a do seguinte modo:

CASA. **Morada de casas, edifício**, em que vive huma família com seus moveis, & alfayas, amparada das injurias do tempo. (...) **Casa. Peça, ou parte do edifício**. Aposento, & c A palavra mais geral, de que usão os latinos, he *conclave, is. Neut.* Assim chama Cícero a casa, em q se come, &c. *Conclavium, ij. Neut. Plaut.* Desta ultima palavra vem o genitivo *Conclavium*, que se acha em Vitruvio. *Cella, & Fem. Cic.*

Casa, em que se dorme, Vid. Camera.

Casa, ou sala com cadeiras para tomar visitas, & para a conversação. (...)

Casa, ou sala, em que se come. (...) a huma grande casa quadrada, em que se fazião os banquetes dos homens. Tanbe diz o mesmo Vitruvio, que nas casas dos Gregos, as casas em que as molheres trabalhavão, ou (como cá dizemos) as casas de lavor, se chamavão, *Ocei*. [grifo nosso] (BLUTEAU, 1712, p. 174)

A definição de casa demonstra que ela pode ter o sentido de abrigo de uma família, representada por todo o edifício, mas também, o pode ser entendida como abrigo de uma atividade específica, seja ela, comer, conversar ou trabalhar. Talvez essa “imprecisão” aos olhos de hoje, possa ser explicado como um traço de medievalidade, quando as atividades não demandavam usualmente a construção de cômodos específicos para seu desempenho. “*A oficina era uma família (...). Os membros comiam juntos à mesma mesa, trabalhavam nas mesmas salas, dormiam no mesmo salão comum, convertido à noite em dormitório, juntavam-se [os aprendizes] às orações de família, participavam das diversões comuns*” (MUNFORD, 1998, p. 307) Ainda segundo o autor, a especialização dos cômodos era privilégio de poucos na Idade Média, tornando-se costumes mais populares no século XVII. No entanto essa evolução não deve ter ocorrido de modo homogêneo em toda Europa.

Em Portugal, no período medieval, a casa também se prestava a outras atividades além da moradia.

Para a maioria dos habitantes de um núcleo urbano, no entanto, a casa era simultâneo espaço de habitação, de trabalho e de venda. (...) Por outro lado, nas habitações mais modestas, predominava o compartimento único – quando muito com uma alcova – que por isso adquiria grande polivalência mas muito pouca privacidade, pois aí se cozinhava, se comia, trabalhava e dormia (ANDRADE, 2003, p. 79).

Entretanto, nos finais da Idade Média, já havia a distribuição em cômodos. Ainda segundo a mesma autora, “*Essa casa – por vezes reservada apenas a habitação – ocupava dois andares, o que permitia destinar o andar superior, mais recatado, para zona de dormir, deixando o rés-do-chão para a vida de relação, para áreas de armazenamento ou para a venda*” (ANDRADE, 2003, p. 80). Nota-se desse modo uma emergente preocupação na distribuição dos cômodos e a influência, cada vez maior, do sentido de preservação da intimidade em relação à rua.

Deste panorama destacavam-se naturalmente, algumas casas de maiores dimensões, **feitas em pedra – ou pelo menos utilizando maior quantidade deste material** -, às vezes com uma escada exterior, uma varanda, um alpendre, e em caso especiais com uma torre, que se aproximava do tipo de habitação senhorial [grifo nosso] (ANDRADE, 2003, p. 51).

A utilização de determinados materiais de construção, como é o caso da pedra, poderia ser sinal de prosperidade financeira e, por extensão, indicava a posição social do indivíduo. Voltando a um trecho da citação de Baers apresentada no capítulo 1, na tomada de Olinda pelos holandeses, o reverendo descreve as casas

do seguinte modo:



Figura 79 – Casa n. 252 na Rua do Bom Sucesso, Olinda.

Fonte: Arquivo pessoal (maio 2004).

As casas não são baldas de conforto, mas, cômodas e bem feitas, arejadas por grandes janelas, que estão ao nível do sótão ou celeiro, mas sem vidros, com belas e cômodas subidas, todas com largas escadarias **de pedra**, porque, as pessoas de qualidade moram todas no alto. **Os umbrais de todas as portas e janelas são, de pedra dura e pesada.** [grifo nosso] (BAERS, 2004, p. 40).

Ainda hoje é possível observar que muitas casas de Olinda ainda mantêm os materiais acima descritos. Como por exemplo, a pequena casa na Rua do Bom Sucesso, com as vergas e ombreiras de pedra (fig. 79). Outro exemplo interessante é a casa n. 165 na Rua do Amparo. Na fachada, repetem-se as vergas, ombreiras e peitoris da janela de pedra, assim como na porta. Atualmente, na primeira sala, deixou-se evidente uma prospecção, que revela que até certa altura a casa tem a parede externa feita de pedra e sobre esta, até a altura da coberta, complementada por tijolos. As demais divisórias são feitas de tijolos e madeira, numa interessante trama para distribuição da carga, como vemos abaixo. Portas e janelas também são de madeira, inclusive os umbrais e vergas (feitas com robustas e rústicas toras) que dão para o quintal. Estes exemplos não constituem regra, nem são produtos de um levantamento exaustivo, mas constituem indícios, a partir de suas permanências, do tipo de concepção arquitetônica adotado.



Figura 80 – Fachada da casa n. 165, Rua do Amparo (1). Prospecção na parede da sala (2), e nas paredes internas (3). Coberta, parede e umbrais das portas de fundos (4).
Fonte: Prefeitura Municipal de Olinda (foto 1) e Arquivo pessoal (foto 2, 3, 4).

Sobre o uso da madeira na construção de casas, Frei Vicente do Salvador descreve uma boa árvore: “*Muçurandubas, que é a madeira mais ordinária de que fazem as traves e todo o madeiramento das casas, por ser quase incorrutível; seu fruto é como cerejas, maior e mais doce, mas lança de si leite como os figos mal maduros*” (SALVADOR, 1982, P. 65).

Assim como a casa herda influências lusitanas, alguns conhecimentos indígenas foram diretamente empregados e outros adaptados pelos portugueses interferindo no cotidiano e modo de produção da casa, conseqüentemente, na formação do espaço arquitetônico. Gilberto Freyre resgata os conhecimentos trazidos pelos índios e incorporados ao fazer lusitano.

E eram trabalho de suas próprias mãos os utensílios de que se servia para fazer a comida, para guardá-la, para pisar o milho ou o peixe, moquear a carne, espremer as raízes, peneirar as farinhas; os alguidares, as urupemas, as cuias, as cabaças de beber água, os balaio. Utensílios muitos desses que se incorporaram ao trem de cozinha colonial. Ainda hoje o vasilhame de qualquer casa brasileira do norte ou do centro do Brasil contém numerosas peças de origem ou feição puramente indígena. A nenhuma cozinha que se preze de verdadeiramente brasileira, falta a urupema ou o pilão, o alguidar ou o pote de água. A algumas dessas vasilhas domésticas, feitas de barro, de madeira, de casco de animais ou de casca de fruta o ralo, de cascas de ostras – não só davam as cunhãs recortes ou formas graciosas, como animavam-nas de desenhos pintados a cor (FREYRE, 2005, p. 190).

Outros materiais foram rapidamente incorporados, e muitos mantidos até a atualidade, à vida doméstica brasileira como a piaçava (peipeçaba) para fazer vassouras. Esse universo de intercâmbio, adaptação, incorporação apresentado por Gilberto Freyre indicaria que a casa e o quintal brasileiros se distanciam cada vez mais de um modelo unicamente português de morar.

Quando passam a utilizar o cabaço no transporte de água, assim como os diversos potes cerâmicos produzidos pelas índias, eles precisam ter noção de sua produção, seu manejo e durabilidade, bem como sua maneira de portar para que possam utilizá-los, sem abandonar totalmente seus costumes, criam um novo modo de viver, e conseqüentemente, uma nova paisagem, que pode ser percebida em várias escalas da representação humana. O *cipó*, o *timbó* e o *sapé* se incorporam à tradição lusitana⁶, passam a compor novas formas, concebendo uma “arquitetura da Colônia”.

⁶ Sobre os materiais de construção Frei Vicente do Salvador (1500-1627) diz: “*Há no Brasil grandíssimas matas de árvores agrestes(...) de madeiras fortíssimas pera se poderem fazer delas fortíssimos galeões (...).São também as madeiras do Brasil mui acomodadas pera os edifícios das casas por sua fortaleza; e com elas se acha juntamente a pregadura, porque ao pé das mesmas árvores nascem uns vimes mui rijos, chamados timbós e cipós, que, subindo até o mais alto delas, ficam parecendo mastros de navios com os seus óvens, e com estes atam os caibros, ripas e toda a madeira das casas que houveram de ser pregadas, no que se forra muito gasto de dinheiro, e principalmente nas grandes cercas, (...) as quais cercas se fazem de estacas e varas atadas com estes cipós. Ao longo do mar, e em algumas partes muito espaço dentro dele, há grandes matas de mangues, uns direitos e delgados de que fazem estas cercas e caibros pera as casas, outros que dos ramos lhes descem as raízes ao lado e delas sobem outros, que depois de cima lançam outras raízes, e assi se vão continuando, de ramos a raízes, e de raízes a ramos, até ocupar um grande espaço, que é coisa de admiração”*. (SALVADOR, 1982. p. 64).

Não nos surpreende quando o padre jesuíta Ruy Pereira afirma em 1560, “*Quanto mais me ponho no modo de viver de cá, tanto parece que melhor me acho...*” (NAVARRO, 1988, p. 283). No entanto essa capacidade de absorver influências do lugar não esmaece a força colonizadora. São portugueses destinados a catequizar e deste modo, pretendem transformar aquele novo mundo, convertendo os valores encontrados aos seus, mantendo suas raízes numa constante relação com a mãe pátria. Embora esses embates culturais permitam influência recíproca, eles se caracterizaram pela desigualdade.

A dependência da Metrópole está refletida, numa escala menor, nos equipamentos e alimentos trazidos de fora, e a capacidade de trazê-los vai complementar a riqueza da colônia. Sobre os equipamentos, lembremos o comentário do reverendo Baers sobre a invasão de casas mais abastadas de Olinda, quando da tomada da vila pelos holandeses: “*foram achados poucos móveis, como cadeiras e bancos, caixões e arcas, e outras obras de madeira e objetos domésticos, pouco prata ou dinheiro amoedado, e outras alfaias preciosas ou jóias, apesar de presumirmos haver ali muitos que possuíam mais do que deviam descobrir-nos ou dizer-nos*” (BAERS, 2004, p. 41). Embora decepcionado por não ter achado a quantidade de produtos que esperava, o reverendo demonstra que tinha conhecimento do fausto decorrente da promissora indústria da cana de Pernambuco, e nos dá um panorama da vida doméstica em alguns lares da vila.

Por outro lado, Frei Manuel Calado vai ao encontro às suposições de Baers, ao trazer importantes dados para pensar o desenvolvimento de Olinda, os materiais e produtos confeccionados na Vila bem como o luxo que dispunham. Como vimos no capítulo 1, “*O fausto, e aparato das casas era excessivo, porque por mui pobre, e miserável se tinha o que não tinha seu serviço de prata*” (CALADO, 1985, p. 38).

Muito embora o discurso acima referido esteja revestido de uma áurea de deslumbramento e de reprimenda, o intenso movimento do porto de Recife e a condição econômica proporcionada pelo açúcar certamente favoreciam a entrada dos mais diversos produtos, relacionados à vida do Reino. Gilberto Freyre comenta:

Particularmente dos grandes, que costumavam descer do engenho para vir passar a festa em Olinda – a festa dos antigos, que era a estação das chuvas, do carnaval a São João. Histórias, em que deve haver exagero, de jantares comidos a garfo, requintado instrumento ainda tão pouco em uso nas cortes européias. (...). Mas atentando-se no fato de que muitos dos requintes de mesa e de tratamento doméstico e de vestuário adotados pela Europa, nos séculos XVI e XVII, foram requintes orientais, compreende-se a opulência de alguns

senhores de engenho pernambucanos e baianos. Compreende-se o uso, em terras tão novas, de artigos refinados e de luxo. Por que não, se Pernambuco e a Bahia desde cedo tornaram-se pontos de escala de naus que voltavam do Oriente, rangendo de tão carregadas de mercadorias de valor, arrastando-se pelo mar com vagares de mulher grávida; cheias de objetos finos que os portugueses vinham introduzindo por essa época na Europa aristocrática e burguesa? **A só presença de baixelas de prata entre os senhores de engenho de Olinda, do século XVI, basta, não há dúvida, para causar-nos pasmo. É luxo que surpreende entre homens que tinham acabado de abrir os primeiros claros na mata virgem e fundar os primeiros engenhos** [grifo nosso] (FREYRE, 2005, p. 340).

A motivação dos holandeses para invadirem Pernambuco, o descontentamento de Baers e a justificativa do pecado de Calado são testemunhos da riqueza da capitania que também deveria estar representado pelos edifícios da vila. A arquitetura das casas, mesmo com as dificuldades impostas pelas circunstâncias, deveria responder aos anseios dessa sociedade em formação e bem relacionada com outras partes do Reino.

Produtos de luxo que chegando à colônia confraternizavam, por exemplo, na cozinha, com os frutos, animais e alimentos nativos aceitos pelos portugueses. A cozinha, assim como a arquitetura em geral, deixa de ser unicamente lusitana para incorporar novos modos de produzir.

O ciclo de produção alimentar, por exemplo, percorre dois espaços determinados da casa: o quintal e a cozinha, que muitas vezes se fundem em um só. Ao tratar sobre as casas do século XIX, Algranti comenta: *“Isso sem falar nas varandas que se abriam para o quintal, onde o movimento e burburinho das atividades era incessante”* [grifo nosso] (1997, p. 97). Este espaço, quando não havia a cozinha anexa a casa, assumia a função de intermediar as relações entre a casa e o quintal.

Neste as referências demonstram ser diferentes da rua, opostas e complementares, e assim como o trajar domiciliar, dispensa todas as formalidades. Lugar onde a maioria das atividades é relacionada à vida em seu sentido mais necessário. As regras, quando existem, são definidas pelo cotidiano e praticidade.

Visto por outro ângulo, o quintal pode ser compreendido como sobreposições de tempos. O tempo lento do crescimento das plantas, do desenvolvimento dos bichos, o tempo rápido da luz do sol, da chuva, das brincadeiras de criança e nem tão rápido das produções domésticas. Dinâmico, é no quintal onde o tempo estaria mais evidente, e relativo, vinculado às necessidades vitais. Ele incorporaria a natureza à dimensão essencialmente humana num processo constante de transformação.

Além da questão da subsistência, o quintal participa da vida familiar e comunitária de outras formas. Nas Denúncias do Santo Ofício de Pernambuco⁷, de 1593 a 1595, há testemunhas que incriminam Branca Dias, cristã nova, habitante da vila de Olinda, de suas práticas judias, mas nesse ensejo revela algumas atividades domésticas e sua espacialização no quintal.

Isabel Fragoso denuncia Branca Dias, suas filhas e outras pessoas:

... e nos ditos sabbados se fechavão a ditta Branca Dias com as dittas suas filhas todo o dia pela menhaã até á noite, e não trabalhavão, e mãodavão as moças que aprendiam pêra suas casas nos dittos sabbados e algumas vezes **as mãodavão pêra hum quintal a folgar**, outros si vio que as dittas Branca Dias e suas filhas trabalhavão nos domingos em todo o ditto tempo que **em sua casa esteve abrindo algodão e fiando e fazendo outros serviços** assim como nos dias da semana toda mais... [grifo nosso]. (DENÚNCIAÇÕES, 1929, p. 44)

O quintal é representado como um espaço também de lazer, onde se poderia *folgar*. Segundo Bluteau, folgar significa “Recrearse” (BLUTEAU, 1712, p. 158), portanto, este caráter recreativo insinua que no quintal deveria haver espaço para tal atividade, ou ao menos, que habilitasse a este uso. Isabel relata inclusive outras atividades domésticas desenvolvidas pelas mulheres, como abrir algodão, fiar e outros serviços.

E ainda nas denúncias sobre Branca Dias, Maria Lopes declara:

E Denunciando disse que averá trinta e sinquo annos sendo ela moça de oito annos pouco mais ou menos estando em casa de seu pai e mãi nesta villa hia aprender a coser e **lavrar** a casa de Diogo Fernandes e de sua molher Branca dias (...) e na ditta casa que era na Rua de Palhais que vai da Matriz pera Jesus ... [grifo nosso] (DENÚNCIAÇÕES, 1929, p. 149)

As denúncias sugerem que Branca Dias, além de ensinar a cozer, dava aula de plantio as meninas novas, certamente elas não estariam, nem precisariam, se preparar para o trabalho na roça. Esta prática deveria estar relacionada ao cultivo de plantas ornamentais, uma espécie de aula de jardinagem. Em outro momento, a mameluca Isabel de Lamas, também denunciante de Branca Dias, confessa:

⁷ Fonte gentilmente indicada pelo professor José Luís Mota Menezes.

... ho dito Bento Dias estavam na ditta casa per grande espaço de tempo as vezes pellas manhaãs, e as vezes depois de jantar com as portas fechadas por dentro e entretanto assim estavam andavão as moças pequenas assim filhas da mesma Branca Dias com outras de fora que **vinhão aprender e lavrar folgando no quintal** das mesmas casas pera onde a ditta Branca Dias lhes mãodavão que fossem lavar e folgar na ditta ora e tempo em quanto estavam fechados como ditto he... [grifo nosso] (DENUNCIACÕES, 1929, p. 181)

O destaque dado às “portas fechadas por dentro” indica que essa atitude não deveria ser comum durante o dia, revelando, portanto, um ritual diferente dos hábitos comuns dos cristãos e moradores de Olinda. Por outro lado, quando sua vida é comum, fica evidente que o quintal também servia a fins pedagógicos, o ensino também era uma atividade doméstica corriqueira no período colonial e se estendia algumas vezes até o quintal. Este acolhia o ensino e a prática do plantio, ao mesmo tempo em que era absorvido como parte do espaço social feminino. Um segmento da população extremamente importante para a vida na colônia, pois quase todas as atividades domésticas estavam a cargo da mulher, portuguesa, nativa ou negra, seja na execução ou supervisão.

Mas possivelmente os quintais quinhentistas e seiscentistas não eram áreas livres de edificações, possuíam pequenas estruturas que auxiliavam nas tarefas do dia-a-dia, como os encontrados no século XIX.

Alguns rústicos, simples telheiros, outros melhor edificadas, abrigavam a casa da farinha, o monjolo ou a moenda. Serviam também para guardar utensílios e alimentos de toda espécie e era nessas dependências de trabalho que se passava boa parte do tempo, principalmente as mulheres da casa (ALGRANTI, 1997, p. 92).

Nos quintais deveria haver essas pequenas construções, em geral cobertas de palha, de execução bastante inferior a da edificação principal, onde ocorreriam atividades complementares a casa e chamadas por esse motivo de anexos. Este poderia ser um pequeno quarto para os escravos, ou ainda um depósito, ou abrigo para os cavalos.

Além das áreas de serviço, o **quintal podia conter a senzala e a secreta**. Esta última era uma edificação com fins de higiene existente em algumas casas, mas que consistia muitas vezes apenas num buraco na terra, embaixo do qual podiam se instalar os chiqueiros. (...) Na maioria das vezes, todavia, era o urinol e os potes ou tigres que recebiam os excrementos, esvaziados depois pelos escravos, nas praias ou nos terrenos distantes [grifo nosso] (ALGRANTI, 1997, p. 95).

Nos primeiros anos do período colonial as preocupações sanitárias eram mínimas tendo como principal atenção deslocar os depósitos fecais fora do corpo da edificação, nos fundos do terreno⁸. Essa prática de fazer as necessidades longe da moradia também pode ser observada pelos nativos. “*Dos indígenas parece ter ficado no brasileiro rural ou semi-rural o hábito de defecar longe de casa; em geral no meio de touça de bananeiras perto do rio*” (FREYRE, 2005, p. 182).

Nas cidades medievais portuguesas, Amélia Aguiar Andrade comenta que existiam as esterqueiras que eram situadas nas periferias urbanas para depósito desses materiais. “*Para essas periferias podiam ainda empurrar-se as esterqueiras, esses terrenos abertos onde as populações urbanas iam fazer seus despejos, sobretudo aquelas que não podiam recorrer à horta das traseiras da casa para este fim*”(ANDRADE, 2003, p. 35).

Os fundos dos quintais também serviam para tal fim, uma espécie de monturo.

A necessidade de despejo desses materiais justifica em grande parte a existência das ruas de serventia que permitia a saída e entradas dos *tigres*. Sabe-se também que um dos principais meios de transporte na colônia eram os cavalos e estes também precisavam pousar próximo à casa. Logo, ter uma estrebaria mínima era necessário, e de acordo com a apropriação do lote que não permitia outras áreas livres que não fossem os quintais, se situariam atrás das casas. Os cavalos deveriam compartilhar o mesmo acesso que os *tigres*.

Essas práticas também alcançariam o século XIX. É o que confirma o depoimento de Vauthier:

Assim, o cavalo é auxiliar indispensável do brasileiro que se preza e toda casa bem posta tem a sua cocheira, colocada sempre, como esta, a um ângulo do pátio [*quintal*] e aberta a todos os ventos. Quanto a cisterna que vemos também no pátio, disposta a servir duas casas contíguas, é um traço característico da cidade de Pernambuco e daquelas que, construídas, embora, em praias arenosas e na vizinhança do oceano, filtram constantemente águas doces subterrâneas, que se encontram a alguns metros de profundidade (VAUTHIER, 1975, p. 43).

Os problemas com o abastecimento de água eram constantes, e por isso equipamentos urbanos como as bicas de Olinda e a cisterna do seu convento franciscano foram tão importantes. No

⁸ O costume de despejar os resíduos no quintal não parece ser característica apenas portuguesa. “*Foram feitas algumas tentativas para melhorar a situação [de saneamento] e, a partir do século XVI, uma ordem da cidade de Paris exigia que todas as casas fossem equipadas com uma latrina que desembocasse em uma fossa subterrânea no quintal*” (RYBCZYNSKI, 2002, p. 49-50).

Portugal medieval, Amélia Andrade nos lembra, “*Às mulheres competia ainda o abastecimento doméstico de água quando não se podia contar com a comodidade de um poço particular. E todos os dias lá iam elas até à fonte ou ao chafariz que a vereação instalara em pontos concorridos...*” (ANDRADE, 2003, p. 65). E nessas reuniões femininas, entre a coleta de água, a lavagem de roupas e de equipamentos, iam-se construindo outras formas de sociabilidade. Isso mesmo acontecia às margens do rio quando a cidade se localizava próximo ao curso d’água. “... *as gentes urbanas eram inevitavelmente atraídas pela beira rio transformando-a num espaço de fruição coletiva que todavia, variava conforme as estações do ano*” (ANDRADE, 2003, p. 74). Esses lugares possuíam características mais comunitárias que as cisternas das casas, em geral compartilhadas apenas entre vizinhos diretos, aqueles aos quais se dividia o muro.

Diferente das edificações, os quintais não possuíam películas que os distanciassem do entorno, os limites internos que definiam o espaço da horta para a circulação, o largo abaixo das árvores etc, são transparentes. Muitos dos animais eram criados soltos ao modo “natural”, o que não significa que não houvesse uma espécie de aptidão de uso para determinadas áreas. A ausência de limites de fundo de alguns quintais parece indicar uma espécie de simbiose com a paisagem circundante. Diferente do universo medieval português que marcava de modo evidente e concreto a distinção entre espaço urbano e rural.

Para o homem medieval, o espaço onde se vivia era a mais clara e impositiva das realidades, pois aí se manifestavam, de forma evidente, os efeitos da luta, tenaz mas desigual que desde sempre mantinha com a natureza. Conforme ia submetendo esses espaços tendia a semeá-lo de nomes, que tanto insinuavam a presença mal contida de elementos naturais como a sua total sujeição.

[...]

Assim, as alusões ao meio natural tendiam a escassear, substituídas pelas que transmitiam os resultados mais visíveis do árduo trabalho que tinha sido necessário fazer para transformar um determinado espaço numa paisagem urbana. (ANDRADE, 2003, p. 84-85)

Na Idade Média, o principal signo da cidade era a muralha envolvente e limítrofe entre realidades aparentemente antagônicas, marcando a presença e domínio do homem sobre a natureza. No entanto, em Olinda, Filipéia e outras vilas coloniais, essa fronteira se desfaz, não há um limite concreto entre a vila e seus arredores. A trincheira protetora se limita ao litoral, com nítidas intenções defensivas. Os demais limites da vila apresentam graus visíveis de permeabilidade, pois os colonos tiram partido da própria natureza para se proteger de invasores.

A diferença existe e se faz pela apropriação desigual que se estabelece entre os arredores e núcleo da vila, por sua negação em determinados espaços públicos e vias de circulação, entretanto atenuada pela proximidade, pelas vias de conexão com o entorno e com a incorporação acentuada da natureza nos quintais e



Figura 81 – Vista aérea dos quintais da antiga Rua Nova

cercas conventuais. Se por um lado, neste momento, o homem lhes impõe uma nova ordem, por outro aceita a necessidade que têm desses elementos, sua dependência, e redefinem o espaço urbano.

Do fundo das estruturas básicas da colonização emergem, portanto, situações de vida muito características, e que enquadram as manifestações do cotidiano e da intimidade das populações coloniais; como que uma camada intermediária, pela qual se articulavam aquelas estruturas fundantes e a recorrência dos acontecimentos. Delineava-se, assim, uma camada intermediária de sensações – distanciamento, descontinuidade, clivagem etc – que iam balizando as manifestações do cotidiano, em meio às quais ia se formando algo que poderíamos pensar como mentalidade colonial, esboço de uma fugidia identidade nacional em gestação (NOVAIS, 1997, p. 28-29).

Os quintais, enquanto espaço urbano e conseqüentemente palco de representação, absorveram as mudanças e se reconstruíram, assim como os outros espaços domésticos, a partir de uma nova concepção que considera as influências do lugar.

Este momento delicado da história marca alterações nos costumes portugueses, que irão caracterizar o modo de ser e viver brasileiro e conseqüentemente a arquitetura. Em uma outra dimensão, a do preenchimento dos quintais com a vegetação. A escolha das espécies que passaram a fazer parte deste cenário urbano, em especial nos quintais, constituem a resposta a uma gama de valores influenciados pelo contexto da expansão ultramarinas e das descobertas decorrentes.

Capítulo 4 – INCURSÕES - QUINTAIS DE OLINDA: COMO ALIMENTOS DO CORPO E DA ALMA

Como já foi mencionado, a história escrita sobre a vila de Olinda quase não faz referência aos quintais, nem ao menos enquanto espaço de produção econômica ou social. Os principais cronistas que trataram sua história pouco se referem a estes espaços, porém nunca ignoram a produção caseira para fins alimentícios. A eles somam-se as cercas dos conventos, mosteiros e colégios, essas mais citadas pelo fato de muito desses escritores serem religiosos e por ser informação vinculada à expressão religiosa da vila. Esses espaços não refletem apenas uma produção alimentícia, embora suponhamos ser esta sua principal função, eles de certo modo formalizam a relação do homem com a natureza local, esta última muito citada e descrita nos discursos do Brasil Colônia.

Não é difícil imaginar, pela etimologia, pela relação com a função, configuração física, e pelo ato colonizador aliado a sua memória urbana que o “quintal” de Olinda tenha sido originário do quintal português. Poderiam ser os quintais brasileiros o resquício de uma espécie de saudosismo português de seus quintais ou quintas (propriedades rurais), ou talvez, uma modalidade que se requalifica nos trópicos por sua necessidade, inserção urbana, adaptação ao clima e influência nos hábitos da população?

Contudo, há diferenças entre os dois termos, e é preciso, antes de tudo, contextualizá-los no tempo e espaço. Segundo Raphael Bluteau, a “quinta” se definia como: “*Casa de campo, ou fazenda, de lavoura no campo com sua casaria. Chamou-se assim porque de ordinario o que arrenda a Quinta, dá ao dono della a quinta parte do que colhe de fructos.*” (BLUTEAU, 1712, Tomo 7, p. 65). Ou seja, a quinta tem um caráter mais rural, semelhante as nossas chácaras e sítios. Os quintais por sua vez eram definidos da seguinte forma:

Quintal he na cidade, ou villa, hu pedaço de chaõ, com árvores fructiferas & cerca de muros. Chama de Quintal por servir como de Quinta no povoado. Nas casas religiosas chama-se cerca. Naõ he fácil acharlhe nome proprio Latino, porque Hortus he jardim, Hortus oitorius he Horta, Pomarium he Pomar, como tambem Vividarium, & propriamente fallando, Quintal, não he jardim, nem horta, nem pomar. Mas a necessidade no obriga a usar Vividarium ou Pomarium, & sendo preciso se lhe poderá acrescentar, Muro septum. (BLUTEAU, 1712, Tomo 7, p. 65)

Logo, o quintal também está relacionado ao cultivo e à casa, nascido para “*servir como de Quinta no povoado*”, porém espaço por excelência urbano, delimitado e com funções que não se restringem apenas ao plantio. Como a quinta, o quintal está vinculado a uma casa, portanto à produção doméstica. Como cita Bluteau, o quintal não é jardim, nem horta, nem pomar, porém, assim como a cerca dos religiosos, absorve, de modo às vezes segmentados, mais de uma dessas apropriações.

A dificuldade de Bluteau de achar correspondente latino, denuncia a semelhança funcional entre esses termos, certamente com características comuns, com as hortas, hortos, pomares e jardins. Por outro lado, a complexidade dessa definição pode estar amparada pelo caráter livre de sua composição e por ser um espaço bastante relacionado ao cotidiano familiar. Uma aparente fluidez e liberdade na apropriação desses espaços contrastam com as regras cristãs para os espaços públicos. Em relação aos relatos do século XVI e XVII, não parecia relevante descrever esses espaços privados, diante de várias descobertas e transformações que estavam ocorrendo na sociedade e no espaço comum.

Ao investigar o significado do termo no *Elucidário ...* de Viterbo (1789), um dos mais importantes compêndios da língua portuguesa no século XVIII, não foi encontrado qualquer menção. Mas qual seria o motivo da sua ausência neste dicionário?

Olinda guarda em suas linhas influências da tradição e costumes lusitanos, entretanto, sabe-se que estes tiveram que sofrer ajustes para se adequar à nova realidade. E foi a partir desta necessidade, juntamente com a possibilidade de fazer algo novo longe da Metrópole, que determinados elementos urbanos ganharam diferentes concepções no Novo Mundo.

Assim não se pode pensar que os quintais olindenses tivessem tido a mesma aparência e composição dos portugueses a começar pelas diferenças climáticas, topográficas, temporais entre outros. Por possuírem áreas de plantio, definidas pelo tipo das espécies cultivadas, e estas foram bastante modificadas. E minimamente, como se pode observar em Bluteau, os portugueses não possuíam um modelo ou padrão para quintal.

Sabe-se, portanto, que seriam áreas estreitamente relacionadas com a subsistência, ou seja, ao fornecimento de produtos para a alimentação e como suporte das atividades domésticas, mesmo quando estas não aparecem nos relatos de modo distinto e definido no espaço. Com relação à

cerca, esta pluralidade aparece, por exemplo, na carta do padre jesuíta Doutor Torres, de 10 de junho de 1562, do Espírito Santo, relacionando inclusive a proximidade entre o cultivo e a produção:

Um dos Irmãos é coadjutor temporal; não sabe ler nem escrever; homem de meia idade, manso e humilde e prompto na obediência, serve commumente de **cozinheiro** e **hortelão**, trata com muitos amos aos Irmãos, tem muitos legumes e fructas em seu **pomar**, especialmente a que chamam de bananas, que duram todo o anno e são grande ajuda para a sustentação desta casa (NAVARRO, 1988, p. 364).

Nota-se a sobreposição de atividades distintas, cozinhar e cultivar, produzidas de modo complementar, pelo mesmo indivíduo, o que não deve constituir regra, porém a existência do vínculo entre ambas. De outro modo, não faz distinção entre o cultivo da horta e do pomar, tratando-os quase como sinônimos, “... *cozinheiro e hortelão, trata (...) em seu pomar...*”.

4.1. ALIMENTO DO CORPO

A primeira suposição relativa à função urbana dos quintais vincula os mesmos à questão da subsistência. O abastecimento alimentar é um assunto recorrente nos registros dos primeiros anos do Brasil, pois não era possível garantir a subsistência da população valendo-se apenas de mantimentos trazidos da Metrópole. O custo, a distância e a irregularidade do transporte desencorajava essa prática e estimulava a população a construir sua própria rede de abastecimento.

A questão dos mantimentos era uma das primeiras preocupações dos colonizadores, seja em Olinda, Salvador, São Vicente etc. Nos primeiros anos, o abastecimento de produtos para a alimentação deveria ser muito dependente da produção da unidade residencial, seja nos quintais das casas ou nas cercas dos conventos, embora se contasse com as roças e os plantios nos engenhos.

Alongar as fronteiras ou entrar na selva seria expor demais aos inimigos, os gentios que muitas vezes se situavam nas proximidades da vila, causavam um estado permanente de tensão. Logo, a tarefa de sobreviver dependia não apenas do poderio bélico, mas, sensivelmente, das relações que

se estabeleciam com os nativos e a natureza local, incluindo desta forma outros elementos como o clima, a fauna e a flora para a “conquista” definitiva do território.

Em relação aos gentios, Frei Vicente do Salvador comenta que Duarte Coelho, para garantir a posse do território, buscou combater não só as investidas dos estrangeiros (corsários franceses, por exemplo) pela costa pernambucana, mas também garantir uma relação “amistosa” com os nativos. Em seu relato ele diz:

E contudo não se quis recolher até não alimpar a costa toda desses ladrões e fazer pazes com os mais dos índios (...) o que o fez também muito temido e estimado dos circunvizinhos de Olinda, dizendo todos que aquele homem devia ser algum diabo imortal, pois se não contentava de pelejar em sua casa com eles e com os franceses, mas ainda ia buscar fora com quem pelejar (SALVADOR, 1982, p. 118).

A questão não parecia ser apenas de cessar a peleja e garantir a conquista, mas, por outro lado, estabelecer um canal de acesso e conhecimento do território. Era preciso conquistar também o “respeito” dos índios, por este motivo Duarte Coelho busca entrar, consciente ou inconscientemente, em seu repertório linguístico como “diabo imortal”¹.

Desde o primeiro contato entre ameríndios e portugueses inicia-se um franco processo de intercâmbio, seja de produtos ou cultural. Apesar de não ter sido um movimento de trocas igualitárias, deixa em ambos marcas que irão nortear a construção da paisagem. Inicialmente subjugados, os índios vão se tornando parte relevante da população colonial, não apenas como escravos, mas também, tornando-se parte constituinte da família brasileira. Aos poucos, a cultura indígena vai sendo assimilada pelos portugueses.

No primeiro momento, os gentios, como eram chamados os ameríndios, foram responsáveis diretos pelo abastecimento alimentar dos povos estrangeiros. Através de um tipo de escambo, ou por sujeição, iniciam-se as primeiras trocas. Frei Vicente do Salvador relata os primeiros contatos entre os primeiros colonizadores e os nativos em Pernambuco:

¹ Segundo o antropólogo Etienne Samain, o pensamento humano é moldado por suportes diferentes, não existindo sociedades inferiores, apenas desiguais. E conclui, pelas importantes considerações da obra de Claude Lévi-Strauss e por sua própria experiência, que a linguagem mitológica dos índios é extremamente rica e complexa. Mini curso proferido pelo professor Dr. Etienne Samain/ UNICAMP no 1 Encontro Alagoano de Antropologia Visual. (07.12.05).

E com isto, mais por medo que por vontade, lhe foram dando lugar para fazer um engenho uma légua da vila, e seu cunhado Jerônimo de Albuquerque outro e os lavradores suas roças de mantimentos e canaviais, a que o gentio os vinha ajudar, e lhes traziam muitas galinhas, caças e frutas do mato, peixe e mariscos, a troco de anzóis, facas, foices e machados que eles estimavam muito (SALVADOR, 1982, P. 118).

Mesmo alguns anos depois da fundação da Vila de Olinda, quando esta já possui um comércio e abastecimento bem desenvolvido, na Bahia e em São Vicente, Nóbrega escreve ao rei D. João, em 1552, relatando a necessidade que tem do trabalho dos gentios para a produção de mantimentos.

Na conversão do gentio nos ajudou muito, porque fez logo ajuntar quatro ou cinco aldeias que estavam derredor da cidade, em uma povoação junto ao Rio Vermelho, onde pareceu mais conveniente, **para que toda essa gente pudesse aproveitar-se das roças e mantimentos que tinham feito**, e aqui mandou fazer uma igreja grande, em que coubesse toda a gente, a que chamam São Paulo [grifo nosso] (NÓBREGA, 1988, p. 204).

Paralelo ao conhecimento adquirido na América somava-se as constantes permutas entre os povos colonizados, das ilhas e do Oriente. *“Outra circunstância ou condição favoreceu o português, tanto quanto a miscibilidade e a mobilidade, na conquista de terras e no domínio de povos tropicais: a aclimatabilidade”* (FREYRE, 2005, p. 72). Podemos citar também que neste movimento, os portugueses promovem, por exemplo, um intenso intercâmbio entre as espécies cultivadas, onde muitas foram trazidas de lugares distantes e aclimatadas, diminuindo as fronteiras das colônias.

4.1.1. ANIMAIS DOMÉSTICOS

No período colonial era comum a criação de determinados animais no perímetro doméstico, e, na tentativa de elencar algumas espécies possivelmente existentes nos quintais, foram reunidos fragmentos textuais a partir da pesquisa nos relatos de vários cronistas. Com estas informações, buscamos relacionar com as espécies apresentadas, por exemplo, na obra de Christovão Lisboa intitulada *“Historia dos animaes e arvores do Maranhão. Pelo muito Reverendo Padre F. Christovão de Lisboa calificador do Santo Officio, e fundador da Custodia do Maranhão da*

Recoleção de Santo Antônio de Lisboa”², escrita provavelmente entre 1625 e 1631. Logo, anterior ao período nassoviano. Este estudo revela o interesse dos portugueses pelo conhecimento das espécies animais e vegetais encontrados no solo maranhense. Sabe-se, porém, que essas espécies não são encontradas apenas no Maranhão, mas em quase todo o Nordeste³. Desta obra foram selecionadas algumas imagens para acompanhar esta parte da dissertação.

Durante os primeiros anos, foram trazidos para o território conquistado muitos dos animais que já faziam parte do cenário europeu. Na carta do Padre Nóbrega para o Provincial em Portugal, em 1557, se lê: “*No fim de julho (1557) chegou aqui uma caravella d’El Rei que trazia gado*” (NÓBREGA, 1988, p.170). Gabriel Soares de Sousa se refere a trajetória que esses animais faziam nas colônias do Império Português: “*As primeiras vacas que foram à Bahia levaram-nas de Cabo Verde e depois de Pernambuco, as quais se dão de feição que parem cada ano e não deixam nunca de parir por velhas...*”. [grifo nosso] (SOUSA, 1971, 163). Fernão Cardim também fez menção à entrada desses gêneros em solo americano. Ele tratou, dentre outros, de elencar os animais, árvores, ervas trazidas de Portugal. Em relação aos cães, por exemplo, Cardim comenta:

Os cães têm multiplicado muito nesta terra, e há-os de muitas castas; são cá estimados assi entre os portuguezes que os trouxeram, como entre os índios que os estimam mais que quantas cousas têm pelos ajudarem na caça, e serem animaes domésticos, e assi os trazem as mulheres às costas de huma parte para outra, e os crião como filhos, e lhes dão de mamar ao peito (CARDIM, 1980, p.58).

A carência de mantimentos foi um dos principais temas tratados nas cartas jesuíticas quando da permanência desses religiosos no Brasil. A princípio, os mantimentos ficavam a cargo dos gentios convertidos que se encarregavam de trazer dos matos frutas, víveres, pescados e de sua

² INVENTÁRIO ALBERTO IRIA, publicado na revista STVDIA N. 18. (agosto) 1966 – Lisboa. In PROJETO RESGATE. MINISTÉRIO DA CULTURA. Brasília – Rio de Janeiro. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) – Códices n. 112, 1193 e 1660. Fonte gentilmente indicada e fornecida por Alexandre Alves Dias do Arquivo Público de Olinda que participou do Projeto Resgate no Arquivo Histórico Ultramarino.

³ O livro se divide em 3 partes, a primeira é relativa aos peixes, um inventário das espécies até então conhecidas (ex.: *Acaracoro, Amoreta, Camurym, Mandi* etc). A segunda se refere aos animais (ex.: *Bugio, Capivara, Machacha, Prigrissa* etc); a terceira às aves (ex.: *Acara, Arara, Hema, Jaburu* etc); e a quarta às árvores (ex.: *Ananás, Cara, Mandioqua, Mamoeiro, Mangaba, jinipapo* etc). Todas as espécies são identificadas por nome, cuja maioria parece ter origem indígena; e por desenhos que comunicam seu aspecto exterior.

plantação de mandioca (as roças). O padre Aires de Casal (1976, p. 253), no final do século XVII, nos lembra que não fazia parte da cultura indígena o cultivo de espécies ao modo europeu, e no século XX Gilberto Freyre complementa “*Os animais domésticos entre os indígenas quase eram simplesmente para fazer companhia à pessoa e não para servi-la nem fornecer-lhe alimento*” (FREYRE, 2005, p. 166). Com a introdução de determinadas práticas, há uma mudança de comportamento entre os gentios da Província de Pernambuco:

(...) todas errantes, sem conhecimento de gênero algum de agricultura, mantendo-se de frutas silvestres, mel, e caça: um porco, um veado, um pássaro tudo era assado com cabelo, pena e intestinos. Todos receberam o batismo; e depois de aldeados começaram a cultivar os víveres mais necessários à vida, como mandioca, milho, abóboras, e algumas frutas: conservando uma grande paixão pela caça, e pretendendo ter o mesmo direito sobre os bois, e carneiros dos fazendeiros circunvizinhos: sem o qual sestro os cristãos da primitiva não teriam sido de costumes mais inocentes, segundo publicavam os catequistas. (CASAL, 1976, p. 253).

Frei Vicente do Salvador resalta a importância dessas espécies na produção doméstica: “*Criam-se no Brasil todos os animais domésticos e domáveis de Espanha, cavalos, vacas, porcos, ovelhas e cabras, e parem a dois e a três filhos de cada ventre, e a carne do porco se come indiferentemente de inverno e verão, e a dão a doentes como a de galinha*” (SALVADOR, 1982, p.70). Destacando inclusive uma nova relação que estes mesmos animais passam a ter na vida dos habitantes do Novo Mundo, a importância simbólica e cerimonial do consumo passa a sofrer transformações.

A introdução da criação de animais domésticos foi de grande relevância para a construção da paisagem⁴.



Figura 82 – *Ayaba*. Fonte: *Historia dos animaes e arvores do Maranhão...*

⁴ A palavra “doméstico” implica numa relação direta com a casa, a vida familiar: “*Diz-se do animal que vive ou é criado em casa*” in NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

Mas não apenas pela tentativa de trazer consigo um determinado gosto ou modo de vida, mas por produzir na população urbana em formação, um instante de ajuste da relação dos nativos e estrangeiros frente a determinadas questões. Minimamente, introduzir na paisagem aparentemente indivisa áreas de criatório, que no quintal reorganizam seus limites. “Os bois, cavalos, jumentos, cabras e ovelhas eram absolutamente desconhecidos neste hemisfério, cujos povos não tinham domesticado espécie alguma dos quadrúpedes indígenas para seu uso e comodidade” (CASAL, 1976, p.19).

Em relação aos animais, Frei Vicente do Salvador tratou de citar as espécies criadas, certamente nos quintais, para abastecimento do lar: “Além das aves que se criam em casa: galinhas, patos, pombos e perus, há no Brasil muitas galinhas bravas e umas aves chamadas jacus, que na feição e grandeza são todas como perus” (SALVADOR, 1982, p.73).

Maravilhado com a fauna brasílica, Frei Vicente cita a fartura, mas, em especial, destaca a estranheza que provocava, por exemplo, a cor dos caranguejos:

Há muitas castas de caranguejos, não só na água do mar e nas praias entre os mangues, mas também em terra, entre os matos, há uns de cor azul chamados guaiamus, os quais em as primeiras águas do inverno, que são em fevereiro, quando estão mais gordos e as fêmeas cheias de ovas, se saem das covas e se andam vagando pelo campo e estradas e **metendo-se pelas casas para que os comam** (SALVADOR, 1982, p. 75) [grifo nosso].

Dessa maneira, afirmando que os animais agiam como se tivessem ofertando-se como alimento, acentua a variedade e abundância dos animais da terra.

Logo os quintais das primeiras vilas portuguesas deveriam passar a abrigar uma diversidade maior de espécies, não apenas aclimando as trazidas do exterior, mas acolhendo as nativas.

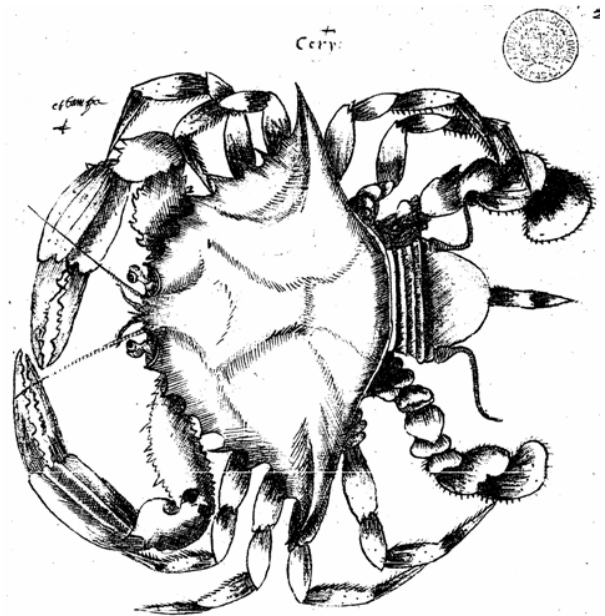


Figura 83 – *Cery* Fonte: *Historia dos animaes e arvores do Maranhão...*

Um bom exemplo é a capivara: “*Outros há o que chamam capiguaras, que quer dizer comedores de erva: andam sempre na água, tirado quando saem a pascer pelos vales e margens dos rios, e alguns tomam e criam em casa fora da água, pelo que se julgam por carne e não por pescado*” [grifo nosso] (SALVADOR, 1982, p.70). Percebe-se a incorporação de espécies nativas no cenário doméstico, o que implica no trato diferenciado não apenas na criação, pois não eram porcos, e também na forma de consumi-los, pois não demonstravam ter convicção se era “carne” ou “pescado”. Fernão Cardim – denomina-o *Capijuara*:

Destes porcos d’aguaha muitos e são do mesmo tamanho dos porcos, mas differem nas feições; no céo da bocca têm pedra muito grossa que lhes serve de dentes queixaes. Esta tem os Índios por jóia para os filhos e filhas; não têm rabo, andão muito tempo debaixo d’água, porém habitam na terra, e nella crião seus filhos; seu comer he ervas e fructas que ao longo dos rios achão (CARDIM, 1980, p. 56).



Figura 84 – *Capivara* . Fonte: *Historia dos animaes e arvores do Maranhão...*

Nas proximidades da vila de Olinda, há referência ao Rio das Capivaras que provavelmente foi denominado pelos nativos e que originou o nome do rio que é hoje conhecido como Capibaribe.

Outra espécie nativa que foi acrescentada ao cenário doméstico foi a *Acuti*, que segundo Cardim se parece com os coelhos da Espanha. Ele a descreve da seguinte forma: “ ... a cor é loira, e tira a amarella; são animaes domésticos, e tanto que andão por casa, e vão fora, e tornão a ella;



Figura 85 – “*coelho*”. Fonte: *Historia dos animaes e arvores do Maranhão...*

(...)Destas há muitas espécies, todas se comem” (CARDIM, 1980, p. 26).

O tatu também foi citado por Cardim como animal doméstico: “ ... a carne parece de galinha, ou leitão, muito gostosa, das pelles fazem bolsa, e são muito galantes, e de dura; **fazem-se domésticos e crião-se em casa**” [grifo nosso] (CARDIM, 1980, p. 27). Ele denuncia a dificuldade de o capturarem, destacando sua habilidade de cavar buracos.

Gabriel Soares de Sousa, quando se refere aos animais do Brasil, destaca a anta como doméstica. “Se tomam estas antas pequenas, criam-se em casa, onde se fazem muito domésticas, e tão mansas que comem as

espinhas, os ossos, com os cachorros e gatos de mistura; e brincam todos juntos” (SOUSA, 1971, p. 244). Dentre as utilidades, ele revela que o animal tem boa carne, cujos ossos quando queimados possuem propriedades terapêuticas e a pele faz boa couraça.

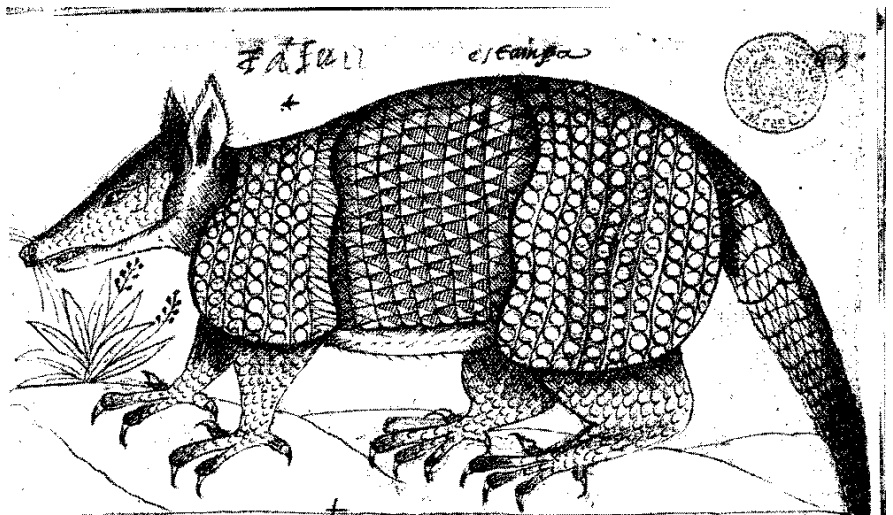


Figura 86 – *Tatu*. Fonte: *Historia dos animais e arvores do Maranhão...*

Gabriel Soares de Sousa também descreve a espécie denominada *irara*, que podem ser criados em casa.

Irara é outro bicho de água doce, tamanho como grande rafeiro, de cor parda, e outros pretos. Têm a feição de cão, e ladram como cão, e remetem à gente com muita braveza; as fêmeas parem muitos filhos juntos; e se os tomam novos, criam-se em casa, onde se fazem domésticos (SOUSA, 1971, p. 250).

O mesmo autor cita o sagui como animal que originalmente se cria nas todas das árvores, mas que “... *criam-se em casa, se os tomam novos, onde se fazem muito domésticos...*” (SOUSA, 1971, p. 253).

Certamente o que fez os portugueses passar a consumir e criar determinados animais “exóticos” foi a influência do cardápio indígena, logicamente motivada pela necessidade, mas alcançada principalmente pela capacidade de adaptação portuguesa.

4.1.2. ESPÉCIES VEGETAIS CULTIVADAS NO QUINTAL

Ainda hoje, há muitas espécies vegetais cultivadas no quintal que foram descritas pelos relatos dos viajantes como relacionadas à subsistência da colônia, cuja função era compartilhada com as cercas e roças. Pode-se supor que não provinham unicamente da colheita no campo e de modo irregular, mas de cultivo em escalas diferenciadas. Portanto, possivelmente também nos quintais.

Ao observarmos as descrições de Frei Vicente de Salvador e Fernão Cardim, por exemplo, percebemos que a relação dos colonizadores com os frutos da terra não se restringiram apenas à admiração. Eles experimentaram os frutos e aprenderam suas propriedades, acrescentando as espécies ao consumo cotidiano. Além de alimento, elas eram recorrentemente citadas por suas versatilidades funcionais, servindo também para construção, remédio e utensílios domésticos, industriais e de transporte.



Figura 87 – *Natureza-Morta com Mandioca*. Albert Eckhout.
Óleo sobre tela, 1641.

Fonte: Herkenhoff, 1999, p. 109.

A flora nativa foi rapidamente introduzida na vida dos portugueses, belissimamente registrada na pintura de Frans Post e Albert Eckhout no período holandês, e permaneceram em grande parte no espaço urbano, mais precisamente nos quintais, até os dias atuais.

Do universo vegetal, podemos discorrer sobre algumas espécies que se destacaram por sua inserção na vida colonial. Dentre elas, a mandioca foi extensamente citada nos discursos dos séculos XVI e XVII, como principal alimento do Novo Mundo português.

A mandioca foi também um dos temas da gravura holandesa denominada *Pernambuco*. Já examinada no capítulo 1. Nesta imagem estão reportadas a base da economia agro-exportadora e da subsistência na colônia: a produção do açúcar e da farinha mandioca, respectivamente, em suas etapas. Esta última consistiu, por um longo período, uma das principais fontes alimentícias da colônia, sendo considerada por muitos o pão da terra. Nesta mesma gravura, junto à mandioca, há a representação de produtos de consumo local como a palmeira (lado esquerdo), o *Annanas*, e *Bataten* (estes últimos, desenhados e denominados desta forma).



Figura 88 – **Gravura intitulada “Pernambuco”. (REYS-BOECK, 1624).**
(Fonte da imagem: REIS FILHO, 2000. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro)

Os holandeses durante o período de ocupação de Pernambuco começaram a dar importância à cultura da mandioca, pois constituía um dos principais gêneros de alimentação da população e, mais tarde, deles próprios. Na expedição científica de Nassau, Piso e Marcgrave, estudaram minuciosamente a espécie, particularizando-a, analisando sua produção e virtudes medicinais. Os holandeses chegaram a impor seu cultivo segundo edital de 15 de abril de 1640, onde todos os moradores ficavam obrigados a plantar trezentas covas de mandioca, por cada peça de trabalho, negro ou negra que tivessem na propriedade (COSTA, vol 6, 1983, p. 397).

O local de plantio de mandioca era denominado “roça”. Segundo Barléu, “os portugueses chamam ‘roça’ aos campos que a dão, e aos agricultores designam com o nome de

“lavradores” e de “roceiros” (BARLÉU, 1974, 72). O que parece é que a roça é uma herança indígena oriunda da *Mandiotuba* (COSTA, vol 6, 1983, p. 397), que seria a plantação de mandioca, geralmente em uma área mais afastada da aldeia. Este tipo de cultivo foi trazido para os arredores dos núcleos urbanos desde o início da Vila.

Na Carta Foral lê-se “... e as reboleiras de matos para roças a quem o concelho as arrendar...” e mais adiante, “... até onde faz um esteiro que está detrás da roça de Bras Pires, conjunta com outra de Rodrigues Alvares...” (FORAL DE OLINDA), fazendo explícita citação de alguns proprietários de roças. Há a possibilidade de ter sido cultivada, em menor escala também nos quintais onde ainda hoje é costume em algumas cidades interioranas, os moradores terem pequenas plantações.

Segundo Raphael Bluteau, roça é compreendida pelos portugueses como “*Porção de mato, sue sendo alta se corta, ou queyma. Silva cadua ae Fem Plin*”. Portanto um modo de tratar o solo para cultivo. Ou ainda, “*O cortar & arrancar as ervas nocivas. Roça no Brasil, he a horta, ou quinta, que semea a mandioca; chamão-se assim as quintas do Brasil, porque são em terras em que se roçou o mato, queymando, cortando, & arrancando a árvores*”(BLUTEAU, 1712-1721, p. 350), indicando que no Brasil a “roça” ganha uma conotação diferenciada, estando diretamente relacionada à plantação de mandioca.

Pereira da Costa reforça a importância desse cultivo que se estende ao longo do tempo. Ele cita:

Bando do governador José César de Menezes, ordenando aos corregedores da comarca e câmaras respectivamente, que à vista da redução e decadência da cultura da mandioca, e de conformidade com a ordem régia de 27 de fevereiro de 1701, promovessem e ativassem a cultura desse importante gênero de primeira necessidade a alimentação pública. (COSTA, 1983, p. 397)

A *Manihot utilíssima*, pelo próprio nome que a define como utilíssima, entra definitivamente no cardápio brasileiro. Segundo Câmara Cascudo, “*A farinha [de mandioca] é o primeiro conduto alimentar brasileiro pela extensão e continuidade nacional, com o beiju e a carimã consolidam a prestigiosa presença da mandioca*” (CASCUDO, 2004, p. 96). Dos produtos derivados da sua farinha e ainda presentes até hoje na cultura brasileira, poderíamos ainda citar a tapioca, manicueira, o molho tucupi, manisaua ...

Uma outra espécie recorrente nas imagens e relatos sobre as paisagens urbanas coloniais são as palmáceas. Aparecem representadas em várias imagens da Vila de Olinda, em especial nas vistas. Também compõem o livro do Frei Christovão de Lisboa (figura ao lado) no qual é denominada “*Inaya*” e onde se lê o seguinte comentário: “*deste palmo saem os melhores palmitos*”⁵.

Segundo Frei Vicente do Salvador, “*Há muitas castas de palmeiras, de que se comem palmitos e o fruto, que são uns cachos de cocos, e se faz deles azeite para comer e para candeia, e das palmas se cobrem as casas*” (SALVADOR, 1982, p.64). Logo, percebe-se que as palmáceas foram incorporadas na vida da colônia de várias formas. As mais destacadas são para cobertura das primeiras casas, ao modo indígena que também as utilizavam para a construção.

Em carta do padre jesuíta Ruy Pereira da Bahia, em 1560, há o seguinte comentário sobre o trabalho dos índios reunidos em aldeias:

Destes foram os Padres mui bem recebidos, porque em sabendo que iam, se puzeram a alimpar o terreiro pera casa em que haviam de pousar e igreja, e quizeram logo fazel-a de taipa; mas por ser a cousa depressa, disseram-lhes os Padres que as fizessem de palma, como fizeram. (...) **enramaram a casa de palma fresca** [grifo nosso] (NAVARRO, 1988, p. 292).

Geralmente eram materiais para construções de natureza efêmera devido ao desgaste do próprio material que precisa ser renovado periodicamente. Elas também eram utilizadas para cobrir estruturas de menor importância, como os anexos das edificações.

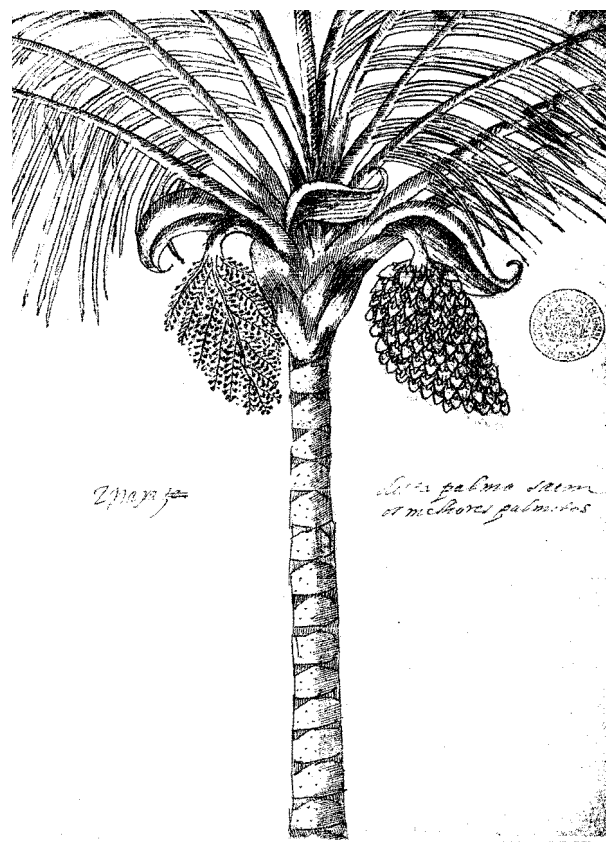


Figura 89 – *Inaya*. (inscrição ao lado: “*deste palmo saem os melhores palmitos*”)

Fonte: *Historia dos animaes e arvores do Maranhão...*

⁵ INVENTÁRIO ALBERTO IRIA. *Opus cit.* Microfilme 0552.

Eram espécies que também se cultivava nos quintais como relata Gabriel Soares de Sousa acerca da Bahia: “[...] *casas de moradores com seus quintais, os quais estão povoados de palmeiras carregadas de cocos e outras de tâmaras, e de laranjeiras e outras árvores de espinho, figueiras, romeiras e parreiras[...]*” (SOUSA, 1971, p. 137). E mais adiante, ao se referir a paisagem da Bahia, destaca com precisão as espécies plantadas nos quintais:

A vista desta cidade é mui aprazível ao longe, por estarem as casas com os **quintais** cheios de árvores, a saber: de palmeiras, que aparecem por cima dos telhados; e de laranjeiras, que todo o ano estão carregadas de laranjas, cuja vista de longe é mui alegre, especialmente do mar, por a cidade se estender muito ao longo dele, neste alto [grifo nosso] (SOUSA, 1971, p. 138).

Outras formas de utilização das palmáceas eram como alimento, substituindo o azeite português, como combustível para o candeeiro, e para ornamentação das ruas em dias de procissão, ou outras festividades religiosas e públicas, “... *o que primeiro se fez foi uma procissão logo pela manhã, estando **ornadas de palmeiras as ruas** ...*”

[grifo nosso] (BLASQUEZ In NAVARRO, 1988, p. 343).

Podemos destacar ainda, os *ananases* que foram bastante apreciados pelos europeus. O *ananas* também aparece representado no livro de Frei Christóvão de Lisboa (figura ao lado). Barléu ao comentar as frutas de Pernambuco dá uma ênfase maior a esta espécie, dizendo:

Mas, a todo o gênero de frutas levam a palma aquelas a que chamam ananases. A planta é de pouco talhe, e em seus ramos ficam suspensas pinhas muito tenras. Cortando-se estas em talhadas na sazão própria, são um alimento gratíssimo ao mesmo tempo pelo cheiro e pelo sabor, podendo-se comer imediatamente ou conservar no açúcar por largo tempo (BARLÉU, 1974, p. 72).

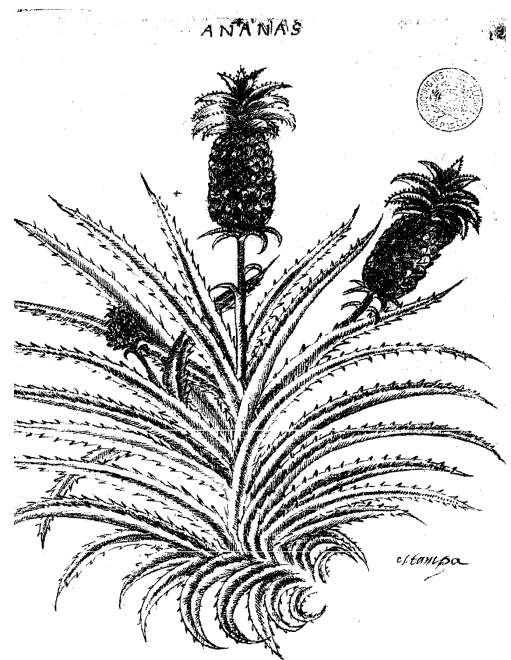


Figura 90 – *Ananas*.

Fonte: *Historia dos animaes e arvores do Maranhão...*

O abacaxi, como hoje conhecemos, foi recorrentemente citado pelos estrangeiros, e especialmente representado na obra de Albert Eckhout, como podemos observar no quadro denominado “Natureza Morta”. É interessante destacar a diversidade e exuberância dessas frutas, esta fartura de espécies cultivadas e consumidas pelos

portugueses desde os primeiros anos. Esta variedade inspirou, séculos depois, o viajante inglês Gardner, que visitou Olinda em 1837, a comentar: *"Muito bem cuidados são, como observei, os hortos pertencentes às casas perto da cidade, vendo-se alguns formados com muito bom gosto e ornados com belos arbustos, em parte brasileiros, em parte de origem indiana."* (GARDNER, 1975, p.53). Denunciando a variedade de plantas, nativas e aclimatadas. Na imagem acima também podemos destacar outras frutas tipicamente nordestinas que possivelmente foram incorporadas nos quintais das casas, como o caju e o maracujá.



Figura 91 – *Natureza Morta*
Albert Eckhout
Fonte: Herkenhoff, 1999,

Sobre o caju Barléu descreve: *"Os cajus são pêras silvestres, succulentas e inocentes, que se comem avidamente durante o calor. No interior da pêra cresce uma castanha, de casca muito amargosa, de miolo muito doce, quando se assa. A pêra refresca e a castanha esquenta."* (BARLÉU, 1974, p. 72). Fernão Cardim descreve o cajueiro com o nome de Acaju e destaca as infinitas formas de se aproveitar dele:

A castanha he tão boa, e melhor que as de Portugal; comem-se assadas, e cruas deitadas em água como amêndoas piladas, e dellas fazem maçapães, e bocados doces com amendoas. A madeira desta árvore serve pouco ainda para o fogo, deita de si goma boa para pintar, e escrever em muita abundância. Com a casca tingem o fiado, e as cuias que lhe servem de panellas. Esta pizada e cozida com algum cobre até se rasgar a terça d'água, he único remédio para chagas velhas e sârão depressa. (...) Destes acajus fazem os índios vinho (CARDIM, 1980, p. 35).

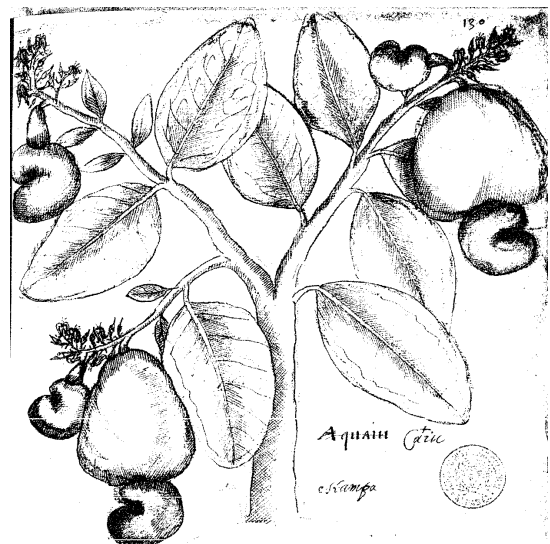


Figura 92 – *Caju*
Fonte: *Historia dos animaes e arvores do Maranhão...*

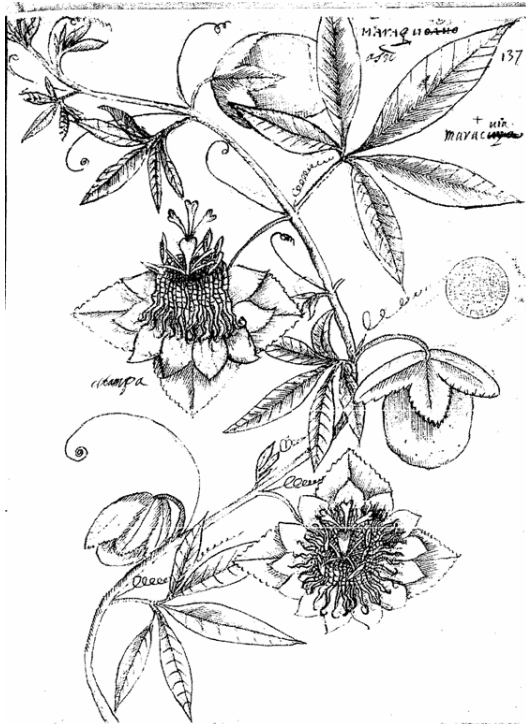


Figura 93– *Maracujá hi.*
 Fonte: *Historia dos animais e arvores do Maranhão...*

Fernão Cardim classifica o maracujá como “Ervas que são fructo e se comem”, descrevendo-o da seguinte forma:

“Estas ervas são muito formosas, maximé nas folhas; trepão pelas paredes, e arvores como a hera; as folhas expremidas com verdete he único remédio para chagas velhas, e boubas. Dá uma fructa redonda como laranjas, outras a feição do ovo, huns amarellas, outros pretos, e de outras varias castas. Dentro tem huma substância de pevides e sumo com certa teia que as cobre, e tudo junto se come, e he de bom gosto, tem ponta de azedo, e he fructa de que se faz caso (CARDIM, 1980, p. 35).

Sobre os quintais da Bahia, Gabriel Soares de Sousa comenta:

... dos maracujás, que é uma rama como hera e tem a folha da mesma feição, a qual atrepa pelas árvores e as cobre todas, do que se fazem **nos quintais** ramadas muito frescas, porque duram sem se secar, muitos anos. A folha da erva é muito fria e boa para desafogar, pondo-se em cima de qualquer nascida ou chaga e tem outras muitas virtudes; e dá uma flor

branca muito formosa e grande que cheira muito bem, de onde nascem umas frutas como laranjas pequenas, (...) e tudo o que tem dentro se come, que além de ter bom cheiro tem suave sabor. [grifo nosso] (SOUSA, 1971, p. 199).

Gabriel Soares de Sousa faz um interessante relato sobre os mamoeiros, tratando do intercâmbio de sementes entre as capitânicas: “De Pernambuco veio à Bahia a semente de uma fruta a que chamam mamões, os quais são do tamanho e da feição e cor de grandes pêros camoeses, e têm muito bom cheiro como são de vez, se fazem nas árvores, e em casa acabam de amadurecer; ...” (SOUSA, 1971, p. 189). O mamoeiro ainda constitui uma referência na paisagem olindense, presente na maioria dos quintais.

Aires do Casal cita, tempos depois, algumas espécies introduzidas no Brasil como o pessegueiro e a castanheira.

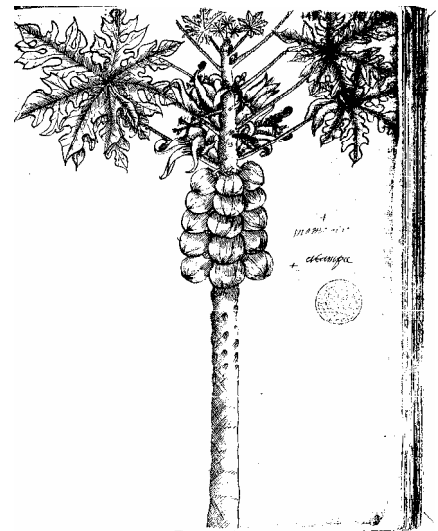


Figura 94– *Mamoeiro*
 Fonte: *Historia dos animais e arvores do Maranhão...*

Trata também das nativas, mencionando entre elas o umbuzeiro, o juazeiro, a jabuticabeira, a mangabeira, o jenipapeiro, o murici, o cajueiro, o urucu, a barriguda, as caneleiras, o pau-brasil, o mangue, o maracujá, o piqui, a pindaíba, o vinhático etc., muitas delas presentes nos quintais até os dias atuais. Menciona o fato de que o umbuzeiro “*cria na raiz uma grande batata, e às vezes mais, e também pequenas, duma substância transparente, esponjosa, que se torna em água frígida, sendo comprimida; é um grande recurso para os viandantes, que no campo não acham água para refrigerar-se*” (CASAL, 1976, p. 9).

Contra o ditado popular que diz que *santo de casa não faz milagre*, quantas pessoas não se curam de algumas enfermidades com soluções caseiras? Com chás feitos com ervas colhidas do próprio quintal? Alguns médicos, tempos mais tarde, não só acreditavam como receitavam esses remédios, como era o caso do Dr. Joaquim Serpa em Olinda, que veremos adiante. O espaço doméstico também subsidiava diversas atividades relacionadas à saúde, dentre elas, o nascimento de crianças pelas mãos das parteiras que como os médicos, tornavam-se comadres e compadres. O cuidado com enfermos podia se estender ao cultivo no quintal de determinadas ervas medicinais. Logicamente que no primeiro momento os padres fizeram às vezes de médico combatendo os curandeiros indígenas e suas práticas. Frei Vicente do Salvador explica:

As embaíbas são umas figueiras bravas que dão uns figos de dois palmos quase de comprimento, mas pouco mais grossos que um dedo os quais se comem e são mui doces, e os olhos destas árvores, pisados e postos em feridas frescas com o sangue, as saram maravilhosamente. A folha da figueira do inferno, posta sobre nascidas e leicções, mitiga a dor e a sara. As de jurubeba saram as chagas, e as raízes são contrapeçonha. A caroba sara das boubas; o cipó das câmeras. **Enfim não há enfermidade contra a qual não haja ervas em esta terra, nem os índios naturais dela têm outra botica ou usam de outras medicinas** [grifo nosso] (SALVADOR, 1982, p. 68).

Gabriel Soares de Sousa, em seu Tratado de 1587, também é enfático quando se refere às propriedades terapêuticas de algumas espécies, dentre elas, ele cita a cabureíba, embaíba, copaíba, caraobuçu, caraobamirim, ubiracica.

Tem o olho desta árvore [*embaíba*] grandes virtudes para com ele curarem feridas, o qual, depois de pisado, se põe sobre feridas mortais, e se curam com ele com muita brevidade, sem outros unguentos; e o entrecasco deste olho tem ainda virtude, com o que se curam feridas de chagas velhas; **e tais curas se fazem com o olho desta árvore, e com o óleo da copaíba, que se não ocupam na Bahia cirurgiões, porque cada um o é em sua casa.** [grifo nosso] (SOUSA, 1971, p. 203).

Os religiosos, combatendo as práticas místicas dos índios, foram conhecendo as espécies nativas, principalmente seu caráter medicinal. Pela distância do Reino, custo de trazer mantimentos e gosto pela aventura, os portugueses começam a descobrir uma infinidade de possibilidades de utilização da vegetação local. Os próprios religiosos, pela carência de óleo da Pérsia, começam a utilizar o óleo de caboreíba, que é reconhecido pelo Papa. “*Outras árvores há chamadas caboreíbas, que dão o suavíssimo bálsamo com que se fazem as mesmas curas, e o Sumo Pontífice o tem declarado com matéria legítima da santa unção e crisma, e como tal se mistura e sagra com os santos óleos onde falta o da Pérsia*” (SALVADOR, 1982, p. 65).

Certamente o cultivo de determinadas espécies nativas para fins medicinais foi introduzido nos quintais coloniais. As mesinhas tão comuns nos discursos do século XVI deixam transparecer a facilidade de acesso, desde os primeiros anos, às essas ervas. Por outro lado, no Brasil, muitas destas espécies são adicionadas ao repertório já conhecido e utilizado pelos portugueses no quintal, como é o caso da erva santa.

Petume é a erva a que em Portugal chamam santa; onde há muitas delas pelas hortas e **quintais**, pelas grandes mostras que tem dado da sua virtude, com a qual se tem feito curas estranhas; (...) Deu na costa do Brasil uma praga no gentio, como foi adoecerem do sêso e criarem bichos nele, da qual doença morreu muita soma desta gente, sem se entender de que; e depois que se soube o seu mal, se curaram com esta erva-santa, e se curam hoje em dia os tocados deste mal, sem terem necessidade de outra mesinha. [grifo nosso] (SOUSA, 1971, p. 206)

Poderíamos supor que a manutenção do cultivo doméstico de plantas de utilização tradicional é natural, e ocorreu, com efeito, para as que permitiram aclimação. No entanto, é surpreendente a sua convivência com as nativas, modificando os ambientes e costumes. Houve em alguns momentos dupla denominação para a mesma espécie, um nome português e outro indígena⁶.

Boa parte dos cronistas do século XVI, dentre eles Gabriel Soares de Sousa, Frei Cardim e Frei Vicente do Salvador, descrevem minuciosamente a utilização das espécies autóctones recém

⁶ “*Pelos mesmos campos se criam outras ervas, a que o gentio chama caapiá, e os portugueses malvaísco, porque não em outra diferença do de Portugal que ser muito viçoso...*” (SOUSA, 1971, p. 210).

adquiridas dos indígenas. Esta prática foi incorporada à cultura de tal modo que, mais tarde, no século XIX, os próprios médicos se valiam desses preparados para tratamento dos doentes.

É provável que nas mãos de um curandeiro indígena estivesse mais segura a vida de um doente, no Brasil dos primeiros tempos colônias, do que nas de um médico do reino estranho ao meio e à sua patologia. (...) E Joaquim Jerônimo Serpa, tendo estudado para cirurgião nos hospitais de Lisboa, ao voltar à colônia inclinou-se mais à arte dos tapuias que à ciência dos doutores da metrópole: não perdendo ocasião de aconselhar o paucardoso em lugar da raiz de altéia, o pau-tacagé para adstringente, a goma de cajueiro em vez de arábica. São traços todos esses que indicam o pendor português para a adaptação (FREYRE, 2005, p. 335).

Joaquim Jerônimo Serpa, nasceu no Recife em 1773, e cursou medicina na Escola de Cirurgia do Hospital Real de São José em Lisboa, e regressou ao Brasil como cirurgião-mor do Regimento de Artilharia de Olinda. Foi diretor do Hospital de São Bento em 1814 e, em 1829, ele se afasta do hospital e deixa para o precioso acervo beneditino seu receituário. Nele estão impressas todas as receitas médicas produzidas no período.

Por sua dedicação aos estudos da flora, Serpa foi nomeado em 1834, após concurso, diretor do Jardim Botânico de Olinda⁷, lugar onde lecionou a cadeira de Agricultura e Botânica, e morou até falecer em 1842. O Jardim Botânico, também chamado de Horto de Olinda⁸, foi construída a partir dos fundos dos quintais das casas da rua Nova, aproveitando-se da área e da vegetação já existente. No trabalho do diretor Serpa, interessa-nos a relação que o médico fez entre a prática da cura e o conhecimento das espécies vegetais.

O Receituário de Joaquim Serpa indica o quanto de inspiração nativista permeava seu ofício, incluindo em suas receitas muitas espécies utilizadas pelos indígenas e outras que acreditava ter

⁷ O Jardim Botânico de Olinda, criado por Carta Régia de 19 de novembro de 1798, foi instalado e inaugurado no dia 21 de junho de 1811.

“Aos poucos crescia de importância o Jardim Botânico de Olinda – Horto d’El Rei – e ao entregá-lo a seu substituto, o botânico Francês Estevão Paulo Germain, já deixava, o Pe. João Ribeiro, grande quantidade de mudas de especiarias e árvores européias, devidamente desenvolvidas e aclimatadas.

(...)

Afora especiarias e madeiras de construção, no Horto já se cultivava árvores frutíferas e plantas exóticas que, pela natureza tropical de nosso clima, aqui se desenvolveram e se aclimataram rapidamente, tornando-se valiosas para a economia da Região” (HORTO DE OLINDA, 1979, p. 19).

⁸ Segundo Cavalcanti, o Horto teve outros nomes como: “Viveiro de Plantas” ou “Real Viveiro de Plantas” (1811); “Jardim de Especiarias e Plantas Exóticas” (1818); “Estabelecimento de Plantas Exóticas” (1823); “Jardim Nacional e Imperial” (1827); “Jardim das Plantas Exóticas da Cidade de Olinda” (1829); “Horto Botânico” (1835); “Horto D’El Rey” (1915). Ainda segundo o autor, o povo preferia chamar de “Quintas do Rei”.(ver 1986, p. 135). De qualquer modo, o Horto tinha como principal função o estudo, aclimação e distribuição das espécies trazidas da Europa e de outras colônias. A introdução desses gêneros vinha ocorrendo sistematicamente nos quintais pelas mãos e necessidades dos colonos.

propriedades medicinais. Para Joaquim Serpa a *Ipecacuanha*, por exemplo, tinha aplicação para quase todos os males. Na receita número 8 de 1823, o médico prescreve “*P.a Feciciana e Cypriana. R. e Ipecacuanha em pó oitava huma: infunda em água fervente q.do baste, coado com forte expressão, marq.e em duas porçõez. Por este dê outro. \$120*” (O Formulário in SCHMALZ, 1966, p. 57). Para o historiador Schmalz:

Esta raiz medicinal é largamente empregada na farmacopédia olindense. Durante três séculos da difusão da flora medicinal no Brasil, constituiu ipecacuanha o remédio universal e gozava aplicação preferencial em muitas doenças. A ipecacuanha era conhecida e utilizada pelo aborígenes para diversos fins medicinais (SCHMALZ, 1966, p. 49).

No receituário podemos observar a indicação de muitas espécies medicinais conhecidas e apresentadas pelos índios, fruto da influência nativa nos hábitos lusitanos. A receita número 40 de 1823 diz: “*P.a J.e Gómez. R.e Cypo em pó meia oitava infunda em água fervente q. b. coado com forte expressão marq.e em duaz porçõez. J. J. Serpa*” (O Formulário in SCHMALZ, 1966, p. 56). Uma boa parte das receitas tinha elaboração doméstica, eram fervidos, coados e tomados como chás.

Na receita para Alexandrina (número 30, ano 1825) se lê: “*R.e Folhas de carobinha, fumaria e flor de violo adorata aná meia onça: faça cosim.to q. e fique em libra huma: coado marq.e em seiz porçõez.*” (O Formulário in SCHMALZ, 1966, p. 83). Aqui observamos a utilização de folhas de caroba, espécie nativa, sendo indicada com linguagem coloquial, pois deveria ser de muito conhecida da população de Olinda. Além da fórmula, ele trata do modo de fazer o medicamento, ou seja, seu procedimento culinário.

Alguns remédios, como o acima citado, deveriam ser elaborados a partir de espécies plantadas e colhidas junto à casa, por seus moradores que tinham conhecimento de suas virtudes medicinais. Elas fariam um caminho comum, indo do quintal para a panela da cozinha, e da cozinha para o enfermo. Essa prática provavelmente muito adotada desde os primeiros anos do período colonial, permanece em algumas localidades até os dias atuais, principalmente em cidades de interior onde o acesso a produtos industriais é menor e a influência dos antigos costumes se mantém. Em Olinda podemos observar nos quintais atuais, áreas reservadas para esse fim.

E mais adiante, aparecem certas curiosidades como na receita número 11 de 1823, “*P.a Fillippa. R. e Olhoz de carangueijoz e marfim pp: aná oitavaz trez, extracto de ópio duro, grãoz seiz, nitro purificado oitavaz duas: tudo em pó se m.e divida em dézeseis porções iguaiz. 22 de 8 br. O de 1823 Serpa J. J.*” (O Formulário in SCHMALZ, 1966, p. 57). Segundo Schmalz, o *marfim pp.* é uma árvore da família das palmeiras, ela produz um côco grande com uma substância líquida e transparente, usada como refrigerante. Serpa indica através das receitas propriedades terapêuticas não apenas relacionadas às plantas, mas também aos animais autóctones, deixando transparecer uma grande dose de empirismo em suas ações.

Pode-se imaginar dessa forma os procedimentos médicos na colônia portuguesa do século XVI. Em carta do padre Jesuíta Ruy Pereira, da Bahia, aos irmãos da Companhia da Província de Portugal, em 1560, ele relata os procedimentos de cura da época:

... e era cousa pera haver piadade vêl-os morrer sem lhes poder dar remédio, porque, posto que trabalhamos todo o possível com sangrias, com mandar pedir muitas laranjas a quem sabíamos que as tinha, e assucar por esses engenhos e posto que nos provinham de tudo com muita caridade, todavia as doenças iam por diante, e tomava-os tão rijos com pontadas e dores, que posto que fosse um mancebo mui robusto, em 4 ou 8 dias lhe tirava a vida (NAVARRO, 1988, p. 285).

Percebe-se que o “médico” da época era o religioso que trazia da metrópole suas práticas de cura, como as sangrias e frutas estrangeiras, porém sem grandes resultados para as doenças que acometiam a população colonial. Na primeira noite depois da invasão holandesa, Baers comenta: “... *ainda nesta mesma noite provamos e saboreamos, com gratidão e prazer, as frutas da terra, como laranjas e limões, para regalo nosso e alívio dos nossos doentes.*” (BAERS, 2004, p. 31). Ele se refere às espécies como se estas fossem nativas, revelando o modo como estavam aclimatadas. No entanto, elas estariam mais relacionadas ao costume e tradição portuguesa e, portanto, foram plantados em abundância nos quintais, como é o caso das laranjeiras, limoeiros, e outros arbustos de frutos cítricos também conhecidos como árvores de espinhos.

Mas foram os árabes que introduziram as laranjas, os limões e as tangerinas e os processos adiantados de conservação e aproveitamento dos frutos em “frutos secos”. Processo que se comunicaria vantajosamente ao Brasil, através das matronas portuguesas do século XVI que tão cedo se tornaram peritas confeiteiras de frutas tropicais (FREYRE, 2005, p.315).

Das espécies aclimatadas, Frei Vicente do Salvador comenta:

Das árvores e plantas frutíferas que se cultivam em Portugal se dão no Brasil as de espinhos com tanto viço e fertilidade que todo o ano há laranjas, limos, cidras e limas doces em muita abundância. Há também romãs, marmelos, figos, e uvas de parreira, que se vindimam duas vezes no ano; e na mesma parreira (se querem) têm juntamente uvas em flor, outras em agraço, outras maduras, se as podam a pedaços em tempos diversos.

Há muitas melancias e abobras de quaresma e de conserva; muitos melões todo o verão, tão bons como os bons de Abrantes, e com esta vantagem que lá entre cento se não acham dois bons, e cá entre cento se não acham dois ruins.

Finalmente se dá no Brasil toda a hortaliça de Portugal, hortelã, endros, coentro, segurelha, alfaces, celgas, borragens, nabos e couves, e estas só uma vez se plantam de covinha, mas depois dos olhos que nascem ao pé se faz a planta muitos anos, e em poucos dias crescem e se fazem grandes couves: além destas há outras couves da mesma terra, chamadas taiaobas, das quais comem também as raízes cozidas, que são como batatas pequenas (SALVADOR, 1982, p. 67).

E mais adiante:

Dá-se também em todo o Brasil muito arroz, que é o mantimento da Índia Oriental, e muito milho zaburro que é o das Antilhas e Índia Ocidental. Dão –se muitos inhames grandes, que é mantimento de São Tomé e cabo Verde, e outros mais pequenos, e muitas batatas, as quais plantadas uma só vez sempre fica a terra inçada delas (SALVADOR, 1982, p. 69).

Por outro lado, as espécies arbóreas nativas sempre foram objeto de grande valor. Os cronistas não casaram de repetir, desde os primeiros anos, as qualidades e as possibilidades de utilização das árvores brasileiras, seja para mobília, seja para uso medicinal:

E contudo são estimados por sua formosura pera fazer leitos, cadeiras, escritórios e bufetes, como também se estimam outros porque estilam de si óleo odorífero e medicinal, quais são umas árvores mui grossas, altas e direitas chamadas copaíbas, que, golpeadas no tempo do estio com um machado, ou furadas com uma verruma ao pé, estilam do amego um precioso óleo, com que se curam

todas as enfermidades de humor frio, e se mitigam as dores que delas procedem, e saram quaisquer chagas, principalmente de feridas frescas posto com o sangue, de tal



Figura 95 - Porta almofadada em madeira maciça da Igreja Nossa Senhora do Monte (século XVI)

Foto: Arquivo Pessoal

modo que nem fica delas sinal algum depois que saram. (SALVADOR, 1982, p. 64-65).

Este discurso continuou por muito tempo. Aires de Casal no final do século XVII ainda comenta:

Cedro, pau-d'arco, vinhático de várias cores; o amarelo, e o escuro são os mais estimados: conduru, que é vermelho; barabu macho, e fêmea mais ou menos roxo; pau-santo, violeta ondedado; sucupira, e brauna ambos anegrados; sapucaia, que dá bons mastros para baixéis menores, e da sua casca estopa aos calagates: camaçari avermelhado; pau-d'alho, maçaranduba, angico, coração-de-negro, cujo âmago é anelado, e rijíssimo, e outras muitas madeiras de construção. (...) Nota-se ainda a canafístula, a caraíba, cuja flor amarela, e um pouco grande, é delicioso pasto dos veados, que a procuram debaixo da árvore, onde os caçadores os esperam, e matam. Entre as árvores e arbustos frutíferos dos bosques nomeia-se o umbuzeiro, o cajueiro, a araçazeiro, a jabuticabeira, o mandupussá, cujo fruto é amarelo, e também à roda do tronco, como o da precedente: o murici: o Cambuí, árvore grande, cujo fruto do tamanho de ginja é ou vermelho ou roxo. O Pikiy dá uma fruta, da amêndoa de cujo caroço se tira sebo alvíssimo, e duro, do qual se podem fazer velas bugias para o uso. Acha-se a icicariba, que produz a goma elemi ou almécega (...) (CASAL, 1976, p. 257)

As árvores foram tema de muito interesse durante a conquista do território brasileiro. A exuberância dos tipos, as formas, a diversidade de folhas, galhos, a escala. A altura de algumas espécies seculares impressionou sobremaneira os europeus. As árvores se prestavam em sua maioria à construção, presentes em todas as casas dos aglomerados urbanos, seja na estrutura, no piso, forro, nas portas e janelas ou nas cobertas (caibros e ripas), mobília e ao fornecimento de lenha. Gabriel Soares de Sousa cita em 1587 a variedade de peças que pode ser extraído da maçaranduba, a qual classifica como árvore real: “... *gangorras, mesas, eixos, fusos, virgens, esteios, e outras obras dos engenhos, cuja madeira é de cor de carne de presunto...*” (SOUSA, 1971, p. 213).

Com os nativos, os estrangeiros ampliaram drasticamente as possibilidades de utilização dessa matéria, extraindo de suas cascas, caule, folhas, frutos e raízes os mais diversos tipos de produtos desde a produção de cores, a medicamentos, utensílios domésticos (as cabaças, colheres de pau etc), fabris (rodas, moinhos etc) e de transporte (carroças, canoas etc).

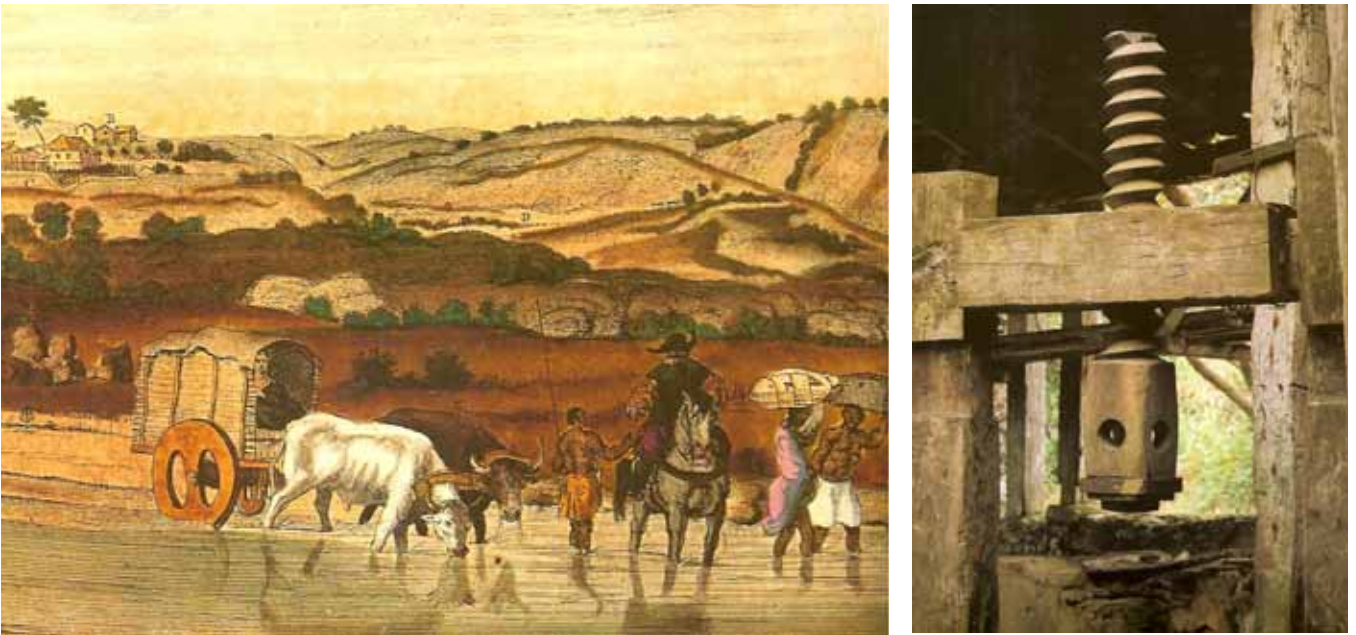


Figura 96 e 97 - A utilização da madeira na confecção de Carro de Boi (Post – REIS FILHO, 2000) e equipamentos da produção do açúcar (PIRES, 1994)

Por outro lado, além do caráter utilitário dos elementos vegetais nos primeiros séculos, as áreas cultivadas atrás das edificações permitiam uma leitura formal. As áreas de criatório, produção, as árvores, arbustos, hortaliças, ervas, flores presentes nesses espaços construíam uma experiência sensorial dos quintais.

Ainda hoje, as árvores conformam o espaço urbano de Olinda, presente na maioria dos quintais, caracterizando sua paisagem urbana. Elas constituem os elementos verticais na composição do espaço, fazendo com que a área se projete para além dos seus limites, e, ao alcançar as copas das árvores vizinhas, criam uma outra forma de confraternização. As ruas também se enriquecem com suas presenças, principalmente as que correm pelos fundos dos quintais. Constroem coberturas sonoras, moventes e translúcidas, que filtrando a luz do sol vão criando zonas aprazíveis de atividades.

4.1.3. O QUINTAL E O ABASTECIMENTO ALIMENTAR

O maior apelo aos quintais se refere ao seu caráter utilitário, ao tempo em que servem à subsistência. O abastecimento alimentar é um problema a ser resolvido durante um longo tempo

após a colonização, como vamos constatar nos relatos da conquista holandesa, e permanece quase um século depois da fundação da vila. Podemos observar mais especificamente nos diário de Richshoffer e Baers que, diferente de outros cronistas, tratam especificamente da estada em Pernambuco.

Após muita peleja, os holandeses finalmente tomam Olinda que fora abandonada pela grande maioria dos moradores. O soldado Ambrósio Richshoffer descreve da seguinte forma o que encontram na Vila: “*Não obstante estivéssemos todos muito fatigados do constante pelejar e do intolerável calor, de pronto nos restauramos com o delicioso vinho de Espanha e refrescamos com limões, laranjas e açúcar.*” (RICHSHOFFER, 2004, p. 65). E mais adiante: “*Tomamos ao nosso serviço dois mouros, os quais colhiam muitas boas e bonitas frutas (principalmente cocos) tirando-as ainda das mais altas árvores e trazendo-as para o nosso quartel, com o que de novo nos regalamos ficando mais refrescados.*” (RICHSHOFFER, 2004, p. 65).

Segundo o reverendo João Baers, “*Os primeiros dos nossos que penetraram na cidade encontraram as casas abertas e vazias, as mesas postas por toda a parte e bem providas com comidas e bebidas, tendo todos os habitantes as abandonado e fugido*” (BAERS, 2004, p. 30). O que por um lado demonstra o desespero dos moradores em fugir, por outro revela o fausto de suprimentos que encontraram nas habitações. E continuando ele diz: “*nesta mesma noite provamos e saboreamos, com gratidão e prazer, as frutas da terra, como laranjas e limões, para regalo nosso e alívio dos nossos doentes.*” (BAERS, 2004, p. 31). Sabe-se que nem limão nem a laranja são frutas da terra. A ausência de referência às espécies nativas pode ser motivada pelo desconhecimento do nome das frutas, ou ainda, por só terem se alimentado das que conheciam. Mais adiante ele comenta: “*Achamos ali quinhentas pipas de vinho de Espanha, noventa caixas de açúcar, e também alguns barris e sacos com farinha de trigo e algum azeite.*” (BAERS, 2004, p. 41). Evidenciando-se o quanto era Olinda abastecida de produtos da Metrópole como o trigo e o azeite, e com este comércio ampliado pelo intenso movimento de seu porto, esta Vila se colocava num patamar bem diferente das outras vilas da colônia.

Pouco tempo depois, o abastecimento alimentar foi um dos principais problemas encontrados pela Companhia nas terras pernambucanas, pois as tropas de resistência permaneceram próximas a Vila dificultando o acesso dos soldados a busca de mantimentos. A subsistência dos holandeses ficou, neste primeiro momento, a cargo de produtos vindos da Europa e é comum no discurso do

soldado a espera pelos carregamentos. Tomaram Olinda em fevereiro de 1630, e em Abril do mesmo ano Richshoffer escreve em seu diário:

A 29 o inimigo matou-nos, na ilha de Antônio Vaz, 110 homens, que estavam trabalhando no mato a cortar lenha./ A 30 chegaram três navios com víveres e munições, nos quais veio uma companhia de soldados, forte de cento e cinquenta homens. /A 4 chegou um navio com igual carregamento (...) (RICHSHOFFER, 2004, p. 81)

Daí por diante o soldado relata a espera das tropas de terra pelos mantimentos vindos da Europa, começa um período de muitas dificuldades e fome o que termina culminando com um número elevado de deserções.

De 5 a 10 [junho de 1630] passaram-se muitos dos nossos para os inimigos. Estas deserções são motivadas pela falta de víveres de que sofremos. As mais das vezes as rações de pão ou provisões distribuídas para oito dias mal chegam para dois, sendo até devorados cães, gatos e ratos. Assim achamo-nos na alternativa de ou expulsarmos o inimigo da sua vantajosa posição ou morreremos de fome (RICHSHOFFER, 2004, p. 88)

Segundo Richshoffer, os desertores eram na maioria franceses, geralmente mercenários. Eles não suportaram as dificuldades da guerra, como por exemplo, a fome. Essas pessoas tinham os nomes pregados na forca (ver RICHSHOFFER, 2004, p. 89). Nos outros sete meses que se seguiram, de julho a janeiro, chegaram 7 embarcações trazendo mantimentos e munições e eram muito aguardados pelos invasores. Paralelamente começam a enviar companhias para outras localidades, como para o Rio Grande onde encontraram carne vermelha em abundância.

Logo, percebe-se que uma das principais estratégias da resistência portuguesa para enfraquecer o inimigo foi criar bloqueios para o abastecimento externo. Os holandeses não conseguiram decifrar a velha vila nem evitar a resistência preferindo se situar junto ao porto e povoado do Recife. E em 17 de novembro de 1631 começou a demolição dos edifícios de Olinda e logo após o incêndio. Sobre este acontecimento Barléu comenta:

A própria Olinda, cidade outrora linda no nome e no aspecto e ora afeada com o entulho de suas ruínas, achou, na sua grande calamidade, motivo de gratular-se consigo mesma: não podendo manter-se ereta e incólume, por terem-na arruinado as vitórias alheias, foi brandamente tratada pela vossa comiseração. Vendolhe, de contínuo, o lamentável infortúnio, condoestes-vos da sorte de tão ínclita cidade (BARLÉU, 1974, p. XII).

Até ocorrer o incêndio, tão lamentado por Barléu, Olinda era uma vila próspera. Mesmo quando foi invadida pelos holandeses, os portugueses não desistiram do combate e utilizam como principal estratégia o bloqueio do abastecimento alimentar interno. Os holandeses passam a ter dificuldade de buscar alimentos nos arredores da vila e dependem quase exclusivamente das remessas de víveres trazidos da Europa. A situação torna-se delicada e os holandeses resolvem abandonar Olinda, e, no primeiro momento, restringem-se apenas ao porto.

A questão é ressaltar a relevância do abastecimento alimentar que sempre se fez presente como um dos principais obstáculos à conquista dos territórios, especificamente pela falta de quem os cultivasse, o conhecimento das técnicas, a morosidade e custo do transporte. Contexto este bastante agravado em períodos de guerra.

Embora ainda não se possa quantificar e qualificar com precisão a contribuição dos quintais e cercas conventuais no abastecimento alimentar, enquanto áreas urbanas cultivadas, sabemos que estes eram importantes aliados na subsistência da colônia. Como foi citado pelo jesuíta anteriormente, “... *tem muitos legumes e fructas em seu pomar, especialmente a que chamam de bananas, que duram todo o anno e são grande ajuda para a sustentação desta casa*” [grifo nosso] (NAVARRO, 1988, 364), ou seja, o cultivo junto às moradias era significativo, embora não fosse o único meio de abastecimento, fazia parte da estrutura.

4.2. ALIMENTOS DA ALMA

A consulta às fontes anteriormente citadas permite aferir que a relação, que os portugueses estabelecem com os animais e vegetais nativos, extrapola os limites da subsistência. Remete ao clima de encantamento e estranheza dos primeiros contatos com o Novo Mundo. A paisagem brasílica incita no estrangeiro uma incursão ao campo subjetivo das referências mitológicas. A questão da descoberta do território vinculada à exuberante natureza fomentam no europeu cristão as bases para a apreensão de uma paisagem edênica. Esta relação nos dá indícios de que a idéia de paraíso permaneceu ativa no pensamento do português nas terras recém descobertas, oscilando ora em sua confirmação ora em sua negação.

Embora os navegadores portugueses do século XV e XVI fossem extremamente pragmáticos, buscando na experiência seus referenciais, não conseguem inicialmente abandonar por completo as fantasias que povoam o ideário da época, ainda influenciada por concepções do pensamento medieval. Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda:

Podiam admitir o maravilhoso, e admitiam-no até de bom grado, mas só enquanto se achasse além da órbita de seu saber empírico. Do mesmo modo, em suas cartas náuticas, continuarão a inscrever certos topônimos antiquados ou imaginários, até o momento em que se vejam levados a corrigi-los ou suprimi-los, conforme o caso (HOLANDA, 1977, p. 5).

O mito do paraíso esteve presente nas primeiras narrativas das terras descobertas, inspirado na idéia de Novo Mundo que havia se descortinado. E dessa forma, viria então, preencher as lacunas do conhecimento efetivo do território.

E ainda que nas descrições dos viajantes portugueses se tivessem infiltrado, segundo regra corrente, elementos tomados aos velhos motivos paradisíacos, agora estereotipados, não é em pomposas imaginações, senão na experiência superficial, embora, e incompleta, que procura amparar-se esse bom crédito (HOLANDA, 1977, p. 297)



Figura 98 - *Terra Brasilis*. Lopo Homem, 1519.

O discurso surge em alguns momentos contraditório até quando a experiência finalmente nega o mito.

Se tomarmos uma carta da época, por exemplo, o mapa *Terra Brasilis*, datada de 1519, uma das primeiras representações portuguesas das terras brasílicas, nele revelam-se não apenas um bom conhecimento dos acidentes geográficos da costa, informações preciosas para navegação, mas também a visão mitológica que os lusitanos tinham da América. Estão ilustrados os nativos, suas roupas, a extração do pau-brasil, a exuberância, fartura e grandeza da flora e fauna. Nesse discurso pode-se observar, dentre outras coisas, o encantamento que os pássaros de

cores variadas provocam e, por outro lado, a suposição de haver monstros ou dragões nesse mundo (ver lado esquerdo da figura). Ora afirmando ora negando o achamento do paraíso.

O jardim do paraíso teve sua primeira tentativa de materialidade na narrativa do Gênesis, Antigo Testamento, quando o descreve da seguinte forma:

Ora, o Senhor Deus tinha plantado, desde o princípio, um paraíso de delícias, no qual pôs o homem que tinha formado. E o Senhor tinha produzido da terra toda casta de árvores formosas à vista, e de frutos doces para comer; e a **árvore da vida** no meio do paraíso, e a árvore da ciência do bem e do mal. Deste lugar de delícias saía um rio para regar o paraíso, o qual dali se divide em quatro braços. [...] O nome, porém, do terceiro rio é Tigre, que corre para a bando dos assírios. E o quarto rio é o Eufrates [grifo nosso] (GÊNESIS, II, 8-14).

Assim como o paraíso, as terras do Novo Mundo possuíam abundância de árvores frutíferas. Deus havia plantado este formoso jardim do Éden para deleite do homem, onde Adão e Eva viviam em perfeita harmonia até consumirem o fruto proibido. Quando cederam à tentação, foram expulsos e inicia-se dessa forma entre os cristãos um processo histórico de arrependimento e de resgate desse paraíso perdido.

No contexto da expansão ultramarina, as descobertas de novos territórios poderiam abrir caminhos para o reconhecimento material desse lugar. Em carta do padre jesuíta Ruy Pereira aos seus irmãos da Companhia em Portugal (1560) ele diz: *“E por amor de Christo lhes peço que percam a má opinião que até aqui do Brasil tinham, porque, lhes fallo a verdade, si houvesse paraíso na terra, eu diria que agora o havia no Brasil”* (NÓBREGA, 1988, p. 289).

A explicação mitológica e cristã permanecem por um longo período, mesmo quando o estágio de colonização já comportava vilas e cidades. Soma-se à tradição medieval na qual, a cidade era considerada como espaço sagrado, e esta concepção estaria representada nas articulações das vias com os edifícios religiosos e na disposição cruciforme do encontro das artérias (ver ANDRADE, 2003, p. 10).

Podemos retornar à fala do Frei Manuel Calado, autor apresentado no capítulo 1. Quando da invasão holandesa, o frei não obedece à ordem do Bispo para abandonar Pernambuco. Isto lhe rendeu maus julgamentos e algumas explicações. É interessante observar a sua interpretação sobre as causas do incêndio de Olinda. Ele comenta, *“havia sobre ela [Olinda] caído a vara da divina justiça; a instância dos pecados em que estava enlodada”*. (CALADO, 1985, p. 38-39). E mais adiante, quando se refere à opulência da vida dos moradores, seus banquetes, ele sinaliza,

“... e não parecia esta terra senão **um retrato do terreal paraíso.**” [grifo nosso] (CALADO, 1985, p. 38-39).

Por um lado o cronista situa a Vila numa posição de destaque entre as colônias ultramarinas de Portugal, fruto de período de intensa e centralizada atividade comercial, salientando o fausto dos moradores da Vila, por outro lado faz uma explícita relação de Olinda com o paraíso dando para seu incêndio uma justificativa divina. Segundo Calado, Olinda era “*um retrato do terreal paraíso*”, ou seja, não era o paraíso, mas possuía suas características, uma representação dele. Qual a contribuição dos quintais a esta paisagem edênica?

Mais adiante ele fala “*As delícias de mantimentos e licores, eram os que se produziam assim no reino*”, indicando assim a produção de alimentos de maneira especial, possivelmente fazendo alusão aos frutos do jardim das delícias no Éden. A árvore da vida é representada simbolicamente por uma árvore frutífera, que fornecia os frutos para os mantimentos, as delícias. Enquanto abrigo das árvores frutíferas, enquadradas num cenário delimitado com a maior parte dos elementos essenciais à vida, seriam os quintais um outro tipo de expressão dessa memória paradisíaca? Se nos remetermos as aulas de lavrar da cristã nova Branca Dias apresentada no capítulo 3, item 3.3, onde as alunas além de aprender a plantar, recreavam nesses espaços, teriam os quintais, assim como os jardins da época, uma representação simbólica relacionada ao paraíso terrestre?

O fausto das casas com seus serviços de prata e o modo luxuoso dos homens e mulheres de vestir e se portar, além dos banquetes cotidianos, seria uma nova definição de paraíso, um paraíso terrestre. Uma nova aparência, em parte distinta do jardim de Adão e Eva, mas com a mesma carga simbólica relacionada, por exemplo, às árvores frutíferas, à fartura.

Assim como Adão e Eva foram expulsos do paraíso pelo pecado, os olindenses perderam Olinda. Frei Manuel Calado cita os crimes e vícios que certamente teriam motivado seu abrasamento. Essa avaliação é importante para se perceber como a idéia de paraíso acompanhou o pensamento colonizador, e em especial, a relação do homem com a natureza.

Mas é possível encontrar depoimentos que afirmam justo o contrário. Em um universo dicotômico, entre o inferno e o paraíso, seguem alguns relatos holandeses. O soldado holandês Hichshoffer comenta em seu diário ao chegar de volta à Europa no porto de Textel no dia 15 de novembro de 1632, “... *bem nos parecia que voltávamos, não do purgatório, mas do próprio inferno para o céu.*” (RICHSHOFFER, 2004, p. 118). Diferente do Frei Calado, o soldado

inverte a visão da colônia, fruto das dificuldades com o clima, os alimentos e de sua experiência na conquista do território.

Quanto às imagens, os holandeses deixaram, no caso de Olinda, extenso material de representação urbana. Nas pinturas se revela um pouco deste cenário que combina, deste o seu início, natureza e edificações, onde também se pode encontrar evidencia da busca do paraíso.

Leur réalisme de représentation rigoureux repoussé, en quelque sorte, toute vision fantastique du monde dans le but de répondre le mieux possible à leur fonction première qui est de répertorier la morphologie de cette terre nouvelle qu'est le Brésil".

(...)

“Le Brésil du XVII^{ème} constitue en quelque sorte pour eux [*os pintores holandeses*], la modernité absolue, c'est à dire l'inconnu, le seulement revê, imagine, une espèce d'Eden que l'humanité aurait enfin découverte. Les valeurs de l'ancien monde accouplées à l'exotisme radical du Nouveau Monde dont la nouveauté reside dans son état encore vierge⁹. (GUTLINCH, 2005: 12-13)

Observa-se que por mais descritiva que possa ser a arte holandesa no século XVII, ela torna implícita o que a arte meridional deixa explícita: a narração (ver GUTLINCH, 2005, p. 12-13). O discurso de Post, na vista de Olinda a seguir, mesmo possuindo fidelidade descritiva, revela influencia do imaginário arcádico inspirado ainda pela descoberta de novas terras, onde homem e natureza pareciam estar em harmonia, numa co-existência pacífica.

O olhar holandês que nesse momento contemplava o Brasil trazia consigo a expectativa amorosa da paisagem ideal italiana, de uma Arcádia perdida na noite dos tempos, uma paisagem ancestral que se legitimava também por ruínas recentes, como as de Olinda incendiada (GUTLINCH, 2005, p. 110-111).

Podemos perceber que a natureza contribui ativamente para o resgate do sonho e do cenário desejado pelos conquistadores. Esse olhar que contempla a paisagem traz consigo uma enorme carga cultural, esta compreendida pelo percurso histórico, seus valores e crenças. Olinda não é

⁹ “Seu realismo de rigorosa representação comporta, de algum modo, toda visão fantástica do mundo ao tempo que responde o melhor possível a sua função primeira que é repertoriar a morfologia desta nova terra que é o Brasil”. (...) “O Brasil do século XVII constitui de algum modo para eles [*os pintores holandeses*], a modernidade absoluta, quer dizer o desconhecido, o somente sonhado, imaginado, uma espécie de Éden que a humanidade teria enfim descoberto. Os valores do antigo mundo somados ao exotismo radical do Novo Mundo onde a novidade reside em seu estado ainda virgem” (tradução da autora).

representada apenas pelo que é visto, mas particularmente pela confirmação do que é sonhado, desejado.



Figura 99 – *Olinda*. Frans Post, do livro de Barléus.. ca. 1637-1645.
 Fonte da imagem: REIS FILHO, 2000. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

Na pintura intitulada *Olinda* de Frans Post, o ponto de observação ainda está no mar, mas já muito próximo à praia. No quadro podemos identificar vários elementos representados do ideário arcádico, como o próprio mar que se mostra extremamente calmo e menor, em contraste com a imensidão sempre presente na maior parte da iconografia da vila. Menos revolto que em outras pinturas e, portanto, numa relação mais harmônica com o homem.

A ausência proposital da paliçada, ou qualquer outra construção militar, reforça a idéia de paz pela omissão desses elementos de defesa e ataque, ignorando qualquer indício de guerra tão comum naquele tempo. Para completar o cenário arcádico, amplos campos verdes distribuídos por todo o território.

A vila arruinada pelo incêndio de 1631 está situada em cotas mais altas, abraçada pela natureza que não parece lhe oferecer algum perigo. Ela compartilha de modo amigável este cenário, não havendo de modo algum uma grande distinção entre a cidade e o campo, e os modos de viver decorrentes.

No planalto, além da vila e da vegetação, tem-se animais soltos pastando na relva. Espaço intermediário também utilizado por transeuntes. Na praia, os negros, homens e mulheres, trabalham, caminham, descansam (sentados junto à jangada) e conversam folgadoamente. Seus gestos livres não expressam indícios de repressão ou punição.

Ao longe, na praia, um carro de boi vazio puxado por negro que pelos trajés extremamente simplificados permitem especular que sejam escravos. Ou seriam apenas moradores pobres? Não há sinais de dominação (bandeiras, armas etc), castigo

(força, pelourinho, capataz etc) ou medo (paliçada, baluartes etc), nada que comprometa a paz do lugar.

Sabe-se, no entanto, que muito desses símbolos existiam e foram suprimidos, talvez com intenção de mostrar Olinda como lugar idílico.

Não há dúvida que nossa relação com os lugares está marcado pela nossa capacidade de sobrecarregar o mundo de significados. “O meio ambiente construído é uma concreção da cultura” (HEIDEGGER *apud*

DEL RIO, 2002, p. 107). Logo, a análise sobre os quintais permite aventar que uma relação



Figura 100 – *Olinda*. Frans Post. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. ca. 1637-1645.



Figura 101 – *Cezicht op de Stad Olinda van de zeezijde*. Atlas Vingboons. Arquivo Nacional da Holanda. Inventário n. VELHO19.80

harmoniosa com a natureza poderia se relacionar com a idéia de paraíso, uma natureza farta que sustentaria os banquetes deste paraíso terrestre.

O resgate do paraíso está muito ativo durante a colonização do Brasil e permanece, em outras proporções, até os dias atuais. Enquanto representante deste desejo dos colonizadores, a casa colonial, em especial o quintal, vai responder a uma construção ideal. Buscando na satisfação das necessidades vitais, principalmente em relação ao alimento e na sua abundância, a reconstituição desse momento original.

Segundo o filósofo Augustin Berque, *“le paysage ne reside ni seulement dans l’objet, ni seulement dans le sujet, mas dans l’interaction complexe de ces deux termes. Cet rapport, qui met en jeu diverses échelles de temp et d’espace, n’implique pas moins l’institution mentale de la réalité que la constitution matérielle des choses”*¹⁰ (BERQUE, 1994, p. 5). A construção da paisagem não é simples, ela é dinâmica e acompanha o tempo e os grupos sociais a que está associada. Ou seja, ela é uma representação coletiva, invenção social, que subsidia a identidade local.

A paisagem, inclusive a formada pelas cercas e quintais, se constrói a partir do repertório simbólico da comunidade a qual faz parte, uma elaboração cultural. *“Cultiver l’intention du paysage, après tout, n’est-ce pas le meilleur moyen de donner sens au monde?”*¹¹ (BERQUE, 1994, p. 21). Certamente a paisagem é uma formação relacional. Ela nos fala como determinada cultura interage com o mundo que por sua vez está condicionada por suas crenças, o modo de ver e viver, o sentido deste movimento.

¹⁰ Podemos traduzir da seguinte forma:

“A paisagem não reside nem somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa destes dois termos. Esta relação, que coloca em jogo diversas escalas de tempo e de espaço, implica tanto a instituição mental da realidade quanto a instituição material das coisas”.

¹¹ “Cultivar a intenção da paisagem, antes de mais nada, não é o melhor meio de dar sentido ao mundo?”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos anteriormente, o desenho dos quintais de Olinda é resultante, na sua origem, da concepção urbana da vila. É produto de um plano apresentado no Foral que se baseia num ideário urbano português, somando tradições e experiências vividas em outras colônias, em constante diálogo com o território conquistado e na possibilidade de experimentação de novas estruturas urbanas. Estes fatores repercutem no sistema defensivo, na circulação, no comércio, no abastecimento de água e de produtos, no auto-abastecimento, nas crenças, na apropriação da natureza, e logicamente, nos quintais.

O confronto entre as iconografias do século XVI e XVII e, posteriormente, as plantas atuais do sítio histórico permitiram perceber como a proposta do Foral se concretizou formalmente. Deste modo, compreendemos o quanto o traçado e as características morfológicas do lugar justificaram a proposta de Duarte Coelho, pois os elementos estão articulados e conectados, e de forma nenhuma se caracterizam como obra do acaso.

Os edifícios religiosos pontuam o arruamento e constroem instigantes perspectivas, revelando outro sistema de abastecimento, relacionado a ordem espiritual. O sistema formado pelas vias se por um lado representam a estrutura social, com largura e formas distintas conforme as características do sítio e a categoria dos moradores, por outro lado, pode ser considerado um verdadeiro sistema infra-estrutural de escoamento de água, evitando, consideravelmente, alagamentos e lama comuns em terrenos não calçados e sem drenagem.

Após as explorações textuais, imagéticas, estudos comparativos e especulativos, produzidos ao longo desta dissertação, retomemos o sítio histórico de Olinda a luz da atualidade. Nesse outro suporte, a vista aérea da cidade, foi feita uma análise das ressonâncias urbanas oriundas do período de formação da vila.

Na imagem, foi possível identificar vários elementos remanescentes do plano urbano inicial adotado por Duarte Coelho. Dentre eles, o traçado das vias, a localização dos edifícios religiosos, ou seja, as igrejas e os conventos com suas cercas, embora diminuídas. Observa-se também o Horto – atual Sítio do Manguinho, as ruínas do Fortim de São Francisco e ainda, com uma

presença bastante extensa no solo urbano, os quintais. Estes são quase inexistentes nas zonas periféricas de ocupação recente.



Figura 102 – Vista aérea de Olinda com a demarcação do antigo traçado e dos principais edifícios, assim como a área do Horto e do Varadouro.

Fonte da foto: Prefeitura municipal de Olinda. Infográfico: Juliana Coelho Loureiro.

Constata-se também a valorização de determinadas ruas onde a maioria das edificações volta suas fachadas, este fenômeno torna-se extremamente acentuado e perceptível na estrutura remanescente do século XVII (ex.: Rua da Serralheira, atual Prudente de Moraes). As vias paralelas, as antigas ruas de serventia, não são predominantemente ocupadas por construções como as primeiras, mas em geral, devido a ações de desmembramento, transformaram os quintais em novos lotes, excluindo o acesso secundário original. Mesmo havendo estas mutações, ainda é possível encontrar, por exemplo, o muro que delimita os quintais.

A sua permanência como espaço não poderá ter servido para assegurar também permanência de uso? Ao recorrermos à tradição podemos, por exemplo, nos valer da memória dos quintais portugueses. Ao percorrer a obra *Arquitetura Popular em Portugal* (1955-1960), embora além do recorte temporal desta dissertação, podemos observar as relações entre áreas edificadas, não edificada (quintal) e os seus limites, sobre exemplares do Ribatejo:

Não há avareza no terreno que é fácil e vasto. **As casas chegam-se à rua e deixam para trás o quintal.** (...) **nos quintais cultivam pequenas hortas que amparam o sustento da família.** Nos núcleos compactos o limite da casa para a rua passa-se num plano definido, onde as aberturas aparecem como acidentes. A superfície fechada domina. [grifo nosso] (ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL, 1961. p. 29).



Figuras 103 e 104 - Mulheres portuguesas no cuidado com a fachada principal (esquerda) e quintal de casa portuguesa na região de Ribatejo (Óbitos)

Fonte: Arq. Pop. em Portugal

Os arquitetos Nuno Teotônio Pereira, António Pinto de Freitas e Francisco da Silva Dias – responsáveis pelo levantamento das edificações nas províncias da Estremadura, Ribatejo e parte da Beira Litoral – fazem o seguinte relato:

A casa isola-se da rua. Pode galgá-la e viver sobre ela, mas mantem-se sempre fechada – **toda a actividade se passa no interior, no quintal**, abrigado por trepadeiras ou latadas, verdadeiro prolongamento da habitação, desarrumado, confuso de planos, de escadas e anexos, atafalhado de vasos e gaiolas, entre as casas, ou roubado à rua pelo muro que nos aparece aí verdadeiramente integrado na sua função de elemento de arranjo urbano. O dia-a-dia em relação ao quarteirão, um movimento centrípeda. É que as populações do sul gostam do ar livre, **só vivem ou trabalham em casa quando não podem o fazer no quintal**. (...) e ao mesmo tempo apreciam a intimidade que a rua lhes nega. As janelas da frente abrem-se em dias de festa. [grifo nosso] (ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL, 1961. p. 30).

Podemos observar, na atualidade, buscando os quintais remanescentes em Olinda, elementos e modos acima citados no quintal da casa n. 94 na Rua do Amparo, como por exemplo, a espontaneidade e “desordem” na apropriação do espaço. Mas, além da disposição dos equipamentos, constatamos que os moradores conservam funções relacionadas à subsistência. Identificamos ainda: a água guardada num reservatório, os utensílios do lar afixados na parede e distribuídos conforme o uso, o varal para as roupas, gaiola, as plantas medicinais e a construção de anexos como depósitos, cozinha etc.



Figura 105 – **Identificação da permanência de antigas destinações no quintal.**

Fonte da foto e manipulação: Juliana Coelho Loureiro.

Apesar de possuir uma aparente desorganização e algumas atividades estarem sobrepostas, podemos destacar espaços para fins específicos e delimitados como a área reservada à pequena horta. Algumas dessas características fazem alusão ao período onde os quintais constituíam um precioso suporte ao abastecimento alimentar.

Ainda buscando precisar um pouco mais os dados acerca dos usos, foi produzido um levantamento de plantas de antigas casas do sítio histórico de Olinda que nos permite especular, a partir da permanência de antigas estruturas, do discurso dos viajantes, historiadores, e alguns inventários, como os espaços da casa e do quintal se relacionam. Para o levantamento dos quintais¹, foram considerados alguns parâmetros básicos: a) possuir determinadas características arquitetônicas similares às descritas nos relatos, b) estar em área representada pela iconografia do século XVII, permitindo assim a comparação imagética com as fontes primárias, e c) a possibilidade de acesso ao imóvel. A dificuldade de acesso restringiu este caminho de investigação, fazendo com que os dados obtidos não sejam conclusivos (qualitativa e quantitativamente), mas meramente ilustrativos. A maioria das casas levantadas está localizada na Rua do Amparo favorecendo a análise de vizinhança.

As casas mais antigas de Olinda, atualmente, possuem um grande contraste de tratamento entre a fachada principal e a posterior que se liga ao quintal. No exemplo abaixo (casa 149 – Rua do Amparo) podemos observar a distinção de tratamento dado às fachadas e ao acesso secundário que fazia conexão à rua de serventia. Inclusive hoje esta rua (secundária ou de serventia) não aparece na planta baixa da cidade produzida pela prefeitura. Esta serviu de base para a identificação dos imóveis tombados (Mapa de Identificação dos Imóveis Inventariados 2001). A maior parte dos lotes nessa área não tem definição de seus limites, como podemos observar na planta de situação, deixando imprecisa a informação



Figura 106 – Planta de situação da casa n. 149, rua do Amparo.

¹ As plantas baixas que serviram de base para este estudo foram fornecidas pela Secretaria do Patrimônio e Cultura da cidade de Olinda.

acerca do quintal, embora tombado.



Como veremos nas plantas, a Prefeitura parece não considerar os quintais como parte do levantamento cadastral. Sobre o quintal da casa 149, houve inicialmente a dificuldade de precisar o comprimento longitudinal deste, sendo preciso comparações e sobreposições do levantamento do imóvel (que não contém as dimensões do quintal), planta da cidade (que não apresenta todas as ruas, em especial, esta que faz fronteira a este lote) e a foto aérea da área.

O quintal desta casa tem o chão de barro, e possui zonas distintas de atividades. Na área próxima à edificação o espaço é mais ordenado, limpo e com várias espécies ornamentais, dentre elas alpínias, helicônias e palmeirinhas.

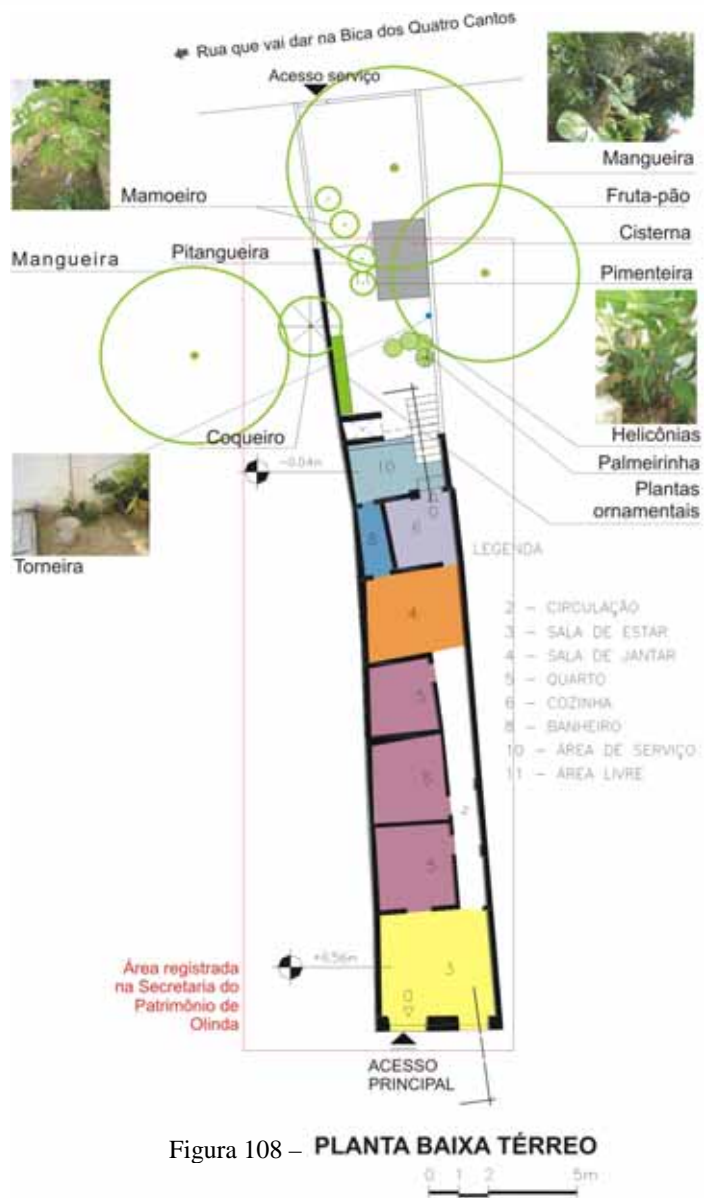


Figura 108 – PLANTA BAIXA TÉRREO

da

as

Mais adiante, na área central, há uma cisterna grande e as espécies plantadas próximas são do tipo frutíferas – pintangueiras, mangueiras (mangifera) e fruta-pão.

Mais ao fundo, junto ao muro, entulho de construção. Sobre quase todo o quintal uma agradável cobertura feita pelas copas das árvores, promovida não apenas pelas árvores plantadas no quintal desta casa, como pelas plantadas na vizinhança próxima.

Este tipo de comunhão promovida pela vegetação é comum em Olinda, principalmente se tratando de árvores, onde suas copas invariavelmente são compartilhadas. Podemos citar, por exemplo, o caso do quintal da casa n. 79 da Rua Bernardo Vieira de Melo, inserida na Zona Especial de Proteção Cultural e Paisagística (ZEPC 1).



Figura 109 – Vista panorâmica do quintal da casa nº 79 da Rua do Amparo (foto: arquivo pessoal).

O “pé de cajá”, como é conhecido pelos moradores (árvore central da foto acima), está situada exatamente na linha divisória entre 2 lotes, ou seja, a árvore faz parte do muro que os delimita. O problema é que ela é muito antiga e ameaça tombar sobre os anexos construídos de alvenaria da casa n. 79. Este problema não é isolado. Faltam regras específicas para conservação de bens naturais urbanos.

O quintal desta casa é muito longo e se estende até a outra rua onde tem essas construções novas. Nele encontramos uma grande diversidade de equipamentos, desde atelier de artistas à criação de animais. Dentre a criação podemos destacar os porcos, coelhos e perus, e a presença de bichos de estimação como o cachorro.

A casa n. 358 da Rua de São João, situada ao lado da Igreja de São João, uma das mais antigas da cidade, se encontra em frente à Igreja do Amparo. A casa de morada inteira possui a fachada principal rebocada, caiada, com beiral alinhado, portas e janelas de madeira com vergas retas, ombreiras, peitoril e soleira de pedra. As janelas possuem conversadeiras também de pedra.



Figura 110 – Planta da casa nº 358 da Rua de São João com a indicação dos acessos.

Na fachada posterior se observa maior desleixo no seu tratamento. Ela parece se moldar à necessidade interna sem se preocupar com regras de composição e aparência. As paredes não estão rebocadas, e as janelas e porta com vergas, ombreiras e peitoril de madeira, e desalinhadas. A casa é em sua maior parte construída de tijolos e madeira e, embora esteja mal conservada, ela

mantém em sua estrutura características originais. Mesmo as paredes internas das alcovas que ruíram mantiveram no piso seu testemunho.

Vale salientar que mesmo hoje, os moradores fizeram relativamente poucas alterações de uso na concepção da antiga casa. Sala da frente para receber, alcovas para dormir, e sala dos fundos para comer e cozinhar. O acréscimo foi o banheiro e a pia na sala de jantar que com certeza não é original.



LEGENDA
■ Sala de visitas
■ Alcovas
□ Circulação
■ Sala de jantar

Distribuição interna dos cômodos
Casa n. 358 da rua São João

Figura 111 – Casa n° 358 da Rua de São João .

O piso da casa está situado numa cota bem mais alta que o piso do quintal, havendo, portanto, uma escadaria que faz a comunicação com a área posterior. No quintal o chão é de barro varrido, e a cobertura feita pelas copas das árvores.

Junto à escadaria está uma área destinada a varal de roupas, espécies frutíferas, ornamentais e o poço de água para o abastecimento da casa. Ao centro, em espaços delimitados, criação de

coelhos, e ao fundo uma vala por onde escorre a água servida em continuidade com os vizinhos, um monte de entulhos de antigas construções e o acesso secundário (ver planta a seguir).

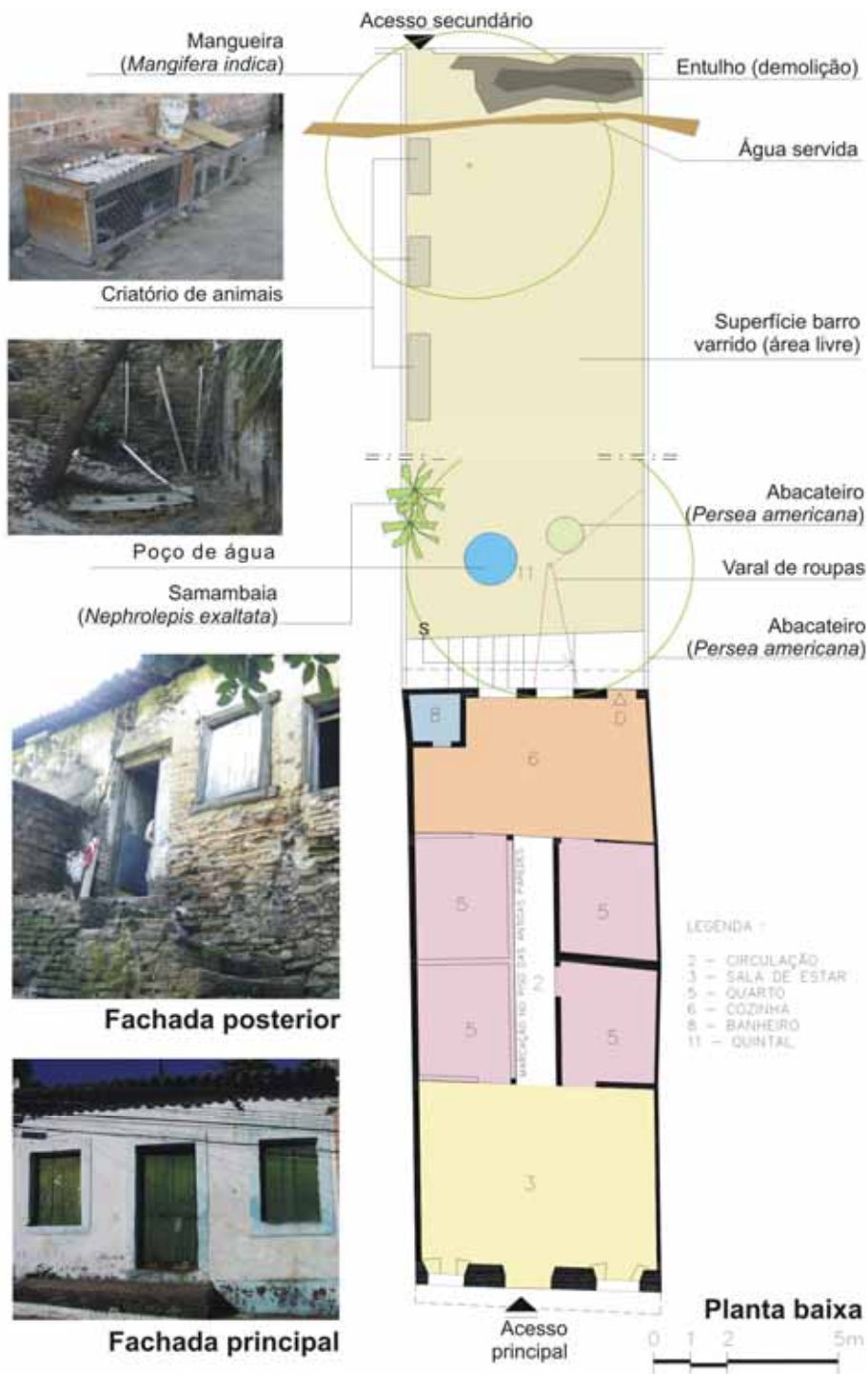


Figura 112- Planta da casa nº 358 da Rua de São João com o quintal .

A sala posterior ainda é a sala para alimentação da família, diretamente ligada ao quintal e a cozinha que, no período colonial, poderia estar junta ou isolada no pátio (quintal). O acesso à sala posterior era restrito para visitantes, principalmente a cozinha. O curioso Vauthier adverte em meados do século XIX:

...quando as portas que dão para o interior da casa se entreabrem para deixar passar as negras apressadas que acorrem ao chamado do senhor, aproveitai a ocasião, se não receais ser indiscreto, para lançar um olhar furtivo e essa parte dos aposentos, pois não conseguireis ver mais do que isso daquelas misteriosas profundidades, severamente fechadas ao olhar profano (VAUTHIER, 1943, p. 85).

Soma-se à experiência de Vauthier a questão dos limites cerrados por cercas e muros, indicando não apenas a cozinha, mas também o quintal como lugar de acesso restrito. Em contraponto, a sala de visitas se localiza junto à rua, onde o tratamento formal da fachada principal, com sua porta e janelas, participa da cerimônia de recepção.

No mundo americano, durante os primeiros séculos de colonização, o espaço de sociabilidade, para a maior parte da população, se concentrava fora das paredes do domicílio, fosse ele a rua ou a igreja, uma vez que os grandes momentos de interação social eram as festas religiosas comemoradas com procissões, missas e te-déus. (...) Nas janelas, tinha-se o cuidado de arrumar vasos de flores e mantilhas, numa interação maior ainda do que a habitual entre a casa e a rua (ALGRANTI, 1997, 113).

O quintal nesse momento demonstra ser a antítese da rua e, portanto, da vida social, não apenas por sua localização resguardada atrás da casa, mas pelo próprio desprendimento no aspecto formal. Não há no quintal a preocupação com a aparência, pois não tinham a finalidade de aparecer ao público em geral.

A preocupação com a aparência pública é recorrente nos relatos da época, evidenciada principalmente no vestuário de passeio e festas, e na fachada principal que passa durante muito tempo a deter a atenção, inclusive das Câmaras. “... *por ocasião das festas religiosas é que se determinava aos moradores que capinassem e limpassem as ruas e tapassem os buracos e valos abertos pelas enxuradas, em frente às suas casas, que por sua vez, deviam ser caiadas*” (ATA DA CÂMARA DE SALVADOR, vol VI, p. 194 *Apud* REIS FILHO, 1968, p. 145). Em relação à apresentação pública, não apenas das ruas, das fachadas das casas, mas também, do vestuário, Gilberto Freyre remarca uma certa contradição: “*Mas toda essa opulência de roupa e criadagem*

a rua à custa de verdadeiro ascetismo dentro de casa. Esse brilho de vestuário à custa de verdadeira indigência na alimentação. Da falta absoluta de conforto doméstico. Ou então à custa de dívidas” (FREYRE, 2005, p. 318). Alguns viajantes chegam mesmo a afirmar que era difícil reconhecer as senhoras que iam para a igreja no domingo quando estas estavam em casa, devido ao demasiado descaso que apresentavam à sua aparência doméstica. Segundo eles, não era raro encontrar homens de ceroulas, mulheres de camisa e crianças nuas, e deste modo nunca ultrapassavam os limites da esfera domiciliar. E mesmo na casa, não se entrava na sala de visitas assim, pois era o lugar de recepção. E nesta composição, o quintal, espaço mais informal e recuado do acesso principal, passava a ser quase inacessível às visitas cerimoniais.

Ainda hoje, é possível perceber uma grande distinção entre a vida pública e a doméstica, muito embora as escalas e contextos sejam diferentes. Os espaços urbanos refletem essa mudança comportamental e as transformações ao longo do tempo, principalmente os sítios históricos, contendo em suas rugas vestígios de uma trajetória.

Os elementos que compõem os quintais não possuem a solidez da pedra, nem sua capacidade de representar a permanência. Eles são geralmente elementos vivos, como as árvores, que estão sujeitos a ciclos, acontecimentos que se repetem no espaço delimitado do quintal. Este também é caracterizado por determinadas atividades domésticas: como lugar de lavar (roupa, carro, tapetes etc), estender, plantar, colher, trabalhar, recrear, criar (filhos, netos, animais de estimação, de consumo), guardar (o lixo, equipamentos), reservar (água), despejar ...

Voltemos à casa n. 358 da rua São João (Fig. 110 a 112). A casa anteriormente referida é uma morada de família simples e acolhedora. Ela é uma das poucas que tem registro fotográfico na Prefeitura do seu quintal quando houve o levantamento cadastral do sítio histórico em 1999. Este fato permite a análise comparativa das mudanças ocorridas no espaço durante os 7 últimos anos.



Levantamento cadastral da Prefeitura 1999



Foto feita em 2006 pela autora

Figuras 113 e 114 – Comparação entre dois períodos da casa n. 358 da Rua de São João.

Na foto de 1999 o quintal era mais rico, possuía mais equipamentos e a criação de animais mais diversificada. Podemos perceber patos e galinhas criadas soltas na primeira imagem. A água servida escorre pelo meio do quintal até a vala ao fundo, isto permanece. Nota-se que o quintal não é apenas uma área de plantio, o chão na maior parte é de barro varrido, e essa limpeza expressa a ordem a qual está submetido. Os espaços possuem funções específicas, mas bem mais flexíveis e dinâmicas que a casa.

Esta casa e a sucessão das fotos demonstram o empobrecimento da família que está refletida, entre outras coisas, na diminuição de sua mobília interna e da variedade de atividades no quintal.

Na maior parte das casas visitadas, pode-se observar uma perda gradativa das atividades tradicionais que formavam o espaço, pela substituição proporcionada pela vida moderna de novas fontes de abastecimento e serviços. Outra questão importante é a diminuição do interesse pela transmissão dos valores. Poucos e antigos moradores detêm informações preciosas sobre a utilização de espécies vegetais, que cada vez mais vem sendo perdidas na memória de outros tempos. Esse panorama apresenta desafios para as estratégias de conservação patrimonial.

A paisagem do sítio histórico de Olinda para além dos monumentos edificados e tombados, mantém em suas entranhas, cercas e quintais. A apreciação estética da cidade não se faz sem o horizonte marítimo e sem estes espaços de verde. Neles podemos perceber que várias atividades descritas para o contexto colonial ainda permanecem. Contudo, novas demandas colocadas pela vida moderna, como a necessidade de garagem, de ampliação de cômodos, por exemplo, têm retalhado os quintais e ameaçado a continuidade de sua existência.

Faz-se necessário ressaltar a importância destes tecidos verdes e a necessidade coletiva de mantê-los. Pode-se advogar até mesmo seu valor ecológico, provendo no caso de Olinda, como foi visto, a área para o horto da cidade. Mudando de cenário, em Bangladesh, os quintais são encontrados na maioria das comunidades rurais e são cuidados pelas mulheres: *“Elas demonstram forte preferência pelo uso de variedades locais tradicionais (...)Ao guardar as sementes **produzidas em seus quintais** e trocá-las com vizinhos, amigos e parentes, conservam a agrobiodiversidade”* [grifo nosso] (OAKLEY, 2004, p. 37).

Se por um lado a natureza emoldura a construção lhe dando destaque, por outro ela é incorporada ao meio urbano e se impõe na paisagem. Assim como outras manifestações culturais, os quintais afirmam-se quando integrados no cotidiano dos habitantes.

O estudo da formação dos quintais de Olinda incita um novo olhar sobre a gênese urbana e arquitetônica brasileira. Compreendendo a vila não apenas pelo seu aspecto oficial, relacionado aos grandes empreendimentos, ao cenário público, mas percebendo-a por seu verso, seus alicerces, nos movimentos cotidianos e domésticos. É interessante constatar o quanto esta via ordinária contém de informações preciosas e permanentes sobre nossa cultura, que embora tenham sido em grande parte negligenciadas nas narrativas históricas, sobrevivem na existência dos moradores e na paisagem de Olinda. E este é nosso verdadeiro patrimônio cultural, um patrimônio vivo!

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

ANCHIETA, José de. Cartas Jesuíticas 3 – Informações, fragmentos históricos e sermões. 1534-1597. Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BAERS, João. *Olinda Conquistada*. Tradução de Alfredo de Carvalho. Organização de Leonardo Dantas Silva. Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 2004. Pág. 30.

BARLÉU, Gaspar, 1584-1648. *História dos fatos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Prefácio e notas de Mário G. Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico [...]* autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerecido a Elrei de Portugal, D. João V / pelo Padre D. Raphael Bluteau. - Coimbra : No Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1721.

CALADO, Frei Manuel. 1584-1654. *O Valoroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*. Vol. 1. 4 ed. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE. Diretoria de assuntos Culturais. 1985.

CARDIM, Fernão. 1540?-1625. *Tratados de terra e gente do Brasil*. [Introdução de Rodolfo Garcia]. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

CASAL, Manuel Aires de (1754?-1821?). *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil* [pelo] Pe. Manuel Aires de Casal. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. da universidade de São Paulo, 1976.

DENUNCIACÕES DE PERNAMBUCO 1593-1595. *Primeira Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil Pelo licenciado Heitor Furtado de Mendoga. Capellão Fidalgo Del Rey nosso Senhor e do Seu Desembargo, Deputado do Santo Officio*. São Paulo: Homenagem de Paulo Prado, 1929.

ELUCIDÁRIO das palavras, termos e phrazes, que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensavel para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. Publicado em beneficio da litteratura portugueza, e dedicado ao Principe Nosso Senhor. Por Joaquim de santa Rosa de Viterbo. 1798.

INVENTÁRIO ALBERTO IRIA, publicado na revista *STVDIA* N. 18. (agosto) 1966 – Lisboa. In *PROJETO RESGATE*. MINISTÉRIO DA CULTURA. Brasília – Rio de Janeiro. Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) – Códices n. 112, 1193 e 1660.

NAVARRO, Azpilcueta, e outros. *Cartas Jesuíticas 2 - Cartas Avulsas, 1550-1568*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

NIEUHOF, Joan. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Traduzido do inglês por Moacir N. Vasconcelos; confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

NÓBREGA, Manoel. *Cartas Jesuíticas 1 – Cartas do Brasil, 1549 – 1560*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado (1629-1632) / Organização e estudo introdutório de Leonardo Dantas Silva; tradução de Alfredo de Carvalho; apresentação de Dorany Sampaio*. Recife: CEPE, 2004.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil 1500 – 1627*. 7ª Ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1982.

SCHMALZ, Alfredo Carlos. *Receituário de Joaquim Jerônimo Serpa – Hospital de São Bento de Olinda*. Recife: Arquivo Público Estadual, Imprensa Oficial, 1966.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1578*. 4 ed. São Paulo: Companhia editora Nacional e Editora da USP, 1971.

FONTES SECUNDÁRIAS

ADONIAS, Isa. *MAPA, Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Famílias e vida doméstica*. In SOUZA, Laura de Mello e. (org.). *História da Vida Privada no Brasil - cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANDRADE, Amélia Aguiar. *Horizontes Urbanos Medievais*. Lisboa: Livros Horizontes, 2003.

ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL. Sindicato Nacional dos arquitectos. Vol. 1. Lisboa: Gráfica São Gonçalo LTDA, 1961.

BARREIROS, Maria Helena (coord.). *Lisboa Conhecer Pensar Fazer Cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Informação Urbana, 2001.

BERQUE, Augustin. Et all. *Cinq proposition pour une théorie du paysage*. Seyssel: Champ Vallon, 1994.

BOOGART, Ernst et all. *Viver e morrer no Brasil holandês*. Marcos Galindo (org.). Recife: Massangana, 2005.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. *A iconografia dos engenheiros militares no século XVIII: instrumento de conhecimento e controlo do território*. In CARITA, Hélder & ARAÚJO, Renata (coord.) Coletânea de Estudos. *Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

_____. “*Formação e Metodologia de Trabalho dos Engenheiros Militares: a importância da ‘Ciência do Desenho’ na Construção de Edifícios e Cidades*”. In *Urbanismo de Origem Portuguesa*, nº 4. Revista do Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitetura. Julho 2001.

_____. *Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia*. In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. V. 12. p. 193-234. jan/dez. 2004.

CARITA, Hélder & ARAÚJO, Renata (coord.) Coletânea de Estudos. *Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

CARITA, Helder. *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

_____. *Lisboa Manuelina, de cabeça de reino a capital de império*. In CENTRO DE INFORMAÇÃO URBANA. *Lisboa Conhecer Pensar Fazer Cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

CARVALHO, Sérgio Luís. *Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Olinda do Salvador do Mundo – biografia da cidade*. Recife, Editora ASA Pernambuco, 1986.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. vol 1, 2 e 6. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1983.

COSTA, Lúcio. *Documentação Necessária*. In ARQUITETURA CIVIL II. São Paulo: FAUUSP, MEC – IPHAN, 1975.

_____. *Sobre Arquitetura*. Vol. 1. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala – Formação da família sob o regime da economia patriarcal*. 4ª Edição. São Paulo: Global, 2005.

_____. *Olinda – 2º Guia Prático Histórico e Sentimental da Cidade Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1944.

_____. *Oh! De casa – em torno da casa brasileira e de sua projeção sobre um tipo nacional de homem*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

GINZBURG, Carlo. *Mitos e Emblemas: Sinais, morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.

GOMES, Paulo C. da Costa. *A condição urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GUTLINCH, George Rembrandt. *Arcádia nassoviana; natureza e imaginário no Brasil holandês*. São Paulo: Annablume, 2005.

HERKENHOFF, Paulo. *O Brasil e os holandeses (1630-1654)*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

HORTO DE OLINDA. *Plano Diretor do Horto de Olinda*. Governo do Estado de Pernambuco. Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM). Recife, setembro, 1979.

JELLICOE, Geoffrey y Suzan. *El Paisaje Del Hombre – La formacion Del entorno desde la prehistoria hasta nuestros dias*. Barcelona: Editora Gustavo Gilli, 1995.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Edusp, Nobel, 1991.

MATTA, Roberto da. *A casa & a rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MELLO, Antônio Gonsalves de. *Cartografia holandesa do Recife – Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648*. Recife: PHNG/IPHAN/MEC, 1976.

_____. *O Chamado Foral de Olinda de 1537*. Revista do Arquivo Público – vol.11/28- nº 13-30, pgs 39 a 58. Recife: Arquivo Público, 1974.

_____; ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *Cartas de Duarte Coelho a El Rei*. Reprodução sac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada. Recife: FUNDARJ, Ed. Massangana, 1997.

MENEZES, José Luís Mota. *Olinda e o Recife: 1537-1630 in Oceanos*, Lisboa, CNCDP, n/ 41, jan/mar. 2000.

_____. *Olinda: Evolução Urbana*. In CARITA, Hélder & ARAÚJO, Renata(cood.) Coletânea de Estudos. *Universo Urbanístico Português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

_____. *Olinda e Recife antes de 1630*. In BOOGART, Ernst et all. *Viver e morrer no Brasil holandês*. Marcos Galindo (org.). Recife: Massangana, 2005.

_____; GALINDO, Marcos. *Desenhos da Terra – Atlas Vingboons*. Recife: Bandepe, 2003.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NOVAIS, Fernando A. *Condições da privacidade na colônia*. In SOUZA, Laura de Mello e. (org.). *História da Vida Privada no Brasil - cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OAKLEY, Emily. *Quintais domésticos: uma responsabilidade cultural*. *Agriculturas*, v. 1, n. 1, novembro de 2004: 37.

PLANO DIRETOR. *Horto de Olinda*; vol. 1 . Governo do Estado de Pernambuco – Secretaria de Planejamento. Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM. Recife: 1979.

PROJETO FORAL. Relatório II. Prefeitura de Olinda. Secretaria do Patrimônio. Olinda: 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1968.

_____. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: fapesp, 2000.

_____. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

_____. *São Paulo Vila Cidade Metrópole*. São Paulo: Takano Editora gráfica, 2004.

RYBCZYNSKY, Wiltold. *Casa: pequena história de uma idéia*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TEIXEIRA, Manuel C. *Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira*. In TEIXEIRA, Manuel C. (coord.) *A constru o da Cidade Brasileira*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil – antes da sua separa o e independência de Portugal*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.